Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social

Douglas Guimarães Leite

**“Mutualistas, graças a Deus”:
identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular
na Bahia do século XIX (1831-1869)**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2017

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social

Douglas Guimarães Leite

**“Mutualistas, graças a Deus”:
identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular
na Bahia do século XIX (1831-1869)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo, para a obtenção do
título de Doutor em História

VERSÃO CORRIGIDA

Orientação: Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Leite, Douglas Guimarães.

734m Mutualistas, Graças a Deus: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831-1869) / Douglas Guimarães Leite; Orientador: João Paulo Garrido Pimenta. São Paulo, 2017.
254 f.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social

1. Mutualismo. 2. Escravidão. 3. Irmandades. 4. Bahia. I. Pimenta, João Paulo Garrido, orient. II.

LEITE, Douglas Guimarães. **Mutualistas, graças a Deus: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831-1869)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta	Universidade de São Paulo
Julgamento:	Assinatura:

Prof. Dr. Rafael, de Bivar Marquese	Universidade de São Paulo
Julgamento:	Assinatura:

Prof. Dr. Jaime Rodrigues	Universidade Federal de São Paulo
Julgamento:	Assinatura:

Prof. Dr. Marcelo Mac Cord	Universidade Federal Fluminense
Julgamento:	Assinatura:

Prof. Dr. José Evando Vieira de Melo	Externo
Julgamento:	Assinatura:

**Esse trabalho é dedicado à minha família, a que
veio antes e a que veio depois de mim, e sem a
qual eu mesmo não existiria.**

AGRADECIMENTOS

Nos muitos anos da criação mais ou menos imediata dessa tese, foram incontáveis os encontros, os lugares, as parcerias, os alentos e os incentivos. Seria impossível nomeá-los todos. E certamente custaria mais do que a lembrança. Pela menção e homenagem a algumas dessas pessoas talvez boa parte dessa trajetória possa ser celebrada, e destacada a importância de todos para o encerramento dessa longa fase da minha vida.

Agradeço ao Professor István Jancsó (*in memoriam*), por ter me ensinado que a pesquisa se faz com interlocução, que a discussão supõe o texto e que pessoas são fundamentalmente trajetórias. O presente trabalho é um diálogo com esse legado.

Ao Professor João Paulo Garrido Pimenta uma menção especial pela elegância no trato com o conhecimento e com aquele que o constrói. Ter sido seu orientando me permitiu confirmar a importância do respeito, exercido com classe e competência, pela autonomia do pesquisador.

Aos Professores Rafael Marquese e Jaime Rodrigues, que formaram a banca de qualificação desse trabalho, um agradecimento por sua leitura crítica e suas contribuições.

Ao Professor João José Reis, pelo diálogo aberto e constante, e pelo incentivo amigo.

Aos Professores Rafael Marquese e Cecília Helena, pelo apoio no início dessa jornada.

Ao Professor Hendrik Kraay, por sua grande atenção e enorme prestatividade na interlocução de pesquisa.

À Professora Lisa Castillo, sempre disposta a conversar e a compartilhar seu conhecimento, com leituras, comentários e muitos documentos.

À Professora Lysie Reis, por seus comentários a um antigo projeto dessa tese.

Ao Professor Marcelo Mac Cord, pelo interesse em conversar sobre um tema em comum.

Ao amigo e Professor Robério Souza, pela sua grande e fundamental dica.

Ao amigo e Professor Rafael Fanni, um forte abraço pela torcida e pela ajuda sempre pronta.

Ao Professor David Lacerda, grato pela conversa esclarecedora, quase de última hora.

Aos amigos e também Professores Andréa Slemian, Isabela Fadul, Daniel Maurício, Patrícia Valim e Daniel Afonso da Silva, pela amizade.

Ao Professor Klebson Oliveira (*in memoriam*), pelo grande trabalho compartilhado.

Aos amigos da curta temporada argentina, calorosa pela presença superlativamente simpática e gentil de Marcela, Mika, Carlos, Júlian e Elza. Agradeço também ao Professor Raúl Fradkin, pelas ricas horas de conversa.

Aos colegas e amigos do LabMundi, de hoje (São Paulo) e de amanhã (Niterói).

Aos colegas e amigos da Linha de Pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade, do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, agradeço pela leitura e discussão atentas da primeira versão de um dos capítulos dessa tese. Especialmente a Aldrin Castellucci, Carlos Silva Jr., Lisa Castillo, Gabriela Sampaio e Wlamyra Albuquerque.

Ao Professor Urano de Andrade, entusiasta do saber vivo, um agradecimento especial pela generosidade com o que sabe fazer como poucos: pesquisar e se comunicar a partir do seu trabalho de pesquisador. Agradeço também a Rosara Brito e a Milena Pinillos, pelo fundamental apoio na pesquisa para esse trabalho. E a Silvana Andrade dos Santos, pela revisão das notas e bibliografia.

Agradeço a Lucas Ribeiro, pelas discussões e correspondências de pesquisa.

Ao pessoal do Arquivo Público do Estado da Bahia, por sua colaboração e gentileza no atendimento das necessidades sempre múltiplas do pesquisador. Nomeadamente: Reinaldo, Manoel, Elza, Pedro e Miguel.

Ao pessoal da Sociedade Protetora dos Desvalidos, um agradecimento muito especial, pela recepção e pela franquia do espaço para a pesquisa, a conversa, os cafés e alguns planos. Minhas homenagens ao Sr. Neilto, Sr. Pedro, Ícaro e Cleise.

Aos meus amigos Marilson, Tarcísio, Rogerio, Wilton e Zé Evando, todos também um pouco “pais” dessa tese.

A Adyene e Zeca, sogros e avós, sem cujo apoio e carinho certamente não haveria tese.
Também à Bi e à Titica.

A meus irmãos, sobrinhos e cunhados: eco de riquezas...

A meu pai, Carlos, e minha mãe, Romilda, ouro que não esgotam em minha mina.

A Roberta e Joaquim: meu Norte, minhas Bahias, meu Bonfim.

RESUMO

No amplo domínio da discussão historiográfica que cobre o tema da “população livre de cor” ou dos “pobres livres”, o trabalho se propõe a discutir a inserção social de indivíduos oriundos de “setores populares” na primeira metade do século XIX na Bahia, debruçando-se especialmente sobre a experiência de homens e mulheres de cor preta, livres ou libertos, nascidos na América, responsáveis por fundar e transformar experiências de mutualismo popular na Bahia do século XIX. A investigação se concentra nas conexões entre as tradições religiosa e secular da ajuda mútua popular promovida por negros no Brasil, por meio da ênfase no estudo das decisões e dos modelos institucionais adotados por integrantes de uma irmandade de pretos fundada em 1832 e de uma sociedade mutual de cor (1851). Saída de uma dissidência entre os irmãos, a Sociedade Protetora dos Desvalidos foi, até onde se sabe, a única mutual autorizada a funcionar oficialmente como uma sociedade de cor, num período de não reconhecimento, e de repressão, da identidade racial de pretos pelo Estado brasileiro.

ABSTRACT

This thesis aims to discuss the experience of free colour people in Bahia nineteenth century, on the vast theme of popular social mobility that recent historians have been facing in Brazilian historiography. These individuals were black, american born, free or freed men and women, and they helped to create and to change patterns of popular mutual aid in Bahia nineteenth century. This research focuses on connexions between religious and secular traditions of mutual aid of black individual associations by analysing institutional models and strategic decisions made by the members of a black lay sodality founded in 1832 and of a black mutual society, created in 1851. The Sociedade Protetora dos Desvalidos (1851) resulted from a dissidence within the sodality and it was the sole mutual black association officially authorized by the government within an age when black racial identity was not likely to be recognized by Brazilian state.

LISTA DE SIGLAS

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

AHEX – Arquivo Histórico do Exército

ASPD – Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos

SACP - Seção de Arquivo Colonial Provincial

SJ/IT – Seção Judiciária/ Inventários e Testamentos

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Entrada de escravos na Bahia na 1ª metade do século XIX.....p.29

QUADRO 2 – População da Bahia e de Salvador no século XIX.....p.29

QUADRO 3 – Entrada de escravos (Bahia/Sudeste Brasileiro, 1ª metade do séc. XIX)..p.46

QUADRO 4 – Requerimentos de entrada na SPD por ocupação (Década de 1850).....p.191

QUADRO 5 – Mutuais na Província da Bahia (1832-1861).....p.195

QUADRO A – Requerimentos de entrada na SPD (Década de 1850).....p.218

QUADRO B – Sócios Protetores da SPD (1851-1868).....p.224

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1: Estado, capitalismo e escravidão no mundo atlântico do século XIX: a sociedade escravista na Bahia	23
1.1. Numa sociedade escravista: a cidade, o Estado e as pessoas que emergem.....	25
1.2. Notas sobre capitalismo e escravidão atlântica.....	42
Capítulo 2: Tempos modernos: sociabilidades populares, mutualismo e estratégias de inserção social da população de cor na Bahia oitocentista	48
2.1. O mutualismo do longo século XIX.....	54
2.1.1. 1830: Conexões mutualistas	54
2.1.2. Capitalismo moderno e conexões mutualistas: classe e cor.....	67
Capítulo 3: “Nossa Senhora da Soledade, venha nos valer”: a Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos.....	88
3.1. “Nascidos no Inperio do Barzelio”: África reinventada na Bahia	92
3.1.1. A historiografia	92
3.1.2. Crioulos, malês e outras nações no universo das confrarias baianas	96
3.1.3. Um Compromisso de brasileiros	111
3.2. De Cores Pretas: apropriações e redefinição étnica na Irmandade dos Desvalidos.....	117
3.2.1. Cercando a “questão racial” no contexto da década de 1830.....	117
3.2.2. Pretos, primeiro: depois irmãos e trabalhadores	129
Capítulo 4: Sociedade Protetora dos Desvalidos: um mutualismo de cor.....	141
4.1. A Sociedade Protetora dos Desvalidos: no rastro do mutualismo brasileiro oitocentista	148
4.2. Estrutura e dinâmica da Sociedade Protetora dos Desvalidos.....	161
4.2.1. O Estatuto.....	161
4.2.2. Dinâmica associativa da SPD.....	169
4.2.3. Economia e identidade profissional dos Desvalidos.....	182
4.3. Senhores e Protetores: identidade racial e coletivo negro numa experiência mutualista.....	196
Conclusão	211
Anexos	218
Referências	227

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos trinta anos, a historiografia sobre os chamados “setores populares” no Brasil se consolidou e se diversificou extensamente, desenvolvendo múltiplas abordagens sobre o tema e apontando para a possibilidade de exploração de inúmeros objetivos de pesquisa no interior desse campo de interesse. Certamente influenciados pelos resultados de uma consistente historiografia da escravidão, os estudos voltados para o exame mais denso do cotidiano dessa população, de suas formas de trabalho e de associação e, especialmente, de sua participação na política, formaram um quadro complexo de problemas articulados e uma importante agenda de trabalhos atualmente em franco desenvolvimento.¹

Distintas perspectivas da história social e política aportaram contribuições para o estudo dos setores populares no conjunto das mudanças vividas no Brasil oitocentista. De especial importância para o tema são, por exemplo, os estudos acerca da decadência dos Impérios ibéricos e da formação do Estado e da nação no contexto das Américas espanhola e portuguesa²; os trabalhos ocupados com os problemas das identidades e das culturas políticas em transformação na passagem entre os séculos XVIII e XIX, no Velho e no Novo mundos;³ as pesquisas levadas a efeito no campo da demografia

¹ Os trabalhos sobre a escravidão na América Portuguesa e no Brasil imperial são incontáveis, e seu conjunto expressa a qualidade da pesquisa historiográfica brasileira desde, pelo menos, a década de 1980. Dentre as mais seminais obras da área podem ser lembradas: João José Reis, *A rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*, São Paulo, Cia. das Letras, 2003; Robert Slenes, *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999; Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Cia. das Letras, 1990. O diálogo constante desses autores com a historiografia estadunidense se manifesta, por exemplo, pela influência de argumentos da obra-chave de Eugene D. Genovese, *Roll Jordan, roll: the world the slaves made*, Nova York, Vintage Books, 1974. Nos últimos anos, a ênfase no estudo comparado da escravidão tem dado à luz trabalhos relevantes como os de Dale Tomich, *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*, São Paulo, Edusp, 2011; e Rafael de Bivar Marquese, *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004. No Brasil, um dos precursores da perspectiva atlântica para o estudo da escravidão foi Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes, formação do Brasil no Atlântico sul*, São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

² Sobre o tema: Tulio Halperín-Donghi, *Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850*, Madrid, Alianza, 1985; José Carlos Chiaramonte, “La formación de los Estados nacionales en Iberoamérica, Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, 3ª. série, 1º sem/1997; István Jancsó e João Paulo Pimenta, “Peças de um mosaico (ou apontamentos para um estudo da emergência da identidade nacional brasileira)” *In*: Carlos Guilherme Mota (org.), *Viagem incompleta, 1500-2000, A experiência brasileira*, São Paulo, Senac Editora, 2000, v.1, p.127-175.

³ Dentre muitos outros, cabe citar: François-Xavier Guerra *et alli* (orgs.), *Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas, siglos XVIII-XIX*, México, Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 1998; Javier Fernandez Sebastián (dir.), *Diccionario político y social del mundo ibero-*

histórica⁴; bem como as obras que ajudaram a descortinar os diversos significados das rotas do comércio atlântico de escravos, com isso contribuindo para uma percepção mais clara dos movimentos de “produção social” da população de libertos da colônia e depois Império brasileiro.⁵

Nesses termos, um trabalho que tem a pretensão de examinar as formas de organização popular num contexto histórico de intensa transformação – como foram os anos pós-1830 na Bahia – não pode passar ao largo do reconhecimento dessa literatura. E, mais do que isso, deve construir seu objeto a partir das questões propostas pela articulação dos problemas que ela sugere. Sobretudo porque a perspectiva historiográfica que se mobiliza aqui toma os habitantes da Bahia da primeira metade do século XIX como sujeitos de uma experiência que se aproxima, por um conjunto de mediações, das experiências dos demais espaços e temporalidades em que se desenrolam outras cenas desse mesmo século.⁶

Levar em conta essas aproximações e mediações permite conferir historicidade às noções e aos termos de linguagens que circulavam nesse universo, e das quais eram portadores sujeitos marcados por distintos condicionamentos sociais. Permite também

americano, Madrid, Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009; Raúl O. Fradkin (org.). *¿Y el Pueblo, donde está?*, Buenos Aires, Prometeo Editorial, 2009; Marco Morel, *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*, São Paulo, Hucitec, 2005; Andréa Slemian, *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*, São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2009.

⁴ Pioneiros nesse campo, junto com outros, são: Luiz R. B. Mott, “Estrutura demográfica das fazendas de gado no Piauí colonial: um caso de povoamento rural centrífugo”, *Ciência e cultura*, Rio de Janeiro, vol. 30, n.10, p.1196-1210, out/1978; Maria Luiza Marcílio, *Caiçara, terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*, São Paulo, Paulinas/CEDHAL, 1986; Iraci Del Nero Costa, “Nota sobre fontes documentais para o estudo da demografia escrava”, *Arquivo: boletim histórico e informativo*, São Paulo, vol. 9, n.1, p.25-34, jan/jun, 1988b.

⁵ Vide Alencastro, op. cit.; Manolo G. Florentino, *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, São Paulo, Cia. das Letras, 1997; Herbert S. Klein, “A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil”, *Estudos econômicos*, São Paulo, vol. 17, n. 2, p.129-149, maio/ago, 1987; Rafael de Bivar Marquese, *A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX in Novos Estudos Cebrap*, 74: 107-123, 2006.

⁶ Sobre o conceito de espaço de experiência, Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto/Puc-Rio, 2006. Na reflexão que faz a respeito do significado de “espaço de experiência”, João Paulo Pimenta, *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c.1780-c.1830)*, Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo, 2012, p.17, afirma que: “Obviamente, um evento não leva diretamente a outro, tampouco lega a outro seus conteúdos essenciais; mas cria-se entre eles um elo, cuja resolução é incerta, porque sempre suscetível de alterações a partir de novos eventos. Ou seja, [trata-se de] uma concepção puramente histórica do impacto, em tempos e espaços variados, de acontecimentos ligados uns aos outros”.

encarar o tema das alternativas sociais de vida popular como um eixo que organiza contextos de profundas mudanças, evidenciando-se assim a transversalidade de muitas das questões postas sob exame.

Nesse universo de problemas referido ao objeto da pesquisa, portanto, cobram atualidade temas como: a crise do Antigo Regime e a circulação de novos vocabulários políticos;⁷ as lutas pela independência nas colônias americanas; a montagem do espaço urbano no interior dos novos Estados, com as consequentes alterações no mundo do trabalho das cidades; a variada participação popular nas mobilizações políticas de caráter violento; e, especialmente, as transformações que a expansão e a diversificação do capitalismo em uma economia de escala mundial promoveram no modo de produção e reprodução social das sociedades escravistas do hemisfério sul.⁸

No texto desse trabalho, feitas essas ponderações gerais, as aproximações se materializam num exercício de reflexão sobre as experiências de sujeitos ambientados na capital de uma importante província do Império brasileiro, trabalhadores pobres ou remediados, nacionais ou estrangeiros, majoritariamente de cor, livres ou libertos, mas quase sempre “misturados com a escravaria”, que procuraram organizar sua vida pessoal em meio às profundas alterações do cenário da Província da Bahia na primeira metade do século XIX. Foi nesse contexto que um grupo desses indivíduos fundou no início da década de 1830 uma associação religiosa leiga, organizada em torno de suas identidades nacional e de cor.

No amplo domínio da discussão historiográfica que cobre a “população livre de cor”, esse trabalho se propõe a discutir, portanto, a inserção social de indivíduos

⁷ Falando sobre a “transformação dos espaços públicos”, Marco Morel identifica, especialmente, no estudo dos panfletos ou “folhas incendiárias” da década de 30 do século XIX um instrumento importante para a “compreensão de diversos pontos que envolvem a construção da ordem nacional brasileira: a dimensão e alcance dos debates entre diversas faixas da população, o conteúdo dessas discussões para a demarcação das culturas políticas em transformação e, sobretudo, a percepção de que um conjunto ampliado de protagonistas envolvia-se nestes embates que, direta ou indiretamente, serviam de referência para decisões políticas e reformulações institucionais. Estavam em jogo instrumentos de combate político e, também, aspirações de ampliação dos direitos de cidadania”. Morel, op. cit., p.229-30.

⁸ Immanuel Wallerstein, *The modern world-system III: The second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730-1840s*, New York, Academic Press, 1989; Rafael de Bivar Marquese, “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira” in *Revista de História*, v.169, p.223-253, jul./dez. 2013.

oriundos de “setores populares” na primeira metade do século XIX na Bahia, debruçando-se especialmente sobre a experiência de homens (sobretudo) e mulheres de cor preta que exploraram estratégias associativas para reelaborarem suas identidades, ajudarem-se mutuamente, ascenderem socialmente e se manifestarem no espaço público. Os protagonistas dessa história foram responsáveis pela criação de duas importantes instituições de ajuda mútua, uma delas existente até hoje, ambas comprometidas com a defesa de sua condição de pretos.

A Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, fundada em setembro de 1832, foi estabelecida como uma confraria exclusiva de trabalhadores pretos, livres e libertos, numa conjuntura de renovação das expectativas dos indivíduos livres de cor em relação à emancipação pessoal e à mobilidade social num país há pouco tornado independente.⁹ Eles eram pedreiros, marceneiros, calafates, e também carregadores e trabalhadores do ganho.¹⁰

Os impactos do fim das corporações de ofício, instituições que por mais de um século, pareadas com as associações religiosas leigas, regulamentaram as profissões mecânicas na colônia portuguesa na América, foram acusados pelo menos de duas formas diferentes nesse cenário: por um lado, as associações mutuais apareceram como alternativa moderna de organização de trabalhadores livres; por outro, a tradição corporativa se fez ainda fortemente presente nas experiências de associativismo posteriores à década de 1830.¹¹ A importância das mutuais como possíveis equivalentes modernos das corporações de ofício chamou a atenção da historiografia. Claudio

⁹ Júlio Santana Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*, Salvador, Ianamá, 1987; Pierre Verger, *Fluxo e Refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*, 3.ed., São Paulo, Corrupio, 1987; Klebson Oliveira, *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*, Tese de Doutorado em Letras, Universidade Federal da Bahia, 2005; Maria das Graças de Andrade Leal, “Sociedade dos Artífices: experiência liberal de mutualismo na Bahia Imperial (1832-1862)”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH, São Paulo, julho de 2011; Aldrin Castellucci, “A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia”, 1832-1930, *Mundos do Trabalho*, vol. 2, n.4, ago/dez 2010, p.40-77.

¹⁰ Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos (ASPD), Livro de Termos (vários anos); Arquivo da Sociedade Monte-Pio dos Artífices (ASMPA), Livro de Atas (1832-1858); Pierre Verger, *op. cit.*

¹¹ Maria Helena O. Flexor, *Oficiais mecânicos na cidade do Salvador*, Salvador, Prefeitura municipal/ Departamento de Cultura/ Museu da Cidade, 1974; Mônica Martins, *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real, 1808-1824*, Rio de Janeiro, Garamond, 2008; Marcelo Mac Cord, *Artífices da Cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*, Campinas, Editora da Unicamp, 2012.

Batalha chegou mesmo a afirmar que, com a derrocada destas, as “sociedades de socorros mútuos eram a única forma legalmente viável de organização para os trabalhadores manuais livres”.¹² Nas páginas que seguem procurarei demonstrar, porém, que em 1832 os fundadores da Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos pensavam diferente.

No século que é tido como o da “decadência” das irmandades na Bahia¹³, seus integrantes apostaram num tipo de “apropriação étnica” da forma religiosa tradicional com vistas a não só viabilizarem meios de ajuda mútua num coletivo de trabalhadores nacionais livres (papel das mutuais), mas sobretudo fazê-lo debaixo de uma cerrada defesa racial (típico das confrarias). Nesses termos, se, por um lado, o elemento mutualista dos Desvalidos é evidenciado pelo regime dos socorros efetivamente praticado – semelhante ao que seria definido na legislação de 1860, sobre mutuais¹⁴ – por outro, a identidade de raça sobrepunha o elemento profissional na condição de fator distintivo do grupo de fundadores. Assim, por mais que a opção mutualista já estivesse à mão em 1832 – haja vista a criação de uma mutual nesse ano, na Bahia – ela não cabia no projeto de um coletivo que se definia primordialmente em torno da identidade racial, critério excludente que, por sua vez, era a todos os títulos compatível com o perfil histórico das irmandades na América Portuguesa.

Pensar esse tema em termos de uma “redefinição étnica permanente” pode ajudar a entender algumas das escolhas feitas pelos irmãos Desvalidos. Sobretudo porque seus problemas são legados por uma conjuntura que viria a ser composta, em termos amplos, pela reorientação do liberalismo subjacente às práticas do Estado, pela proibição do tráfico de escravos, e, em termos específicos, pelo fim de instituições públicas racialmente segregadas, seguido do acirramento de um clima antiafricano que adentraria as décadas seguintes.¹⁵

¹² Claudio H. de M. Batalha, “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”, *Cadernos AEL*, vol. 6, n. 10/11, 1999, p.53.

¹³ É o que sugere Maria Inês Côrtes de Oliveira, *O liberto: o seu mundo e os outros: Salvador, 1790-1890*, São Paulo: Corrupio, 1988, a partir da análise de testamentos de libertos.

¹⁴ Lei n. 1.083, de 22 de agosto de 1860 c/c Decreto n. 2.711, de 19 de dezembro de 1860.

¹⁵ Sobre o antiafricanismo manifestado especialmente no universo do trabalho, veja-se João José Reis, “A greve negra de 1857 na Bahia”, *Revista USP*, 18 (1993): 6-29; Também Dale T. Graden, “‘Uma lei...até de segurança pública’: resistência escrava, tensões sociais e o fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil (1835-1856)”, *Estudos Afro-Asiáticos* (30): 113-49, dezembro de 1996.

A dinâmica desse conjunto de transformações levaria, pouco menos de vinte anos após a fundação da Irmandade dos Desvalidos, a uma importante dissidência entre seus integrantes, o que desencadearia o processo de criação da Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD). A SPD, nascida da ruptura com a Irmandade, manteria com ela, porém, uma tensa relação de continuidade, evidenciando os elementos da mudança social que o mutualismo moderno propiciaria, articulando formas de renovação associativa, mecanismos de inserção social e estratégias de identificação racial.

O tema da participação política popular no Brasil do século XIX, em especial, cerca por muitos lados o objeto privilegiado nessa pesquisa, vale dizer, as alternativas de inserção social de populares.¹⁶ Isso porque é verdade dizer que inúmeros dentre eles formularam como efetiva resposta pública o seu envolvimento nas mais diversas formas de mobilização política violenta que se multiplicaram desde as guerras da independência até, pelo menos, o final da década de 1840 – para ficarmos com aquelas contestações mais decisivamente ameaçadoras da integridade do Império brasileiro.¹⁷ Nessa direção, a historiografia brasileira desde há pelo menos duas décadas vem procurando dar conta de um perfil a um só tempo compreensivo e quantificado dessa agitação popular, com vistas a superar uma leitura apenas protocolar do reconhecimento de sua importância e de seu papel no processo das manifestações políticas do período. Esses autores miram o desvendamento das expectativas sociais e políticas dos populares, encarecendo a noção de autonomia e muitas vezes a agenda particular que se extrai de seus planos e projetos, neles mais ou menos combinados elementos étnicos, de classe e de cor.

¹⁶ A expressão “inserção social” como opção a outras mais correntes, a exemplo de “estratégias” ou “alternativas” de vida, me foi sugerida pelo título e pela leitura do livro de Gabriel Aladrén, *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, Rio de Janeiro*, Editora FGV, 2009. Pela síntese que representa e por reportar diretamente à relação entre dois mundos, o da escravidão e o da liberdade, a expressão é mais eloquente, e por isso mais exigente, que as demais.

¹⁷ Nesse “calendário” de revoltas de grande monta despontam a Confederação do Equador, centralizada na Província de Pernambuco, em 1824, e sobretudo as chamadas revoltas regenciais, assim denominadas por terem estourado na Regência, intervalo entre a abdicação do primeiro Imperador (1831) e a subida ao poder, antecipada, do segundo (1840). São famosos os nomes da Farroupilha, da Cabanagem, da Sabinada e da Balaiada. À Rebelião Praieira (1848-49) se atribui o desfecho dessa cronologia de revoltas que, pela sua dimensão, arriscavam a união imperial.

A respeito da Balaiada, por exemplo, revolta que movimentou o Maranhão e parte das Províncias do Piauí e do Ceará entre os anos de 1838 e 1841, Mathias Röhrig Assunção afirma que:

o ideário dos rebeldes bem-te-vis [balaaios] mostra a importância do liberalismo popular numa província brasileira. Esse liberalismo se originou da apropriação do liberalismo das elites e a sua combinação com elementos da cultura popular regional. Suas características democratizantes e igualitárias, resultado das experiências políticas do período 1820-1840, ameaçavam o conservadorismo do segundo reinado.¹⁸

Marcus Carvalho, estudando a Rebelião Praieira, chega mesmo a dizer que o engajamento dos pobres no serviço das armas a mando dos seus patrões seria uma experiência politizadora, pois então “se falava de liberdade, de independência, de direitos do ‘povo’, de constituição. Claro que esses termos eram reinterpretados dentro do prisma pelo qual cada camada em particular percebia o mundo”.¹⁹

João José Reis, por sua vez, desenhou o perfil dos indivíduos presos nas pequenas assuadas ou desordens, nas manifestações dos patriotismos de rua ou vociferações públicas, generalizadas na Bahia da primeira metade do século XIX ao lado de revoltas mais audazes. Analisados quanto ao seu estatuto legal, sua cor e ocupação, encontram-se sujeitos de distintas categorias sociais, embora numericamente se destaquem os livres pobres. O autor sublinha uma interessante forma de defesa empenhada pelos conspiradores mais abastados, que, “por terem o que perder”, alegavam às autoridades o seu desinteresse em promoverem motins. O curioso é que entre os mais ricos e os

¹⁸ Mathias Röhrig Assunção, “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador”. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão” in Monica Duarte Dantas (org.), *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*, São Paulo, Alameda, 2011, p.323. Por outro lado, no século XVIII, petições de homens pardos dirigidas à Coroa permitem entrever, segundo Luiz Geraldo Silva e Priscila de Lima Souza, o teor de um projeto que não “acenava para a modernidade ilustrada, liberal e individualista então nascente no mundo atlântico. Antes denúncias e acusações imputadas aos brancos de serem indivíduos apegados aos bens materiais e às coisas deste mundo (...) ou de serem maus vassalos e infiéis à Coroa (...)”. Mas, salientam os autores, essa posição não deve ser entendida como precursora das demandas da era da Independência e daquelas que lhe seguem, pois estavam cingidas à reprodução da ordem oligárquica, consistente na postulação por mercês, graças e privilégios. Ver Luiz Geraldo Silva e Priscila de Lima Souza, “Without freedmen note: changes in the petitions of the pardos of Portuguese America throughout the eighteenth century”, Texto apresentado no Seminário Colonial (Mis) understandings: Portugal and Europe in Global Perspective, 1450-1900, Lisboa, FCT/CHAM, 2013, p.5-6.

¹⁹ Marcus J. M. Carvalho, “Negros armados por brancos e suas independências” In: Jancsó (org.), *Independência*, op. cit., p.897.

mais pobres por não poucas vezes se atualizava, mesmo nas contestações da ordem política, um vínculo de dependência que parecia garantir aos olhos do protegido o sucesso da empreitada, como que a indicar que “também para ganhar na política rebelde (...) se requeria lealdade e obediência aos poderosos no comando político”.²⁰

Na Sabinada, mais importante revolta liderada por homens livres na Bahia da primeira metade do século XIX, o caso de um “revoltoso” específico, Higino Pires Gomes, dá o tom dessas intrincadas redes e dos curiosos interesses que podem mobilizar para a tomada das armas. Ativo combatente da revolta, pode-se dizer que o seu destemor era diretamente proporcional ao desinteresse político pelo evento. Traficante de escravos, a revolta parecia lhe ter aberto boas oportunidades de empreendimento.²¹

Esses figurinos de contestação da ordem são interessantes evidências da complexidade que caracteriza as formas de agitação popular mais ou menos organizadas. Não raro as pretensões políticas de liberdade coexistem com laços de dependência pessoal, mesmo nos ensaios de revolução. A verdade é que o Brasil do século XIX tinha a nítida feição de uma sociedade de marcadas hierarquias, atravessada por um “antagonismo fundamental” entre senhores e escravos, que se manifestava cotidianamente no peso das subordinações e de relações interpessoais permeadas pela violência. O patronato (ou o clientelismo) como elemento central de organização e padrão das interações sociais, de alto a baixo, fazia-se presente na variedade de respostas de que também, e especialmente, lançavam mão os populares para se

²⁰ João José Reis, “Cor, classe, ocupação etc. – o perfil social (às vezes pessoal) dos rebeldes baianos, 1823-1833” in João José Reis e Elciene Azevedo (orgs.), *Escravidão e suas sombras*, Salvador, EDUFBA, 2012, p.311-312.

²¹ Pierre Verger divulga lista de suspeitos do tráfico de escravos na cidade de Salvador, enviada pelo cônsul inglês ao Foreign Office. Lá está “Aigines Pires Gomes”. Verger, op. cit., p.505; Confirmando a suspeita, F. W. O. Morton, *The Conservative Revolution of Independence: economy, society and politics in Bahia, 1790/1840*, Tese de Doutorado, Universidade de Oxford, 1974, pp. 366-7; Jaime Rodrigues, *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*, Campinas: Ed. Unicamp, 2000, p.156-158, descobre Higino Gomes como réu de um processo por tráfico ilegal de escravos (promovido após a lei de 1831). Nesse caso, para além da ilegalidade, o processo parecia também movido por interesses políticos, afinal Gomes, um ex-deputado liberal, entrava na mira dos conservadores, então no poder, tradicionalmente associados por seus adversários ao tráfico ilegal de gente; Sobre a Sabinada, consulte-se: Hendrik Kraay, “Tão assustadora quanto inesperada: a Sabinada baiana, 1837-1838”, in DANTAS, Mônica Duarte (orgs.), *Revoltas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*, São Paulo, Editora Alameda, 2011; Douglas Guimarães Leite, *Sabinos e Diversos: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837*, Salvador, EGBA, 2007.

equilibrar em meio às agruras da vida ordinária.²² É famoso o caso dos Henriques, batalhão da milícia negra colonial que lutou ao lado da legalidade oficial na repressão às contestações promovidas por pobres livres, libertos e escravos, até que perdesse o prestígio com as reformas raciais promovidas no Exército pelo governo da Regência.²³

O trabalho articulado nesse texto dialoga, portanto, com o universo dessas preocupações e, embora não tenha como objeto imediato as “saídas” pela revolta, considera a pluralidade e a intercessão de domínios populares no interior dos quais distintas formas de inserção social foram forjadas por trabalhadores pobres e livres. Pretende-se, portanto, descrever uma análise atenta à implicação dessas questões no cotidiano de estratégias populares, e interpretá-las sob o impacto do conjunto de transformações que alcançaram a cidade da Bahia no acelerado período que se abre a partir da década de 1830.

O período escolhido para a análise do tema tem em vista a criação da Irmandade dos Desvalidos e o fim da segunda década de existência da Sociedade Protetora dos Desvalidos, quando se acredita ter a SPD criado as condições que a distinguiriam como uma típica sociedade mutual. A ortografia dos textos e documentos originais dos Desvalidos foi atualizada, salvo quando se quer destacar a variação do português utilizado pelos irmãos e integrantes da SPD.

A documentação explorada nessa tese reúne, basicamente, os livros originais de atas, registros de sócios, penhores e demonstrativos financeiros da Irmandade e da Sociedade dos Desvalidos. Seus integrantes, irmãos e sócios, foram também encontrados nos livros de testamentos e de notas, guardados pelo Arquivo Público do

²² Para Katia Mattoso, o “compadrio” formava “uma cadeia de apadrinhamentos de natureza hierárquica, capaz de atravessar o conjunto do corpo social. Esses apadrinhamentos permitiam, por sua vez, a formação de clientelas cuja fidelidade se apoiava num pacto sempre renegociado e adaptado às circunstâncias do momento”. Mattoso, *Bahia, século XIX: uma província no Império*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, p.600-601. A noção de “antagonismo fundamental” é trabalhada por E. P. Thompson em “La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?” *In: Tradición, revuelta y conciencia de clase*, Estudios sobre la crisis de la sociedad pré-industrial, Barcelona, Editorial Crítica, 1989. Sobre liberalismo e clientelismo numa experiência revoltosa, veja-se Marcus J. M. Carvalho, *Hegemony and Rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835*, PHD Thesis, University of Illinois, 1989.

²³ Vide Hendrik Kraay, *Identidade racial na política, Bahia, 1790-1840: o caso dos Henriques*, *in: István Jancsó (org), Formação do Estado e da Nação*, São Paulo, Hucitec/ Ed. Unijuí, Fapesp, 2003, p. 521-546.

Estado da Bahia. Recorreu-se, ainda, a outros tipos de documentação sobre a vida associativa da Bahia do século XIX, além da consulta a periódicos da época.

O plano do trabalho inclui quatro capítulos, assim sumariados:

No capítulo 1, a discussão da noção de sociedade escravista exerce papel estruturante na proposta de integração da história da Bahia oitocentista às narrativas e problemas da história atlântica. Por sua vez, o conceito de segunda escravidão funciona como recurso heurístico para refletir a respeito dos impactos do sistema global sobre o universo do mercado baiano, suposta a sua integração periférica ao circuito de expansão escravista na primeira metade do século XIX. A diversificação do perfil étnico e da condição legal de seus trabalhadores e a coexistência dos trabalhos livre e escravo no mercado urbano despontam como temas centrais da conexão entre ambos os universos e escalas do problema. A racialização da política na Bahia, sobretudo a partir do fim das milícias de cor (1831), da Revolta dos Malês (1835) e da Sabinada (1837-38), produz importantes efeitos sobre a disposição das autoridades da Província, e também da Corte, em regulamentar e segregar tipos de trabalho urbano, o que provocará mudanças sensíveis nas formas de organização e de associação dos trabalhadores.

A matéria do segundo capítulo é a construção das sociabilidades modernas no século XIX, explorando-se o seu suporte histórico no legado das corporações e confrarias. O hibridismo da composição das irmandades oferecerá a oportunidade para a discussão do surgimento das associações de tipo moderno, a exemplo das associações civis e mutuais, em novo contexto que rompe e também reelabora práticas e significados da tradição corporativa. Num ambiente sociopolítico de crescente afirmação do indivíduo e de fortes sinais anticorporativistas, cumpre enfatizar que as alterações nas formas de associação a partir da década de 1830 interessam não apenas na materialidade das suas práticas, mas também nas inflexões que a própria mudança dos contextos pode ter produzido, ao atribuir novos lugares e papéis sociais aos seus integrantes. Os Desvalidos são sintomáticos nesse sentido porque se constituíram como irmandade numa época de alegada decadência das confrarias religiosas de leigos, de certa forma representando uma nova apropriação étnica desse tipo institucional.

O terceiro capítulo concentra a atenção sobre a experiência da Irmandade dos Desvalidos, confraria religiosa de pretos livres brasileiros, fundada em 1832, evidenciando seus traços corporativos e modernos. No estudo da irmandade, entre as décadas de 1830 e 1840, interessam a história de sua criação e de sua opção pela configuração corporativa e pelo fechamento étnico; seu processo de estruturação, administração e autonomia racial; os significados de seus discursos de cor, status e nacionalidade desde os primeiros anos de sua formação; a importância da religiosidade na sua dinâmica institucional; os tipos de socorros prestados em comparação com outras irmandades e mutuais; e o lugar ocupado por seus primeiros integrantes no espaço do trabalho urbano e do universo civil e político. Entende-se que os Desvalidos não partem de uma identidade profissional definida, ou de uma coesão política como grupo, algo que sucederá a partir da história da SPD (1851), o que valoriza a sua afirmação racial com apoio na autonomia que o letramento lhes assegurava.

No quarto e último capítulo, a ruptura que leva à criação da Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD) sugere que se comparem, em dois períodos e contextos distintos, a história da Irmandade e da Sociedade, chamando-se a atenção para questões como a construção de uma identidade profissional dos agora sócios mutuais, e para a prática de uma política de adesão às pautas promovidas pelo Estado. A inscrição de sócios-protetores, recrutados entre autoridades e reconhecidas personalidades da Província, seria compatível com a prosperidade econômica da Sociedade, num movimento que, ao mesmo tempo, encontra eco na elaboração da memória dos sócios a respeito de sua trajetória institucional, na qual o lugar da Irmandade é, se não ocultado, negligenciado. O estudo desenvolvido nessa seção do trabalho pretenderá também discutir as condições para a criação da SPD, seu diálogo com os processos que influenciavam o mutualismo no Ocidente e em particular na Bahia, e seus traços de sociabilidade moderna. O problema da identidade racial na SPD será enfrentado por meio da análise da noção, que lhe atribui a historiografia, de “agência de prestígio” de uma elite negra, promovendo-se o exame das condições em que a afirmação racial da associação teria se apoiado numa forma de “politização da cor” e de vedação do acesso de trabalhadores manuais sem qualificação a partir da década de 1860.

CAPÍTULO 1

Estado, capitalismo e escravidão no mundo atlântico do século XIX:

a sociedade escravista na Bahia.

A Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos foi criada na cidade de Salvador, no ano de 1832, como uma confraria exclusiva de não-escravos nascidos na América Portuguesa, que chamavam a si próprios de “crioulos livres de cores pretas”.²⁴ O amplo alcance material dessa divisa que adotavam viria a ser o de que, à diferença das irmandades coloniais, não haveria branco em nenhum dos seus lugares institucionais, e que também o modelo das irmandades de pretos, originalmente concebido para abrigar cativos e forros, seria dessa feita apropriado por pretos livres.

Por sua vez, a Sociedade Protetora dos Desvalidos, surgida do rompimento entre membros da Irmandade dos Desvalidos em fins de 1840, seria fundada oficialmente em 1851. Erguida como uma associação mutualista igualmente fechada do ponto de vista racial, e exclusiva de brasileiros, a aprovação de seus estatutos pela Presidência da Província, em 1861, chama a atenção para o improvável sucesso de uma sociedade mutual que, exclusiva de pretos, estabeleceu-se oficialmente no adverso ambiente político de um Conselho de Estado sistematicamente contrário à autorização do funcionamento de associações constituídas por “classes separadas pela cor”, na Corte.²⁵

Cada uma a seu modo – e especialmente essa em relação àquela – ambas as instituições podem ser pensadas nos termos de uma “redefinição étnica permanente”, de especial validade nas sociedades escravistas modernas, do tipo da que as viu nascer. É possível considerar que tanto o lugar social que pretenderam ocupar quanto a mudança que descreveram na forma de exercício do mutualismo popular, irmãos e sócios Desvalidos lograram fazê-lo pela exploração de elementos de diferenciação cuja potencialidade remetia diretamente a traços de uma sociedade em cujo complexo “terreno sócio-racial” os sujeitos “construíam diariamente as identidades e categorias raciais, e elaboravam para si mesmos o nexos ideológico entre a escravidão e a cor”.²⁶

²⁴ Ata da Sessão de 29/03/1835, em Klebson Oliveira, “Negros e escritas no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico”, Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2005, p.542. O texto do termo e de muitas outras atas da Irmandade dos Desvalidos se encontram nos anexos da tese de Oliveira, que produziu a edição filológica dos documentos analisados. No presente trabalho, a forma original dos textos é atualizada, para melhor compreensão.

²⁵ Parecer do Conselho de Estado, em 24 de setembro de 1874, *apud* Marcelo Badaró Mattos, *Escravidão e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, Rio de Janeiro, Bom Texto, 2008, p.107 e ss., e Sidney Chalhoub, *Machado de Assis: historiador*, São Paulo, Cia. das Letras, 2003, p. 241 e ss.

²⁶ Para pensar a noção de “redefinição étnica permanente” em sociedades escravistas, ver Manuela Carneiro da Cunha, *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, 2. ed., São Paulo, Cia.

Manejando as virtualidades dos formatos adotados por cada uma das respectivas instituições, os Desvalidos pretenderam calibrar sua inserção na hierarquia de uma sociedade que lhes oferecia novos elementos de representação social e política: cidadania, titularidade de direitos e capacidade de organização coletiva, que funcionavam tanto renovando formas antigas quanto avançando modernas, no interior do quadro que lhes abria a formação de novos espaços de sociabilidade. Nesses termos, a modernização associativa que está na base das trajetórias e expectativas de vida desses sujeitos oferece uma boa oportunidade para que se reflita sobre os nexos entre Estado, capitalismo e escravidão no século XIX, com ênfase nas características gerais da sociedade baiana do período.

Nesse capítulo, antes de que se possam explorar os diversos significados da experiência associativa dos Desvalidos, pretende-se dar curso a uma breve narrativa que permita dimensionar os espaços que indivíduos livres de cor, como eles, ocuparam no conjunto do sistema escravista montado na América portuguesa e no Brasil, privilegiando-se para tanto a explicitação de eventos e processos políticos de interesse para a vida dos baianos e brasileiros do período. Além disso, por meio da discussão do lugar da Bahia no processo de produção da riqueza global em meados do século XIX, também se põem em revista algumas das perspectivas historiográficas mais recentemente mobilizadas nesse sentido.

1.1. Numa sociedade escravista: a cidade, o Estado e as pessoas que emergem.

Em um denso estudo sobre escravidão e etnicidade, Manuela Carneiro da Cunha sugere que uma abordagem crítica consequente sobre os sistemas escravistas deve se concentrar na análise do lugar que neles ocupa a população livre de cor. Tomando por suposta a premissa de que os aspectos específicos do escravismo “são esclarecidos por referência ao sistema”, Cunha recomenda que se observe como essa população se forma, em que espaços se apresenta, como acessa a liberdade, e sob que compromissos,

das Letras, 2012, p.241-45, e João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Cia. das Letras, 1989, especialmente p.109-22; A citação é de B. J. Barickman, “As cores do escravismo: escravistas ‘pretos’, ‘pardos’ e ‘cabras’ no Recôncavo baiano, 1835”, in *População e Família*, São Paulo, n.2, 1999, p.9.

e ainda que “alianças e lealdades” garantem aos livres de cor sua incorporação ao sistema.²⁷

Essa abordagem eminentemente histórica do problema toma como índice da especificidade de um sistema escravista um de seus elementos mais dinâmicos: o processo de emancipação individual do cativo e suas implicações. Uma analogia com a história de alguns Estados americanos surgidos do processo de desagregação dos Impérios ibéricos poderia sublinhar a existência de um novo tipo de “contrato racial” em sociedades políticas que, emancipadas sob o signo da liberdade, conservaram a exploração do trabalho escravo como fundamento de sua reprodução social.²⁸ No primeiro termo da comparação (o Estado), o sistema que define os traços específicos do escravismo se confunde com o do poder político-institucional que mais imediatamente o mantém. No segundo (o “novo contrato racial”), a persistência e o recrudescimento da escravidão em Estados modernos independentes remetem a um sistema global e interestatal de produção no qual a subordinação do trabalho compulsório figura como elemento central de novas formas de desenvolvimento.²⁹

Esse “novo contrato”, tanto quanto variantes de um liberalismo de caráter escravista, soldaram em diferentes sociedades modernas as formas de um “continuum” entre escravidão e liberdade que explicariam em grande medida os compromissos e

²⁷ Cunha, Negros estrangeiros, p.33-34; Também Herbert S. Klein, “Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira”, in Dados, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, n.17, 1978, p.3, reforça o argumento, ao considerar que: “O papel desempenhado pela população livre de cor torna-se ainda mais decisivo como indicador da natureza fechada ou aberta de um dado regime escravista. Esse grupo oferece, para a massa dos homens de cor, modelos alternativos à função de escravo, e, como categoria social, ocupa uma posição intermediária entre os dois extremos: a liberdade e a escravidão (...)”.

²⁸ Sobre o colapso dos impérios ibéricos, ver Tulio Halperín-Donghi, *Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850*, Madrid, Alianza, 1985; José Carlos Chiaramonte, “La formación de los Estados nacionales en Iberoamérica”, *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, 3ª. série, 1º sem/1997; István Jancsó e João Paulo Pimenta, “Peças de um mosaico (ou apontamentos para um estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”, in Carlos Guilherme Mota (Org.), *Viagem incompleta, 1500-2000: a experiência brasileira*, São Paulo, Senac Editora, 2000, v.1, p.127-175.; Segundo Robin Blackburn, “Por que segunda escravidão?”, in Rafael Marquese e Ricardo Salles (Orgs.), *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*, p.23, “os senhores de escravos do século XIX promoveram novos preceitos políticos, negociaram novas alianças sociais e herdaram, adaptaram e reconfiguraram um contrato racial que atrairia o apoio de importantes grupos de pessoas livres, não escravistas, dessas sociedades”.

²⁹ Esse é um importante argumento de Immanuel Wallerstein, *The modern world-system III: The second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730-1840s*, New York, Academic Press, 1989, acerca do que entende como sistema-mundo e capitalismo histórico; Sidney W. Mintz, “The so-called world-system: local initiative and local response”, in *Dialectical Anthropology*, vol.2, n.4 (November 1977), p.253-270, discute a proposta de Wallerstein frente às posições de seus críticos.

lealdades assumidos por ex-escravos e indivíduos livres de cor frente à instituição da escravidão. A categoria do “continuum”, sublinha Luiz Geraldo Silva, permitiria pensar, de forma não reificada, a variação e a multiplicidade dos tipos de interação entre portadores de distintos status legais na sociedade escravista. Na amplitude da transição moderna de três impérios coloniais, Silva notou elementos de aproximação no comportamento de “afrodescendentes livres e libertos”, cujas demandas, no contexto das respectivas configurações sociais, “demarcavam suas diferenças tanto em relação aos indivíduos e grupos sociais do nível mais alto como em face dos escravos”.³⁰

No Brasil, particularmente, com a persistência do tráfico de escravos até meados do século XIX, a situação dos afrodescendentes era tal que, se por um lado, continua Silva, “o escravismo demarcava sua posição de status ascendente no continuum liberdade-escravidão, por outro lado prendia-os às cadeias ancestrais e eternas do cativeiro em decorrência do sinal periférico de sua ‘cor’”. Às restrições e impedimentos legais que a nova ordem jurídica representativa não banira de todo, no regime político e civil de libertos, os indivíduos livres de cor tratavam de opor a exploração de instrumentos de ascensão social que iam da ostensiva posse de escravos ao engajamento em novos espaços da ordem inaugurados como forças cívicas, como a Guarda Nacional, por vezes também estourando no conflito armado, com ou sem a mobilização explícita do discurso racial. No conjunto dessas alternativas, muitas vezes combinadas, as associações mutuais desempenharam um papel fundamental.³¹

³⁰ A respeito de um liberalismo escravista doutrinário, veja-se Rafael de Bivar Marquese, “Governo dos escravos e ordem nacional: Brasil e Estados Unidos, 1820-1860”, in István Jancsó (Org.), *Brasil: Formação do Estado e da nação*, São Paulo/Ijuí, Hucitec/Fapesp/Unijuí, 2003, p.251-265; Luiz Geraldo Silva, “Afrodescendentes livres e libertos e igualdade política na América portuguesa: mudança de status, escravidão e perspectiva atlântica”, *Almanack*, Guarulhos, n.11, dezembro de 2015, p.599. Nesse trabalho, o autor concebe de forma integrada os impérios coloniais espanhol, português e francês.

³¹ Silva, *Afrodescendentes*, p.622; “Senhores pretos” são o interesse central de Barickman, *As cores*; Sobre a Guarda Nacional, veja-se Jeanne Berrance de Castro, *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*, 2. ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1979; A sorte de alguns livres de cor nas milícias e Guarda Nacional da Bahia é tema de Hendrik Kraay, *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850*, São Paulo, Hucitec, 2011. A politização da raça e sua manifestação na revolta da Sabinada é estudada pelo autor em Hendrik Kraay, “Tão assustadora quanto inesperada: a Sabinada baiana, 1837-1838”, in Mônica Duarte Dantas (org.), *Revolutas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*, 1. ed., São Paulo, Editora Alameda, 2011, p.263-294. O assunto é também objeto dos trabalhos de Juliana Lopes Serzedello, *Identidades políticas e raciais na Sabinada (Bahia, 1837-1838)*, São Paulo, Ed. Alameda/Fapesp, 2013, e Keila Grinberg, “A Sabinada e a politização da cor na década de 1830”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.), *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p.269-296.

O universo das mulheres e homens que movimentaram esse cenário tinha se desenhado debaixo da ação de séculos de desembarque negreiro na América. O contingente da população de cor das regiões brasileiras mais densamente povoadas traduzia um padrão de múltiplas procedências étnicas articulado a práticas sociais de alforria que respondiam por uma paisagem humana de extrema diversidade.³² Na Bahia, um dos principais núcleos da expansão portuguesa na América, expressiva resultante desse processo seria o progressivo crescimento da população livre de cor e a força do seu peso, seja frente ao total de brancos, seja em relação à decrescente participação da população escrava no conjunto de habitantes até a década de 1870.³³

Catherine Lugar, explorando levantamento populacional realizado para o ano de 1808 na Bahia, apresentou a cifra de 43% de negros e mulatos livres na população da Capitania, que se distribuía ainda pelos 21,6% de brancos, 33,9% de escravos e 1,5% de índios. Importante é considerar que esse censo excluía regiões diretamente envolvidas com a produção em sistema de plantation, logo densamente escravistas, o que pronuncia nele a proporção de livres de cor.³⁴ Na capital da Bahia, segundo avaliação de João José Reis, a população no ano de 1835 montava a 65.500 pessoas, e o quadro de habitantes – contabilizados os ingressos devidos ao aumento do tráfico no início do século XIX – dividia-se em: 28% de brancos, 42% de escravos e 30% de libertos e livres

³² Há inúmeras obras importantes sobre o tráfico transatlântico de escravos, que tinha na América Portuguesa e no Brasil alguns de seus principais atores. Dentre elas, sobre a Bahia e a Costa dos Escravos, Pierre Verger, *Fluxo e Refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*, 3. ed., São Paulo, Corrupio, 1987; Sobre o Rio de Janeiro e Angola, Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes, formação do Brasil no Atlântico sul*, São Paulo, Cia. das Letras, 2000, e Jaime Rodrigues, *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780-1860*, São Paulo: Cia. das Letras, 2005; Em leitura comparada, Herbert S. Klein, *The middle passage: comparative studies in the Atlantic Slave Trade*, New Jersey, Princeton University Press, 1978; Dados globais sobre as viagens transatlânticas mobilizadas pelo tráfico de escravos se encontram-se no site: www.slavevoyages.org.

³³ Segundo Klein, *Os homens livres*, p.9, “uma estimativa, a grosso modo, da importância da população de cor livre, em relação à população total de cor, em todo o Brasil, alcançaria de 40 a 60% em meados do século, cifra esta que se elevaria constantemente, atingindo 74% no recenseamento de 1872. Comparadas com qualquer modelo de escravidão no Novo Mundo, estas cifras são extraordinariamente altas (...)”. Em Cuba, por exemplo, esse número girava em torno de 35%, no início da década de 1860; Ainda sobre o assunto, ver Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, *Escravidão no Brasil*, Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p.271 e ss.

³⁴ Os dados se encontram na tese não publicada de Catherine Lugar, “The merchant community of Salvador, Bahia, 1780-1830”, State University of New York, 1980, citada por Katia M. de Queirós Mattoso, *Bahia, século XIX: uma província no Império*, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992, p.85, e também por João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*, São Paulo, Cia. das Letras, 2003, p.22.

de cor. No começo da década de 1870, o censo promovido pelo Império anotaria a presença de 11,6% de escravos em Salvador, numa população de 108.138 mil indivíduos, 63% dos quais nem brancos, nem cativos.³⁵

QUADRO 1: Entrada de escravos na Bahia na primeira metade do séc. XIX

Períodos	Total de escravos
1821-1825	38.898
1826-1830	58.928
1831-1835	16.700
1836-1840	17.433
1841-1845	19.296
1846-1850	45.725
Totais	158.082

Fonte: www.slavevoyages.org

QUADRO 2: População da Bahia e de Salvador no século XIX

	Branços	Escravos	Livres de Cor
1808 (Capitania)	21,6%	33,9%	43%
1835 (Salvador)	28%	42% (28 mil)	30%
1872 (Salvador)	25,4%	11,6% (12.500)	63%

Fonte: Lugar, The merchant; Mattoso, Bahia: uma província;
Reis, Rebelião escrava; Recenseamento, 1872

Produção e reprodução social alimentadas pelo fluxo do tráfico atlântico de escravos se expressam nos dados dos Quadros acima, que informam, em primeiro lugar, o impacto que a ampla disputa política e diplomática travada entre senhores escravistas americanos e o Estado britânico promoveria sobre o número de cativos chegados à costa baiana. Sabe-se que a lei promulgada pelo Império brasileiro a 7 de novembro de 1831,

³⁵ Reis, Rebelião, p.22-24; Recenseamento do Brasil em 1872, Bahia, Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v3_ba.pdf, Acesso em 09 de março de 2017.

determinando o fim de sua participação no “infame comércio”, levaria a uma corrida de produtores para o abastecimento do contingente da força de trabalho nos anos imediatamente antecedentes ao início de sua vigência, o que se acusa no Quadro 1 pelo aumento em 51,5% da entrada de africanos na Bahia, no período entre 1826 e 1830. O que também se sabe é que a redução dos números do tráfico no período seguinte não passaria de meio escrúpulo, pois se é verdade que a cifra anterior jamais seria novamente alcançada, é igualmente verdade que um sólido consenso conservador entre comerciantes, produtores e atores políticos da “Internacional Escravista” criaria as condições para a continuidade do tráfico, no Brasil, até o ano de 1850. A explosão nas cifras do último lustro seria, enfim, seu último suspiro.³⁶

Em segundo lugar, os dados traduzem o modo como as operações do alto circuito escravista se fariam sentir localmente no perfil demográfico da Bahia. Tanto o decréscimo do ingresso de cativos quanto o expressivo papel das alforrias contariam como fatores decisivos para a elevação da massa de negros e mulatos livres em detrimento da população escrava da Província, que ainda assim seria a terceira maior do Império no início da década de 1870. Em números do censo, os cativos chegavam então a 164 mil. Na década seguinte, porém, em 1887, os registros oficiais indicariam queda expressiva no contingente de escravos para 77 mil, ao todo. Também respondia por esse quadro o progressivo comércio interprovincial de escravos, num movimento de fuga da força de trabalho sobretudo em direção à lavoura cafeeira no sudeste do Brasil, cuja intensidade de exploração de mão-de-obra se elevava a padrões inéditos na sociedade brasileira.³⁷

³⁶ Para a discussão das condições de uma “política da escravidão” mobilizada a partir do Brasil, ver Tâmis Parron, *A política da escravidão no Império do Brasil: 1826-1865*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011; Igualmente sobre o tema da lei de 1831, e especialmente sobre movimentos de reescravização de indivíduos livres de cor nas décadas seguintes, Sidney Chalhoub, *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*, São Paulo, Cia. das Letras, 2012; “Internacional escravista” é o codinome dado por Rafael Marquese e Tâmis Parron, “Internacional Escravista: a política da segunda escravidão”, in *Topoi*, v.12, n.23, jul-dez, 2011, p.97-117, ao bloco formado pelos principais produtores escravistas do século XIX (Brasil, Cuba e Estados Unidos) com vistas a deter as investidas abolicionistas crescentes desde o início do Oitocentos.

³⁷ Segundo Bert Barickman, “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881)”, in *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999), p.193, “assim que se fecharam os portos brasileiros ao tráfico negreiro, os cafeicultores do Sudeste recorreram à Bahia e outras províncias nordestinas como fonte abastecedora de trabalhadores cativos. Já em março de 1852, o presidente da Bahia denunciava a ‘multidão de escravos que são diariamente exportados da província para o sul do Império’”; Recenseamento do Brasil em 1872, op. cit.; Rafael Marquese e Dale Tomich, “O Vale do Paraíba

Na capital da Bahia, o cenário parecia dado desde o início da década de 1870, com o número absoluto de 12.500 escravos, menos da metade da população de cativos de meados da década de 1830. É bem conhecido na historiografia da escravidão o lugar determinante do padrão de alforrias da América Portuguesa e do Brasil na composição de uma expressiva população de libertos, e também sua especificidade em relação, por exemplo, ao escravismo da América inglesa e dos Estados Unidos. Nesse país, diz Cunha, “nos anos faustos entre a independência e o começo do século XIX, a população livre de cor não ultrapassou 8,5 por cento da população negra, e 5 por cento da população livre do Sul escravista”. Na Bahia, por outro lado, os casos cada vez mais conhecidos de escravos que compravam a própria liberdade dando em troca outro escravo provam não apenas o quanto era difundida a prática da manumissão, mas também e especialmente o grau generalizado de investimento de toda a sociedade no escravismo.³⁸

Nessas condições, a aceleração do “continuum” escravidão-liberdade e a construção de uma sociedade “democrático-representativa” convergiam na produção de um número expressivo de afrodescendentes livres em cidades como Salvador, e na qualificação de seus desafios por distinção num espaço social de hierarquias marcadas pela associação entre cor e status. Entre fins do século XVIII e início do século XIX, a Era das Revoluções, com seu repto às bases de reprodução social fundadas na desigualdade jurídica, produziu sobre esse “continuum” um interessante cenário de transições e ambiguidades que opunham nascentes linguagens modernas de individuação a demandas de igualdade ainda apoiadas em diapasão corporativo.³⁹

escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles (Orgs.), *O Brasil Imperial*, volume II, 1831-1870, Civilização Brasileira, 2009, p.339-383.

³⁸ Recenseamento do Brasil em 1872, op. cit.; Cunha, *Negros*, p.35-6; Alforrias por substituição foram encontradas por Mieko Nishida, “Manumission and ethnicity in urban slavery: Salvador, Bahia, Brazil, 1808-1888”, in *The Hispanic American Historical Review*, vol.73, n.3 (Aug., 1993), p.361-391; E João José Reis, “De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista”, in *Revista de História*, São Paulo, n.174, jun. 2016, p.21-24, fala de escravos proprietários de escravos nos séculos XVIII e XIX.

³⁹ Silva, *Afrodescendentes*, p.604-5; Luiz Geraldo Silva, “Negros de Cartagena y Pernambuco en la era de las revoluciones atlánticas: trayectorias y estructuras (1750-1840)”, in *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, v.40, n.2, 2013, p.222, tratando da posição de negros livres americanos frente às mudanças da Era das Revoluções, afirma que “es solamente a partir de entonces que sus demandas por igualdad política tienden a crecer, y que los nuevos principios liberales, basados en los individuos, empiezan a conformar la lógica de sus afirmaciones”; João Paulo Garrido Pimenta, *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c.1780-c.1830)*, Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo, 2012, p.13-18, sugere a noção de “espaço de experiência revolucionário

A história dos Desvalidos dá mostras a um só tempo dessa transição e da ruptura experimentadas como pretensão de se distinguir a própria cor na exploração das experiências institucionais. Fundar e manter, no início da década de 1830, uma irmandade sem a participação de brancos – usualmente presentes, ao menos, nas atividades escriturárias – aparece então como reivindicação por uma igualdade de cor de tipo corporativo, garantida pelo exercício do poder confraternal exclusivo numa irmandade de pretos, por equivalência àquele que brancos exerciam em suas próprias confrarias. Vinte anos depois, as demandas formuladas por aqueles que rompem com a irmandade, criando a Sociedade, assumirão a forma moderna da pretensão de igualdade no acesso aos bens de mercado, no bojo de uma associação civil como muitas que surgiam à época, salvo pelo fato de que a Sociedade Protetora dos Desvalidos era exclusiva de pretos.

A distinção da cor por meio da ocupação de espaços institucionais seria também uma estratégia de distinção na cor, haja vista as cerradas disputas por espaço no mercado de trabalho urbano no qual pretos livres ou escravos, libertos, pardos ou cabras projetavam ganhar a vida. De acordo com os estudos de Maria José de Souza Andrade, sobre amostra de escravos homens dos anos de 1811 a 1860, a força escrava de trabalho em Salvador era composta majoritariamente de artesãos (28,5%), certamente treinados por seus senhores para aumentarem a renda em trabalhos cuja especialização os destacava dos também numerosos trabalhadores de carga e transporte que abundavam na cidade (25%). Uma vez libertos, esses indivíduos tendiam a manter os ofícios antes desempenhados, como nota Maria Inês Côrtes de Oliveira, compulsando inventários e testamentos da capital da Bahia oitocentista.⁴⁰ Tudo considerado, era com escravos e

moderno” para pensar uma conjuntura que conecte experiências de distintas sociedades americanas no processo das revoluções liberais.

⁴⁰ Maria José de Souza Andrade, *A mão-de-obra escrava em Salvador (1811-1860)*, São Paulo, Corrupio, 1988, p.136-9; Diz Maria Helena M. Ochi Flexor, *Oficiais mecânicos na cidade do Salvador*, Salvador, Prefeitura Municipal, Departamento de Cultura, 1974, p.37-9, que “os ofícios não eram considerados ‘vil’ trabalho manual, próprio de escravos; pelo contrário foram exercidos – mantidas as devidas proporções – pela maioria de brancos e alguns de ‘status social’ de maior relevo, como os militares graduados”. Fato é que, como confirma a própria Maria Helena Ochi Flexor, “Os ofícios mecânicos e o negro no espaço urbano de Salvador”, *Ouro Preto*, Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano, 2008, p.811, “na prática os ofícios foram divididos entre os brancos e os negros, praticados, se não exclusivamente, mas numa grande maioria, ou por uns ou por outros”. O acesso aos diversos ofícios era estratificado, de modo que se alguns deles, como os de marceneiro e torneiro, eram dominados por brancos, outros eram amplamente desempenhados por negros, livres ou escravos, tais como os de

libertos que os artesãos e ganhadores da Irmandade dos Desvalidos concorreriam na década de 1830, contando para isso, porém, com alguns trunfos como a sua origem nacional, a sua condição de livres por nascimento (em sua maioria) e a retaguarda de sua agremiação, como se detalhará adiante.⁴¹

Liteira: serviço de transporte urbano e ofício de muitos africanos (c.1860)

Tanto a nacionalidade quanto a condição de livre seriam de fato vantagens, embora não absolutas, na vida do indivíduo de cor preta. Não é demais lembrar do que escaparam os pretos brasileiros na terrível repressão promovida pelas autoridades baianas após a Revolta dos Malês. Muitos dos libertos africanos que faziam a vida no ambiente urbano da capital seriam deportados para a África, ao passo que se sujeitariam os africanos cativos a vigilância ainda mais brutal.⁴² Da mesma forma, os negros da terra, homens livres trabalhadores do mar e dos Arsenais de Marinha, fariam força pela exclusão de escravos e africanos libertos dos postos muitas vezes comuns de trabalho, por vezes se beneficiando de decisões oficiais que, na forma de provimentos normativos, baniam fosse da navegação, do porto ou das construções públicas seus

tanoeiro, calafate, carapina, sapateiro e alfaiate; Maria Inês Côrtes de Oliveira, *O liberto: o seu mundo e os outros*, São Paulo, Corrupio, 1988, p.31-5.

⁴¹ Com documentação de nove paróquias da cidade de Salvador, cobrindo os anos entre 1848 e 1862, Kátia Mattoso, *Bahia*, p.532-4, contou quase 7.000 indivíduos com ofícios identificados, 37, 4% dos quais ocupados com diversas atividades ligadas aos ofícios mecânicos. Incluíam livres, libertos e escravos.

⁴² Reis, *Rebelião*, p.421 e ss.; O movimento de deportação e retorno de africanos, fruto da política adotada na Província como resposta ao medo-ambiente, foi estudado por Lisa Earl Castillo, "Mapping the nineteenth-century Brazilian returnee movement: Demographics, life stories and the question of slavery, in *Atlantic Studies*", 2016, 13:1, p.25-52.

potenciais concorrentes de cor.⁴³ Pretos livres brasileiros faziam encontrar assim seus interesses com o do Estado, pelejando contra escravos e libertos – mas especialmente contra africanos – que, porém, não estavam sós, haja vista suas redes de proteção e o interesse de seus senhores. Contavam ainda nessa equação, e sobretudo, o poder de organização de certas “frentes de trabalho”, notadamente os “cantos” que cativos e libertos da outra costa dominavam.⁴⁴

Arsenal de Marinha e Prédio da Alfândega em Salvador (c.1880)

Foi numa freguesia de “grande classe média”, repleta de pretos livres e libertos com “inclinação para a lavoura”, que nossos protagonistas iniciaram sua trajetória na Irmandade dos Desvalidos. Santo Antônio Além do Carmo, uma das dez divisões administrativas da cidade de Salvador e seu Termo, abrigava a Igreja dos XV Mistérios, em cuja sede os Desvalidos ocupavam uma capela.⁴⁵ Era praxe na organização das confrarias que muitas delas se reunissem numa mesma igreja, e que isso implicasse

⁴³ Mattoso, Bahia, p.531, escreve: “Em 1850, por exemplo, escravos e estrangeiros foram proibidos de tripular saveiros, usados na navegação de cabotagem (...)”, mas “em 1861, os estivadores do porto de Salvador protestaram junto ao Presidente da Província contra o ingresso de um número crescente de escravos na atividade”. “No mesmo espírito, ela completa, os poderes locais decidiram, em 1848, não mais utilizar escravos nas construções públicas, ficando o setor, a partir de então, inteiramente reservados aos trabalhadores livres”.

⁴⁴ Para o desenvolvimento dessa trama de política, etnicidade e trabalho urbano, ver João José Reis, A greve negra de 1857 na Bahia”, Revista USP, 18 (1993): p.6-29; Escreve também sobre os “cantos” Ana de Lourdes Ribeiro da Costa, “Espaços negros: ‘cantos’ e ‘lojas’ em Salvador no século XIX”, in Caderno CRH, Suplemento, p.18-34, 1991.

⁴⁵ Anna Amélia Vieira Nascimento, Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX, Salvador, Edufba, 2007, p.130-35.

alguma negociação, como no caso dos próprios Desvalidos e da Irmandade da Nossa Senhora dos XV Mistérios que, primeira ocupante do espaço, custaria a autorizar a adoração da mesma Padroeira (Nossa Senhora da Soledade) por uma irmandade vizinha.⁴⁶

Alguns dos Desvalidos que circulavam na freguesia que contava com cerca de 50% de livres e libertos formavam uma primeira geração de indivíduos nascidos livres, segundo indicam seus testamentos, o que lhes pode ter significado um expressivo salto em termos pessoais e políticos. Hendrik Kraay sinalizara a importância dessa condição para muitos dos integrantes do Batalhão dos Henriques, milícia de pretos das Forças Armadas da América Portuguesa, salientando a apropriação que faziam de seu lugar de pretos livres e o valor que atribuíam à oportunidade de ascensão que a eles se tornara real pelo fato de se encontrarem a, pelo menos, uma geração da escravidão.⁴⁷

Após a constituição do Estado nacional, essa diferença tomaria uma expressão ainda maior. Numa sociedade em que o trabalho urbano reunia pretos de todos os status, ser livre significava reter e exercer direitos políticos que, por exemplo, muitas irmandades iam retirando aos cativos seus integrantes, numa quadra em que fazer política se afirmava como um direito individual.⁴⁸ Ser livre, e não liberto, redundava igualmente na possibilidade de postular cargos direta ou indiretamente associados à condição plena de cidadania, posições que aqueles uma vez escravizados não alcançariam, nos termos da Constituição do Império do Brasil, outorgada em 1824. Com efeito, postos na Guarda Nacional – a nova milícia cívica – cargos como juiz de paz e, sobretudo, o voto que definia aqueles que assumiriam os parlamentos provincial e geral não eram acessíveis a ex-escravos.⁴⁹

⁴⁶ Acervo da Sociedade Protetora dos Desvalidos (ASPD), Livro de Termos, fls. 2-11V, cuja documentação demonstra reiteradas solicitações dos Desvalidos, com vistas ao uso da imagem da Padroeira.

⁴⁷ São, por exemplo, os casos de Daniel Correia, Testamento, APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos (SJ/IT), 5/1465/1934/43, José Pedro Paraguassu, Testamento, APEB, SJ/IT, 2181/2650/08, e Feliciano Primo Ferreira, Inventário, APEB, SJ/IT, 7/3062/11; Kraay, *Política Racial*, p.148-50.

⁴⁸ Marcelo Mac Cord, *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*, Campinas, Ed. Unicamp, 2012, p.57-63, explica os motivos por que irmandades que reformavam seus Compromissos na década de 1830 e 1840 impediam novas matrículas de escravos ou vetavam aos que nela já se encontravam o gozo de direitos políticos. No caso da Irmandade de São José do Ribamar, no Recife, o discurso dos confrades evidenciava o caráter “antimoderno” da presença escrava na confraria.

⁴⁹ Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, Título 4º, Capítulo VI, Artigos 90 a 97, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm, Acesso em 12

Como demonstrou Kraay, foi se valendo de seu lugar na “elite” da população de pretos da capitania baiana que comandantes dos Henriques radicalizaram o discurso racial na luta política pela manutenção das milícias após a independência. Afinal, era a sua concepção de cidadania racialmente segregada que estava em jogo. Em 1831, ano-chave para o futuro desses homens pretos, o fim das milícias sublinharia a tensão entre, por um lado, as oportunidades políticas que o discurso do liberalismo oficial agitava para os homens livres, e, por outro, os conflitos que a supressão de mediações jurídicas típicas do Antigo Regime provocaria entre eles e certas forças do Estado.⁵⁰ Não por acaso, num dos mais decisivos conflitos dessa época, a Sabinada, em 1837, Francisco Xavier Bigode e José de Santa Eufrásia, antigos oficiais dos Henriques, lutariam contra as autoridades imperiais num restaurado batalhão da milícia preta, numa revolta cuja pauta racial seria pronunciada, embora mantidos os protocolos da sociedade escravista.⁵¹

O Major José Fernandes do Ó – ele mesmo, um ex-Henrique –, o Tenente Quartel-mestre Carlos Manoel Rozena e o Capitão Gregório Manoel Bahia, membros da Irmandade dos Desvalidos, acham-se listados como integrantes do 1º Corpo de 2ª Linha da Companhia dos Artífices, intitulado “Voluntários Leais à Pátria”, comandado pelo Coronel Bigode, todos eles promovidos de patente e dessa forma motivados para a defesa da cidade que acabavam de ocupar. No limite, a pretensão de distinção

de abril de 2017; Uma leitura histórico-jurídica do modelo da Constituição Imperial é feita por Andréa Slemian, *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*, São Paulo, Hucitec/ Fapesp, 2009; Sobre o juizado de paz e seus diversos regulamentos no Brasil imperial, Thomas Flory, *Judge and Jury in Imperial Brasil, 1808-1871: social control and political stability in the new state*, Austin/Londres, University of Texas Press, 1981; A defesa da cidadania plena dos libertos tem um forte representante no Deputado e Conselheiro baiano Antônio Pereira Rebouças, especialmente em seus Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados em 1832, Rio de Janeiro, Typographia Imperial e Constitucional de E. Seignot-Plancher, 1832.

⁵⁰ Kraay, *Política Racial*, p.335-46; Silva, *Afrodescendentes*, p.604, anota que “graças à diminuição do diferencial de retenção de poder do nível mais alto, as lutas e tensões entre os dois níveis se tornam mais abertas e mais diretas, posto que baseiam-se em conceitos modernos como os de *igualdade política e cidadania*, e não nas antigas noções de *honra e nascimento*” (Grifos originais).

⁵¹ Sobre Bigode e Eufrásia, Kraay, p.335 e ss.; Em medida que radicalizava a guerra contra as autoridades do Império, o governo da Sabinada determinou a criação de um batalhão constituído por escravos nascidos no Brasil, o “Libertos da Pátria”, providenciando a sua correspondente liberdade, a fim de se engajarem nas frentes de batalha. Tanto o fato de que só crioulos e não africanos houvessem sido convocados, como também a recusa de Daniel Gomes de Freitas, Ministro da Guerra, em punir oficiais que se recusavam a comandar essa tropa, revelam com muita nitidez a sua bitola escravista. Sobre o caso, ver Daniel Gomes de Freitas, *Narrativa dos sucessos da Sabinada*, Publicações do Arquivo Público do Estado da Bahia, I, p.261-333.

desembocara na guerra, mas para o redator do Correio Mercantil não surpreendia que o ataque às instituições constituídas viesse de quem vinha. Em sua manifestação a respeito da repressão oficial aos revoltosos, ele deplorou a deportação de “pedreiros, calafates, carpinteiros, que, largando seus ofícios, tanto hostilizaram a Sagrada Causa da Integridade do Império”.⁵² Na opinião do publicista conservador, os artífices que haviam destruído a cidade deveriam obrar a sua reconstrução.

Trinta anos depois, outros Desvalidos teriam importante participação também em uma guerra de monta, dessa feita mais ao sul e contra um badalado inimigo externo. Mobilizados para a Companhia dos Zuavos baianos, a participação de membros da Sociedade Protetora dos Desvalidos na Guerra do Paraguai (1864-70) seria, porém, de fatura bastante diversa. Sintoma da nova posição assumida pelos sócios Desvalidos frente às autoridades provinciais, os Zuavos, tropas de homens pretos, representavam a extensa malha patronal que permitia tanto aos de cima quanto aos de baixo prestarem seus serviços e obterem reciprocamente suas graças nos distintos níveis hierárquicos que ligavam o Imperador aos artífices, passando pela intervenção dos Coronéis. Nesse caso, o Coronel era Joaquim Antônio da Silva Carvalhal, 1º Cadete de Linha na guerra da Independência, Coronel reformado da Guarda Nacional e funcionário aposentado da alfândega. Paisano, seria ele o principal responsável pela montagem da Companhia. Contemplados pelo interesse do Estado, nessa guerra os oficiais das Companhias, também oficiais mecânicos, André Fernandes Galiza, Marcolino José Dias, Militão de Jesus Pires e Nicolau da Silveira, sócios da SPD, cerraram fileiras do lado da ordem.⁵³

⁵² José Fernandes do Ó servira como Capitão da 2ª Companhia de Caçadores até o ano de 1823. Ele apresentou requerimento de dispensa às autoridades, alegando necessitar de “descanso” e ainda a ausência de meios para “exercer com decência o dito posto”; Cf. Arquivo Histórico do Exército, RQ JJ 229-5575, Requerimento de José Fernandes do Ó, c.1824. Agradeço a Hendrik Kraay a cópia desse documento; O Sete de Novembro, Diário Político e Comercial, edição de 7 de dezembro de 1837, fl.56, Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, Acesso em 10 de abril de 2017; Correio Mercantil, edição de 6 de abril de 1838, citada por Dilton Oliveira de Araújo, O Tutu da Bahia, Bahia: transição conservadora e formação da nação, 1838-1850, Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Tese de Doutorado, 2006, p.47.

⁵³ Os Zuavos foram as companhias de homens negros recrutados na Bahia e em Pernambuco para combaterem na Guerra do Paraguai. Adotariam o nome e o uniforme por inspiração das tropas coloniais francesas da Argélia. Sobre o tema, Hendrik Kraay, “Os companheiros de Dom Obá: os Zuavos baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai”, in Afro-Ásia, 46 (2012), p.121-161; Sobre Carvalhal, APEB, SJ/IT, LT 55, fls.10V-15; APEB, SACP, maço 3454, Correspondência de Joaquim Antônio da Silva Carvalhal ao Presidente da Província, Salvador, 13 de setembro de 1865; Outro sócio, Justino Fernandes de Sant’Anna, tem sua participação na guerra confirmada pela solicitação de auxílio que a sua esposa

O espaço da política que se abria aos livres de cor, sobretudo após 1831 com a queda de Pedro I, obviamente não era contraditório com as gestões clientelistas que alavancaram a criação de alguns dos importantes instrumentos de inserção social de artífices pardos e pretos, como especialmente a fundação de sociedades mutuais. Poucos anos depois de criada, em 1832, a Sociedade dos Artífices, primeira mutual baiana, composta majoritariamente por pardos, adentraria o rol das associações protegidas pelo Imperador, rebatizando-se sob o nome de Imperial Sociedade dos Artífices.⁵⁴ Nesses termos, Estado e sociedade promoviam tanto a ampliação dos espaços de representatividade política, como também dispunham dos novos códigos e instrumentos por meio dos quais a ascensão social dos livres de cor podia se dar de forma alternativa à explícita confrontação do edifício institucional do novo Império.

Nessa rede urdida entre política e patronato, o processo eleitoral despontaria como síntese de uma nova institucionalidade, embora passível de ser capturada pelas redes de clientela que alcançavam desde os arranjos para proteção contra o recrutamento forçado até os alistamentos eleitorais debaixo da vara de lideranças paroquiais. De uma forma ou de outra, como salienta Miriam Dolhnikoff, “a fraude eleitoral, a escravidão e o voto censitário não eram incompatíveis com o modelo de representação do século XIX”, e qualificar-se como votante era, de fato, uma nova experiência de cidadania que especialmente no Império brasileiro tomou forma mais ampliada do que em terras de liberalismo antigo, como a França ou a Inglaterra.⁵⁵

Manoel Leonardo Fernandes e Antônio José Bracete, expressivas lideranças da Sociedade Protetora dos Desvalidos na década de 1860, encontram-se, em 1878,

encaminha para o Conselho da SPD, na sessão de 03/03/1868, conforme se vê da respectiva ata, em Oliveira, Negros, p.1030.

⁵⁴ Para um quadro do complexo problema da formação da nacionalidade na porção luso-americana, e suas implicações na chamada crise do Primeiro Reinado, ver Jancsó e Pimenta, *Peças de um mosaico*, e Gladys Sabina Ribeiro, *A identidade em construção: identidade nacional e conflitos antilusos no Primeiro Reinado*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002; Maria das Graças Andrade Leal, *Artífices baianos em um momento de crise e o mutualismo em debate (1852)*, in *Tempos Históricos*, vol.20, 2º semestre de 2016; Maria Conceição Barbosa da Costa e Silva, *Sociedade Montepio dos Artistas da Bahia: Elo dos trabalhadores em Salvador*, Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, 1998, p.35.

⁵⁵ Hendrik Kraay, “Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial”, in *Diálogos*, DHI/UEM, v.3, n.3: 113-151, 1999; Richard Graham, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997; Miriam Dolhnikoff, *Império e governo representativo: uma releitura*, in *Cadernos CRH*, Salvador, v.21, n.52, Jan/Abr 2008, p.22; José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, 2. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, p.38, estima a redução do percentual de eleitores no Império de 13% para 0,8% da população livre, após a Reforma Eleitoral instituída pela Lei Saraiva, em 1881.

qualificados como eleitores. Segundo a legislação eleitoral brasileira, isso significava que, por contarem com renda superior à exigida para os votantes primários, eles teriam alcançado o segundo grau do processo de escolha daqueles que cumpririam mandatos nas diversas instâncias representativas da Província e do Império. O marceneiro Fernandes, 65, declarara 500\$000 anuais, enquanto Bracete, 61, seu companheiro de ofício, 600\$000.⁵⁶

Pela renda declarada, porém, mais do que elegerem, os dois sócios da SPD poderiam ser eleitos, e pelo menos no caso de Bracete a eleição não era tentada pela primeira vez. Catorze anos antes, ele lançara mão da publicação de um anúncio na imprensa local, esclarecendo a circunstância da mudança de seu nome, originalmente José dos Santos Bracete, e atribuindo-a à chegada de um homônimo na freguesia, vindo do Rio de Janeiro. Com o propósito de assegurar que todos soubessem de quem e do que se tratava – pois podia ser “procurado por alguém, visto ser tempo de eleições” – o qualificado marceneiro resolveu declarar em tom de reclame que “meu nome é Antônio José Bracete”.⁵⁷

Aldrin Castellucci diz que até 1881, ano da famigerada reforma eleitoral, “as listas de votantes estão repletas de membros das classes operárias em geral e dos trabalhadores de ofício em particular, estes mais qualificados e melhor remunerados”. De fato, esse era o caso dos ex-membros do Conselho da SPD, numa sugestão de que com a experiência político-associativa podem ter ameadado condições para a ascensão econômica a partir de sua qualificação profissional. Numa amostra de listas eleitorais para os anos entre 1850-1881, Castellucci depara 35,8% de artesãos no total da população votante da capital. Embora os Desvalidos não fossem ricos, mas remediados, o enquadramento dos artífices da SPD numa estrutura formal de representação política até então razoavelmente aberta lhes tinha conferido um estatuto relativamente

⁵⁶ ASPD, Livro de Atas (1862-1868) é o livro onde se encontram as atas do período em que os dois sócios mencionados compõem o Conselho da SPD, por sucessivos mandatos; Constituição Política do Império do Brasil, Artigos 91 a 96; As qualificações de Fernandes e Bracete estão publicadas n’O Monitor, edição de 30 de julho de 1878, fl.2.

⁵⁷ Antônio Bracete publicou seu anúncio no jornal O Alabama, edição de 9 de agosto de 1864. Esse documento me foi sugerido pela leitura de Lucas Ribeiro Campos, “Sociedade Protetora dos Desvalidos: alianças, conflitos e redes de proteção entre lideranças de cor na segunda metade do século XIX”, Texto apresentado em Seminário do Grupo de Pesquisa “Escravidão e Invenção da Liberdade”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, em 12 de maio de 2017.

palpável de cidadania. Dispondo de renda, usando a imprensa e participando da eleição, evidenciavam marcas ostensivas de sua inserção social.

Assim formalmente considerados, os termos da cidadania política liberal remetem diretamente à formação do espaço representativo e parlamentar que, nas sociedades modernas, viria a se caracterizar pelo desprestígio político das corporações e pela progressiva constituição dos partidos.⁵⁸ Embora não caiba falar rigorosamente em partidos políticos programáticos no Brasil antes do fim da década de 1860, a noção de uma agremiação política com participação no foro parlamentar vem de ser rastreada desde a Constituinte de 1823, estabelecendo-se mais claramente, segundo Jeffrey D. Needell, com a prática dos Conservadores (ou liberais moderados) em torno da Câmara, por volta de fins da década de 1830.⁵⁹

À época, um fantasma em especial assombrava os campeões da política imperial: ao lado das ameaças de “haitianização”, as revoltas de setores da população livre que de Norte a Sul do país arriscavam a integração do Império atuariam como poderosos aconselhadores do diálogo entre partidos que, em torno de diferentes apropriações do liberalismo, logravam apresentar publicamente suas concepções de Estado nacional. Uma das mais efetivas e bem estruturadas propostas foi objeto da análise de Ilmar Mattos, que, a partir do exame da atuação de “dirigentes públicos” do núcleo fluminense desde fins do Período Regencial, observou a construção recíproca da classe senhorial e do Estado na consolidação do aparato institucional brasileiro. Mattos deu a esse período de hegemonia conservadora o nome de “Tempo Saquarema”.⁶⁰

Na Bahia, a repressão à Sabinada nos anos que se seguem a 1838 é tradicionalmente vista na historiografia especializada como a senha para a normalidade da vida institucional da Província, sobretudo o adensamento de sua agenda

⁵⁸ A noção de cidadania centrada na figura do indivíduo, e não sobre a representatividade das corporações, consiste em importante característica da cultura política moderna que se desenvolvia no mundo ocidental europeu e americano. Não deixaram de existir, porém, experiências de legitimidade política dos “pueblos”, cuja legitimidade de fundo corporativo se manifestou no processo de independência de algumas regiões da América Ibérica, como aquelas de que falam María Teresa Calderón e Clemént Thibaud em *La Majestad de los pueblos en la Nueva Granada y Venezuela, 1780-1832*, Colección Bicentenario, Bogotá, Universidad Externado de Colómbia, 2010.

⁵⁹ Jeffrey D. Needell, “Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857”, *Almanack Brasiliense*, São Paulo, n.10, p.5-22, nov. 2009.

⁶⁰ Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*, 5. ed. São Paulo, Hucitec, 2004.

parlamentar. É esse precisamente o argumento de Wanderley Pinho, para quem “à política militar-demagógica, de ação direta e violenta, seguiu-se a eleitoral-parlamentar, muito estimulada e ajudada pelos êxitos e famas de tribuna na Assembléia Provincial”.⁶¹ Dilton Araújo demonstrou, porém, a inconsistência desse argumento e afirmou que, diferentemente do que se estabeleceu na historiografia sobre o período entre 1838 e 1850, “grupos intermediários e inferiores da sociedade baiana ainda se movimentaram em torno de projetos políticos e ideológicos que não foram contemplados nos arranjos institucionais da década de 1830”. Nesse fato residiria uma permanente tensão política que o discurso pacificador das autoridades da época, altamente comprometido com a construção da unidade do Estado, não teria sido capaz de suprimir. Ao invés da paz das tribunas, o regresso conservador na Bahia trabalharia dentro e fora da máquina do Estado, sobretudo na imprensa, para conjurar o medo projetado desde meados da década por africanos (malês) e brasileiros (sabinos) sobre a obra dos “construtores” do Estado nacional.⁶²

As aventuras dos Desvalidos mais ou menos demarcadas pelo espaço institucional da Província haveriam de se abrir também para outros espaços mais amplos. Antes de alguns deles serem despachados para empunhar armas no batalhão de pretos da Guerra do Paraguai, o caminho atlântico de costa a costa seria acompanhado, por exemplo, por João Francisco Régis, filho de Maria Rosário da Conceição, fundadora de uma das mais importantes casas africanas de candomblé da cidade, criada na primeira metade do século XIX. Conceição, nascida no Reino de Ketu, comandaria uma atividade religiosa constantemente guarnecida com materiais embarcados em portos africanos. Por sua vez, Manoel José D’Etra, irmão e sócio Desvalido de muitas posses, teria um papel importante na ponte macabra estendida entre Brasil e África. Letrado, como outros irmãos Desvalidos, D’Etra servia como escriba

⁶¹ Sobre a Sabinada, Paulo Cesar de Souza, *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia, 1837*, São Paulo, Brasiliense, 1987; e Douglas Guimarães Leite, *Sabinos e diversos: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837*, Salvador: EGBA, 2007; José Wanderley de Araújo Pinho, “A Bahia – 1808-1856”, in Sérgio Buarque de Holanda (Org.), *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*, São Paulo, Difel, 1972, vol.2, p.284.

⁶² Dilton Oliveira de Araújo, *O Tutu da Bahia, Bahia: transição conservadora e formação da nação, 1838-1850*, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Tese de Doutorado, 2006, p.36, 112-150.

de um notório traficante de escravos na sua comunicação comercial com sócios da outra margem.⁶³

Passemos agora a explorar alguns dos significados do “fluxo e refluxo” entre Brasil e África na posição assumida pela Bahia no sistema global.

1.2. Notas sobre capitalismo e escravidão atlântica.

Reafirmando seu argumento sobre a formação do Brasil no Atlântico Sul, e enfatizando a necessidade de historicização do processo de desenvolvimento da escravidão na economia mundial, Luiz Felipe de Alencastro afirmou, em texto recente, que:

Ultimately, the defining features of the South Atlantic network are the bilateral exchanges with Africa and the coupling of the Brazilian slavery and slave trade with the industrial production and free trade movement in England. As in many key issues in history, the main distinction between North and South Atlantic history lies in the periodization.⁶⁴

É amplo o debate e são muitos os diferentes enquadramentos conceituais voltados a pensar o lugar da força de trabalho moderna e das relações sociais dela decorrentes num sistema mais ou menos ampliado da economia mundial.⁶⁵ Aquilo de que trata Alencastro nesse texto, porém, fere em síntese dois elementos fundamentais a respeito da posição do Brasil (antes da América Portuguesa) no quadro geral de sua formação histórica: a centralidade de sua relação bilateral com a África ao longo dos séculos de vigência do tráfico de escravos, ao lado da significativa alteração de ritmo e

⁶³ Lisa Earl Castillo, “O Terreiro do Alaketu e seus fundadores: história e genealogia familiar, 1807-1867”, in *Afro-Ásia*, no 43 (2011), p.213-259; João José Reis, “De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista”, in *Revista de História* (São Paulo), 2016, n.174, p.37-8.

⁶⁴ The Ethiopic ocean: History and historiography, 1600-1975. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *The south Atlantic, past and present*. Dartmouth, Mass: Tagus Press, 2015, p.45.

⁶⁵ Esse debate pode ser seguido desde os impactos da publicação do trabalho seminal de Maurice Dobb, “Studies in the development of capitalism”, na década de 1940, passando pelo famoso debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, de Paul Sweezy e outros, e pelas intervenções aportadas à discussão sobre o conceito de capitalismo e de sistema global desde a década de 1970, caso, por exemplo, de Immanuel Wallerstein.

volume que nessa relação produziria a “reintegração do mercado mundial sob a hegemonia do capital britânico”.⁶⁶

Trata-se, assim, de identificar duas variáveis centrais na compreensão do papel das trocas sociais para o desenvolvimento de uma sociedade específica no sistema de produção global: uma delas, a “bilateralidade” secular mantida entre os portos americanos e os da África; a outra, que mais recentemente tem provocado vivos debates na historiografia, a ruptura provocada no padrão do escravismo atlântico que vigorava até a constituição do domínio inglês sobre o comércio e as finanças mundiais entre fins do século XVIII e início do século XIX. A esse fenômeno se tem dado o nome de “segunda escravidão”.⁶⁷

Válida para o debate, Immanuel Wallerstein avança a definição de uma unidade de análise no interior da qual essa “segunda escravidão” poderia ser pensada. Segundo o autor, “the states do not develop and cannot be understood except within the context of the development of the world-system”. Portanto, é dentro de um sistema interestatal que faria sentido examinar os fluxos sociais e a posição dos diversos atores de unidades intra-estatais, que especialmente durante a colonização portuguesa na América reproduziam-se isoladamente umas das outras, embora sujeitas a uma mesma administração central e a condicionamentos globais. Esse era certamente o caso da Bahia e do “complexo de engenho maduro” nela implantado, que mediava suas principais relações com o sistema mundial.⁶⁸

⁶⁶ Dale W. Tomich, *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*, São Paulo, Edusp, 2011, p.21-52, 85.

⁶⁷ Rafael Marquese e Ricardo Salles, “A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia”, in Rafael Marquese e Ricardo Salles (Orgs.), *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016, p.99-161, discorrem em longo texto analítico a respeito das condições em que é possível pensar a escravidão oitocentista como uma “nova escravidão”.

⁶⁸ Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System, I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, New York, Academic Press, 1974, p.67; Sobre territórios, “nacionalidades” e administração política na experiência da América Portuguesa, ver István Jancsó e João Paulo G. Pimenta, “Peças de um mosaico (ou apontamento para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”, in Carlos Guilherme Mota (Org.) *Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500-2000)*, São Paulo, Editora SENAC São Paulo, 2000; A noção de “complexo de engenho maduro” é retirada de Joseph C. Miller, “O Atlântico escravista: açúcar, escravos, engenhos”, in João José Reis e Carlos da Silva Jr. (Orgs), *Atlântico de dor: faces do tráfico de escravos*, Cruz das Almas, EdUFRB, Belo Horizonte, Fino Traço, 2016, p.41-69; Para uma discussão do sistema de plantation sob a ótica da conjunção entre terra, capital e trabalho, ver Sidney Mintz, “Was the plantation slave a proletarian?”, in *Review* (Fernand Braudel Center), vol. 2, n.1, (Summer, 1978), p.81-98.

Para assentar a noção de uma “segunda escravidão”, os historiadores reuniram um conjunto de indicadores ostensivos dessa mudança de padrão entre um primeiro escravismo (colonial) e um segundo, plenamente ativo no século da liberdade. Vale dizer, não apenas ativo mas recrudescido contemporaneamente às emancipações políticas de cunho liberal na América e ao surgimento de movimentos antiescravistas na Europa, nomeadamente na Inglaterra, pólo financiador, transformador e consumidor da nova escravidão. Nesse modelo oitocentista da escravidão moderna há concentração da produção em novas fronteiras, e em commodities agrícolas particulares que servem ao crescimento agressivo de um mercado consumidor na Europa industrializada. As novas áreas de expansão - sul dos Estados Unidos, sudeste brasileiro e Cuba – e seus produtos – algodão, café e açúcar, respectivamente – ocupam os espaços abertos pelo esgotamento da capacidade produtiva de antigas áreas coloniais, muitas delas emancipadas. O caso clássico é o da Revolta de São Domingo, que não só apeou do poder a metrópole colonizadora como destruiu a máquina produtiva da ex-colônia do Caribe. Pela sua relevância tanto econômica quanto política no sistema da primeira escravidão, a revolta (1791-1804) é tomada como um dos marcos da segunda.⁶⁹

A face mais brutal dessa nova configuração sócio-produtiva, porém, é evidenciada pelos números do tráfico. Estima-se que dos cerca de 4 milhões de escravos que foram desembarcados em portos brasileiros ao longo dos 4 séculos de “infame comércio”, cerca de 1,2 milhão tenha entrado no país no século XIX, boa parte desse número destinada a abastecer as plantations de café que se constituíam desde inícios do século sobretudo no Vale do Rio Paraíba do Sul, sudeste do Brasil.⁷⁰ A intensificação da produção e a corrida por mão-de-obra implicariam o aumento da violência do regime escravista e o agravamento das condições de trabalho dos escravos nas plantations. Era natural que também se verificasse um aumento correspondente da reação das vítimas

⁶⁹ Sobre o assunto, além de Tomich, *Pelo prisma*, op. cit., ver Edward E. Baptist, “A Segunda Escravidão e a Primeira República Americana”, in *Almanack*, Guarulhos, n.05, p.5-41, 1º semestre de 2013; Rafael Marquese e Dale Tomich, “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”, in Keila Grinberg e Ricardo Salles, *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p.339-383; e Blackburn, *Por que segunda escravidão*, op.cit.

⁷⁰ Os números estão no www.slavevoyages.org, e em Tomich, *Pelo prisma*, p.94.

do tráfico, e a literatura tem demonstrado tanto da rebeldia dos escravos no período, quanto da repressão que o Estado organizaria para lhe fazer frente.⁷¹

A manutenção de um grande volume e desse perfil de comércio negreiro ao longo da primeira metade do século, na contramão das gestões internacionais contra o tráfico, demandaria a composição de uma liga internacional, atuante no Parlamento, na diplomacia e na imprensa dos domínios americanos diretamente implicados, voltada a garantir politicamente a continuidade do sistema. É o que se vem chamando de “Política da escravidão”. No Brasil, o pacto perverso da política da escravidão implicaria, além da escravização ilegal de africanos, a reescravização de libertos.⁷²

A inflexão do mercado mundial e a construção de um eixo de exploração capitalista em torno de novas áreas do território americano implicaram o deslocamento ainda mais agudo dos antigos centros de produção no Brasil. Considerados em relação aos seus respectivos produtos de exportação, açúcar e café, Bahia e Vale do Paraíba descreveriam diferentes trajetórias de integração no sistema em expansão. Segundo Dale Tomich, “criaram-se entre centro e periferia novos pólos de atração econômica que não coincidiam com as antigas fronteiras coloniais”. Além disso, “os preços mundiais, e não os locais, passaram a dominar de maneira crescente o comércio dos produtos e matérias-primas agrícolas”.⁷³

⁷¹ Sobre o assunto, Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*, 2. ed., São Paulo, Cia. das Letras, 2006; Ricardo Pirola, *Senzala insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*, Campinas, Ed. Unicamp, 2011; Ricardo Pirola, *Escravos e rebeldes nos tribunais do Império: uma história social da lei de 10 de junho de 1835*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015; Fora da área ostensiva da chamada “segunda escravidão”, mas abastecida por novas levas de escravos no período, a Bahia proporcionou, seja antes ou depois de sua independência, diversos episódios daquilo que João Reis, *Rebelião escrava*, p.68-121, chamará de tradição rebelde.

⁷² A noção de “Politics of slavery” foi desenvolvida e bem demonstrada para o caso brasileiro por Tâmis Parron, *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011. Do mesmo autor, ver “A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846”, Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 2015; A escravidão ilegal de africanos é objeto do trabalho de Beatriz G. Mamigonian, *To be a liberated african in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*, University of Waterloo, 2002; Sidney Chalhoub, *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012, enfrenta tanto o tema dos “africanos livres” quanto a prática “costumeira” da reescravização no Brasil após 1831; Havia ainda uma cronologia legal que depunha contra a continuidade do tráfico: Em 1807, a Inglaterra proibiu o tráfico de escravos por britânicos; em 1810, Portugal restringiu ao domínio português o comércio de cativos; e em 1815 uma convenção internacional desautorizou o tráfico ao norte da Linha do Equador.

⁷³ Tomich, *Pelo prisma*, p.84.

Com o fim das preferências imperiais (monopólios) e a criação de um sistema de concorrência mundial, o acesso aos financiamentos produtivos se tornou ainda mais dificultoso para as áreas excluídas da expansão escravista. Antiga metrópole colonial e laboratório avançado da colonização portuguesa na América, a Bahia se tornou menos capaz de condicionar as oscilações do mercado e passou a ser carregada por elas, o que se revela, por exemplo, nos números da balança comercial. De acordo com Bert Barickman, na década de 1830,

os comerciantes britânicos com experiência em Salvador haviam se convencido de que a indústria açucareira da província deixara de ser lucrativa. Sabiam que a restauração da paz na Europa e a expansão da produção em outros lugares da América (especialmente em Cuba) haviam provocado um declínio lento mas constante dos preços do açúcar.⁷⁴

Além disso, continua Barickman, “os comerciantes também sabiam que barreiras tarifárias excluía efetivamente o açúcar brasileiro do mercado britânico”. Se assim acontecia com o açúcar era porque as curvas do café brasileiro descreviam movimento contrário. É exatamente na década de 1830, quando duplica a sua produção, que a participação do café na balança de exportações brasileiras supera a do açúcar. A competição era inglória, afinal o café do Vale, “ao menos até meados da década de 1870, quando o oeste paulista e a zona da mata mineira aumentaram o volume da produção, dominou de forma inconteste a oferta mundial no século XIX, tendo por único competidor real as colônias holandesas na Indonésia (Java)”.⁷⁵

Incapaz de competir no mercado mundial com o açúcar produzido em Cuba e na Europa, os senhores de engenho tanto houveram de encontrar novos mercados estrangeiros quanto rebaixar a qualidade do açúcar produzido, com o propósito de se beneficiar das taxas de importação mais baixas para esse tipo de produto. Assim, arremata Barickman, “os senhores de engenho baianos, que antes vendiam um produto acabado para o mercado mundial, passaram, na década de 1850, a ser fornecedores de uma matéria-prima barata para uma indústria estrangeira”.⁷⁶ É natural que esse quadro se revelasse nos números de entrada de escravos no Brasil.

⁷⁴ Bert J. Barickman, *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p.77.

⁷⁵ Marquese e Tomich, *O Vale*, p.360.

⁷⁶ Barickman, *Um contraponto*, p.79.

QUADRO 3: Entrada de escravos na Bahia e no Sudeste Brasileiro (1ª metade do séc. XIX)

	Bahia	Sudeste brasileiro
1826-1830	58.928	202.343
1831-1835	16.700	57.800
1836-1840	17.433	208.109
1841-1845	19.296	99.215
1846-1850	45.725	208.899
Totais	158.082	776.366

Fonte: slavevoyages.org

Os Desvalidos eram figuras tipicamente urbanas. Fora das atividades diretamente produtivas da lavoura sem, ao mesmo tempo, estar integrados em relações de trabalho tipicamente assalariadas, sujeitavam-se, na Salvador daquela época, aos influxos de uma sociedade descapitalizada, constantemente assolada por crises de desabastecimento.⁷⁷ Viviam do “ganho” que suas ocupações mais ou menos qualificadas lhes permitiam acumular. Parte desse ganho passou a garantir o futuro em experiências de sociabilidade religiosa e mutualista que, à maneira de muitos, inventariam para se valer. Nas páginas dos próximos capítulos, conheceremos um pouco dessas experiências de solidariedade e suas respectivas sociabilidades nos tempos modernos que surgiam.

⁷⁷ Algumas dessas crises e suas discussões na arena pública foram estudadas por Richard Graham, *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*, São Paulo, Cia. das Letras, 2013 p.291-313; Pelo menos uma delas produziu resistência organizada, como demonstraram João José Reis e Maria Gabriela D. de Aguiar, “Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”, in *Revista de História*, 135, 2º semestre de 1996, p.133-160.

CAPÍTULO 2

Tempos modernos: sociabilidades populares, mutualismo e estratégias de inserção social da população de cor na Bahia oitocentista.

Era quase fim de ano em 1832 na cidade do Salvador aquele dia em que Manoel Victor Serra e seus companheiros se reuniram em torno à recém-criada Irmandade da Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, na freguesia do Santo Antônio Além do Carmo. Discutiam onde abrigar o cofre da instituição. Como o tradicional sistema de “votação por favas” não levasse a um resultado consensual, a Mesa entendeu que seria conveniente mantê-lo na casa do pároco local, o Padre Joaquim José de Sant’Anna. A essa estratégia de segurança adicionariam ainda outra, que consistiu em protegê-lo com três fechaduras cujas chaves foram entregues uma para cada um de três integrantes da Mesa Diretora da confraria: Manoel Victor Serra (Juiz fundador), José do Nascimento (Procurador Geral) e Luiz Teixeira Gomes (Escrivão).⁷⁸

A simbologia desse evento em torno da proteção do cofre marca não só a fundação da irmandade, mas também se prolonga sobre um outro momento decisivo de sua história: a dissidência entre dois de seus grupos, um dos quais a abandonaria para criar a Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), entre fins da década de 1840 e início da década seguinte. Foi afinal em torno do destino do cofre (ou daquilo que ele representava) que irrompeu e se firmou a cisão, como sugerem os documentos relativos à administração desse conflito.

Com efeito, no dia 4 de junho de 1848, o Subdelegado da Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo foi chamado para “manter a ordem” na Capela da Igreja do Rosário dos Quinze Mistérios, sede da Irmandade dos Desvalidos. A desordem que a autoridade policial procurava mediar resultara da resistência que um grupo de irmãos opunha à transferência do cofre da Devoção para a sede da Igreja do Rosário da Baixa dos Sapateiros. Trinta e quatro dos irmãos presentes haviam se posicionado favoravelmente ao traslado do cofre, mas outros vinte e quatro se insurgiram contra o

⁷⁸ Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos (ASPD), Livro de Termos de 1832, Documento escrito por Luís Teixeira Gomes em 16 de setembro de 1832, editado por Klebson Oliveira, “Negros e escritas no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico”, Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2005, p.497; Declaração escrita por Luís Teixeira Gomes em 16 de setembro de 1832, Oliveira, Negros, p.499; O sistema de votação por favas consistia em distribuírem-se entre os votantes unidades brancas e pretas da leguminosa conhecida pela forma de um feijão crescido, atribuindo-se a cada fava branca encontrada na urna um voto favorável, sendo o voto contrário expresso pela fava preta. O sistema seria adotado na Irmandade até, pelo menos, 1847, como o demonstra o termo da sessão de 24 de outubro desse ano, registrado em ASPD, Livro de Termos, 1847, fls.7-8.

resultado de uma votação feita no calor mesmo da discussão acerca do paradeiro do caixa-forte da confraria.⁷⁹

Poder-se-ia pensar que a mudança do cofre era uma questão menor, afinal, segundo o que a historiografia sobre os Desvalidos apresentou até aqui, foi no ano de 1848 que a irmandade, mudando de sede e reformando seu estatuto, “transformou-se” na Sociedade Protetora dos Desvalidos, com endereço exatamente no Rosário da Baixa dos Sapateiros.⁸⁰ Ocorre que essa versão não se sustenta nas fontes, porque nem a irmandade se transformou em sociedade, nem o conflito em torno do cofre foi um conflito tópico. E embora se possa apenas especular, com base na documentação, a respeito daquilo que lhe estava subjacente, uma manifestação dos irmãos fixados nos Quinze Mistérios, num anúncio publicado em 1849, no Correio Mercantil, sugere bastante:

A mesa da irmandade de Nossa Senhora dos Desvalidos, ereta na capela do Rosário dos Quinze Mistérios, responde ao irmão desligado Henrique Cardozo da Costa, em resposta ao conteúdo da carta que escreveu, que não reconhecemos nem a ele nem a outra qualquer pessoa com direito de fazer reuniões na capela do Rosário da Baixa dos Sapateiros, pois que essa devoção, hoje irmandade por compromisso aprovado, não pode desligar-se da capela dos Quinze Mistérios, e da irmandade do Rosário da mesma capela, sendo por conseguinte todos os atos que forem praticados na capela do Rosário da Baixa dos Sapateiros nulos, e tanto nulos que por acórdão da Relação foi mandado que o cofre ficasse conservado na referida capela dos Quinze Mistérios, e por isso não se pode convir em um ato nulo, à vista do que se faz ciente ao respeitável público pelo presente anúncio.⁸¹

Difícil não aceitar que uns e outros irmãos já moravam em casas separadas. Assinado pelo 1º Secretário da Irmandade, Theodoro dos Reis e S. Tiago, o anúncio é demonstração clara de um processo de ruptura institucional que não se pode confundir com “transformação” estatutária. Henrique Cardozo da Costa, antigo 1º Fiscal da

⁷⁹ ASPD, Livro, 1847, fl.14V.

⁸⁰ Julio Santana Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*, Salvador, Ianamá, 1987, p.30; Oliveira, *Negros*, p.139; Os demais autores tomam essas afirmações como dadas.

⁸¹ Correio Mercantil, Edição de 24 de novembro de 1849, fl.3.

Devoção dos Quinze Mistérios, “irmão desligado”, agora dava expediente em outra freguesia.⁸²

Avançando-se os anos, a abertura de um “Livro de Caixa dos Penhores”, em 1851, dá outra medida do conflito entre as duas “Casas”: a Devoção, “ereta” na capela da Igreja dos XV Mistérios, e a Sociedade, então instalada no Rosário da Baixa dos Sapateiros. O livro é fruto da determinação de que se procedesse ao levantamento dos penhores constantes do cofre, até ali depositado na Tesouraria Provincial em função do processo que corria no Tribunal da Relação. O evento de 1848 e a contabilidade dos penhores, em 1851, oferecem talvez uma das únicas balizas mais objetivas a respeito do conflito no interior da Irmandade dos Desvalidos: um período no interior do qual “irmãos” e “sócios” disputaram judicialmente a posse do patrimônio material e simbólico construído ao longo daquelas duas últimas décadas.⁸³

Em outro livro guardado pela Sociedade é possível tomar conhecimento do teor da decisão definitiva do Tribunal da Relação na arbitragem da contenda entre os dois grupos da irmandade. Em setembro de 1851, a notícia do provimento judicial é transmitida em ofício por um dos “sócios” aos seus colegas. O termo utilizado no documento evidencia a transformação das partes em disputa – e pela disputa – ao final separadas em irmãos e sócios. Nele, o “sócio” José Pedro da Silva Paraguassu alerta para os inconvenientes de um eventual recurso contra a decisão que determinara a divisão por igual dos valores do cofre. Calculando custos e desgastes já sofridos, o “sócio” sublinhava a impossibilidade de que se efetivassem os socorros devidos (e atrasados)

⁸² Ata da Sessão da Mesa da Irmandade dos Desvalidos, de 14 de setembro de 1845, que Costa assina como 1º Fiscal, Oliveira, Negros, p.1021; Curioso é que também os “sócios da Devoção” já haviam “desligado” os contrários, segundo se vê da ASPD, Livro, 1847, Ata da sessão de 19/09/1849, fl.22; A Igreja do Rosário dos Pretos da Baixa dos Sapateiros (também conhecida como Rosário do Pelourinho ou das Portas do Carmo) estava situada na Freguesia do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo. Sobre a organização administrativa da Cidade da Bahia no século XIX, consulte-se Anna Amélia Vieira do Nascimento, *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*, Salvador, Edufba, 2007.

⁸³ ASPD, Livro de Caixa dos Penhores (1851), Abertura. Desde 4 de junho de 1848, avisa Paraguassu no documento, estavam dispensados de pagamento de juros os contratantes de penhor, o que dá à visita do subdelegado o ar de marco na história da separação dos Desvalidos; Fazendo coro ao anúncio do Correio Mercantil de 1849, a documentação sugere o funcionamento de duas estruturas paralelas ao longo do período passado em disputa. Veja-se, por exemplo, em março de 1849, a efetivação de uma Mesa Diretora da Devoção no Rosário da Baixa dos Sapateiros em ASPD, Livro, 1847, fl.19V.

pela associação, caso se mantivesse o litígio sobre a disponibilidade do seu patrimônio.⁸⁴ Nesse documento, nota-se, a perspectiva já era outra. É que Paraguassu, ex-Provedor da Irmandade dos Desvalidos, passara a atender como consócio de Henrique Cardozo, na associação “ereta” no Pelourinho.

Já no fim do ano de 1864, o registro de um dos discursos comemorativos da passagem do aniversário da SPD, proferido pelo seu presidente Manoel Leonardo Fernandes, remete o conflito outrora havido na irmandade aos primeiros anos da década de 1830, pouco depois de sua fundação. Fernandes lembra que: “no ano de 1834 a 1835 dividirão se em duas tribulas por huma discordia que enter elles apareceu, rezultou huma grande acção que foi desidido pello Tribunal da Relação (...) foi esta dezuniao em 1849 a 1850”. No seguimento do texto, Fernandes chama a atenção dos ouvintes: “Nota bene, os que ficaraõ na dita Capella trataraõ de fazer Seu Conpremisso que hoje este instituido irmandade Nossa Senhora da Solidade do 15 misterio”. Os do outro grupo, diz, “condozirão Com o Cofre por hum trato feito Com Os dignos Irmaõ da Irmandade de Nossa Senhora do Ruzario das portas do Carmo, ai em 29 de outubro de 1851 Istalaraõ de novo esta Sociedade”.⁸⁵

⁸⁴ ASPD, Livro de Registro de Pagamento dos Sócios, 1848, fl. 10-10V; Apesar das súplicas de Paraguassu, há indícios de que houve apelação “contra a minoria dos sócios da invocação”, como demonstra o documento constante às fls.14 do mesmo livro. Para tanto, teriam sido gastos 35\$000, pagos, segundo recibo, pelo sócio (ex-irmão) Manoel José D’Etre, em 24 de dezembro de 1851. Não há notícia sobre eventual reforma da decisão.

⁸⁵ O trecho em questão é parte de um discurso que Klebson Oliveira atribui a Antônio José Bracete, embora Bracete, como secretário, possa ter sido responsável apenas por sua escrituração. Isso porque a sua primeira parte (ou outro discurso feito na mesma ocasião) é de responsabilidade de Manoel Fernandes, presidente da SPD. Diferentemente de Bracete, Fernandes integrara a irmandade, daí uma boa razão para a atribuição de autoria, embora não seja impossível que ambos tenham falado na oportunidade. Acredito poder datar o documento de fins de 1864, e não de meados de 1860, como pretende Oliveira, pois ele está na sequência lógica de sessões do mesmo ano de 1864, voltadas à preparação da festa da Sociedade. Seu texto encontra-se reproduzido em duas partes em Oliveira, Negros, p.1039, 637-8; O Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Soledade dos Desvalidos é confirmado em 19 de dezembro de 1848, portanto seis meses depois de aberto o conflito entre os dois grupos de irmãos. Encontra-se em APEB, SCP, maço 5264, fls. 41V-42V; Em testamento escrito no ano de 1857, APEB, SJ, 03/1071/1540/12, fl.5V, João Francisco Régis, Ex-Vice Provedor da Irmandade dos Desvalidos, escolhe-a como destinatária de parte do seu patrimônio, o que confirma a sua permanência após a criação da SPD. Agradeço a Lisa Castillo a disponibilização desse documento; Na maioria dos documentos oficiais, a data de criação da SPD é 29 de outubro de 1851, a exemplo do que se lê no discurso de Manuel Francisco dos Santos, APEB, SCP, maço 5306.

Ladeira do Pelourinho, com a Igreja do Rosário dos Pretos em primeiro plano, e a Igreja do Passo em segundo. Ao fundo, a Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo

A síntese, que aponta para um clima antigo de disputa no interior da confraria desde seus primeiros anos de existência, ao mesmo tempo em que tende a esclarecer os caminhos adotados no fim da década de 1840, não chega exatamente a surpreender. É que nessa época não eram raras as discórdias que faziam irmãos desconhecereem irmãos. Criada no início da década de 1830, a Irmandade dos Desvalidos viria ao mundo num tempo em que novas formas de sociabilidade ao lado de inéditos tipos de investimento dos fundos associativos suplantariam velhos ídolos e abririam novas alternativas de inserção social para os chamados setores populares. Daí a centralidade dos cofres nas brigas internas; daí a conversão de irmãos em sócios.

Certamente esse processo não era exclusivo da paisagem brasileira, pois estava em curso uma irresistível transição social e política no mundo ocidental, balizada por diferentes ritmos de mudanças de ordem econômica que redefiniriam seu mercado global. Nesses termos, no presente capítulo a história dos Desvalidos será explorada como uma face dessa transição que, por meio do encontro entre a tradição religiosa e o processo moderno de secularização, permite surpreender nas estratégias institucionais adotadas por seus protagonistas as experiências de transformação das sociabilidades de ajuda mútua popular na Bahia. A particularidade dos Desvalidos reside no fato de que praticavam a ajuda mútua no interior de uma irmandade de pretos sem escravos e, mais do que isso, de uma irmandade de pretos sem a presença de qualquer branco, num

duplo gesto que chama a atenção para o processo de individuação e de autonomia que passava a caracterizar a sociedade contemporânea.⁸⁶

Nas próximas páginas pretende-se analisar o processo histórico das variadas formas assumidas pelas sociabilidades no mundo ocidental entre os séculos XVIII e XIX, sublinhando-se as estratégias de inserção social de que lançariam mão, entrado o segundo quartel do século XIX, os “afrodescendentes livres e libertos” brasileiros, com os baianos em destaque. Resultado dessa abordagem, a leitura proposta encara a história dos Desvalidos como corpo de uma transição na história do mutualismo oitocentista, remetendo à célebre frase de Edward Thompson que, sobre o processo de formação da classe operária inglesa, declarou: “ela estava presente ao seu próprio fazer-se”.⁸⁷

2.1. O mutualismo do longo século XIX.

2.1.1. 1830: conexões mutualistas.

Ao longo da primeira metade do século XIX, na Europa ou na América, histórias sobre cofres eram comuns. No contexto das “friendly societies” inglesas”, Eric Hopkins conta que o zelo com os valores levantados pela “Town Porters Society” a blindaria com a inclusão de três mestres-chaveiros na direção da sociedade. Na Bahia, o cisma que em 1853 criara o Montepio dos Artistas a partir da divisão da primeira mutual local, a Sociedade dos Artífices, não teria outro motivo senão a profunda divergência quanto à administração do cofre e quanto ao tipo de investimento da riqueza dos sócios.⁸⁸

⁸⁶ Sobre o tema em: Reinhart Koselleck, *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1999; Norbert Elias, *A sociedade dos indivíduos*, Rio de Janeiro, Zahar, 1994; Jacques Guilhaumou, “The temporality of historical forms os individualization in modern times” in Javier Fernández Sebastián (org.), *Political concepts and time: new approaches to conceptual history*, Santander, Cantabria University Press/McGraw-Hill Interamericana de España, 2011.

⁸⁷ Pela síntese que representa e por reportar diretamente à relação entre dois mundos, o da escravidão e o da liberdade, a expressão “inserção social” parece mais eloquente que outras, também correntes, a exemplo de “estratégias” ou “alternativas” de vida; O termo “afrodescendentes livres e libertos” é, por sua vez, retirado do trabalho de Luiz Geraldo Silva, *Afrodescendentes livres e libertos e igualdade política na América Portuguesa: mudança de status, escravidão e perspectiva atlântica (1750-1840)*, Almanack, São Paulo, n.11, dez. 2015; A frase de Thompson encontra-se em *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, v.1, p.9.

⁸⁸ Sobre friendly societies, ver David Neave, “Friendly societies in Great Britain” in Marcel Van der Linden (org.), *Social security mutualism: the comparative history of mutual benefit societies*, Bern, Peter Lang,

É que essas pequenas caixas-fortes eram a materialidade de esforços de organização coletiva que se manifestavam, de um lado, nos chamados “clubes de pagamento” (*box clubs*) – cujo propósito imediato era poupar em massa para dividir num futuro próximo – e de outro em sociabilidades permanentes, centradas no cuidado com os ritos fúnebres, na garantia de recursos contra revezes da vida ocupacional, ou ainda no auxílio a doentes e parentes de mortos. As primeiras décadas do século XIX foram especialmente pródigas em dar à luz associações de ajuda mútua, tão necessárias do ponto de vista assistencial quanto diversificadas nas formas assumidas. O esvaziamento da proteção concedida pela Lei dos Pobres, reformada em 1834, e acusado, segundo Charles Tilly, na construção das “working houses” pelo governo inglês, sinalizava aos moradores das paróquias a vigência de uma nova lei: “socorrer-se mutuamente, ou morrer”.⁸⁹

O papel provedor das paróquias inglesas equivaleria, na América Portuguesa, à longa tradição das associações religiosas leigas: confrarias, irmandades ou ordens terceiras, que por meio de sufrágios, esmolas, serviços hospitalares ou da promoção da caridade em geral, mantinham um papel regular de assistência aos irmãos e à comunidade mais ampla. A centralidade das cerimônias fúnebres, marca comum à cultura de anglicanos e de católicos, persistiria na prática de sociedades mutuais, completando esse quadro assistencial, o que autoriza a extensão aos americanos do que Thompson falava dos ingleses: “Todos tentavam garantir-se frente aos riscos de doença e desemprego, e às despesas funerárias, participando de *box clubs* ou de sociedades de auxílio mútuo”.⁹⁰

1996; Eric Hopkins, *Working-Class Self-Help in nineteenth-century England*, London, UCL Press, 1995, p.19-20; Maria das Graças Andrade Leal, *Em tempo de crise: uma memória documental da Sociedade dos Artífices na Bahia oitocentista*, in *Revista do CITCEM, Cultura, Espaço e Memória*, Porto, n.2, 2011a, p.124.

⁸⁹ Sobre “box clubs”, Thompson, *A formação*, p.311; Charles Tilly, *From mobilization to revolution*, New York: Random House-McGraw-Hill Publishing Co./ Reading (Mass.), Addison Wesley Publishing, 1978, Introduction; A expressão entre aspas é de Hopkins, *Working-Class*, p.2.

⁹⁰ É extensa a literatura sobre irmandades. Voltar-se-á ao tema no capítulo 3. Dentre muitos, consultem-se: João José Reis, “Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão”, *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1996; Caio Boschi, *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*, São Paulo, Ed. Ática, 1987; A. J. R., Russell-Wood, *Escravos e libertos no Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005; Para irmandades de negros na Argentina, George Reid Andrews, *Los Afroargentinos em Buenos Aires*, Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 1989; Thompson, *A formação*, p.310-11; Marcel Van der Linden, “Introduction”, in Linden, *Social security*, p.17, comenta os “impressive funerals” dos ingleses.

Essa pluralidade dos tipos de ajuda mútua organizada nos diferentes espaços nacionais ou comunitários traduzia respostas que variavam segundo a tradição e a complexidade das respectivas formações sociais. Na Europa, nomeadamente na Inglaterra da Revolução Industrial, mutuais e sindicatos passariam a concentrar a preferência associativa de toda a sorte de trabalhadores, qualificados ou não, que a diversificação do capitalismo ia produzindo. Eles eram muitos e, de acordo com Marcel Van der Linden: “Contrary to popular belief, the founding fathers were not necessarily highly skilled workers. It was possible for mutual benefit societies to arise from any segment of the working class”. Segundo Eric Hopkins, o crescimento das “friendly societies” na segunda metade do século XVIII foi acentuado nas áreas de concentração industrial, e por volta de 1815 o número total de seus membros na Inglaterra chegaria à cifra de 925 mil indivíduos, cerca de 8,5% da população.⁹¹

No Brasil, o fenômeno das associações mutualistas arrancaria sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, e ao final da década de 1850 já se contavam numerosas iniciativas na Corte e em províncias como a Bahia, o Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas Gerais, que ultrapassavam, cada uma delas, uma dezena de associações constituídas. Se naturalmente eram menos numerosas e capilarizadas do que as irmandades, já começavam a lhes fazer a sombra. Para o período das últimas décadas do século XIX, na Corte, Cláudia Viscardi estima em 18% do total de habitantes o número de associados, cifra que representava o dobro de indivíduos matriculados em sindicatos.⁹²

Costuma-se atribuir o florescimento das mutuais no século XIX à proibição legal da atividade das corporações de ofício no Império Brasileiro, e à incompatibilidade entre a estrutura das irmandades e a organização do trabalho livre. Fala-se também no progressivo desaparecimento e desprestígio desse tipo de associação religiosa. Um

⁹¹ Linden, Social security, p.17; Hopkins, Working-Class, p.9-10.

⁹² APEB, Setor Colonial/Provincial, Sociedades, maço 1575; Aldrin A. S. Castellucci, “A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia”, 1832-1930, *Mundos do Trabalho*, vol. 2, n.4, ago/dez 2010, p.40-77; Adhemar L. da Silva Jr., “As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas: estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940”, Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da PUC, Porto Alegre, 2005; Marcelo Mac Cord, *Artífices da Cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*, Campinas, Ed. Unicamp, 2012; Cláudia M.R. Viscardi, “Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880)”, in *Topoi*, v.9, n.16, jan-jun 2008, p.117-136.

enquadramento mais geral do problema no âmbito da “era das revoluções”, na leitura de Alvin Gouldner, permite encarar o “rápido desenvolvimento” das mutuais como uma “resposta ao declínio da antiga sociedade hierárquica e à necessidade de os integrantes dos novos grupos compensarem seu crescente anonimato”. Antecipando-se, com a cautela de Norbert Elias, a “estrutura do todo para se compreender a forma das partes individuais”, é possível considerar que os diversos tipos de sociabilidade, como “partes individuais” de um “todo” em acelerada mudança, recompunham-se e se redefiniam reciprocamente no processo de transformação social.⁹³

Assim, na Bahia, passados menos de 20 anos da sua fundação, é de uma irmandade criada em 1832 que se origina a segunda sociedade mutualista da Província. A irmandade, como vimos acima, daria à luz e seguiria existindo. Processo semelhante é identificado no Recife da década de 1840 por Marcelo Mac Cord, que estuda o caso da Sociedade de Artes Mecânicas, fundada em 1841 a partir da mobilização de confrades da Irmandade de São José, em cuja capela a Sociedade permaneceria sediada por alguns anos. Essa imbricação entre tipos associativos, que leva o autor a enfrentar o tema sob a ótica das “sobrevivências corporativas”, seria um traço igualmente presente na sociedade inglesa do início do século XIX. Ali, fraternidades, mutuais e sindicatos, com experiências e, algumas vezes, propósitos convergentes, compunham o panorama das formas de organização coletiva típicas de um período de acentuada transição, em que a formação de novas “classes” aparecia como um elemento de destaque.⁹⁴

É verdade que essa transição viria a favorecer, no longo prazo, a superação e a “decadência” de certas formas institucionais, resultado dos choques entre forças de tradição e de mudança. Mas a transição também sublinha, enquanto tal, o impacto e a marca de diferentes e específicos registros de sociabilidade, cujos sentidos pragmáticos

⁹³ Claudio H. M. Batalha, “Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente”, in *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 12-22; Maria Conceição Barbosa da Costa e Silva, *O Montepio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*, Fundação Cultural/EGBA, 1998; Alvin W. Gouldner, “Artisans and intellectuals in the German Revolution of 1848” in *Theory and Society*, vol. 12, n. 4 (jul. 1983), p.521.

⁹⁴ Marcelo Mac Cord, *Artífices: Sobre mutuais e sindicatos na Inglaterra*, ver Neave, *Friendly societies e Linden, Social Security*, op. cit.; Segundo Thompson, *A formação*, p.320, “a passagem dos antigos hábitos do ‘ofício’ para a dualidade das organizações dos patrões, por um lado, e dos sindicatos, por outro, representa a experiência crucial da Revolução Industrial”.

(de ajuda mútua ou mobilização política), alternativamente vinculados a outros sentidos de cunho identitário, como o étnico e o religioso, acabam por conformar escolhas institucionais correspondentes. Isso leva a considerar, no caso presente, que a transição, ainda que intensa e acentuada, não implicará uma lei de conversão das irmandades em mutuais, ou de “evolução” destas para a forma dos sindicatos, o que vale tanto para a Inglaterra da época quanto para o Brasil da passagem do século XIX para o seguinte.⁹⁵ É, portanto, dentro dessa baliza de implicação, mudança, mas também de diferença, que parece adequado pensar a história da Irmandade dos Desvalidos, visto que, apesar de se tratar de uma “irmandade tardia”, e apesar do lapso relativamente curto em que irrompe a sua cisão, não há necessidade, mas há história na sua transformação.

O cerne dessa questão nos coloca, portanto, diante de um rico quadro de variações do mutualismo e da mobilização popular, vividos e explorados por indivíduos mais ou menos ligados por vínculos ocupacionais, de amizade ou compadrio, cujas formas de sociabilidade atualizavam “um caráter de reciprocidade fortemente difundido nos ‘densos’ e ‘concretos’ pormenores das relações pessoais dos trabalhadores, tanto em suas casas quanto no trabalho”. Entre os irmãos Desvalidos, esses laços concretos se firmavam desde a própria casa, estendida pelo sacramento dos batismos que confirmavam, junto com a sua condição de parentes rituais, seu status de senhores de escravos.⁹⁶ Roberto Tavares, fundador da irmandade, figurou, por exemplo, como padrinho de um escravo nagô de Manoel Victor Serra, no início do ano de 1835, na

⁹⁵ Na historiografia do trabalho, discute-se o cabimento da noção de “substituição” para explicar a progressiva mudança nas formas organizativas de meados do século XIX, das instituições corporativas para outras, pautadas sob critérios de livre associação profissional. Sobre o assunto, veja-se Tânia Regina de Luca, *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*, São Paulo/Brasília, Contexto/CNPq, 1990; Claudio H. M. Batalha, “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”, *Cadernos AEL*, vol. 6, n. 10/11, Sociedades operárias e mutualismo, 1999; e Marcelo Mac Cord, *Artífices*, p.42.

⁹⁶ A citação é de Thompson, *A formação*, p.316; Sobre não brancos como proprietários de escravos, ver Bert Jude Barickman, “As cores do escravismo: escravistas ‘pretos’, ‘pardos’ e ‘cabras’ no Recôncavo baiano, 1835”, in *População e Família*, São Paulo, n.2, p.7-59, 1999. O autor chama a atenção para a preferência da historiografia em estudar ex-escravos como proprietários de escravos, e para os poucos estudos a respeito de não-brancos ingênuos como senhores, caso da maioria dos irmãos Desvalidos; Mieko Nishida, “Manumission and ethnicity in urban slavery: Salvador, Brazil, 1808-1888”, *Hispanic American Historical Review*, vol.73, n.3 (Aug., 1993), p.361-391, trabalha o padrão de posse de escravos numa amostra de inventários baianos, no qual é mínima a participação de africanos como senhores. Chama a atenção, no seu material, o número de 35 casos de “alforria substitutiva”, em que o escravo adquire a sua liberdade pela entrega de outro escravo; João Reis, “De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista”, in *Revista de História* (São Paulo), 2016, n.174, p.14-67, atualmente desenvolve amplo estudo sobre o tema.

mesma Santo Antônio, sede dos Desvalidos. Serra, por sua vez, dividiria com outro confrade, Pedro Martins, os laços de compadrio com Maria do Nascimento, cujos filhos seriam batizados por um e outro, na mesma oportunidade, naquele mesmo ano. Trinta anos mais tarde, numa demonstração de que ao menos parte do círculo dos fundadores seria mantido até o fim da vida, Martins seria designado como testamenteiro de Daniel Correia, mais um dentre aqueles que haviam criado a confraria na década de 1830.⁹⁷

A atenção posta sobre os “pormenores” que conformavam a dimensão coletiva dos vínculos cotidianos entre confrades, irmãos ou sócios pode ajudar a entender, portanto, não só os elos e combinações existentes entre identidades e formas institucionais, mas também a pôr em perspectiva o processo global do mutualismo em que os tipos de associação de ajuda mútua, bem como os modos de sua imbricação, funcionam como variações de um amplo e complexo universo de elementos históricos. Isso quer dizer que o trabalho escravo e o trabalho livre, a religiosidade e a secularização, a tradição corporativa e a luta por direitos profissionais são variáveis que, na transição moderna do mundo ocidental, recombina-se para definir os “padrões” da coexistência de corporações, irmandades, mutuais e, mais à frente, sindicatos. Posto assim, o problema compreende tanto o movimento das “sobrevivências corporativas” – encaradas como “reminiscências” da prática antiga dos ofícios ou da tradição das irmandades sobre a experiência das sociedades mutuais – quanto os condicionamentos mais ou menos ativos entre mutuais e sindicatos, no limite desse processo histórico.⁹⁸

O mutualismo assumido pelos Desvalidos é fruto desse quadro de aprendizado recíproco. A defesa ocupacional que lhe é típica resulta do fim das corporações de ofício,

⁹⁷ Pierre Verger, *Fluxo e Refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*, 3. ed., São Paulo, Corrupio, 1987, p.517, fornece uma lista de fundadores da confraria, embora não declare suas fontes; Os três registros encontram-se no Livro de Batismos SA, 1828/Jun-1840/Dez (08.11.35), p.260V; APEB, SJ/IT, Testamento de Daniel Correia, 5/1465/1934/43.

⁹⁸ Atentando para os diversos tipos de investimento institucional nas associações, Batalha, *Relançando*, p.20, reconhece que “(...) sob a forma de sociedades mutualistas, possam existir práticas e tomadas de posição mais próximas das corporações de ofício, das irmandades ou dos sindicatos. Além disso (...) se reconhece que essas sociedades possam ser encaradas sob outros aspectos por seus aderentes, por exemplo, como forma de sociabilidade essencial para a integração dos imigrantes recém-chegados, como propõe Ronaldo Munck para o caso argentino”; “(...) Para Adhemar L. Silva Jr., *As sociedades*, p.20-1, “o mutualismo pode comparecer como foco de investigação em estudos sobre grupos étnicos, associações voluntárias e temas conexos (como constituição da sociedade civil, ou esfera pública), saúde e medicina, formas de proteção social, além, é claro, dos estudos interessados especificamente nessa forma de associação, tentando dar conta de sua riqueza temática”.

mas não desemboca de saída na sociedade mutualista, diferentemente do que afirma Cláudio Batalha, para quem “nunca é demais lembrar que, no período imperial, a opção pela forma jurídica de sociedade mutualista não era uma questão de escolha, mas, sim, a única forma de organização legal disponível para trabalhadores”. O que a história da Irmandade dos Desvalidos sugere, contudo, é a ação de componentes identitários (religioso e racial) que contribuíram para definir, na mesma época, uma escolha distinta daquela que teriam, por exemplo, os Artífices de Salvador, precursores do mutualismo laico na Bahia. A ruptura havida na irmandade antes do fim de uma geração indica o aprendizado e a gestação de um outro mutualismo na própria experiência confraternal: moderno e não religioso, mantida a sua cor original. E é esse mesmo movimento de dupla implicação que se tem demonstrado também nos casos de certas interações entre mutuais e sindicatos, seja na segunda metade do Oitocentos, no Brasil, seja na Europa da própria década de 1830.⁹⁹

É dizer assim que o estudo do processo do mutualismo no Ocidente, então sujeito à subversão profunda de suas bases sociais e econômicas, implica tanto o reconhecimento das homologias no desenvolvimento de suas organizações, quanto a distinção das respectivas cronologias dos processos históricos, o que permitirá identificar questões e problemas decisivos, próprios a cada unidade de observação privilegiada. Isso porque, muito embora o tema do mutualismo venha sendo objeto de grande atenção na historiografia dos últimos anos, talvez seja prematuro falar de um “mutualismo atlântico” como resultado de pesquisas que o encarem como um fenômeno global, vale dizer, condicionado por elementos que interagem numa unidade histórica cuja extensão corresponde àquela representada pelo mundo atlântico.

⁹⁹ São exemplos a Associação Tipográfica Fluminense, de 1853, e da Associação de Socorros Mútuos Liga Operária, de 1870, citados por Marcelo Badaró Mattos, *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, Rio de Janeiro, Bom Texto, 2008, p.13-6; Também o é a Associação Typographica Baiana, fundada em 1870, segundo Aldrin Castellucci, “O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930)” in Claudio H. M. Batalha e Marcelo Mac Cord (org), *Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*, p.62; Para outros exemplos, ver Silva Jr., *As sociedades*, p.24, nota 15; e Luca, *O sonho*, p.99; Sobre a Inglaterra, Linden, *Introduction*, p.20 e Hopkins, *Working-class*, p.9-24; O tema do desenvolvimento de um novo tipo de mutualismo na prática da ajuda mútua religiosa dos Desvalidos é assunto dos capítulos 3 e 4 desse trabalho.

Em estudo sobre a Irmandade do Bom Jesus das Necessidades e Redenção, fundada por africanos jejes no século XVIII na Bahia, Luis Nicolau Parés propõe, por exemplo, que alguns de seus membros, também integrantes de irmandades em Benguela, compunham uma espécie de rede de ajuda mútua no contexto atlântico, que os beneficiava não só na perspectiva tradicional das confrarias, mas que também funcionava como ponta-de-lança do comércio de escravos em que se encontravam engajados. Ocorre que Parés, como outros autores que adotam essa abordagem, não problematiza o tema mesmo do mutualismo, que segue na condição de um hiato de outras preocupações historiográficas predominantes, como o são a escravidão ou a formação do proletariado no mundo atlântico. Diferentemente desses casos, a historiografia do mutualismo ocidental tem tido até aqui o caráter de estudos comparativos mais do que de estudos globais.¹⁰⁰

Exemplo eloquente do que se acaba de dizer é a largamente citada obra coletiva organizada por Marcel Van der Linden. A “história comparada de sociedades de ajuda mútua”, projeto e subtítulo da obra, aponta para uma “perspectiva internacional” e multiplica os pontos de observação do fenômeno do mutualismo sem necessariamente compreendê-lo como um problema europeu, americano ou atlântico. Em outro texto sobre a noção de uma “história global do trabalho”, Linden resume o estado da questão, ao afirmar que: “Ao longo do século XX, foi dada maior atenção para as influências

¹⁰⁰ Luis Nicolau Parés, “Milicianos, barbeiros e traficantes numa irmandade católica de africanos minas e jejes (Bahia, 1770-1830)”, in *Revista Tempo*, vol.20, 2014, p.12-3; Os chamados estudos globais têm ocupado boa parte da discussão da historiografia do trabalho e da escravidão nos últimos anos, embora trabalhos produzidos sob essa orientação possam ser encontrados desde o século XIX, como demonstram Rafael Marquese e João Paulo Pimenta, “Tradições de história global na América Latina e no Caribe”, in *História da Historiografia*, Ouro Preto, n.17, abril 2015, p.30-49; No século XX, vale lembrar o trabalho inspirador de Eric Williams, *Capitalismo e Escravidão*, São Paulo, Cia. das Letras, 2012; No Brasil, é clássico o livro de Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes, formação do Brasil no Atlântico sul*, São Paulo, Cia. das Letras, 2000; Os estudos atualmente produzidos em torno da “Segunda Escravidão” oferecem bons exemplos dessa perspectiva. São os casos, dentre outros, de: Dale Tomich, *Through the prism of slavery: labour, capital and world economy*, Lanham, Rowman & Littlefield, 2004, e Tâmis Parron, “A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846”, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2015; Sobre o proletariado do Atlântico Norte numa perspectiva global, ver Peter Linebaugh e Marcus Rideker, *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*, São Paulo, Cia. das Letras, 2008.

recíprocas entre diferentes povos, ainda que esses povos separadamente tenham permanecido como unidades fundamentais de análise”.¹⁰¹

Nessa linha, a produção brasileira, segundo Claudia Viscardi, seria ainda de feição regional e escassamente comparada. Para Adhemar Lourenço da Silva Jr., os trabalhos sobre o mutualismo no Brasil são mais rarefeitos do que raros, porque dispersos entre outras agendas de estudo. Mas foi justamente do movimento criado nos últimos quinze anos pela historiografia do trabalho no Brasil que se originou o impulso para que o mutualismo se constituísse em objeto específico da atenção dos historiadores, como demonstram as pesquisas ultimamente publicadas.¹⁰² Assim, a proposta formulada na presente pesquisa orienta-se pelo esforço de somar à massa crítica composta por esses trabalhos uma “conexão mutualista” que, atenta ao cenário das demais experiências, habilite-se a adensar a análise de uma nova experiência local.

Na ampla chave dessas conexões mutualistas, portanto, cumpre destacar entre irmandades e sociedades mutuais uma cultura compartilhada que unia a instrumentos de proteção econômica e institucional uma disciplina associativa e administrativa que representou legado comum para a prática de outras formas de organização de trabalhadores, como as uniões sindicais. Era então sobre uma trama razoavelmente comum de práticas de organização coletiva que os desafios e linguagens dessas formas de associação se atualizavam historicamente. Assim é que Linden defenderá a posição segundo a qual as sociedades mutuais conferiram aos trabalhadores “invaluable experience in managing their own affairs, which developed pride and confidence and prepared them to organize on their own for the promotion of their economic interests”.

¹⁰¹ Linden, Social security, op. cit.; Para a perspectiva internacional, Michel Dreyfus, “The labour movement and mutual benefit societies: towards an international approach” in Linden, Marcel Van der (org.). Social security mutualism: the comparative history of mutual benefit societies. Bern: Peter Lang, 1996. p.673-683; Marcel Van der Linden, “História do trabalho: o velho, o novo e o global” in Revista Mundos do Trabalho, vol. 1, n.1, jan-jun, 2009, p.16.

¹⁰² Viscardi, Experiências, p.119-20; Silva Jr., As sociedades, p.20; Um bom exemplo desse esforço historiográfico no Brasil se encontra na publicação da Revista Mundos do Trabalho, assim como na coletânea recentemente publicada por Batalha e Mac Cord, Organizar e Proteger, op. cit; David P. Lacerda, “Mutualismo, trabalho e política: a seção Império do Conselho de Estado e a organização dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro (1860-1882)” in MAC CORD, Marcelo e BATALHA, Claudio H. M. (orgs.). Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX), Campinas: Ed. Unicamp, 2014. p.83, sugere que “os estudos recentes sobre as sociedades de socorros mútuos têm procurado destacar, fundamentalmente, os significados dessa forma associativa na experiência de organização dos trabalhadores”.

O mesmo dirá Thompson, ao celebrar a autodisciplina e os propósitos comunitários como uma expressiva influência das mutuais sobre a organização política de trabalhadores na Inglaterra.¹⁰³

É claro que práticas de disciplina e previdência não eram novas, nem haviam sido inventadas pelas associações mutualistas. O tipo de organização de ajuda mútua que predominara desde pelo menos o século XIII na cultura dos países ibéricos e, depois, de seus respectivos impérios se baseava na devoção religiosa. A disciplina das confrarias e irmandades, ligada à tradição de sociedades fortemente hierarquizadas, marcaria com o timbre da memória corporativa as agremiações que, surgindo no processo de formação da sociedade burguesa, dividiriam espaço com o mutualismo das associações religiosas leigas. Provém dessas, afinal, como dos hábitos das corporações de ofício, a influência mais próxima sobre as mutuais primeiramente estabelecidas no Brasil do século XIX. Algumas delas efetivamente surgiriam de irmandades embandeiradas, constituídas em torno da prática e da defesa de um ofício.¹⁰⁴

No mutualismo europeu também não foi pequeno o peso da religião, destacadamente na experiência francesa, como a ela se refere Michel Dreyfus. Apesar de um crescente movimento iniciado no século XVIII em favor da secularização do sistema de ajuda mútua, Dreyfus conta que a intervenção de Napoleão III na estabilização oficial desse sistema, em meados do século XIX, importou sobre ele a crescente influência da Igreja. Na paisagem inglesa do início do Oitocentos, Eric Hopkins chama a atenção para as vastas somas de dinheiro investidas pelas associações mutualistas na organização de procissões religiosas, gastos que alguns dos contemporâneos tratavam como rematado desperdício.¹⁰⁵

¹⁰³ Linden, *Social security*, p.38; Thompson, *A formação*, p.310.

¹⁰⁴ Segundo Caio Boschi, *Os leigos*, p.13, “(...) grande parte das confrarias teve origem nos *ofícios*, naqueles casos em que o caráter devocional era mais marcante”. Por outro lado, “deve ficar claro, porém, que confraria não era sinônimo de corporação. Quando muito, poderia ser a *face religiosa* desta última (...)” (Grifos no original); David Patrício Lacerda, “Solidariedades entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882)”, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp, 2011, p.123-4, comenta o controle estrito do Conselho de Estado na conjuração do “passado corporativo” eventualmente presente nas disposições dos estatutos de mutuais no final do século XIX.

¹⁰⁵ Michel Dreyfus, “Mutual benefit societies in France: a complex endeavour” in Linden, *Social Security*, p.210-12; Hopkins, *Working-Class*, p.13-4.

Thompson, por sua vez, acusando a influência corporativa de uma ponta à outra, assinala o modo como “as sociedades de auxílio mútuo ajudaram, de certo modo, a captar e a transmitir ao movimento sindical o gosto pela cerimônia e a alta consideração pelo status, típicos das guildas”. No seu papel menos cerimonioso e mais habitual, as greves, não seria incomum o financiamento de sindicatos pelas sociedades mutualistas. William Sewell Jr. frisou a “continuidade das organizações debaixo de formas variadas”, para falar de uma associação de padeiros, na França em 1823, que ativava ora o seu caráter mutualista, ora o seu caráter reivindicatório, de acordo com a disposição repressiva local, afinal era época de legislações que restringiam a prática associativa. E Aldrin Castellucci lembra a figura de Tiburcio Luiz Souto, que, na Bahia, entre o fim do século XIX e o início do seguinte, completou o circuito associativo ao integrar, às vezes como dirigente, a Irmandade do Rosário do Pelourinho, a Sociedade Protetora dos Desvalidos, o Centro Operário da Bahia e o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira.¹⁰⁶

Ante essa multiplicidade de formas e combinações, não estranha que os autores tenham tateado hipóteses explicativas também a respeito da Irmandade dos Desvalidos. Julio Santana Braga afirmou que a Irmandade, “nos seus primeiros anos de existência, funcionou como uma junta, uma espécie de sistema rotativo de crédito com que assistia aos seus associados e parentes destes, que ainda se encontravam presos ao cativeiro”. Embora não existam provas de que tenha atuado como junta de alforria, seu caráter de “caixa de empréstimo” foi confirmado pelas palavras de um dos mais ilustres integrantes da Sociedade Protetora dos Desvalidos, Manoel Querino. De fato, sobram nas fontes evidências do funcionamento do sistema de penhores, que praticamente concentrou a circulação de bens entre os irmãos durante os vinte anos de existência documentada da instituição religiosa.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Thompson, *A formação*, p.319 e 314, nota 37; William H. Sewell Jr., *Work revolution in France: the language of labour from the Old Regime to 1848*, New York, Cambridge University Press, 1982, p.169-70; Castellucci, *O associativismo*, p.54.; Na França, a Lei Chapelier (1791) vedava associações e greves. No mesmo sentido, os Combination Acts na Inglaterra (1799-1824), segundo Mattos, *Escravidados*, p.83.

¹⁰⁷ Braga, *Sociedade*, p.23; Manoel Querino, *Costumes africanos no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938, p.153-4; Era tão importante o sistema de penhores que a cerimônia de posse da Mesa Diretora da irmandade incluía a transmissão formal dos valores arrecadados a esse título, como informa a Ata da Sessão do dia 18 de outubro de 1840, transcrita por Oliveira, *Negros*, p.807; Sobre irmandades como operadoras de crédito, Mônica Martins, “A prática do auxílio mútuo nas corporações de ofícios no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX”, in Batalha e Mac Cord, *Organizar*, p.26, afirma que “o

O aprendizado mutualista na Irmandade dos Desvalidos sugere ainda que o seu regime de socorros a aproximava das Ordens Terceiras e das sociedades mutuais mais do que das suas congêneres leigas do século XVIII e início do XIX. Com efeito, registros das atas e dos livros de pagamento indicam um tipo de prestação aos enfermos que, pela sua forma (eram pagamentos e não esmolas), e pela sua regularidade (eram cotas mensais, às vezes compensadas com as dívidas dos irmãos), diferiam do que era típico das irmandades coloniais. Seu quadro se assemelha àquele que Silva Jr. apresenta para as mutuais sul rio-grandenses fundadas a partir de 1861, portanto reguladas pela lei que definia e distinguia as mutuais, dentre outros critérios, pelo regime de socorros prestados.¹⁰⁸

Num esforço de síntese, talvez fosse possível dizer então que todo o conjunto dessas variantes institucionais poderia ser representado pela forma básica dos “sick and funeral clubs”, mencionados por Sidney e Beatrice Webb. Tipo básico e “flexível” da ajuda mútua vigente no século XIX ocidental, sua proposta cobria as práticas das agremiações religiosas leigas e por vezes penetrava nos sindicatos, que se viam na contingência de atrair para os seus quadros com a contrapartida de serviços típicos das associações mutuais.¹⁰⁹ A essa forma-síntese dos “sick and funeral clubs” correspondia um conjunto igualmente padronizado de práticas voltadas à proteção e ao resguardo institucional das associações de ajuda mútua entre os séculos XVIII e XIX.

Ao lado das tradicionais medidas de proteção ao cofre, a “atenção meticulosa com o comportamento e a etiqueta institucional” se voltava a resguardar a imagem da associação por meio do estabelecimento de um rígido código de conduta, a se observar debaixo da ameaça de multas ou suspensões de direitos. Falando das práticas associativas, Thompson salienta que a disciplina necessária “para a resolução de situações controversas exigia um autocontrole tão grande quanto a nova disciplina do trabalho”. E Hopkins dirá que a lista de multas das “friendly societies” no início do século

auxílio mútuo fazia-se representar ainda pelo viés creditício assumido por essas entidades, garantidoras de condições de crédito e de ajuda financeira aos irmãos que estivessem em situações de necessidade”.

¹⁰⁸ Martinez; Na Ata do dia 12 de outubro de 1845, transcrita por Oliveira, p. 823, lê-se: “o Irmão que pedi secoro a esta Devoção que estiver de vendo ao Cofre multas e Mençaes, e a Devoção Cotas do Secorro que lhe for consedido se irá tirando gradualmente o que estiver devendo athe a data do seu requerimento, naõ sedendo do valor dehum mes a dois em Vertude damesma Lei”.

¹⁰⁹ Sidney and Beatrice Webb, *History of trade unionism, 1666-1920*, London, Printed by the autors, 1919, p.24; Linden, *Social security*, p.20-1.; Batalha, *Sociedades*, p.47.

XIX era assustadora. Puniam-se a agressão praticada entre os membros, sua ausência aos funerais, a falta ou a recusa aos serviços da associação, e especialmente a quebra de compromisso dos segredos que envolviam os negócios internos da agremiação.¹¹⁰

A Irmandade dos Desvalidos não escaparia a esse figurino. De saída, em 1832, uma de suas primeiras atas advertia os irmãos quanto à responsabilidade por qualquer “abuzo por dizer o que se passou na Meza a outro seu Amigo, parente, Irmao, ou Mulher, May, Pay, filho”, e notava por “ladrão” “qualquer Irmao seja quem for que por sua cauza usurpar qualquer alfaia da Confraria”, ficando “extinto para nunca mais servir e menos ser valido pela Caixa ou interrado”. Os mesários faltosos eram confrontados com o teor do § 33 do Compromisso da irmandade, que previa multa a ser revertida na compra de “tencillos para devocão social”. Quanto à ausência aos funerais, Compromisso e Estatuto, respectivamente da Irmandade e da Sociedade dos Desvalidos, sujeitavam ao pagamento de multas aqueles que não observassem a regra de “Caregar e a Conpanha os enterros de Mulheres Mai e filhos dos Socios”.¹¹¹

O caso de Luís Teixeira Gomes, primeiro escrivão da irmandade, ilustra muito sintomaticamente esse conjunto de disposições institucionais a um só tempo moralizadoras e assistenciais, que por vezes se confundiam no regime das organizações de ajuda mútua. Consta que Gomes, ele mesmo escrivão nas reuniões em que as primeiras regras de conduta se estabeleceram, fora preso por agredir e ferir o secretário da Devoção no dia 20 de novembro de 1835. Em Mesa Extraordinária, constituída quatro dias depois para deliberar sobre o ocorrido, os diretores da irmandade sublinharam a infração ao artigo 39 do Compromisso, “que nos poribi falal mal dos nossos Conpanheiro hi muito menos sacrificalo”, mas garantiram o “acordo di ser securido he salvo o dito Texeira que se haxa prezo”, além de conservarem “na nossa devoção o nosso Irmao Luiz Thexeira Gomes athe que seja solto he livre da prizaõ”. Socorrendo o irmão preso, a irmandade nada mais fazia do que cumprir o papel tradicional de auxílio aos membros

¹¹⁰ Thompson, A formação, p.311; Hopkins, Working-Class, p.18-9; Para as multas como elemento distintivo entre os regimes das nações africanas e das mutuais de cor em Buenos Aires, ver Andrews, Los afroargentinos, p.180 e ss.

¹¹¹ Ata da Sessão de 16 de novembro de 1832; Ata da Sessão de 2 de fevereiro de 1833; Na reunião da Mesa ocorrida em 16/07/1937, sexta tentativa de se concluir o inventário das contas da administração anterior, o ex-tesoureiro Francisco Borges Xavier é multado, por ausentar-se e frustrar uma vez mais a realização do ato; Para a SPD, Ata de Sessão da Mesa de 07/02/1860, todas em Oliveira, Negros, respectivamente p.504, 506, 886 e 552.

em situações adversas. A outra face dessa mesma responsabilidade institucional demoraria ainda 2 anos para ser mostrada. Na sessão de 12 de novembro de 1837 determinou-se a expulsão “para sempre da Devoção, sem que em tempo algum não poderia Meza nem Commissão dar entrada ao ditto Senhor Luis Teixeira Gomes visto que o dito Senhor Previricou”.¹¹² Eram passados 5 anos da sua fundação e a irmandade, enfrentando seus primeiros desafios, encarava também suas primeiras crises.

2.1.2. Capitalismo moderno e conexões mutualistas: classe e cor.

Com o passar da década de 1830, o cenário sócio-político na Província da Bahia não sorria para os indivíduos de cor. Especialmente a situação de escravos e libertos africanos seria brutalmente atravessada pelo enredo de pânico e repressão que se abateria sobre Salvador após a Revolta dos Malês (1835), uma das mais audaciosas rebeliões escravas havidas durante todo o século XIX, cujo significado logo seria assimilado pelas autoridades das demais regiões do Império. O quadro tornava virtualmente impossível a fundação de uma associação civil que se destacasse pela defesa da cor, ainda que sob o comando de pretos livres e libertos nascidos na América. Isso o impedia não apenas o “medo branco” que grassava no pós-1835, mas também o caráter do liberalismo da Constituição de 1824 em sua versão regencial, “cega à cor”.¹¹³

Na linha do que até aqui se discutiu, é possível dimensionar como as particularidades históricas de uma sociedade escravista recém-entronizada nos marcos de um Estado liberal-constitucional ajudariam a definir uma temporalidade certamente específica para o tipo de mutualismo que nela se desenvolvia, em comparação com aquele que, de outro hemisfério, também influenciava a sua formação. De imediato, imposto o fim das corporações de ofício com a Carta Imperial de 1824, nas décadas

¹¹² Termo de 24 de novembro de 1835; Termo de 12 de novembro de 1837, ambos em Oliveira, Negros, p.1041, 898.

¹¹³ Uma das principais obras escritas sobre a Revolta dos Malês é a de João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, São Paulo, Cia. das Letras, 2003; Sobre o “liberalismo cego à cor”, ver, dentre outros, Hendrik Kraay, *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850*; A expressão desse liberalismo na ilustre figura de Antônio Rebouças é estudada por Keila Grinberg, *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002; O “medo branco” é tomado de empréstimo ao título de Celia Maria Marinho de Azevedo, *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*, São Paulo, Paz e Terra, 1987.

seguintes o processo de criação das sociedades mutuais no Brasil toparia com o arcabouço de uma ajuda mútua religiosa e corporativa, de cuja influência muitas delas custariam a se desfazer. Nesse longo processo de mudança propiciado pelo século XIX brasileiro, como visto, “além dos vínculos com as antigas irmandades religiosas, algumas associações de auxílio mútuo assumiram funções próprias das sociedades de resistência”. Aldrin Castellucci demonstra-o no vivo exemplo da Associação Typográfica Baiana, fundada 40 anos após a Irmandade dos Desvalidos, e 20 depois da SPD, que representou o encontro do modelo mutualista com interesses da organização sindical, traduzido, por exemplo, pelo apoio material prestado à greve dos tipógrafos no início da década de 1890. Em seu conjunto, na verdade, todas essas associações expressam os meandros da transição experimentada pelo mutualismo oitocentista no Brasil.¹¹⁴

Nesses termos, os anos que atravessaram o século contribuíram para deslocar a experiência das mutuais de uma zona de influência para outra, moldando as distintas ligas em que se fundia a conexão mutualista brasileira. Vistas as coisas do ângulo de um sistema mundial de produção de mercadorias, foram esses também os anos da consagração de processos sociais de fundamental importância para a construção do espaço em que se movimentariam, na condição de trabalhadores, os sujeitos integrados às diversas formas de mutualismo. A estruturação do moderno mercado de trabalho e a emergência das classes sociais são, portanto, dois eixos fundamentais a considerar, tanto do ponto de vista de seus diferentes impactos quanto de suas escalas.

Na leitura de Karl Polanyi, atenta à centralidade do Reino Unido no sistema mundial, no início do século XIX a mercadorização dos elementos produtivos, tais como a terra e o próprio capital, seria acompanhada da definitiva mobilização do trabalho. Nessas condições, com o fim do sistema de abonos salariais que a Lei Speenhamland (1795) havia estabelecido na Inglaterra, e com a consequente reforma da tradicional Lei

¹¹⁴ Mattos, *Escravidados*, p.86, diz que: “pensando o caso brasileiro na segunda metade do século XIX, é preciso partir, pois, da constatação de que os ‘novos’ exemplos organizativos dos trabalhadores europeus eram referências disponíveis” (...) As experiências dos trabalhadores franceses foram das mais discutidas por aqui, como se pode constatar pelos comentários na imprensa do século XIX”. Na França, assim como no Brasil, a coexistência de tipos novos e tradicionais de organização mutualista se impunha como um fenômeno de grande relevância, e, segundo Luca, *O sonho*, p.14-5, a legislação brasileira tinha forte inspiração na “similar francesa”; Castellucci, *O Associativismo*, p.62.

dos Pobres (1834), os trabalhadores ingleses desprovidos de assistência seriam lançados para fora das fronteiras de suas paróquias. A correspondente fundação de um mercado livre de trabalho marcará assim não só o abandono do paternalismo oficial inglês, mas principalmente, em suas palavras, o “nascimento da civilização do século XIX”.¹¹⁵

As consequências globais desse processo eminentemente revolucionário, diz Polanyi, compreenderam sobretudo a radical emancipação do mercado frente à sociedade, expressa no triunfo da economia política e de sua leitura auto-regulatória do mundo material, segundo a qual cumpria “que o indivíduo respeitasse a lei econômica mesmo que ela o destruísse”. Na temporalidade com que definiu o quadro, Polanyi tomou o ano de 1834 como “ponto de partida do capitalismo moderno”, diretamente responsável pela “movimentação política e industrial da classe trabalhadora”, em cuja dinâmica “a figura do indigente, quase esquecida desde então, dominava uma discussão que deixou marcas tão profundas como as dos acontecimentos mais espetaculares da história”.¹¹⁶

Tanto o “ponto de partida do capitalismo moderno” quanto a “movimentação política da classe trabalhadora”, sugeridos por Polanyi, podem, no entanto, ser observados sob a perspectiva dada por outras escalas. Na escala de abrangência global adotada por Immanuel Wallerstein, por exemplo, o capitalismo como sistema de

¹¹⁵ Karl Polanyi, *A grande transformação: as origens de nossa época*, 2.ed., Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, p.90. No âmbito da administração da Lei dos Pobres inglesa, a “Speenhamland” foi adotada como um sistema de abonos salariais que estabelecia o preço do pão como regulador do poder de compra dos rendimentos. Era o chamado “direito de viver” dos trabalhadores. Os efeitos deletérios e “demasiadamente liberais” de sua aplicação para a produtividade econômica e para o próprio nível dos salários, na avaliação das autoridades inglesas, importaram sua revogação, três décadas depois. A edição da famosa Poor Law Amendement (Emenda da Lei dos Pobres), em 1834, que põe fim ao sistema de abonos, é vista como um golpe poderoso no tradicional sistema paternalista inglês; Para Thompson, *A Formação*, p.55, “após a perda dos direitos comunais, este era o último – e único – direito do trabalhador.

¹¹⁶ Polanyi, *A grande transformação*, p.90-2; No Império brasileiro, a derrocada do escravismo a partir do fim do tráfico negreiro importou intenso movimento legislativo, e Guillermo Palacios, “Revoltas camponesas no Brasil escravista: a ‘Guerra dos Marimbondos’ (Pernambuco, 1851-1852)”, *Almanack Braziliense*, São Paulo, n.03, maio 2006, p.9-39, notou na convergência entre o fim do tráfico, a Lei de Terras e as determinações para o Censo Geral do Império, no início da década de 1850, o resultado direto de um novo sistema global de controle do trabalho, incidente especialmente sobre os “livres pobres” ou agricultores de subsistência. Palacios tratou do tema ao estudar a Guerra dos Marimbondos, movimento promovido por agricultores do norte do Império, que reagiram ao censo e ao registro civil como evidentes instrumentos do Estado para capturá-los como força de trabalho substitutiva aos escravos, ao mesmo tempo em que se promovia a sua expulsão da terra. Nas palavras de Palacios, p.14-15, “a ‘Guerra dos Marimbondos’ coincide com os primórdios do processo de aparelhamento do Estado para enfrentar tarefas tão importantes na construção de uma economia que se adaptasse às mudanças do capitalismo no âmbito mundial como a estruturação de um mercado livre”.

expansão da fronteira da mercadoria se articula no conjunto de interações por meio das quais uma pluralidade de Estados, organizados do centro para a periferia, garante a circulação desigual da riqueza através da exploração de um sistema hierarquizado de regimes de trabalho. Nesse modelo, tão antigo quanto o longo século XVI, a economia-mundo ocidental se manifesta no “sistema europeu” e as distintas formas de distribuição e combinação da extração do trabalho seguem uma lógica que define o lugar ocupado por cada um dos subsistemas no sistema mundial. Isso quer dizer que, na longa história do capitalismo, divisão e articulação das formas de trabalho são duas chaves mestras.¹¹⁷ Logo, nessas “diferentes instâncias do desenvolvimento capitalista”, a predominância do trabalho livre ou do trabalho compulsório, alternativamente, corresponderá ao papel relativo de cada uma delas na própria dinâmica de integração produtiva. Segundo Wallerstein, “free labor is the form of labor control used for skilled work in core countries whereas coerced labor is used for less skilled work in peripheral areas”.¹¹⁸

Na qualidade de variável central dessa equação do desenvolvimento capitalista a partir do século XVI, a correspondência histórica verificada entre as distintas formas de trabalho obriga a pensar, dentro de suas temporalidades específicas, as condições políticas nas quais se movimentaram os diferentes contingentes de trabalhadores ao mesmo tempo separados e interconectados pela economia-mundo. Isso porque a conformação de uma dinâmica produtiva de escala mundial – articulação entre exploração das formas de trabalho, uso da terra e circulação do capital – a rigor não se efetiva senão com a sobreposição transnacional de umas classes sociais por outras. Para Wallerstein, em suma, não só os Estados só podem ser compreendidos no interior de um Sistema mundial. “The same is true of both social classes and ethnic (national, religious) groupings”.¹¹⁹

¹¹⁷ Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System, I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, New York, Academic Press, 1974. O longo século XVI (1450-1640) é tratado nas p.68, 87 e ss; Sobre a extensão do sistema mundial europeu, p.68 e ss.

¹¹⁸ Wallerstein, *The Modern, I*, p.127; Sidney Mintz, *The so-called modern world system: local initiative and local response*, in *Dialectical Anthropology*, vol. 2, n.4, (November 1977), p.255-6, fala em diferentes instâncias do desenvolvimento capitalista e dos diferentes custos suportados por cada região no sistema de divisão e reprodução do trabalho.

¹¹⁹ Wallerstein, *The modern*, p.67; Nesse ponto reside a principal crítica formulada por Robert Brenner à teoria do sistema-mundo de Wallerstein, uma vez que para Brenner as relações de classe correspondem

Se se tem, portanto, em mente o Brasil da década de 1830, especialmente suas regiões mais diretamente integradas ao sistema mundial de commodities, e se se acresce a cor ou a raça à enumeração “étnica” de Wallerstein, é forçoso reconhecer a forja decisiva da sociedade escravista nas experiências de domínio senhorial, por um lado, e de organização dos trabalhadores, por outro, fossem eles cativos, libertos ou livres.¹²⁰ O reposicionamento do sistema mundial a partir da consolidação da hegemonia inglesa, a expansão do livre mercado e, na esteira desse processo, as alterações provocadas pela intensificação da produção industrial contribuíram para uma mudança qualitativa da organização internacional do trabalho, o que por sua vez implicou a redefinição do status da “luta de classes” nas sociedades de capitalismo central e nas formações escravistas americanas. Nos quadros de uma escravidão globalmente redesenhada sob a forma industrial desde fins do século XVIII (intensificada nas Américas, ao passo que extinta na Europa), essa questão resulta poderosamente decisiva, seja para as cronologias do mutualismo ocidental, seja para as da formação da classe operária, fenômeno ostensivo da sociedade industrial.¹²¹

Nessa chave, nada obstante Wallerstein sinalize que o “sistema moderno de classes começou a tomar forma no século XVI”, é a sua configuração histórica a partir do século XVIII que aqui nos interessa mais de perto. No modelo desenhado por

a condicionamentos no interior de modos de produção particulares, como o capitalista e outros, não capitalistas. Não há concordância, portanto, entre ambos quanto à existência de um sistema-mundial capitalista. Para um confronto dessas posições, ver Dale Tomich, *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*, São Paulo, Edusp, 2011, p.58-64.

¹²⁰ O conjunto de vedações legais ou outros tipos de restrições que o marcador racial importou nas diversas sociedades americanas que viviam seu ingresso no sistema liberal representativo é bem sumariado no trabalho de Luiz Geraldo Silva, *Afrodescendentes*, op.cit. Na América Portuguesa, uma política racial tripartite foi progressivamente substituída por impedimentos que se praticavam apesar da vigência de uma legislação de tipo liberal. As reações ao fim dos privilégios raciais formais na montagem da Guarda Nacional dão boa medida desse problema. Sobre o assunto, ver Jeanne Berrance de Castro, *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*, 2. ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

¹²¹ A reorganização do trabalho cativo segundo um novo padrão de produção capitalista é um dos temas centrais dos estudos da chamada “Segunda Escravidão”, referida no capítulo 1; Robin Blackburn, “Por que segunda escravidão?”, in Rafael Marquese e Ricardo Salles (orgs.), *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.19, considera que “a segunda escravidão estava ligada à aceleração do capitalismo industrial e, conforme este se expandia, o número de tarefas extenuantes a serem realizadas se multiplicava”. São conhecidas as passagens de Karl Marx (*O capital*, v.1) sobre a escravidão de crianças na indústria inglesa de algodão. E, no Brasil, diz Vitorino, *Escravidão*, p.104, “ia se tornando cada vez mais comum o anúncio nos jornais em que se gratificava pela apreensão de colonos portugueses (na situação de engajados) que fugiam”; Sobre a hegemonia inglesa na economia-mundo, ver Immanuel Wallerstein, *The modern world-system III: the second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730-1840*.

Thompson para dar conta do caso inglês, o mutualismo da década de 1830 se desenvolvera no contexto de uma classe operária já “feita”, num processo para o qual a experiência do associativismo e das práticas dos ofícios nos séculos anteriores havia se mostrado decisiva.¹²² Ao abordá-lo, Thompson mobiliza a noção de “luta de classes sem classes”, e depara na “reciprocidade” identificada entre a “gentry” e a plebe inglesas do século XVIII não tanto com uma “inflexible batalla entre antagonismos irreconciliables, como con un ‘campo de fuerza’ societal”. Vale dizer, o espaço para a construção de uma cultura plebeia livre dos controles da “gentry” era explorado pelas classes artesanais a partir de uma “consciência vertical do ofício”, que, se não chegava a render um “consenso com os governantes da sociedade”, tampouco lhes conferia uma identidade horizontal típica das formações “maduras” de classe, presentes no cenário industrial. Esse tipo de antagonismo, frisa ainda Thompson, manifestava-se não apenas numa forma específica de consciência coletiva, mas também em formas correlatas de ação política, como os motins e as ações diretas, correntes no período em questão.¹²³

Ao consagrar a “terminologia do conflito de classes”, ainda que resistindo a “atribuir identidade a uma classe”, Thompson projeta a relevância do processo por meio do qual uma consciência horizontal de classe – e, portanto, uma identidade – pôde se construir historicamente na Inglaterra da passagem dos séculos. Explorando as condições dadas pelas profundas transformações sociais em curso, as “classes” inglesas que Thompson assimilara à noção de “plebe” fizeram seu caminho em direção à formação da classe operária moderna.¹²⁴ Para o caso brasileiro, porém, a intenção

¹²² Wallerstein, *The modern*, I, p.67; Thompson, *A formação*, II, p.12 e ss.

¹²³ Thompson, “La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?”, in *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*, 2. ed., Barcelona, Editorial Crítica, 1984, p.40-1. Sobre os usos da noção de classe social, Thompson afirma: “Si volvemos a la clase como categoría histórica, es posible ver que los historiadores pueden emplear el concepto en dos sentidos diferentes: a) referido a un contenido histórico real correspondiente, empíricamente observable; b) como categoría heurística o analítica para organizar la evidencia histórica, con una correspondencia mucho menos directa. En mi opinión, el concepto puede utilizarse con propiedad en ambos sentidos; no obstante, surge a menudo la confusión cuando nos trasladamos de uno al otro”; Um texto clássico do autor a respeito dos “motins da fome” na Inglaterra moderna é “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”, in *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Cia. das Letras, 1998, p.150-202.

¹²⁴ A pouca atenção dada por Thompson aos condicionamentos do mundo atlântico sobre a formação da classe operária inglesa é objeto da atenção crítica de Peter Linebaugh, “Todas as montanhas atlânticas estremeceram”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, ano 3, n.6, setembro de 1983, p.13. Linebaugh sublinha o “relacionamento entre tradições radicais em curso, que eram em grande parte inglesas, e os modos de produção em constituição, que eram na sua maioria atlânticos”. Ao mesmo

heurística de uma “luta de classes sem classes” se enfrenta, naturalmente, com outras mediações. Dada a posição ocupada pelo regime social escravista brasileiro na conjuntura mundial, não só o tempo mas também os protagonistas de sua experiência (a sua “plebe”) assumiriam uma feição correspondente. Proletários e escravos, reciprocamente posicionados no interior da economia mundial que lhes havia gerado, como adverte Sidney Mintz, a linguagem moderna de classe assumida pelos primeiros no centro do sistema, findas as três primeiras décadas do século XIX, seria formulada ao longo da segunda metade do século no Brasil com a colaboração ativa de movimentos conduzidos ou integrados pelos segundos, na experiência com outros trabalhadores, livres e libertos.¹²⁵

Essas são, portanto, linhas gerais de um arcabouço em que parece frutífero examinar as condições do desenvolvimento do mutualismo no Brasil, especialmente nas regiões onde a empresa escravista logrou produzir perfis de uma população razoavelmente numerosa e diversificada, casos das áreas de plantations ao norte do território, das regiões agrícolas do centro-sul, e da Corte. A década de 1830 que lhe corresponde não seria o ambiente de uma classe social “feita”, mas antes o do nascimento de práticas modernas de ajuda mútua que, ao longo do Oitocentos, traduziram “continuidade, complementaridade, disputa e ruptura” entre as diversas formas associativas mais ou menos tradicionais de trabalhadores, num complexo percurso até a emergência e a consolidação de coletivos característicos das sociedades de livre mercado, avançado o século XX.¹²⁶ Assim, o “sentido de classe” que a historiografia brasileira reputa surgir a partir das primeiras greves verificadas no

tempo, pretendendo explicar o “longo atraso” reivindicado por Hobsbawm entre o processo de expansão mercantil dos séculos XV e XVI e o advento da Revolução Industrial, Linebaugh fala das “pausas” e “interrupções” no processo de acumulação como “resultados das oposições multifacetadas do trabalho vivo que fermentam no interior dos modos de produção e entre eles”.

¹²⁵ Thompson, *La sociedad*, p.41; Sidney Mintz, “Was the plantation slave a proletarian?”, in *Review* (Fernand Braudel Center), vol.2, n.1, (Summer 1978), p.85 e ss.

¹²⁶ A citação é de Mattos, *Escravizados*, p.115; Falando sobre o cenário da corte, Ronaldo Pereira de Jesus e David P. Lacerda, “Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro imperial”, in *Revista Mundos do Trabalho*, vol.2, n.4, agosto-dezembro 2010, p. 128, apontam que: “(...) as primeiras manifestações do mutualismo ocorreram a partir do segundo quartel do oitocentos, alcançando diversidade social e institucional durante o Segundo Reinado, mais precisamente após a década de 1860. Durante esse período, as sociedades beneficentes e de ajuda mútua emergiram, de maneira expressiva, em meio a outras tradições associativas, como, por exemplo, as irmandades leigas, as ordens terceiras, as entidades científicas, os clubes literários, os grêmios recreativos, as sociedades abolicionistas, os montepios, as caixas econômicas, entre outras”.

Império, ou mesmo da configuração autônoma assumida por certos grupos profissionais à frente de sociedades mutualistas do mesmo período, resulta em boa medida de uma compreensão segundo a qual, junto com o indivíduo livre, escravos e libertos desempenharam papel fundamental no universo do trabalho. Essa perspectiva do mutualismo que resulta da convergência entre a historiografia do trabalho e a história social da escravidão permite assim enfrentar o recente debate proposto a respeito do caráter quer associativista ou operário da ajuda mútua nativa, e cruzá-lo com a abordagem que considera o elemento de classe nas relações escravistas, travadas por um escravo que é fundamentalmente trabalhador.¹²⁷

No centro dessa discussão, reabilitando a obra de José Albertino Rodrigues das críticas em torno à cronologia da organização operária no Brasil, Claudio Batalha defende sua leitura pioneira do mutualismo como instrumento de mobilização dos trabalhadores, e faz frente ao pouco reconhecimento que o viés não eminentemente associativista ou previdenciário teria na abordagem da historiografia recente sobre as mutuais. Claudia Viscardi, por exemplo, acusa desde o princípio a preocupação em demarcar o objeto de suas pesquisas frente àquele da mobilização operária, tradicionalmente manejado pela história do trabalho. Ela dirige sua atenção especialmente às “iniciativas que revelavam a busca por amparo e proteção social através da ajuda mútua”. Tania Regina de Luca, pioneira nos estudos sobre mutuais no Brasil, fez igual reivindicação pela especificidade temática do mutualismo em sua obra, embora não tenha desconsiderado a implicação mútua de sociedades e sindicatos na história dos trabalhadores. Na outra ponta, Artur Renda Vitorino procurou demonstrar como uma “transição entre formas associativas” teve na experiência da Associação

¹²⁷ Em um trabalho voltado para pensar a dimensão eminentemente política da Revolta dos Malês, na Bahia de 1835, João Reis, “O Levante dos Malês: uma interpretação política”, in João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Cia. das Letras, 1989, p.104, destacou a importância da análise de classe para a compreensão da posição social dos escravos e libertos envolvidos na rebelião, sublinhando a importância que instâncias ligadas ao trabalho assumiram no processo de mobilização política. Consideradas as suas diferenças étnicas, religiosas e de origem, porém, diz Reis: “Em termos políticos, os escravos baianos não parecem haver constituído uma classe clássica. Como indivíduos eram escravos, como coletividade pareciam ser outra coisa. Horizontalmente, eles estavam divididos; verticalmente, africanos e crioulos/pardos tinham relações sociais, culturais e institucionais bem diferentes com os senhores, apesar de ocuparem uma posição similar na produção”. Sobre o tema, ver ainda, dentre outros, Silvia Hunold Lara, “Blowing in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”, in *Projeto História*, São Paulo (12), out 1995, e seu resumo de uma corrente historiográfica que, notadamente inspirada no trabalho de Eugene Genovese, explora o papel da luta de classes como ferramenta analítica das relações escravistas.

Tipográfica Fluminense, criada em 1853, o exemplo de uma mutual de forte interesse político e reivindicatório.¹²⁸

Se a cronologia operária de Rodrigues tem início em meados do século XIX, é verdade que se tomamos os escravos como trabalhadores, sem mais, é possível encontrar antes mesmo da primeira mutual, “operária” ou não, outros tipos de mobilização profissional, a exemplo dos “cantos” de africanos e das irmandades de ofício, que impulsionavam o trabalho com a força de elementos étnicos e religiosos. O universo das irmandades embandeiradas é particularmente rico em oferecer à cena da organização do trabalho seja a face do controle senhorial, seja a da autonomia e da proteção dos irmãos de cor.¹²⁹

Marcelo Mac Cord nos fala da Irmandade do Rosário de Santo Antônio dos Homens Pretos do Recife e do Reinado do Congo que, a partir dela e durante muitos anos, dominou a concessão das patentes dos governadores dos ofícios. Distinção atribuída pelos confrades a um de seus pares, o Reinado era uma coroação à maneira das cerimônias do Rei do Congo, que remontavam às tradições políticas e religiosas que uniam os Reinos do Congo e de Portugal, desde o século XVI. Os governadores de ofícios, por sua vez, eram indivíduos nomeados entre os próprios trabalhadores e formalmente investidos pelas autoridades da Província na função de zelar “pelo bom andamento da ordem” entre os colegas de ocupação. O prestígio do Reinado garantia, através da irmandade, a mobilização de recursos do disputado espaço de trabalho dos artesãos

¹²⁸ José Albertino Rodrigues, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Difel, 1968; Batalha, *Relançando*, p.13; Viscardi, *Experiências*, p.118; Tânia Regina de Luca, *O sonho*, p.9-11; Artur José Renda Vitorino, “Escravidão, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro”, in *Cadernos AEL*, vol.6, n.10/11, 1999; Para as últimas décadas do século na Espanha, ver Michel Ralle, “A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910)”, in *Cadernos AEL*, vol.6, n.10/11, 1999, e sua atenção ao papel do mutualismo na formação de uma identidade operária.

¹²⁹ Sobre os “cantos” africanos, cf. João José Reis, “A greve negra de 1857 na Bahia”, *Revista USP*, 18 (1993), p. 6-29, e Ana Lourdes Ribeiro da Costa, “Espaços negros: ‘Cantos’ e ‘Lojas’ em Salvador no Século XIX, Cantos e Toques, CRH, Salvador, 1991, p.18-34; A propósito das irmandades e suas bandeiras de ofício, ver Caio Boschi, *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*, São Paulo, Ed. Ática, 1987, e Marcelo Mac Cord, *O Rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*, Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2005.

pernambucanos, favorecidos os irmãos ora nas empreitadas comerciais, ora nas contratações com o Estado.¹³⁰

Se, por outro lado, o foco da análise se concentra sobre as tipologias modernas de organização, é notório o destaque das sociedades mutualistas, dado seu aparecimento desde as primeiras décadas do século XIX no Brasil como resultado de um vigoroso processo de secularização. Acompanhando a expansão de alternativas de trabalho autônomo ou assalariado, o universo do mutualismo compreendeu tipos de associação que, embora não voltados diretamente à mobilização dos trabalhadores, podem também ser interpretados como efetivos instrumentos dessa organização. Nesse sentido, haveria uma lógica do “mutualismo operário” ao lado de outra, associativa/previdenciária, num contexto em que, segundo Claudio Batalha, além das mutuais “outras formas de manifestação não estavam disponíveis”.¹³¹

Nesse ponto, sem embargo da pertinente classificação de Batalha, impõe-se uma observação, visto que, como frisa o próprio autor, as últimas pesquisas da área têm sublinhado o equívoco de que se deduzam da forma jurídica mutualista necessariamente as características de suas práticas, pois hábitos corporativos, disciplinas de tipo confraternal ou mesmo “ações de classe” têm sido identificados na dinâmica de associações estatutariamente definidas como mutuais. Ora, se isso é verdade, talvez seja o caso de considerar que a mesma cautela pode valer inversamente, o que nos preveniria quanto à possibilidade de encontrar novas irmandades de ofício na segunda metade do século, e também deparar práticas previdenciárias mais elaboradas, típicas das sociedades mutualistas, no âmbito de instituições de ajuda mútua de corte antigo, como as próprias irmandades. Pesquisas recentes têm demonstrado que essas instituições não deixaram de existir ou ser criadas por trabalhadores livres a partir da década de 1830, a exemplo da Irmandade dos Desvalidos.¹³²

¹³⁰ Mac Cord, O Rosário, p.75-6; Um exame detido da festa de coroação do Rei do Congo na América Portuguesa é feito por Marina de Mello e Souza, Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006; Elizabeth Kiddy, “Ethnic and racial identity in the brotherhoods of the Rosary of Minas Gerais, 1700-1830”, In *The Americas*, vol.56, n.2 (Oct., 1999). p.223, remete a cerimônias de coroação do Rei do Congo em confrarias do Rio de Janeiro (São Baltazar) e de São Paulo (São Benedito), ainda em meados do século XIX.

¹³¹ Batalha, Relançando, p.14.

¹³² Sobre o sistema de socorros da Irmandade dos Desvalidos, vide *supra*, nota 31.

Marcelo Badaró Mattos, por exemplo, levantou o número de 110 irmandades no Rio de Janeiro entre 1830 e 1889, e localizou não poucas irmandades de ofício nas primeiras décadas do século XIX, e ainda outras criadas após 1850, como a Irmandade de São João Batista dos Operários do Arsenal de Marinha da Cidade e Corte do Rio de Janeiro. Tratava-se, segundo Mattos, “de uma irmandade que combinava aspectos mutuais e profissionais, como opções dos trabalhadores do Arsenal, ainda que numa época em que já se disseminavam as associações de auxílio mútuo”. Anderson José Machado Oliveira estudou irmandades ativas na Corte na segunda metade do Oitocentos que, com diferentes variações, aproximavam-se de uma estrutura de montepio profissional. Uma delas, a Irmandade da Santa Cruz dos Militares, dispoñdo de um complexo sistema de pensões para irmãos e familiares, funcionava como uma bem-sucedida iniciativa de previdência privada. Informação importante é a de que nenhuma dessas confrarias admitia a participação de escravos.¹³³

Nesses termos, o cuidado de não supor que do modelo jurídico da mutual derive necessariamente um tipo específico de prática associativa recomendaria igualmente não encarar as mutuais como a única forma de organização dos trabalhadores livres após o fim das corporações. Se o caso da Irmandade dos Desvalidos confronta diretamente esse argumento, ao lado dela o quadro de novas irmandades de ofício, fundadas por trabalhadores livres e libertos em plena Corte ou fora dela na segunda metade do século XIX, sugere com mais razão que o cenário pode ter sido algo distinto.

Nessa dupla chave – embora mais tipológica que excludente – de um mutualismo dos trabalhadores e outro associativo, é a maior ou menor importância relativa do sentido de classe que pode ser entendida como um operador decisivo do modo como as formas institucionais de ajuda mútua se deslocam e se interpenetram. Como visto, os

¹³³ Mattos, *Escravidados*, p.104-107; Anderson José Machado Oliveira, “Devoção e caridade: irmandades religiosas no Rio de Janeiro imperial (1840-1889)”, *Dissertação de Mestrado em História*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1995, p.273-286; Aldrin Castellucci, “Classe e Cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”, in *Revista Afro-Ásia*, 41 (2010), p.122, identifica em Salvador duas confrarias profissionais no final do século XIX, a Irmandade da Conceição dos Artistas e a Irmandade de São José, por onde teriam circulado integrantes do Centro Operário da Bahia; Mac Cord, *Artífices*, op. cit., demonstra, por exemplo, a expressiva influência das tradições de ofício sobre as práticas da Sociedade das Artes Mecânicas, fundada em 1841, no Recife, por integrantes da Irmandade de São José do Ribamar. Também observa como as reformas de Compromissos de irmandades do Recife, após a década de 1830, anularam a participação política dos escravos nelas matriculados.

casos de mutuais que flertavam com interesses de mobilização dos trabalhadores atendem à primeira hipótese. No mesmo grupo talvez possamos incluir as sociedades mutualistas que manifestavam formalmente a sua pretensão de “melhorar a sorte de todas as classes operárias”, caso da Sociedade Beneficente Liga Operária, sediada na Corte, desde 1871. E embora mutuais como o Corpo Coletivo União Operária, de 1880, expressassem preocupação semelhante de “concorrer para o engrandecimento da classe operária”, seu sentido de classe esbarrava no fato de admitirem a entrada de “notáveis” ou “protetores” nos seus quadros, frustrando a autonomia que se podia esperar de trabalhadores mais conscientes do “antagonismo fundamental” que mediava entre ambos os grupos. Estranhos aos sindicatos, “honorários” ou “protetores” seriam, contudo, característicos da estrutura e do funcionamento político das mutuais, como mais adiante se detalhará.¹³⁴

Nessa linha cruzada entre mutualismo e mobilização operária cabe observar com mais detalhes a história da participação da já citada Associação Typográfica Baiana na greve dos tipógrafos no início da década de 1890, em Salvador. Quem a conta é Aldrin Castellucci, historiador pioneiro dos estudos sobre o “mutualismo operário” na Bahia, haja vista a novidade dessa abordagem na historiografia do trabalho no Brasil. Segundo o autor, consta que a Associação, disposta a contribuir com o movimento grevista, teria criado uma nova organização, chamada “Fraternização Tipográfica”, que funcionou como instância de deliberação e definição das pautas do movimento, contando para isso com a participação de profissionais também ligados à União Operária Baiana. Tratava-se, portanto, de uma interessante estratégia que, por meio da criação de um dispositivo transicional, mantinha íntegras e distintas as estruturas associativas pré-existentes ao passo em que promovia o diálogo de seus interesses, numa clara demonstração de aprendizado recíproco entre formas de ajuda mútua e mobilização operária, em fins do século XIX. Igualmente ilustrativa desse movimento é a figura do alfaiate inglês John O’Dwyer, também apresentada por Castellucci. Atuante na Bahia de meados do século XIX, O’Dwyer vivera “o período de florescimento das idéias de Robert Owen (1771-1858), do owenismo e das *friendly societies* na Inglaterra e na Irlanda”, o que o

¹³⁴ Mattos, *Escravidados*, p.98-101; Batalha, *Relançando*, p.17, reconhece “sociedades híbridas” nessas diferentes combinações institucionais. E ainda que se fale em tons mais reivindicatórios das associações de trabalhadores, é importante recordar que a formação de sindicatos era proibida ao longo do Império.

credenciara como uma espécie de “elo ideológico” entre o velho e o novo mundos da primeira metade do século XIX.¹³⁵

Ocorre que o mundo das mutuais também vinha de tempos atrás. E se desde meados do Oitocentos, mas sobretudo no fim do período, algumas delas já se esgueiravam sobre interesses de tipo sindical, no início do século seriam elas mesmas o estuário de uma nova configuração institucional de ajuda mútua, carregada a partir da reelaboração de “sobrevivências” de tipo corporativo. Como amplamente argumentado até aqui, a dimensão propriamente associativa do mutualismo, emergente no Brasil a partir da década de 1830, continuava e transformava as estratégias de ajuda mútua que instituições corporativas vinham desenvolvendo desde muito tempo antes.

O caso dos Desvalidos é sintomático desse tipo de ruptura e se encaixa muito adequadamente à chave do mutualismo associativo, porque não há mobilização operária, mas antes “busca por amparo e proteção social”, além de afirmação racial. Não há consciência moderna de classe, mas há pretensão de prestígio e poder investida na criação de uma sociedade mutualista de cor (a Sociedade Protetora dos Desvalidos), cuja ruptura com a Irmandade, em 1851, traduziu uma aposta na modernização associativa, e na sua adaptação aos espaços institucionais de poder, expressa sobretudo pela admissão numerosa de sócios protetores e honorários, e pela diversificação da movimentação econômica da entidade. O ingresso de “honorários” seria, inclusive, uma das decisivas novidades em relação à estrutura da confraria da qual haviam se separado. Assim, muito embora estejamos diante de uma mutual étnica ou “identitária”, como se usa dizer – afinal tratava-se de uma associação exclusiva de indivíduos pretos – nada disso impede que os Desvalidos sejam também analisados em termos de classe, afinal, como se demonstrará oportunamente, a fundação da SPD importou o enriquecimento da associação, sua inserção nos círculos de poder oficial e a progressiva redução do número de trabalhadores pobres no seu quadro de sócios.¹³⁶

¹³⁵ Castellucci, O associativismo, p.64, 58; Robert Owen, a quem Thompson, A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores, 3. ed., v. III, Rio de Janeiro, Paz e Terra, p.388, via como o “último aristocrata filantropo”, foi um industrial de idéias reformistas, tido como responsável por um dos primeiros movimentos de massa dos trabalhadores ingleses no início do século XIX, o “owenismo”.

¹³⁶ “Mutuais étnicas” designam aquelas cujos critérios de ingresso exigem a pertença a um grupo nacional e/ou racial. Sobre essa classificação e a imbricação entre mutuais étnicas e “mutuais de classe”, ver Adhemar Lourenço da Silva Jr., “Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889)”, in

Propor, assim, a “articulação dentro de uma mesma pesquisa dos diferentes setores do mundo do trabalho” é, a rigor, discutir o próprio alcance do mundo do trabalho, bem como conformar seu objeto a um tratamento que reconheça a diversidade de suas formas, do lugar de seus agentes e a condição eminentemente conflitiva de suas relações, tomadas a partir de uma compreensão englobante de classe.¹³⁷ Por sua vez, o elemento racial, que se apresenta na formação de determinadas mutuais na segunda metade do século XIX, é, seguramente, uma dessas pontes estendidas entre as formas tradicionais de associação religiosa na sociedade escravista e a ação mobilizadora de trabalhadores livres, muitas das quais antecedidas por experiências protagonizadas por cativos e libertos.

É o caso, por exemplo, da chamada “greve negra” de 1857, que inviabilizou a atividade comercial de Salvador com a paralisação do trabalho dos carregadores do porto, e que constitui expressivo exemplo de uma iniciativa que, conduzida por escravos e libertos africanos, remetia a ações de mobilização operária, como a greve levada a efeito por tipógrafos na Corte, no ano seguinte, reconhecida pela historiografia como a primeira greve típica do país. Antes da “greve” de 1857, porém, não só na Bahia mas também na própria Corte, um ano antes, escravos do estabelecimento Ponta D’Areia, que reunia livres e cativos em atividades de fundição e no estaleiro, suspenderam seu trabalho em protesto contra a prisão de companheiros de serviço.¹³⁸ Experiências comuns de trabalho entre escravos e livres, como essas, estavam longe de ser raras nos grandes centros urbanos do Império, fossem em portos, ferrovias, ou no próprio espaço

Estudos Iberoamericanos, PUC-RS, v. XXV, n.2, dezembro 199, p.147-174; Os desenhos político-institucionais da Irmandade dos Desvalidos e da Sociedade Protetora dos Desvalidos serão respectivamente matéria dos capítulos 3 e 4 desse trabalho.

¹³⁷ Citação em Batalha, Os desafios, p.89; Tratando dos temas de uma “história global do trabalho”, Linden, História do trabalho, p.18-9, vai na mesma direção.

¹³⁸ Em 1836, um movimento de ganhadores dos cantos africanos em Salvador também paralisou as atividades comerciais à beira-mar, em reação à lei provincial que, meses depois da Revolta dos Malês, pretendia intervir na autonomia dos espaços de trabalho organizados pelos próprios trabalhadores africanos, cf. Reis, A greve, p.17 e ss.; Sobre os tipógrafos de São Paulo e Rio de Janeiro, e seus movimentos, Artur José Renda Vitorino, “Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro (1858-1912)”, Dissertação de Mestrado em História, Universidade de Campinas, 1995; A história de Ponta D’Areia está em Mattos, Escravizados, p.14-21.

da rua, o que levou Mattos a considerá-las como "fatores decisivos para a conformação do perfil da nova classe de trabalhadores assalariados".¹³⁹

É também como um "capítulo crucial na história da formação da classe operária no Brasil" que Sidney Chalhoub enxerga o caso de duas associações mutuais de indivíduos de cor, criadas no início da década de 1870, e de forte "parecença" com as "sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX", afinal, acrescidos do propósito de alforriar escravos, seus objetivos eram decididamente mutualistas. No entanto, os registros estatutários da Sociedade Beneficente Nação Conga (extensiva a todos os africanos) e da Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor não seriam deferidos pelo Conselho de Estado, cuja posição majoritária marcava a rejeição ao reconhecimento oficial da identidade étnica de indivíduos pretos. O relatório do Conselho, tal como reproduzido por Chalhoub, dispunha que os "homens de cor, livres, são no Império cidadãos que não formam classe separada". A época era a da recém promulgada Lei do Ventre Livre (1871), o que provavelmente acentuou o receio senhorial de, com a chancela do Estado, promover as virtualidades associativas de mulheres e homens pretos.¹⁴⁰

Mas a fórmula adotada não era nova. Anos antes, em 1861, os Conselheiros reprovaram o teor do estatuto de outra associação de perfil muito aproximado, a Sociedade Beneficente de Nação Conga, Protetora da Sociedade do Rosário e São Benedito, assentando sua contrariedade na recusa ao "predomínio da casta e da cor,

¹³⁹ Segundo Luiz Felipe de Alencastro, "Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872", in *Novos Estudos*, n.21, julho de 1988, p.41, as diferenças entre escravos e proletários seriam borradas com a crise do escravismo desencadeada pelo fim do tráfico e a pauperização de imigrantes europeus, ingressos na Corte por volta da metade do século, e disputando com os cativos o mesmo trabalho, muitas vezes na rua; Um espaço comum de trabalho, tensão e mobilização política entre escravos, libertos, livres e estrangeiros foi estudado por Robério S. Souza, *Trabalhadores dos trilhos: imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863)*, Campinas, Ed. Unicamp, 2006; Também na lavoura, pequenas escravarias criavam um ambiente de trabalho compartilhado entre livres e cativos, como o demonstraram Hebe Mattos, *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2009, e Bert Jude Barickman, *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

¹⁴⁰ Sidney Chalhoub, Machado de Assis: historiador, São Paulo, Cia. das Letras, 2003, p. 241 e ss.; O §1º do art. 2º da Lei n. 1.083/1860, conhecida como Lei dos Entraves, estabelecia a competência do Conselho de Estado para "aprovar os estatutos dos Montepios, das Sociedades de Socorros Mútuos ou de qualquer outra Associação de beneficência", cf. *Coleção das Leis do Império do Brasil*, Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>, Acesso em 06 de março de 2016.

que não convém aprovar”. Nas palavras do Conselheiro Pimenta Bueno, segundo Chalhoub, se “o sentimento real da pretendida sociedade é o de beneficência, ela deve alterar essas expressões e limitações porque a humanidade não se compõe só da cor preta”. Vencido no Conselho, o Marquês de Olinda recordaria a seus pares o fato de que “já de tempos antigos se instituíram irmandades de pretos, e de mulatos. E isto nunca se achou que contrariasse as máximas da beneficência”.¹⁴¹ Também não parecia contrariá-la a circunstância da oficialização de inúmeras sociedades mutualistas de tipo “étnico-nacional”, especialmente as de povos originários da Europa.¹⁴²

Se fixamos a atenção no argumento do marquês, é possível perceber como nele sobressai a presença de uma significativa passagem do tempo, em cujo transcurso uma mudança importante teve lugar. Os “tempos antigos” nos quais “se instituíram irmandades de pretos e de mulatos” talvez se pudessem dizer antigos desde pelo menos a promulgação da Lei dos Entraves que, em 1860, demarcara a viragem “moderna” na regulação das associações civis, disciplinando o regime de mutuais e montepios na área que dizia respeito às práticas previdenciárias e de ajuda mútua. Despontava um importante marcador da “novidade” na linguagem do Conselho, uma novidade cujo sentido vinha a rigor se repetindo em diferentes episódios desde o fim das corporações de ofícios (1824) ou das medidas de desracialização de forças armadas civis, como a

¹⁴¹ Sidney Chalhoub, Machado de Assis, p.254 e ss. O Marquês de Olinda via na criação de sociedades de pretos a possibilidade de evitar dissensões que tivessem “origem no sangue”, posição consistente com aquela adotada pelas autoridades argentinas tanto no apoio às “nações”, espécies de sociedades civis africanas, como na oficialização das mutuais de negros, a partir de meados do Oitocentos. Sobre o assunto, cf. Andrews, *Los afroargentinos*, op. cit., e Leonardo Affonso de Miranda Pereira, “Os caminhos da ‘Nação Conga’: associativismo, festa e identidades entre os afrodescendentes do Rio de Janeiro e de Buenos Aires (século XIX)”, in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH)*, São Paulo, julho 2011; Sidney Chalhoub, “Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”, in *Olivia Maria Gomes da Cunha e Flávio Santos Gomes (orgs.), Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2007, p.229-30, cuidando do parecer elaborado a respeito da Sociedade da Nação Conga: “Aos ‘tais congos’ não se aplicava o conceito moderno de nação, não eram considerados, no Império, membros de uma nação estrangeira. Como eram africanos, ao se libertar também não adquiriam nacionalidade e cidadania brasileiras, Pimenta Bueno simplesmente negava aos postulantes o direito de se identificar segundo uma lógica que lhe parecia pertinente às ideologias nacionalistas ocidentais do Oitocentos”.

¹⁴² Adhemar Lourenço da Silva Jr., “O mutualismo de fechamento étnico no Rio Grande do Sul (1854-1940)”, in *Revista Mêtis: história e cultura*, v.4, n.8, jul/dez 2005, p.130-133, lista 127 mutuais étnicas criadas no período, mais de 50% das quais fundadas na segunda metade do século XIX. Entre elas encontravam-se associações italianos, poloneses, suecos, austríacos e sírio-libaneses. “Negros” era uma dessas categorias étnicas. Dada a ausência de informação sobre a data específica de estabelecimento das associações de negros, não é possível saber se sua criação se deu após o fim da vigência da Lei dos Entraves, tampouco se seus estatutos eram explícitos quanto à cor como critério de acesso.

Guarda Nacional (1831), acompanhadas do progressivo desprestígio das irmandades como associações preferenciais de ajuda mútua. Em suma, apesar da “modernização do tempo”, tudo parecia indicar que não seria dado aos indivíduos pretos se organizarem como tais fora das tradicionais e antigas instituições religiosas, para quem os tempos modernos haviam reservado outras abstrusas regras de exclusão.

A história dos Desvalidos dialoga muito de perto com esse processo, que é ao mesmo tempo de expurgo das “sobrevivências corporativas” a título de modernização associativa, e de criação de novos embaraços à centralidade do elemento racial. Criada em 1851 e confirmada dez anos depois, a Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD) viria a se constituir, porém, efetiva e oficialmente como uma mutual de homens de cor (rigorosamente falando, afinal não se associavam mulheres na mutual), o que seguiria sendo ao longo do século. O movimento promovido pela Sociedade Beneficente de Nação Conga, de apresentar seu estatuto ao escrutínio do Conselho, tendo sido fundada previamente à Lei dos Entraves, foi o mesmo empregado pela SPD, na mesma época, embora com resultados diferentes. Em comum, ambas as associações tinham o vínculo pregresso ou atual com devoções leigas, pois a SPD, como visto, havia surgido de uma dissidência com uma irmandade de pretos. Já quanto à Sociedade de Nação Conga, dita Protetora da Sociedade do Rosário e São Benedito, “parecia haver vínculo orgânico entre ela e a tal irmandade do Rosário”, dadas as missas, as homenagens e as celebrações inscritas no calendário oficial da sociedade, evidenciando seu forte laço corporativo.¹⁴³

Mais interessante para essa breve menção comparativa é o fato de que a irmandade da qual saíra a SPD não era uma simples irmandade de pretos nos moldes “dos tempos antigos”. Tratava-se de uma irmandade exclusiva de pretos, o que significa dizer que nela não havia composição étnica nem do lado da “cor” (com mulatos, cabras ou pardos), nem no da “ausência” dela, visto que brancos não eram admitidos a nenhum cargo, nem mesmo àqueles que tradicionalmente ocupavam em confrarias de pretos (juízes brancos, escrivães, protetores). Ou seja, era o caso de uma irmandade na qual o

¹⁴³ Requerimento de aprovação do Estatuto da Sociedade Protetora dos Desvalidos, APEB, SCP, Atos do Governo da Província, maço 972; Na lista de sócios efetivos produzida em 23 de maio de 1871 não se encontram nomes de sócias, cf. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Colonial Provincial (SCP), maço 5306; Chalhoub, Machado, p.245.

elemento “étnico-racial” se destacava, por um lado, contrariando as disposições que vigoravam nas associações antigas (ausência de brancos), e, por outro, “modernamente”, seja porque nela não entravam escravos, seja ainda porque a maioria dos irmãos assinava o próprio nome em atas por eles mesmos escritas.¹⁴⁴

Na história dos Desvalidos, portanto, é interessante considerar como as características e o perfil dos integrantes da irmandade podem ter conferido à SPD algumas credenciais que a habilitaram a se firmar como uma associação de tipo “étnico-racial”, mesmo passada a primeira metade do século. Não é trivial sublinhar que o padrão tradicionalmente aceitável para as irmandades coloniais (seu “fechamento racial”) não o seria para as sociedades mutuais, o que pode ter colocado a Irmandade dos Desvalidos num lugar exato, como um corpo de transição entre umas e outras. Nessa complexa configuração, ao lado do discurso da cor, outros trunfos parecem ter sido de grande importância na transição mediada pela identidade racial. Falo da condição de letramento, que beneficiava a maioria dos irmãos e sócios, conferindo-lhes a autonomia que custara aos integrantes da Sociedade da Nação Conga outra menção derogatória da parte dos membros do Conselho de Estado.¹⁴⁵ Mas talvez nenhum atributo pudesse assumir sua plena potência na SPD sem o lastro da postura política que viria a adotar. Sua trajetória, à diferença dos irmãos Desvalidos, demonstra a criação de uma vasta rede de protetores, a participação assídua no calendário de celebrações oficiais, e a consequente combinação da autonomia econômica de seus membros com a pertença a um circuito de prestígio político que a tornava muito provavelmente mais aceitável aos olhos de figuras como o Conselheiro Pimenta Bueno, que mirava o universo das associações civis do alto de sua leitura patriarcal e conciliatória.¹⁴⁶

¹⁴⁴ A expressão “étnico-racial” usada nessa passagem quer menos confundir categorias explicativas do que diferenciar, dentre as mutuais étnicas, aquelas cujos critério exclusivo era racial (ou de cor), e não de origem nacional.

¹⁴⁵ Chalhoub, Machado, p.247, transcreve passagem do relatório, de autoria do Conselheiro Pimenta Bueno, para quem os “(...) estatutos ‘estão mal redigidos, e cheios de erros, pelo que não são dignos de subir à Presença do Governo Imperial’”.

¹⁴⁶ É farto o ASPD, Livro de Termos de Entrada de Sócios (1851), que registra o ingresso e a qualificação dos sócios honorários da Sociedade Protetora dos Desvalidos; Na Argentina, segundo Andrews, *Los afroargentinos*, p.182-3, as mutuais de negros representavam uma alternativa menos ameaçadora do que as “nações” em que se organizavam os africanos. O autor explora, no longo prazo, a “diluição” da cor preta em direção a uma “argentinidad” como um elemento poderoso para a aceitação das mutuais de negros na percepção da sociedade em geral.

Em 1832, ano de fundação da Irmandade dos Desvalidos, e eixo da “conexão mutualista” aqui proposta, a classe operária inglesa poder-se-ia considerar “feita” em razão de suas próprias “construções”: seus espaços de sociabilidade, sua linguagem e, especialmente, sua autonomia política. Vale dizer, havia sido consagrada uma separação bem marcada entre as instituições por meio das quais operários e capitalistas se organizavam politicamente. Marcel Van der Linden explorou a ausência ou a presença de “notáveis” e protetores nas sociedades mutualistas como um dos critérios decisivos na comparação entre mutuais e sindicatos, e na avaliação do caráter mais ou menos “classista” daquelas.¹⁴⁷ Na Bahia, no Brasil e por toda a América em processo de transição das sociedades tradicionais para sociedades de “tipo democrático-representativo”, é verdade que 1832 representa mais bem um campo de luta por afirmação racial, da parte de homens e mulheres livres e libertos de cor. No entanto, mesmo que à essa época a classe ainda não houvesse “se adiantado no jogo”, uma perspectiva de análise que compreenda os dilemas da cor através dos condicionamentos globais das relações de classe pode favorecer uma leitura mais complexa do modo como ambas atuavam para conformar as condições de vida e de inserção social dessa população.¹⁴⁸

Nesse universo, Irmandade e Sociedade dos Desvalidos descreveram trajetórias que descortinam um conjunto de elementos bastante propícios ao enfrentamento do

¹⁴⁷ Thompson, A Formação, vol.1, p.12 e ss.; Para outra cronologia da formação da classe operária inglesa, ver Eric Hobsbawm, “O fazer-se da classe operária, 1870-1914”, in *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*, 4. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005; Linden, *Social Security*, p.22.

¹⁴⁸ Cor e cidadania no contexto da transição moderna do século XIX são os temas de Luiz Geraldo Silva, “Negros de Cartagena y Pernambuco em la era de las revoluciones atlánticas: trayectorias y estructuras (1750-1840)”, in *Anuario Colombiano de la Historia Social y de la Cultura*, v.40, n.2, 2013, p.211-240, e Iacy Maia Matta, *Conspirações da raça de cor: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881)*, Campinas, Ed. Unicamp, 2016; De acordo com João José Reis, “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição”, in *Afro-Ásia*, 24 (2000), p.240, na década de 1880, nos espaços de trabalho que reuniam trabalhadores negros, como os “cantos” dos carregadores do porto de Salvador, a “classe se adiantara no jogo” com a raça e a etnia, o que era indicado pelo maior peso relativo de uma consciência comum de trabalhadores sobre marcadores de distinção étnica na organização de seus movimentos políticos; Por sua vez, Kraay, *Política racial*, p.14, falando para a primeira metade do século XIX, afirma que: “classe e raça (ou cor), como sugere o conceito de classes de cor, seguiram lado a lado na sociedade brasileira, como em qualquer outro lugar. Privilegiar uma categoria sobre a outra ou esperar que a classe suplante a raça à medida que a sociedade se moderniza – premissas fundamentais no debate de raça versus classe – representa mal a complexidade destas categorias que, juntas, estruturaram e continuam a estruturar as hierarquias sociais brasileiras”. A noção de “classes de cor”, empregada por Kraay, remete à “inconstância” da cor no processo de desracialização oficial no Brasil, e à sua precariedade como categoria em si mesma para dar conta do lugar social do indivíduo nesse contexto.

tema. Quero, portanto, propor que, entre eles, a defesa de uma identidade de cor (ou racial) levou primeiramente à especificação histórica de uma forma institucional, expressa na fundação de uma confraria religiosa. Adiante, o tipo de inserção social em que investiram seus desavindos na formação da mutualista firmou-se por meio da dissociação entre a cor e o sentido de classe, com privilégio de um tipo particular de “politização” da cor, por intermédio das relações de poder travadas com a “sociedade de protetores”. Isso demonstraria a importante variedade das formas de inserção social de afrodescendentes livres e libertos na sociedade inaugurada com a emancipação dos Estados americanos.¹⁴⁹ Estamos então diante de uma história de estratégias políticas e institucionais dispostas a não só “adiantar a cor no jogo”, mas especialmente garanti-la como elemento de identidade a partir da qual a ascensão social poderia ser forjada: a garantia da ascensão pela cor seria, dessa forma, o próprio sentido material de sua “resistência”.

Nesses termos, a relevância do estudo dos Desvalidos avulta do valor em reconhecer uma experiência de importância central para a história das organizações coletivas baianas na segunda metade do século, experiência longa e claramente situada numa chave associativista/previdenciária, o que prejudica sua compreensão como precursora de um movimento de formação da identidade da classe operária na Bahia. Mais do que isso, porém, sua centralidade está em oferecer à análise um caso bastante original do que se pode designar “mutualismo de cor”, tema sobre o qual pouca atenção tem sido prestada até aqui, não tanto pela ausência do associativismo entre os negros, naturalmente, mas em razão da escassez ou mesmo inexistência de registro de sociedades mutuais oficialmente reconhecidas como associações de pretos no período coberto por essa pesquisa, até onde hoje se sabe.¹⁵⁰

¹⁴⁹ Silva, *Afrodescendentes*, op. cit.

¹⁵⁰ Sobre associativismo negro no período em apreço, ver Chalhoub, Machado, op. cit., Paulo Roberto Staudt Moreira, *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*, Porto Alegre (1858-1888), Porto Alegre, EST, 2003, e Camila Menegardo Mendes, “Sociedades beneficente e fronteira racial: associativismo de trabalhadores negros na segunda metade do século XIX”, Dissertação de Mestrado em História, Rio de Janeiro, UERJ, 2006; Para um período seguinte, e no âmbito da historiografia sobre o trabalho, Álvaro Pereira Nascimento, “Trabalhadores negros e o paradigma da ausência: contribuições à história social do trabalho no Brasil”, in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.29, n.59, set/dez, 2016, p.609, observou que “a historiografia que investiga trabalhadores pobres e o movimento operário na República tende a não incluir o componente cor dos indivíduos pesquisados em suas páginas”.

Nos próximos dois capítulos, o exame detido de elementos da história da Irmandade dos Desvalidos e da Sociedade Protetora dos Desvalidos, ora separada, ora comparativamente, permitirá destacar os traços de duas experiências fundamentais para a compreensão das alterações da ajuda mútua popular na Bahia entre os anos de 1830 e 1870. Por meio da análise de seus desenhos institucionais, decisões estratégicas e do perfil de alguns de seus integrantes, a distinção do elemento racial tende a se constituir numa chave de entendimento de suas histórias, assim compartilhadas como diversas.

CAPÍTULO 3

“Nossa Senhora da Soledade, venha nos valer”:

a Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos

“*Chiolos Liver de Cores pretas Nacidos no Inperio do Barzelio*” é a expressão que, cunhada numa variação da escrita dos negros confrades da Irmandade dos Desvalidos, encontra-se no termo da reunião de 29 de março de 1835. Na ocasião, a Mesa da confraria confirmava a aprovação do seu Compromisso, encerrando um longo processo de reforma. O trecho completo do documento registra que:

Estando todos Corpos da Devoção Reunidos, aprovamos por unânimes vontades o presente Compromisso da nossa Devoção da Santíssima Virginal Senhora da Soledade dos Desvalidos, pertencente aos **Chiolos Liver de Cores pretas Nacidos no Inperio do Barzelio**, ereta na Capella de Nossa Senhora do Rosário do Mistério, Freguesia do Santo Antonio Além do Carmo (Grifos originais).¹⁵¹

Escrita pelo secretário da Devoção, Manuel Victor Serra, e assinada pelos demais administradores da Casa, a ata é o mais antigo documento remanescente que informa sobre a procedência daqueles que integravam a confraria. A aparente clareza, porém, não impediu que alguns historiadores dedicados ao assunto contornassem a sua literalidade e que outros, dela desconfiando, se pusessem no encalço de pistas que talvez revelassem algum segredo de origem.

É assim que os autores que mais de perto estudaram os Desvalidos, Julio Braga, Klebson Oliveira e, mais recentemente, Lysie Reis são acordes em tratar os primeiros Desvalidos como africanos libertos. Para Braga, por exemplo, Manuel Victor Serra seria trabalhador do canto da Preguiça. Os “Cantos” eram espaços de organização do trabalho manual urbano, frequentados e sobretudo comandados por africanos, em geral organizados por nações.¹⁵² De sua parte, Reis avança novas informações, tratando a “Sociedade Protetora dos Desvalidos” (sic) como uma exceção ao, à época, generalizado preconceito contra africanos. Já Oliveira, em extenso estudo sócio-linguístico da escrita do português por pretos no Brasil, toma as atas e os termos dos Desvalidos como *corpus*

¹⁵¹ Klebson Oliveira, “Negros e escritas no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico”, Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2005, p.542. O texto do termo e de muitas outras atas da Irmandade dos Desvalidos se encontram nos anexos da tese de Oliveira, que produziu a edição filológica dos documentos analisados. No presente trabalho, a forma original dos textos é mantida. Recorreremos às observações do autor/editor todas as vezes em que a melhor compreensão da escrita o exigir.

¹⁵² Julio Santana Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*, Salvador, Ed. Ianamá, 1987, p.23; Sobre os cantos, Reis, “A greve” e Ana Lourdes Ribeiro da Costa, “Espaços negros: ‘Cantos’ e ‘Lojas’ em Salvador no Século XIX, Cantos e Toques, CRH, Salvador, 1991, p.18-34.

de trabalho, e, para estudá-los, separa didaticamente os irmãos em africanos e brasileiros.¹⁵³ Diante de tantos africanos, eis que uma pergunta salta: e a ata de 1835?

Antes de respondê-la, é preciso reconhecer que tudo começou com Pierre Verger. Bem entendido, foi o estudioso franco-baiano que pela primeira vez – ou de forma mais decisiva – cunhou a origem africana dos supostos 19 fundadores da irmandade. Estão lá no seu texto Manuel Serra no canto da Preguiça e toda a trama dos atos preparatórios da criação da confraria, discutida num item dedicado às “juntas de alforria”. Lá estão também seus colegas africanos, todos libertos, a maioria deles em atividade no ganho ou no trabalho artesanal. Daniel Correia, José Fernandes do Ó e Roberto Tavares – para falar de irmãos que mais adiante aparecerão – são alguns dos fundadores. O primeiro, de acordo com Verger, era também do “canto”, mas do Pilar. O segundo vendia toucinho. E o último deles contava com a ajuda de um burro para carregar água, seu ofício.¹⁵⁴

Ainda que em relação a alguns aspectos da formação da irmandade Verger seja confirmado pela documentação, há um problema em relação ao conjunto das informações. Ele reside no fato de que sua formulação tem como origem a história contada por seus contemporâneos, discípulos longínquos de Manuel Serra que, ouvidos mais de um século depois da fundação da irmandade, e traduzidos pelos intrincados meandros da memória, podem ter recriado uma África fora do lugar.

Mieko Nishida, historiadora que também tratou da origem dos Desvalidos, aponta, por exemplo, para outra direção. Em seu livro, ela decreta de maneira incisiva que Verger e Braga erraram ao ver africanos onde havia, na verdade, brasileiros livres.¹⁵⁵ A premissa é fundamental para o argumento chave de Nishida, que entende encontrar

¹⁵³ A autora afirma: “Sobre preconceito generalizado em relação ao africano, faço aqui uma ressalva: a ‘Sociedade Protetora dos Desvalidos’ e até mesmo a ‘Sociedade Beneficente Monte Pio dos Artistas’ congregava africanos, embora em outras mutuárias, como a “Sociedade Monte-Pio dos Artistas Cachoeiranos”, africanos não eram admitidos”. Lysie Reis, *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices da Bahia do século XIX*, Salvador, Edufba, 2012, p.213; Oliveira, *Negros*, p.473 e ss.

¹⁵⁴ Pierre Verger, *Fluxo e Refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*, 3. ed., São Paulo, Corrupio, 1987, p.517.

¹⁵⁵ Mieko Nishida, *Slavery & Identity: ethnicity, gender and race in Salvador, Brazil, 1808-1888*, p.138 e nota 76, p.217. A rigor, Nishida fala em “crioulos livres” e com essa expressão quer dar a entender que se tratava de pretos nascidos livres no Brasil. A expressão é ambígua, pois à época, e pelo menos na Bahia, o termo era generalizado para designar escravos nascidos no Brasil, por oposição a “pretos”, escravos africanos. Curiosamente, a expressão “crioulos livres” é a mesma usada no documento da irmandade.

nos Desvalidos o exemplo de um novo tipo de associação étnica da primeira metade do século XIX. Guardarei a discussão do argumento para outra oportunidade (cap.4), pois agora interessa avaliar o que ela diz ter achado a respeito da origem dos fundadores da irmandade.

Embora muito provavelmente tivesse à disposição a ata citada acima, Nishida, para sustentar sua afirmação, recorre a uma única menção ao “Livro de Termos de 1832”. À época de sua pesquisa, o Livro de Termos em questão pertencia ao arquivo da atual Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), embora já não se encontre lá. O fato é que, apenas remetendo à existência do Livro (que, como tal, é uma coleção de inúmeros termos, atas e assentadas), a autora em nenhum momento elabora sobre o seu conteúdo ou demonstra como teria extraído dali os elementos de sua conclusão.¹⁵⁶

Se aderirmos ao que Nishida conclui, devemos entender que esses papéis informariam tão só a origem dos fundadores, e não suas ocupações, porque o que a autora sabe a respeito dessas é retirado exatamente, no conteúdo e na forma, daquilo que Verger apresenta em sua obra. Verger então teria errado numa ponta e acertado na outra, e assim, corrigidas e complementadas as suas informações, disporíamos de um mapa profissional e nacional dos criadores da irmandade. Porém, o desaparecimento do Livro de Termos de que trata Nishida, e bem assim o modo como ela o referencia, recomendam que sigamos à procura de outras evidências sobre a origem dos primeiros Desvalidos. Afinal, da sua qualificação mais ou menos precisa depende, como se verá, a compreensão da história da irmandade em suas dimensões étnica, religiosa e política.

Podemos então dizer que a disputa em torno da nacionalidade dos fundadores determina consequências interpretativas graves na leitura do problema, visto que ser

¹⁵⁶ Acresça-se a isso a informação de que Klebson Oliveira afirma ter editado inteiramente, nos anexos de sua alentada tese, o Livro de Termos citado por Nishida, intitulado “Relíquia da Fundação da Sociedade Protetora dos Desvalidos. Livro de Termos do ano de 1832”. Da leitura de sua transcrição, porém, nenhum registro há acerca da origem (seja brasileira, seja africana) ou da profissão de seus fundadores, nem ele se vale de qualquer informação desse tipo. Para tanto, segue, como já se notou acima, a obra de Verger. Em nota à p. 140, comentando a identificação dos fundadores por Verger, Oliveira assenta que os documentos da irmandade confirmam o que o autor francês diz a respeito da cronologia de sua criação, mas que o perfil social dos seus integrantes teria sido conhecido de outra fonte, a que ele, Oliveira, não teria tido acesso. Em outra passagem, o autor declara que: “outros documentos da irmandade também foram consultados e a mesma situação de mudez em relação aos primeiros escrivãos (sic)”. Oliveira, Negros, p.205.

brasileiro ou africano, livre ou liberto, não constituíam diferenças triviais numa sociedade de tipo escravista. Especialmente no interior da discussão sobre formas de inserção social popular por meio de novos coletivos, cabe marcar as importantes diferenças de significado que as associações e agremiações representavam para cada um desses grupos, sobretudo no tocante às expectativas de cidadania que, pela diversidade de suas condições, estariam ou não aptos a alimentar.

3.1. “Nacidos no Inperio do Barzelio”: África reinventada na Bahia.

3.1.1. A historiografia.

Em março de 1835 a Bahia vivia um tempo de rescaldo. No vigésimo quinto dia daquele ano, sua capital havia sido sobressaltada por uma desafiadora revolta de negros, a Revolta dos Malês.¹⁵⁷ Africanos em sua maioria islamizados, escravos misturados a libertos, os rebeldes se levantaram contra o domínio dos brancos escravistas, colocando a cidade em estado máximo de alerta. O especial desafio à ordem constituída residia não apenas no fato de os revoltosos serem estrangeiros ou pretos, mas na grave circunstância de receberem ordens diretas de Alá.

Em franca expansão na África de que se originavam os malês da província baiana, a prática da religião islâmica configurara espaço propício também para a arregimentação política, tornando as guerras em poderoso instrumento de conversão.¹⁵⁸ Identificado à violência, sem mediações, pelo olhar católico exuberante dos baianos, o Islã não seria assimilado pela cultura religiosa dominante na província, diferentemente do que se passou com a religião africana dos orixás, num processo para o qual a ação das irmandades desempenhou papel fundamental. Nessas condições, para a oficialidade, a resposta à Revolta dos Malês deveria ser capaz de, ao mesmo tempo e calculadamente, insuflar e administrar o medo ambiente. Seguiram-se, assim, capítulos

¹⁵⁷ A expressão “malê”, de uso corrente na Bahia da época para designar africanos islamizados, derivaria do termo *ìmàle*, como eram conhecidos os muçulmanos em território ioruba africano. Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*, São Paulo, Cia. das Letras, 2003, p.175-6.

¹⁵⁸ O embarque maciço de escravos nos portos da Costa da Mina, situada na região ocidental da África, contava com muitos indivíduos reduzidos ao cativeiro por força de guerras religiosas travadas em nome da fé islâmica na região de Òyó, entre a atual Nigéria e o atual Benim, na primeira metade do século XIX. Muitos dos malês baianos teriam essa origem. Reis, *Rebelião escrava*, p.158 e ss.

de repressão: mortes, prisões, deportações, e toda a sorte de providências que, distribuídas em medidas legais e policiais, restringiram a circulação e os espaços de trabalho dos africanos, difundindo e assegurando um clima generalizado de antiafricanismo.¹⁵⁹

Os principais estudiosos da Irmandade dos Desvalidos, comprometidos, como estavam, com a origem africana dos seus pioneiros, não poderiam ignorar a importância de um evento dessa monta, ocorrido pouco mais de dois anos após a fundação da confraria. Apesar disso, poucas palavras foram dispensadas pela maioria desses autores a respeito do possível impacto da repressão sobre o cotidiano da irmandade. Em seu livro sobre os Desvalidos, Julio Braga nada fala sobre o assunto. Seu resumo “esboço histórico”, concentrado em eventos da formação da irmandade, figura como introdução à análise de outros eventos passados sob a égide do estatuto de 1874, quando de irmandade já não se tratava havia mais de 20 anos.

Pierre Verger, assim como Antônio Monteiro, especulou sobre a suposta filiação de alguns dos “africanos” Desvalidos à religião muçulmana, complicando ainda mais o esquema. Sem aprofundar o assunto, porém, encerrou a história com considerações inespecíficas sobre a reserva adotada pelos adeptos do Islã que escaparam às investigações policiais, nos anos que sucederam a revolta dos malês.¹⁶⁰

A propósito dessas hipóteses, duas observações importantes se impõem. A primeira é a falta de referências que indiquem, em ambos os trabalhos, sequer uma aproximação dos primeiros Desvalidos com o islamismo.¹⁶¹ A afirmação de Monteiro de que a irmandade dos Desvalidos mantinha como filial uma mesquita na rua do Bispo, nº 20, onde se reuniam os conspiradores, todos eles pertencentes à confraria, é tão detalhada quanto falta de apoio documental.¹⁶² A segunda observação sublinha a

¹⁵⁹ No imaginário local, mas também fora da Bahia, o medo infundido pela conspiração dos malês remeteria àquele mais antigo da revolução de escravos em São Domingo, Haiti, no início do século. Episódios e medidas de repressão são amplamente descritos na obra citada de João Reis, *Rebelião escrava; Sobre o retorno de africanos*, inclusive no contexto da repressão à revolta, veja-se também Lisa Earl Castillo, “Mapping the nineteenth-century Brazilian returnee movement: Demographics, life stories and the question of slavery, *Atlantic Studies*”, 2016, 13:1, 25-52.

¹⁶⁰ Verger, *Fluxo*, p.547 e ss.; Antônio Monteiro, *Notas sobre negros malês*, Ed. Ianamá, 1987.

¹⁶¹ Verger, *Fluxo*, p.548, diz ter conhecido dois integrantes da “confraria”, ao mesmo tempo católicos e muçulmanos. Afora o fato de que ele não pode ter conhecido irmãos da confraria, e sim sócios da SPD, torna-se especialmente difícil generalizar os exemplos para o contexto do século anterior.

¹⁶² Monteiro, *Notas*, p.45.

ausência eloquente de registros da implicação, quer da irmandade, quer de seus integrantes individualmente considerados, na conspiração que acabaria desbaratada no mesmo dia do seu levantamento. Muito já se escreveu e se pesquisou sobre esse assunto, e até aqui nada parece autorizar essas conclusões.

A rigor, Klebson Oliveira foi o único autor que procurou tratar mais detidamente essa questão. Embarcando, sem reservas, na viagem transatlântica proposta por Verger na direção do islamismo africano dos primeiros Desvalidos, ele foi além, e acreditou ter visto na ata de 29 de março de 1835 uma razão adicional para confirmá-lo.¹⁶³ Considerou ser “a ligação dos seus membros com a religião muçulmana o que explica uma mudança radical ocorrida, a partir de 1835, na SPD (sic). Trata-se da imposição de um novo critério para a admissão de sócios”. Seu raciocínio é simples, e aparentemente lógico. Se de africanos se tratava na origem dos Desvalidos, seria preciso indagar:

o que teria ocorrido para que, dentro da SPD (sic), se operasse mudança tão significativa? Formulada em outros termos: por que a SPD, iniciada por africanos, não permitiu que seus congêneres, a partir de um dado momento, fizessem mais parte da sua constituição? Nenhum dos autores lidos se atentou quanto a esse processo havido na Sociedade, que, como já se colocou de sobreaviso, é fundamental para a constituição do corpus que se edita neste trabalho.¹⁶⁴

Além do fato de tratar, como todos os demais, a irmandade como SPD, o interessante na análise de Oliveira é que, apesar do texto da ata de 1835 afirmar coisa diversa do que supõem Verger ou Monteiro, ele não refuta ou põe em dúvida as premissas sobre a origem africana (e muçulmana) dos Desvalidos. Muito ao contrário, ele as radicaliza. E toma a Revolta dos Malês como uma grande oportunidade para sustentar essa hipótese estendida, que é afinal o eixo em torno do qual está constituído o próprio *corpus* da sua tese. Nessas condições, a passagem na qual os irmãos afirmam pertencer a Devoção aos “chielos liver de cores pretas nascidos no Inperio do Barzelio” é encarada não como a declaração de um *status* em seus próprios termos, mas como índice de uma “mudança radical” na estrutura da confraria, mudança que ele entenderá

¹⁶³ Oliveira, Negros, p.156-7, declara que: “Mesmo que se tenha como certa essa origem, tudo leva a crer que não foi o critério da etnia que congregou os primeiros membros da Sociedade (sic) para a sua fundação, mas sim um outro, de caráter religioso. Eram os fundadores negros muçulmanos ou islamizados ou, ainda, maometanos”.

¹⁶⁴ Oliveira, Negros, p.160.

como resposta imediata e oportuna que os africanos sacaram contra repressão que pesava sobre eles.¹⁶⁵

Ocorre que, como já destacado, as pesquisas não fornecem sequer indício de perseguição ou batida policial às portas da irmandade situada nos Quinze Mistérios. Se se aposta em Desvalidos malês, resulta, no mínimo, bastante improvável que eles não houvessem virado alvo das imputações, acusações, delações ou boatos, mesmo de simples prática religiosa, produzidos pela perseguição criminal. Guardar objetos de culto já valia, por si, como forte indício de culpa.¹⁶⁶ Que falar, então, de uma mesquita abrigada no seio de uma irmandade?

Episódios como o sucedido na irmandade do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo, importante confraria de pretos da cidade, evidenciam o ambiente de perseguição vigente à época contra instituições mantidas por africanos. Embora fosse reconhecida como espaço de expressiva direção crioula e angola (católicos, oriundos da África central), sua capela no Pelourinho não deixou de ser visitada por um destacamento policial à cata de elementos de incriminação no movimento dos malês (muçulmanos, originários da Costa da Mina). Debruçado sobre a devassa do movimento, Pierre Verger analisou declarações de africanos de distintas filiações étnicas ou religiosas, que provaram tanto o fato de que ser da África alimentava ampla suspeição, quanto também a circunstância de que, no caso da “nação” mais implicada, “mesmo sendo todos nagôs, cada um tinha sua religião”.¹⁶⁷

Enxergando na ata a ruptura com os critérios originais de orientação nacional da irmandade, portanto, Oliveira se obriga a admitir, por um lado, o quadro de uma importante renúncia religiosa e política da parte dos irmãos. Por outro, compromete-se a explicar com que destemor “crioulos livres de cores pretas” aceitaram o portentoso

¹⁶⁵ Diz Oliveira, p.162: “Não passariam incólumes às medidas repressivas também as irmandades negras de composição africana. Nesse caso, estava a SPD (sic). Observe-se que o documento através do qual o seu membro-fundador, Manuel Vítor Serra, define a Sociedade como uma irmandade composta por crioulos – negros nascidos no Brasil – foi escrito em 29 de março de 1835, dois meses após o levante dos malês, época em que a ‘caça às bruxas’ estava em seu auge”.

¹⁶⁶ O mais perto que a repressão parece ter chegado de um irmão Desvalido foi no episódio de prisão de um escravo de Manoel José D’Etra, por suspeita de participação na revolta. D’Etra, porém, só é encontrado na documentação da irmandade a partir de meados da década de 1840. Reis, *Rebelião*, p.379, e João José Reis, Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do Século XIX, p.402 (nota 13).

¹⁶⁷ Verger, Fluxo, p.550.

desafio de emprestar rumo e credibilidade a uma instituição composta por pretos de um grupo religioso então associado à iniciativa de subversão plena da ordem escravista. O que falta ao leitor de Oliveira é, assim, a visão ampla do quebra-cabeça explicativo dessa audaciosa conformação institucional. Afinal seria preciso demonstrar que esse tipo de resposta emergencial dos irmãos Desvalidos pôde se sustentar numa convivência política e interétnica *ad hoc* entre malês e pretos brasileiros, no interior de uma confraria criada para servir aos primeiros no início da década que viu cair, junto com o imperador, um importante conjunto de instituições civis e militares racializadas no Brasil.

3.1.2. Crioulos, malês e outras nações no universo das confrarias baianas.

Recue-se um pouco no tempo e tomem-se duas balizas para a compreensão do modo como se estruturavam as irmandades em solo luso-americano, e com elas abordemos a aventura dos Desvalidos. Em primeiro lugar, é consabido que “o principal critério de identidade dessas organizações foi a cor da pele em combinação com a nacionalidade”.¹⁶⁸ Brancos, pardos e pretos comandavam suas próprias confrarias, assim como portugueses do Reino, da América (brasileiros) e africanos também faziam valer privilégios no comando de suas agremiações. Essa era a regra para a criação das irmandades coloniais, com as variações de sua execução atendendo às distintas conformações locais de poder. Elas compreendiam, por exemplo, a união de distintas nações africanas sob a mesma Devoção, ou ainda a composição de escravos e libertos africanos, etnicamente organizados, com crioulos – escravos e libertos nascidos no

¹⁶⁸ João José Reis, “Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão, Tempo, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1996, p.11; No mesmo sentido, Patricia Ann Mulvey, “The black lay brotherhoods of colonial Brazil”, Tese de Doutorado, City University of New York, 1976, p.124 e ss.

Brasil.¹⁶⁹ A questão é que, e essa é a segunda baliza organizadora, “a aliança africano/crioulo não era fácil”.¹⁷⁰

A Devoção ao Rosário é possivelmente o melhor exemplo de uma aliança africano/crioulo que pôde se estabelecer, se não fácil, pelo menos duradouramente como um tipo de composição interétnica que favorecia pretos cativos da África central (angolas) e do Brasil (crioulos) na direção das confrarias. Como demonstra Lucilene Reginaldo, desde a sua criação, no século XVII, e século XVIII afora, mais da metade das irmandades voltadas ao culto do Rosário na cidade da Bahia, “precisamente nove dentre elas, privilegiavam angolas e crioulos nos cargos de direção”. O fenômeno, contudo, não se restringiu à Bahia ou ao século XVIII.¹⁷¹

Ocorre que em nenhuma outra experiência essa combinação se repetiria como no Rosário, e não era incomum que, em irmandades de africanos, crioulos fossem barrados ou incorporados em posição minoritária, ou ainda sob a condição de satisfazerem uma série de condições gravosas, expressão dos conflitos que, fora das confrarias, uns mantinham com os outros. Nas palavras de João Reis, na guerra ou no trabalho, crioulos e africanos “conviviam não só numa relação de competição, mas frequentemente de conflito”.¹⁷²

¹⁶⁹ Sobre nações, grupos de procedência e identidade africana na Bahia, no processo das sociedades criadas pela diáspora atlântica, Maria Inês Côrtes de Oliveira, “Viver e morrer no meio dos seus”, Revista da USP, São Paulo (28), 174-193, dez/fev, 95/96; e também Mariza de Carvalho Soares, *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*; João José Reis, *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Cia. das Letras, 1991, p.56, afirma que, desde o final do século XVIII, o “particularismo étnico entre os pretos foi paulatinamente declinando, não sem dificuldades e ajustes”.

¹⁷⁰ Reis, *Identidade*, p.14.

¹⁷¹ Lucilene Reginaldo, “Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista”, Tese de Doutorado, Universidade de Campinas, 2005, p.103-4. A autora encontrou 17 irmandades dedicadas ao Rosário em funcionamento na Bahia ao longo do século XVIII; Falando do Rosário dos Pretos do Pelourinho, Sara Farias, *Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1997, p.30, diz que “na eleição de 1871, crioulos e angolanos [sic] continuavam dividindo o poder na confraria”; De acordo com Soares, *Devotos*, p. 188: “nas irmandades do Rosário, geralmente são aceitos ‘pretos’ de um modo geral, mas apenas os angolas e os crioulos têm acesso aos cargos da irmandade”.

¹⁷² Reis e Silva, *Negociação*, p.105; A ampla literatura que cobre as histórias desses conflitos inclui, dentre outros, Leila Mezan Algranti, *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*, Petrópolis, Vozes, 1988, e Kátia de Queirós Mattoso, *Ser escravo no Brasil*, 3. ed, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

A rigor, portanto, o que esse quadro sugere é que, para além das balizas fundamentais que definiam os contornos das irmandades, elementos como etnicidade, religiosidade e sociabilidade do trabalho, tais como redefinidos em cada contexto, igualmente marcavam e dividiam os pretos na sua penetração institucional.¹⁷³ Vale dizer, as confrarias leigas elaboravam de maneira privilegiada, além da cor e da origem nacional, identidades sociais que garantiam e renovavam seu lugar central na vida dos homens e mulheres de cor da América Portuguesa.

É sintomático que a Devoção ao Rosário seja aquela em torno da qual se colocam as questões das alianças e composições que pretos forjavam nas confrarias da Bahia, haja vista a importância fundamental do culto mariano na experiência das irmandades de cor, fosse no Reino ou na América Portuguesa. A confraria de Nossa Senhora do Rosário da igreja de São Domingos de Lisboa não apenas fundou, entre fins do século XV e início do XVI, a experiência das irmandades de cor no Império Português, mas também serviu como laboratório de conflitos étnicos e políticos que espelhariam casos das suas equivalentes americanas.¹⁷⁴

De enorme prestígio na Europa medieval, pela difundida crença em seu poder de intercessão vitoriosa nas guerras e batalhas, Nossa Senhora do Rosário figurou como símbolo de mutualidades de preces que não distinguiam ricos ou pobres, livres ou escravos, todos isentos da cobrança de jóias.¹⁷⁵ Fiel a esse espírito socialmente universal, a confraria abrigada na igreja de São Domingos apresentava caráter misto e congregava as alas branca e negra, protagonistas de graves contendas em torno do exercício do poder na irmandade. Os reiterados privilégios concedidos pelo rei aos confrades pretos do Rosário – dentre os quais o de facultar-lhes a compra da liberdade,

¹⁷³ Em outros contextos locais, como no Rio de Janeiro setecentista, angolas e crioulos não eram bem-vindos em congregações de pretos da nação *mina*, designação de escravos oriundos de vasta região da costa ocidental africana. No caso da irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, até brancos e pardos eram admitidos, além de africanos de outras procedências. Soares, Devotos, p.189, 192.

¹⁷⁴ Sobre o assunto, Didier Lahon, “Da redução da alteridade à consagração da diferença: as irmandades negras em Portugal (Séculos XVI-XVIII)”, Projeto História, São Paulo, n.44, pp. 53-83, jun. 2012; e Renato da Silveira, “Antecedentes europeus nas irmandades do Rosário dos Pretos na Bahia colonial”, in João José Reis e Elciene Azevedo (Orgs.), A escravidão e suas sombras, Salvador, Edufba, 2012, p.15-63.

¹⁷⁵ Silveira, Antecedentes, p.33: Em contraste com a maior parte das confrarias, que “só admitiam ‘particulares estados de pessoas’, as confrarias do rosário recebiam ‘todos os estados e condições de pessoas, homens, mulheres, grandes, pequenos, pobres, ricos, velhos, moços, livres, escravos, eclesiásticos e seculares, e também os defuntos’.

ainda que contra a vontade do senhor – responderiam por uma tensão que no ano de 1565 redundou na extinção oficial das alas, então convertidas em irmandades próprias: a Confraria do Rosário dos Homens Brancos e a Confraria do Rosário dos Homens Pretos, ambas do Mosteiro de São Domingos de Lisboa.¹⁷⁶

Na América Portuguesa, ainda que brancos houvesse em confrarias de pretos, o seu modelo de organização política não era misto. Na verdade, à época da difusão do culto mariano na América, Nossa Senhora do Rosário era menos protetora universal do que padroeira dos pretos, o que concentrou nas mãos destes o poder exercido em nome daquela nas confrarias.¹⁷⁷ Aí, fiscalizados em maior ou menor extensão por escrivães e tesoureiros brancos, pretos eram titulares não só do poder confraternal mas de conflitos também com gente da mesma cor. Esses conflitos traduziam a intrincada síntese daquilo que as irmandades representavam para cada um desses grupos ou “nações”, afinal tratava-se de “uma das poucas vias sociais de acesso à experiência da liberdade, ao reconhecimento social e à possibilidade de formas de autogestão dentro do universo escravista”.¹⁷⁸

Valiam as irmandades, portanto, como instrumento de distinção. De tal modo que, “não importava quão despossuídos, a grande maioria dos escravos e mulatos que viviam nas cidades coloniais aspiravam a se tornar membros e oficiais das confrarias negras”. Porque eram praticamente “a única forma de organização permitida nos tempos coloniais à população não-branca”, as irmandades funcionavam como espaço de proteção e autonomia, investidas de profundo sentido étnico, e incumbidas de uma missão evangelizadora que, recombinao o universo religioso dos africanos, ao mesmo tempo cumpria com a expansão da cristandade entre “bárbaros” e estrangeiros das terras conquistadas, ainda que de forma pouco ortodoxa.¹⁷⁹

¹⁷⁶ Silveira, Antecedentes, p.35; Lahon, Da redução, p.60-1.

¹⁷⁷ Reginaldo, Os Rosários, p.54 e ss., explica o deslocamento da significação étnica do Rosário e sua apropriação por africanos e depois pretos brasileiros; O mesmo o faz Julita Scarano, *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no distrito diamantino no século XVIII*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976, p.38 e ss.

¹⁷⁸ Mulvey, *The black lay*, p. 78, menciona as primeiras confrarias de pretos fundadas por jesuítas em Pernambuco, em meados do século XVI, e devotadas ao Rosário; A citação é de Soares, *Devotos*, p.166.

¹⁷⁹ Mulvey, *The black lay*, p.124-5; É corrente na literatura sobre irmandades o tema do catolicismo barroco, “exuberante” ou pouco ortodoxo dos fiéis da América Portuguesa e de suas rotinas devocionais. Scarano, *Devoção*, p.20 e ss., também trata do assunto.

A ajuda mútua, a solidariedade na hora da morte, as folias, festas, procissões, e os reinados do Congo ao lado da devoção aos santos católicos compunham o substrato de uma sociabilidade que tanto irmanava homens e mulheres quanto dispunha contra eles mecanismos mais ou menos sutis de controle social, manejados pela Igreja e pelo Estado.¹⁸⁰ No domínio dessa complexa trama de emancipação e controle, a crescente população de homens de cor, cativos e libertos, depositava nas confrarias sua legítima esperança na criação de projetos e estratégias de inserção social, não só no universo do trabalho, da cultura ou da religião, mas no mundo da civilidade possível.

Daí que em consonância com sua índole fortemente étnica, esses espaços assumiriam significação igualmente política como coletivos de defesa dos interesses de seus integrantes. Nesses termos é possível entender o conjunto de regras de inclusão/exclusão que presidiam a formação das confrarias como estratégias de culto e preservação de identidades, renegociadas cotidianamente – regras e identidades. É assim que, no caso da irmandade dos Desvalidos, vale perguntar: além da cor, que poderia contribuir para a união de malês e crioulos? Essa questão é central na dinâmica de uma sociedade escravista complexamente constituída num processo de diáspora, pois toma como pressuposto o fato de que os vínculos e as solidariedades não brotavam naturalmente da cor da pele ou da condição de escravidão, mas recuperavam novos significados num espaço de multiplicidade étnica e de fronteiras sociais cambiantes.¹⁸¹

Tudo considerado, cumpre então indagar: será possível assegurar que uma revolta de pretos e a repressão levantada contra eles teriam tido o poder de mobilizar crioulos na direção da solidariedade confraternal com malês, os rebelados? Afinal, onde estavam crioulos e malês no mapa das irmandades baianas dos séculos XVIII e XIX, e como, a partir dessa configuração, seria possível levantar sugestões a propósito de sua movimentação no estratégico mundo das confrarias?

¹⁸⁰ Sobre festas, reinados e dispositivos de poder político nas irmandades do Recife do século XIX, Marcelo Mac Cord, *O Rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*, Recife, Edufpe/ São Paulo: Fapesp, 2005.

¹⁸¹ Segundo Reginaldo, *Os Rosários*, p.95, “as experiências identitárias não eram constituídas a priori, mas se definiam no cotidiano das relações entre os africanos de várias procedências e entre eles e os outros personagens do cenário social para o qual foram transpostos. O reconhecimento das alianças entre africanos na formação das confrarias na Bahia setecentista oferece um excelente panorama dos arranjos da etnicidade”; Para o tema da diáspora, migrações e mediações culturais, ver Stuart Hall, *Da Diáspora*, Belo Horizonte; Ed. UFMG, 2003, especialmente p.25-50

Corroborando o que já se avançou, Lucilene Reginaldo considera que “as alianças entre africanos e, em contraposição, a unidade dos crioulos parece ter sido comum na história das confrarias baianas”. Da mesma forma, ela entende tal quadro como resultante “das rivalidades cultivadas entre estes dois grupos, fartamente apontadas na documentação colonial e debatidas com exaustão pela historiografia”. Aceitando, por outro lado, que esse cenário não resultava em “exclusivismos” étnicos na organização das confrarias, a autora fornece um denso quadro de irmandades baianas que, algumas desde o século XVII, administravam a convivência entre pretos nascidos na América e africanos. Juntamente com essas estão confrarias exclusivas de uns ou de outros.¹⁸²

Em Salvador, palco da Revolta dos Malês e cidade-sede da confraria dos Desvalidos, Reginaldo arrola sete Devoções do Rosário. Todas as quatro a respeito das quais obtém informação são comandadas por angolas, que têm crioulos ao seu lado. Essa extensa e duradoura aliança entre cativos originados da África central e naturais da América Portuguesa lhes havia conferido, diz a autora, a oportunidade de se apropriarem de maneira “corporativa” das vantagens da associação leiga, e de estabelecerem nesses espaços sua ascendência frente a africanos das nações adventícias. As bases desse exitoso contrato se assentavam, dentre outros motivos, no fato de a entrada dos angolas no território luso-americano ter antecedido em dezenas de anos a das demais nações. Também a história da difusão do catolicismo na porção do continente de onde vinham esses homens e mulheres teria contribuído para um estranhamento menos radical da realidade a que viriam ser apresentados no seu destino americano, onde se socializariam e naturalmente gerariam escravos nativos.¹⁸³

Comandando as confrarias baianas, angolas e crioulos não fecharam suas portas para outros irmãos de cor, contudo. No Rosário das Portas do Carmo, a mais destacada delas (também conhecida como Rosário da Baixa dos Sapateiros ou Rosário do Pelourinho), ambos os grupos viriam a ser inclusive sobrepujados numericamente pelos jejes, entre fins do século XVIII e início do seguinte. Numa amostragem dos integrantes da confraria do Pelourinho produzida por Jeferson Bacelar e Maria Conceição Souza para

¹⁸² Reginaldo, Os Rosários, p.97.

¹⁸³ Reginaldo, Os Rosários, p.102-3, 148.

os anos entre 1798 e 1865, esse grupo de africanos procedentes da Costa da Mina responderia por 38% dos ingressos contra 33% dos crioulos. Angolas formavam 14%.¹⁸⁴

Desses números, os relativos aos irmãos “nagôs”, “mina” e “da costa” falam mais de perto ao objeto aqui discutido. “Nagô” era a designação atribuída aos povos falantes do iorubá, habitantes da atual Nigéria, e embarcados para a América a partir dos muitos portos da Costa dos Escravos (na atual República do Benin). Dessa região também saíam “haussás” e “tapas”, nações plurais procedentes da África Ocidental, mas igualmente homogeneizadas pela engenharia narrativa do tráfico, e que, no limite, poderiam ser incluídas no conjunto dos “minas”. Mas o que interessa nesse conjunto de “escravos da mina” remetidos à Bahia é o fato de que entre eles é que os malês se encontravam, e especialmente entre os nagôs estavam os protagonistas da revolta de 1835.¹⁸⁵ No Rosário do Carmo, porém, nagôs eram 3,5% do total de irmãos. Se a eles acrescêssemos os outros “minas” e “da costa” constantes da lista, a cifra subiria para não muito mais que 11%.

Apesar de os números representarem pouco mais de 16% dos confrades do Rosário do Pelourinho no período considerado, e de estarem mais bem concentrados em fins do século XVIII, outras informações reforçam a operação com o contingente de irmãos “minas” no universo dos demais. Seu número reduzido na irmandade também pode ser atribuído à ainda pouca expressiva presença, na Bahia de fins do XVIII, de escravos oriundos da região de onde saíam os malês sublevados em 1835. As guerras religiosas no então reino de Òyò, atual Nigéria, marcariam apenas a partir de 1804 essa importante virada. Mesmo no auge de sua presença na Província, contudo, embora em número considerável, fiéis muçulmanos “eram minoria na Bahia”. Isso porque “a maioria dos iorubas (...) era adepta do culto dos orixás. Na melhor das hipóteses o Islã representava na Bahia um concorrente de peso, num ambiente em que conviviam com o culto dos orixás nagôs, dos voduns jejes, dos *isköki* haussás, dos inquices angolanos”.¹⁸⁶ Embora não assomassem como maioria religiosa entre os africanos na Bahia, os malês

¹⁸⁴ Jefferson Bacelar e Maria Conceição Barbosa de Souza, O Rosário dos Pretos do Pelourinho, Salvador, Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia, 1974, p.19.

¹⁸⁵ Para um perfil da liderança da revolta, Reis, Rebelião, p.287 e ss.

¹⁸⁶ Reis, Rebelião, p.177.

se destacavam pela sua disciplina, o que seguramente contribuiu para o desenho da sua rebelião.

Um número crescente de “minas”, e principalmente nagôs, seguiria chegando à Bahia, portanto, sobretudo avançada a primeira metade do século XIX. O recrudescimento da empresa comercial atlântica no fim do século XVIII e a consequente intensificação do tráfico humano levariam à diversificação das origens étnicas e nacionais daqueles que desembarcaram como cativos na América Portuguesa, muitos deles através dos portos da Capitania da Bahia.¹⁸⁷ A ascendência angola restaria, portanto, ameaçada. Essa nova demanda social se traduziria na criação de associações leigas de pretos comandadas por africanos de diferentes “nações”, pintadas dessa feita com tons de inéditas “identidades contrastivas”. Mariza Soares explora essa categoria para referir o afloramento de outras composições no processo de formação de irmandades, mobilizadas por novas alianças entre grupos étnicos estabelecidos na América em diferentes momentos históricos. Destacava-se assim não exatamente a oposição preto x branco – como nas confrarias do Rosário criadas no século XVII, em resposta às vedações baseadas na pureza de sangue – mas outras, nas quais o contraste entre os próprios pretos passaria à linha de frente.¹⁸⁸ Jejes e minas, sobretudo, ergueriam suas capelas e Compromissos no século XVIII, riscando crioulos e angolas de sua convivência fraternal, para talvez marcar dessa forma a especificidade de seus projetos e destacar suas próprias diferenças no processo de leitura da cultura luso-americana.

Jejes barrariam crioulos, por exemplo, na Irmandade do Bom Jesus das Necessidades e Redenção (IBJNR), fundada por volta de 1752 e aberta a todos os “pretos nacionais de fora da cidade”. A rusga particular com os pretos brasileiros se evidenciaria ainda mais pelo fato de que pardos e brancos estavam autorizados a requerer entrada

¹⁸⁷ O volume e as características do tráfico transatlântico podem ser hoje mais bem dimensionados a partir do recurso à ampla base de dados construída pelo projeto “The Transatlantic Slave Trade Database”, disponível em: <http://slavevoyages.org/>. Há uma vastíssima literatura sobre o assunto, dentre a qual cabe citar: Stuart Schwartz, Segredos internos; David Eltis, “The Diaspora of Yoruba speakers, 1650-1865: dimensions and implications, in Toyin Falola e Matt D. Childs (Orgs.), The Yoruba Diaspora in the Atlantic world, Bloomington: Indiana University Press, 2004; e Alexandre Vieira Ribeiro, O Tráfico Atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador (c.1680–c.1830), Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Social, 2005.

¹⁸⁸ Soares, Devotos, p.197 e ss.

na confraria.¹⁸⁹ Jejes de Cachoeira, por seu turno, reunidos em torno do Senhor Bom Jesus dos Martírios desde 1765, aceitavam em sua Casa “toda a pessoa de qualquer qualidade e condição, quer seja de um e outro sexo”. Fosse crioulo o candidato, porém, não. Salvo se pagasse quinze vezes o valor ordinário da jóia, mantendo-se afastado do exercício de qualquer cargo na Mesa Diretora. Às crioulas, contudo, não se aplicavam as restrições.¹⁹⁰

A exclusão, por vezes física, noutras, política, podia se exercer de modo mais sutil, como no caso da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Ressurreição dos Pretos Naturais de Barra Fora. Ali, pretos da Costa da Mina e da África Central se uniam na direção da confraria e até admitiam crioulos na Mesa, embora debaixo de um conjunto de regras estatutárias que retiravam destes as chances de se impor como grupo ao conjunto dos irmãos africanos. Sobre os jejes da Redenção, acima citados, eram menos diplomáticos. Nicolau Parés declara que seu “ethos” parece “ter preservado, ressaltando as distâncias, o caráter mais fechado e aristocrático das velhas irmandades ibéricas”, comparadas com as confrarias do Rosário, de caráter mais aberto e plural.¹⁹¹

Os crioulos, por sua vez, muito à vontade nas suas associações com angolas, como visto, também não abdicariam de espaços próprios de devoção, nos quais a exclusividade político-administrativa implicava a rejeição da presença de “pretos de ultramar”. Foi essa a exata expressão de que se valeram os integrantes da Irmandade do Senhor dos Martírios, em seu Compromisso, para sancionar no último quarto do Setecentos a proibição de africanos na agremiação. Já no início do século seguinte, os irmãos do Senhor Bom Jesus da Cruz dos Crioulos da Vila de Cachoeira vedaram homens mas ressalvaram as mulheres africanas, esposas dos seus confrades, que só com a viuvez corriam risco de expulsão, na hipótese de não escolherem um novo marido crioulo.¹⁹²

¹⁸⁹ Sobre a IBJNR, Luis Nicolau Parés, “Milicianos, barbeiros e traficantes numa irmandade católica de africanos minas e jejes (Bahia, 1770-1830)”, *Revista Tempo*, vol.20, 2014: 1-32; Reginaldo, *Os Rosários*, p.95; Reis, *Identidade*, p.5.

¹⁹⁰ Mulvey, *The black lay*, p.137, 265; Reis, *Identidade*, p.8; Dadas as altas taxas de masculinidade no conjunto dos escravos importados para a América Portuguesa, atribui-se tal decisão a um interesse de reduzi-las no interior das irmandades. Sobre taxa de masculinidade de cativos exportados pelo Golfo do Benin, ver Paul E. Lovejoy, “Jihad e a Escravidão: as origens dos escravos muçulmanos na Bahia”, *Topoi*, vol.1, n.1, jan/dez, 2000, p.11-44.

¹⁹¹ Reginaldo, *Os Rosários*, p. 96; Parés, *Milicianos*, p.32.

¹⁹² Mulvey, *The black lay*, p. 264 e ss.; Reginaldo, *Os Rosários*, p.97-8; Reis, *Identidade*, p.14-5.

Variadas as formas de inclusão/exclusão recíprocas, resulta claro que o denominador comum nessa trama de grupos e nações era, naturalmente, o espaço da irmandade. Era em torno dele, do seu simbolismo e da materialidade do poder que propiciava que se movimentavam os pretos originários de um e de outro lado do Atlântico.¹⁹³ E justo no seu traço mais ostensivo, a devoção católica, é que talvez resida uma das razões principais para que se entenda a irmandade como uma instituição que não consistia em objeto de disputa pelos malês. Muito sintomaticamente, tratando das alianças étnicas que o Islã teria promovido na Bahia entre nações africanas rivais, João Reis dirá: “Tal como muitas irmandades católicas de africanos, os malês rejeitaram os negros brasileiros”.¹⁹⁴ Ou seja, à maneira dos africanos mais ou menos cristianizados, africanos islamizados rejeitaram crioulos, mas – e a estrutura da citação acima é sugestiva – eles parecem tê-lo feito de perspectivas e lugares distintos. Embora nessa rejeição comum esteja outra sugestão importante de que a aliança malê/crioulo não tenha se dado nos Desvalidos, as distintas posições sociais a partir das quais essas recusas se davam indicam, ainda mais, não que os malês as tenham promovido de dentro da irmandade, mas que, na verdade, eles sequer houvessem uma vez estado nela.

Ainda que, nesse caso, Reis falasse das exclusões na guerra, pois tratava da ausência de brasileiros na conspiração e na luta de 1835, ele também falaria dos tempos de paz. Por exemplo, dos espaços sociais claramente demarcados, protegidos pela reserva dos ritos religiosos oficiados por malês nas casas que alugavam para orações, ou nas palhoças distantes do centro urbano, que ocupavam com o fim de promover cerimônias de estudo ou de iniciação na fé, conforme o crescimento da comunidade ia exigindo. Nessas ocasiões, os traços de sua cultura religiosa recriada na Bahia se estampavam nas indumentárias rituais, como os longos abadás que vestiam fora da vista pública, mas também se notavam às claras, nos intervalos de trabalho, na confecção dos

¹⁹³ Maria Inês Côrtes de Oliveira, *O liberto*, p.85-6, estudando testamentos, estima em cerca de 75% a presença de libertos nas irmandades baianas no período de 1790/1830; Katia Mattoso tem estudo semelhante: Kátia de Queirós Mattoso, “Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX. Uma fonte para o estudo de mentalidades”, Publicações do Centro de Estudos Baianos, UFBA, 85, Salvador, CEB, 1979.

¹⁹⁴ Reis, *Identidade*, p.25.

amuletos – inscrições sagradas que se dobravam em bolsinhas de couro como um livro diminuto – que os fiéis de Alá carregavam para autoproteção.¹⁹⁵

Todo esse aparato simbólico, que tinha a fé como orientação fundamental, segregava uma comunidade cujas práticas religiosas não chegariam a se redefinir, do ponto de vista estrutural, em face do catolicismo dominante, diferentemente do que se passou com a religião africana dos orixás, mais aberta ao chamado sincretismo. Esse conjunto de sociabilidades islâmicas que o olhar externo das autoridades repressivas denominava “sociedade malê” não se deixaria pautar, no cerne mesmo de seu ofício religioso, por padrões de assimilação de um catolicismo devoto, e até certo ponto transigente, elementos que consistiram precisamente na chave explicativa do prestígio e da força das irmandades. Ao acusarem, portanto, uma “sociedade malê” em funcionamento, as autoridades acabariam por lhe conferir uma organicidade e uma alteridade capazes de encerrá-la num mundo não exatamente intercambiável com o dos demais pretos. Como se a “sociedade malê” não fosse, em alguma medida, a sociedade ordinária dos pretos africanos que comandavam irmandades, e que por esse motivo mesmo talvez não pudesse adotá-las como seu denominador comum.¹⁹⁶

Nesses termos, ainda que nagôs, haussás ou tapas pudessem ser encontrados nas confrarias baianas, tudo indicava que esse não era o seu lugar preferencial, em se tratando de confrades que professavam a fé muçulmana. Mesmo que se tenha presente que, na Bahia ou na África, a socialização religiosa de indivíduos malês com outros cultos não estava obviamente descartada, e que o seu número na cidade os habilitava a tanto, em nenhuma das confrarias, mistas ou “puras”, os malês aparecem como protagonistas, quer a sós ou em companhia de crioulos. A verdade é que chega a ser mesmo difícil encontrá-los como simples irmãos.

A historiografia é, a rigor, quase silente a respeito da presença de malês nesses espaços devocionais católicos. Como antes observado, o afluxo crescente de populações originárias da Costa da Mina no início do século XIX na América Portuguesa aumentou

¹⁹⁵ Reis, *Rebelião*, p.216, 206.

¹⁹⁶ Sobre assimilação cultural, exclusivismo devocional e religião africana, ver, por exemplo, João José Reis, Flávio dos Santos Gomes e Marcus J. M. de Carvalho, *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c.1822 – c.1853)*, São Paulo: Cia. das Letras, 2010, especialmente p.305 e ss.; Sobre a “sociedade malê”, Reis, *Rebelião*, p.215.

correspondentemente o número de instituições religiosas leigas fundadas por jejes e minas na Bahia e fora dela. Sobre os malês, num trabalho em que confirma a presença dos haussás e nagôs no Rosário do Pelourinho, João Reis afirma que eles (os malês) “talvez tivessem sido mais numerosos na Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos (futura Sociedade Protetora dos Desvalidos), fundada bem mais tarde, em 1832”. O ciclo aqui, porém, parece se fechar, pois a sugestão do autor tem por base Julio Braga, que por sua vez remete a Verger, o qual, como visto, é o principal suspeito de ter recriado a África malê na Irmandade dos Desvalidos.¹⁹⁷

A hipótese de que as irmandades não constituíam espaços de presença malê pode ainda se adensar, dessa vez *a contrario sensu*, pela demonstração de como outros grupos e nações africanas, frequentes nessas instituições, apropriaram-se positivamente de suas virtualidades religiosas em nome de interesses e projetos particulares. Lucilene Reginaldo já lembrara como a presença antiga de angolas na Bahia e no catolicismo lhes garantiu posição privilegiada para a defesa de “interesses corporativos”, dentre os quais especialmente o de comandar, junto com crioulos, a maioria das irmandades estabelecidas entre os séculos XVII e XVIII. Mariza Soares analisou como o uso da caridade cristã pensada como devoção – quer dizer, seu direcionamento para o público interno e não externo à irmandade – contribuiu para o fortalecimento da identidade que certos grupos de pretos minas forjaram na América Portuguesa. Ela estudou especialmente os “maki”, responsáveis pela fundação da irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, no Rio de Janeiro setecentista.¹⁹⁸

Outro caso, particularmente revelador do que Nicolau Parés chamou de “africanização” das irmandades, se dá com os confrades da Irmandade do Bom Jesus das Necessidades e Redenção, fixados na Capela do Corpo Santo, em Salvador, no ano de 1754. Nessa confraria, exclusiva de africanos e comandada por jejes, a incorporação da religião e da linguagem dominantes teria permitido aos irmãos “o direito de expressar seus interesses”, aliás bastante convergentes, do ponto de vista material, com os de seus senhores, brancos ou pretos, haja vista a carreira que seus principais integrantes viriam a fazer no tráfico atlântico de cativos. Na IBJNR, avalia Parés, a

¹⁹⁷ Reis, *Identidade*, p.13.

¹⁹⁸ Reginaldo, *Os Rosários*, p.102-3; Soares, *Devotos*, p.167 e ss e 231.

caridade tradicional fora suplantada pela satisfação dos interesses comerciais de seus membros mais poderosos, que poderiam ser tomados na conta de um “embrião de burguesia negra em Salvador”. “Africanizada” e reorientada no papel de uma “sociedade de ajuda mútua” comercial de âmbito transatlântico, a irmandade serviria como poderoso instrumento de inserção social e política de seus componentes, notadamente de sua cúpula, composta de milicianos, barbeiros e especialmente comerciantes de escravos.¹⁹⁹

Diante desse quadro, que nos dizem os documentos da “fase islâmica” dos Desvalidos a respeito de seu “projeto”? Dentre os muitos elementos importantes propostos pela fundação da Irmandade dos Desvalidos, a serem oportunamente discutidos, os que mais de perto dialogam com a questão aqui presente apontam para um conjunto de práticas nada mais do que tradicional. Na organização das formas de morrer dos irmãos, na disposição coletiva para o cuidado com os símbolos da fé católica, ou na mobilização em torno das datas festivas, via-se ali uma confraria como as outras. Vale dizer, catolicamente centralizada. Com efeito, em outubro de 1833, a Mesa assentava que os enterros dos irmãos deveriam ser acompanhados de cinquenta tochas acesas. Quatro anos depois, a mesma Mesa estabelecia o pagamento de “multas” de \$60 (sessenta réis), devida por cada integrante, que mês a mês financiariam a iluminação diária da imagem da Padroeira. E ano a ano, era comum que por meio das “fintas”, um tipo de contribuição recolhida de cada irmão, fossem angariados os fundos com os quais se preparava a Festa da Devoção.²⁰⁰

Esse modelo não seria alterado ao longo dos anos que sucederam 1835, e não há registro de nenhuma ruptura sensível nas suas práticas devocionais. Poderíamos então nos perguntar se o clima da guerra teria sido capaz de ocultar sob algum tipo de heterodoxia religiosa os vestígios de orientação islâmica na rotina da confraria. E se mais ainda, num segundo momento, ele pudera anular o sentimento de rejeição que malês alimentavam contra crioulos, fazendo-os acenar como irmãos uns para os outros. Aí, no entanto, outra questão haveria de surgir: por que crioulos aceitariam o chamado da

¹⁹⁹ Parés, Milicianos, p.25-30

²⁰⁰ Ata da Sessão da Mesa, de 28/10/33, Oliveira, Negros, p.511; Ata da Sessão da Mesa, de 12/02/37, Oliveira, Negros, p.880; Ata da Sessão da Mesa, de 06/08/37, Oliveira, Negros, p.856.

irmandade malê, sobretudo num contexto de brutal repressão aos africanos, tal como o descreve o próprio Oliveira?

Importa lembrar Mariza Soares, para quem “nesse quadro, um fato é indiscutível: os pretos procuram as confrarias por serem o único espaço onde podem reunir-se e organizar-se longe do controle do ordinário da Igreja, do Estado e das irmandades de homens brancos, que os excluem religiosa e socialmente”.²⁰¹ Por que, então, crioulos livres, associando-se a uma irmandade dominada por malês em 1835, pintariam um alvo na própria testa? Não bastassem as tradicionais hostilidades étnicas, no pós-1835 o malê liberto seria visto sobretudo como um estrangeiro, forasteiro perigoso e indesejado, a ser expulso da terra, condição a que um brasileiro certamente não gostaria de se associar. De tudo isso decorre que, étnica, religiosa ou politicamente, essa particular aliança africano/crioulo não seria mesmo fácil, em absoluto.

Para além de qualquer heterodoxia religiosa na composição da irmandade, portanto, cumpre sublinhar que os Desvalidos pareciam seguir tradições, como quando decidiram abrigar sua devoção no altar de uma capela do Rosário. Nesse caso, o Rosário dos XV Mistérios, na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, às portas da qual se encontrava o Rosário do Pelourinho. Apesar de os Desvalidos terem em Nossa Senhora do Amparo a sua especial protetora, essa socialização com os do Rosário representa importante intenção étnica e religiosa (para não arriscar geracional), e consagra a aproximação entre um símbolo do catolicismo negro antigo, de expressiva importância para os crioulos, e uma irmandade de brasileiros igualmente cristianizados.²⁰²

Evidências de que Desvalidos integraram o Rosário do Pelourinho temos, por exemplo, nos casos de duas figuras conspícuas da irmandade: Daniel Correia e Manoel Gonçalves da Silva, membros da Mesa Diretora dos Desvalidos (Provedores em mandatos sucessivos na década de 1840), o primeiro deles também fundador e tesoureiro da confraria em mais de uma oportunidade. Em seu testamento, escrito no ano de 1869, Correia declara querer ser sepultado “no Rosário da Baixa dos Sapateiros,

²⁰¹ Soares, *Devotos*, p.168.

²⁰² Sobre a irmandade e a capela dos XV Mistérios, construída em 1829, na freguesia do Santo Antônio Além do Carmo, em Salvador, ver Maria do Carmo Pondé, “A capelinha dos Quinze Mistérios e a devoção ao Rosário entre os pretos”, *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*, XXIX, 1946, p.313-324.

d'onde sou irmão". Por sua vez, no final da década de 1850, Manoel Gonçalves da Silva é intimado pela direção da mesma confraria a rever as contas do seu mandato de tesoureiro, exercido entre os anos de 1852 e 1853.²⁰³

Eis que feitas todas as contas, Klebson Oliveira chegará à conclusão de que o caso da irmandade dos Desvalidos não era, efetivamente, o de uma aliança interétnica bem-sucedida, *forçada* a "mudança radical em relação à admissão de membros em um momento em que a SPD (sic) era notadamente de feição africana". Como até aqui se tentou demonstrar, porém, o autor parece ter acertado na conclusão, mas pecado na premissa. E um outro trecho do seu trabalho nos permite concluir ilustrativamente essa argumentação. É que para ele, "embora a ligação dos membros da SPD (sic) com a religião islâmica não se fizesse às escondidas, como diz Verger (1987, p. 518), nada foi provado sobre o envolvimento de indivíduos dessa irmandade com o levante". Pois talvez essa "imunidade" dos Desvalidos ele mesmo a explique a partir da informação de que "nenhum brasileiro foi preso com base no edital" baixado pelo Chefe de Polícia Francisco Gonçalves Martins em 1835, no curso da repressão pós-levante aos negros da cidade.²⁰⁴

A interpretação histórica e contextual que Oliveira fez das irmandades do século XIX, portanto, não lhe sugeriu pôr em dúvida a atribuição de origem africana aos pioneiros de 1832. Como visto, antes o fez aceitar a ideia de que uma mudança radical na configuração da irmandade pode ter se processado por ocasião da revolta alguns anos depois. Essa leitura do problema acabou conformando a estrutura fundamental de seu trabalho: o estudo da escrita da língua portuguesa segundo seu uso pelos "africanos" (supostos membros antes de 1835) e por brasileiros (irmãos pós-Malês).²⁰⁵ Ocorre que, tal como exposto, não só a complexa configuração étnica das irmandades de pretos no século XIX muito dificilmente explicaria a abrupta conversão de uma

²⁰³ Seus cargos na Mesa Diretora da irmandade estão registrados na Ata de Sessão da Mesa, de 01/09/43, Oliveira, Negros, p. 1000; O ex-tesoureiro Daniel Correia é citado na Ata de 14/08/36, a qual também assina, Oliveira, Negros, p.486; Testamento de Daniel Correia, APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos: 5/1465/1934/43; Intimação ao ex-tesoureiro da irmandade, Manoel Gonçalves da Silva, para rever as contas dos anos de 1852 e 1853, APEB, Seção Judiciária, 21/741/14.

²⁰⁴ Oliveira, Negros, p.160-1.

²⁰⁵ Oliveira, Negros, p.155-6, diz: "(...) pensa-se que, para se constituir um corpus a partir de documentação remanescente nas irmandades negras, necessário se faz conhecer por dentro, na medida do possível, a sua constituição no que toca à origem dos seus membros".

confraria de africanos islamizados em outra, mista, com brasileiros livres, mas também a própria matéria do estudo de Oliveira lhe nega, ao final, a correspondente evidência linguística de que haveria dois padrões de escrita naqueles documentos, um africano e um brasileiro. Vejamos o que ele diz:

Contemplou-se, no estudo, o binômio todos os fenômenos estudados e a origem dos autores. Com exceção de três fenômenos exclusivos aos brasileiros, nada há, a não ser em termos quantitativos, o que os separe dos africanos. Os prováveis brasileiros unem-se aos africanos e aos brasileiros porque também não existem fenômenos que lhes sejam exclusivos. Quanto ao único provável africano, dele quase nada pôde se dizer, já que conta com uma quantidade exígua de documentos. Ou seja: não se queira divisar traços exclusivos aos africanos e aos brasileiros, porque isso a documentação não consentiu.²⁰⁶

Nada obstante o peso das próprias conclusões de especialista que tem à mão, o autor não se voltou a questionar o fundamento de suas formulações, vale dizer, a “africanidade” dos irmãos. Por ora, aqui, afastada essa hipótese, na sequência do trabalho pretendo seguir outra pista, desta feita com nova abordagem empírica. Pensando fora da premissa aceita e ao final radicalizada por Oliveira, procurarei demonstrar que está em jogo não a diferença entre “padrões nacionais” da língua portuguesa, mas a existência de pretos de mesma origem usando o idioma português do Brasil. Voltemos, então, ao dia 29 de março de 1835.

3.1.3. Um Compromisso de brasileiros.

Pelo seu teor, o documento assinado no dia 29 de março de 1835 não era um texto de ocasião. Desde pelo menos 1833, com a edição de uma “Carta para reformas de Capítulo e § do Compromisso”, as propostas e mudanças na lei interna da confraria se tornariam uma praxe.²⁰⁷ Os termos e atas da irmandade indicam que não foram poucos os anos em que comissões se mantiveram ativas no exame de requerimentos, emendas ou projetos de novas alterações, encaminhados pelos irmãos à Mesa

²⁰⁶ Oliveira, Negros, p.451.

²⁰⁷ Segundo A. J. R., Russell-Wood, Escravos e libertos no Brasil colonial, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p.202, eram frequentes as alterações dos Compromissos, ou Estatutos, das irmandades, “em resposta à mudança das pressões externas, ao aumento do número de membros e a responsabilidades adicionais”. Mais drásticas seriam “as reformas estatutárias resultantes de uma reavaliação completa da composição e dos objetivos da irmandade”.

Diretora.²⁰⁸ E o que sucedeu naquele dia foi a conclusão de um dos processos de reforma do Compromisso, cuja expressão oficial foi a proclamação do resultado assentado na ata.

Iniciada em 20 de julho de 1834, com a apresentação de um projeto por Manuel Victor Serra, a reforma levaria à criação de uma Comissão, no dia 1º de novembro; à primeira convocação da Junta, no dia 7 de janeiro do ano seguinte, que deliberaria sobre emendas ao projeto; à segunda convocação da mesma Junta, 8 dias depois (15 de janeiro); e à aprovação das mudanças no dia 08 de fevereiro de 1835. Fato extremamente singular é que a sessão chamada para a aprovação da reforma deveria se realizar em 25 de janeiro de 1835, nada menos do que o dia em que estourou a Revolta dos Malês.²⁰⁹ A sessão, claro, não ocorreu, e a aprovação do projeto se deu duas semanas depois. Mas podemos especular: ou mais essa circunstância indica que nada tinham os Desvalidos com a causa, ou então seria preciso conceber que os malês dos XV Mistérios se valeram de um engenhoso subterfúgio documental para fazer crer às autoridades que, no dia D, planejavam se ocupar regular e inocentemente do exercício de sua atividade devocional e associativa.

Na verdade, o conjunto dos termos e atas produzidos entre os anos de 1834 e 1835 dão conta de que o texto aprovado no dia 8 de fevereiro vinha sendo elaborado ao longo dos meses anteriores, e que, apesar de o teor de suas emendas não ser apurável pelo exame das convocatórias, tudo sugere que se tratava do mesmo documento pronto desde 15 de janeiro, a ser submetido aos irmãos na sessão do dia 25 seguinte, que não aconteceu. O termo do dia 8, de fato, dispõe que a reforma aprova “o novo Estatuto com a Emenda oferecida de que a mesma Junta aprova que se Cumpra o dito Estatuto oferecido pela comissão criada no dia 2 do mês de dezembro do ano

²⁰⁸ Por exemplo, as Atas das Sessões da Mesa, de 21/04/33, 07/07/34 e 16/08/46, todas em Oliveira, Negros, p.508, 523, 826. Parte da documentação remanescente se encontra distribuída entre os Livros de Termos de 1847 e 1851, e o Livro de Registro de Pagamento dos Sócios (1848), constantes do Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos (ASPD), e também transcrita nos anexos da tese de Klebson Oliveira. Os anos indicam a data de formalização dos Livros, que reúnem documentos de anos anteriores. Nesse trabalho, as citações são feitas tanto a partir dos Livros quanto das transcrições de Oliveira.

²⁰⁹ A “Junta” era a reunião de todos os irmãos em Assembléia, convocada pela Mesa Diretora da irmandade; As sucessivas convocações se encontram nas Atas das Sessões da Mesa dos dias acima indicados, todas em Oliveira, Negros, p.523, 525-528.

financeiro”.²¹⁰ Frise-se que não há registro de qualquer sessão da Mesa entre os dias 15 de janeiro e 8 de fevereiro, o que não é irrelevante, dado o rigor formal observado nos procedimentos decisórios adotados pelos irmãos, manifestado na advertência sempre constante das atas: “Vossa Senhoria, ciente que não comparecendo dará por bem feito o que a mesma Mesa determinar para que em tempo algum não reclame que não foi ouvido”.²¹¹ Seria preciso assim reconhecer que a mudança radical foi decidida com o atropelo de um levante, ou, melhor, que aquela não era uma Casa dada a surpresas.

Nesses termos, o longo processo de uma reforma estatutária e a própria “coincidência” das datas reforçam ambos a sugestão de que a ata de 1835 não expressava reorientação alguma de critério para a admissão à irmandade, simplesmente porque malê não havia ali. A proclamação oficial da reforma do Compromisso, feita por Manuel Victor Serra um mês depois de sua aprovação, figura, portanto, como um ato administrativo regular da Mesa Diretora da irmandade. Note-se que o texto do dia 25 de março não expõe ou enfatiza qualquer fórmula que destaque a mudança dos critérios de ingresso. Seu conteúdo, muito ao contrário, declara que a Devoção **“pertence”** a “crioulos livres de cores pretas nascidos no Império do Brasil”, expressão incompatível com a idéia de ruptura e mais bem afeita à noção de identidade. O quadro indica, portanto, não a propositura de um novo tema, mas antes que o problema da origem dos irmãos já estava previamente resolvido. Ele seria apenas reforçado na declaração que encerrava mais um ciclo de reformas.

Naturalmente toda essa argumentação poderia ser objetada com a observação de que uma alteração estatutária com tal propósito e respectivos significados não primaria pela publicidade, nem recomendaria a solenidade dos expedientes de reforma, afinal ela deveria se processar tão discreta quanto eficientemente. Mas outro elemento fundamental se alevanta: indícios ou evidências da efetiva origem brasileira de signatários das atas produzidas pela confraria até março de 1835, alguns deles seus fundadores.

Daniel Correia, nada menos do que fundador e Tesoureiro da irmandade em 1835, afirma trinta anos depois em seu testamento ser “natural da Freguesia do

²¹⁰ Ata da Sessão da Mesa, de 08/02/34, Oliveira, Negros, p.528

²¹¹ Ata da Sessão da Mesa, de 15/01/35, Oliveira, Negros, p.527.

Sacramento da Rua do Paço desta Cidade [da Bahia], e filho natural de Maria, escrava de Clara Maria de Sant'Anna, mulher de José Lopes Alvares". Após essa manifestação direta de naturalidade, Correia omite qualquer observação acerca de sua condição civil, ao mesmo tempo em que detalha a de sua mãe, o que sugere que pode ter nascido livre. O documento também registra o pedido de que seu sepultamento se realizasse na irmandade do Rosário da Baixa dos Sapateiros, formulado debaixo de enfáticas homenagens católicas.²¹²

Tão fundador e presente quanto Correia na sessão de março de 1835 estava Roberto Tavares França. Foi possível localizar o documento da partilha amigável que entre si fizeram seus herdeiros e os de sua esposa, nos autos de um inventário datado de 1883.²¹³ Relevante, nesse caso, é constatar, a ausência do registro de "africano" no procedimento, como parecia praxe nessas autuações, em que sobre a capa do inventário ou testamento sobressaía, em forte tom escuro, a observação da origem estrangeira.

Igual signatário da ata de março foi Pedro Martins (ou Marques).²¹⁴ Ao lado de José Fernandes do Ó, ele seria escalado por Daniel Correia para o papel de testamenteiro. Ambos também juntos assumiriam a Mesa da confraria em outubro daquele ano de 1835: o primeiro como Provedor (espécie de Presidente), o segundo como Secretário.²¹⁵ Embora não aponha a sua assinatura no documento em questão, Fernandes do Ó comparece a inúmeras sessões anteriores, especialmente aquela de 8 de fevereiro de 1835, que imediatamente antecede a proclamação da reforma do Compromisso.

Louvado em "Paraguassu", poema épico escrito em homenagem aos feitos da Independência baiana, Fernandes do Ó é personagem das refregas heróicas representadas por Ladislau dos Santos Titara. Nelas o "valente do O" se junta a "outros

²¹² Testamento de Daniel Correia, APEB, SJ/IT, 5/1465/1934/43.

²¹³ Inventário de Roberto Tavares França, APEB, SJ/IT: 6/2596/3096/4.

²¹⁴ Do patronímico de Pedro há algumas variações nos documentos da irmandade.

²¹⁵ Ata da Sessão de Mesa, de 18/10/35, Oliveira, Negros, p.479.

fortes”, como Hermógenes Ribeiro, José Joaquim Carvalho e Daniel Gomes de Freitas, para bater portugueses nos arredores da Lapinha.²¹⁶

O combatente branco do grupo, Daniel Gomes de Freitas, descreveria curta mas intensa trajetória militar no Batalhão de Artilharia. Desafiou o poder estabelecido desde as lutas contra os europeus na Independência brasileira até o combate contra as forças legalistas, na condição de Ministro da Guerra do Estado que a Sabinada instituiu na Bahia por quatro meses, quase quinze anos depois do 2 de julho. Preso, processado e absolvido nos Conselhos de Guerra que enfrentou por seu envolvimento em tumultos e revoltas – como a de 1833, no Forte do Mar, na Bahia – sua carreira no Exército acabaria cedo, aos 36 anos de idade, sem retorno após a fuga da repressão ao movimento de 1837.²¹⁷

Os “fortes e valentes” de cor, Ribeiro e Carvalho, integravam respectivamente o Terceiro e o Quarto Regimentos de Milícia, a importante força auxiliar do Exército colonial.²¹⁸ Preto um, e pardo o outro, emprestavam às Armas baianas o colorido de uma organização racialmente hierarquizada e fielmente legalista, cujas unidades se distribuíam segundo a cor de seus componentes. Na ocasião, todos lutavam juntos contra europeus, mas antes já tinham pegado em armas contra patrícios baianos ou pernambucanos, reprimindo as guerras que portugueses da América faziam contra a Coroa. Anos depois, após o fim das milícias, em 1831, lideranças do Terceiro Regimento (o famoso Batalhão dos Henriques) se engajariam em posição de frontal contestação ao Estado, defendendo direitos que a desracialização embutida no liberalismo oficial lhes havia retirado. Apesar disso, também encontraremos ex-oficiais da milícia propondo outro tipo de defesa racial, como na irmandade que Fernandes do Ó ajudara a fundar.²¹⁹

²¹⁶ Titara, Ladislau dos Santos, *Paraguassu: Epopéias da Guerra da Independência na Bahia*, São Paulo: Conselho Federal de Cultura/ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1973, p.361-2. Agradeço a Hendrik Kraay a lembrança dessa referência.

²¹⁷ Daniel Gomes de Freitas, *Narrativa dos sucessos da Sabinada*, Publicações do Arquivo Público do Estado da Bahia, I, p.261-333; Hendrik Kraay, Daniel Gomes de Freitas, in P. M. Beattie (Ed.), *The Human Tradition in Modern Brazil*, Wilmington: Scholarly Resources, 2004. p. 5-22.

²¹⁸ Titara, *Paraguassu*, p.158-162.

²¹⁹ Sobre os Henriques, Hendrik Kraay, *Identidade racial na política, Bahia, 1790-1840: o caso dos Henriques*, in István Jancsó (Org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*, São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p.521-548.

Em “Paraguassu” ele será surpreendido como Capitão no mesmo Regimento de Hermógenes Ribeiro, o Batalhão dos Henriques, o que confirma duas de suas qualidades: que era preto, e nascido no Brasil, características dos oficiais de patente do Terceiro Regimento. O fato de ser oficial também sugere fortemente que Fernandes do Ó nascera livre, pois, segundo Hendrik Kraay, todos eles eram “brasileiros de nascimento, sendo alguns libertos”.²²⁰ O prestígio acumulado pelo serviço da milícia fez de Fernandes do Ó “Capitão” também entre seus irmãos de confraria. E a pretensão pelo reconhecimento oficial de seus feitos militares constaria de alguns requerimentos dirigidos às autoridades. No imaginário dos seus contemporâneos, portanto, José Fernandes do Ó era não apenas brasileiro, mas um “ilustre patriota”.²²¹

Outro fundador e ativo confrade dos Desvalidos, Gregório Manuel Bahia compôs ao lado de Fernandes do Ó e mais três irmãos a Comissão formada para exame do projeto de reforma apresentado por Manoel Victor Serra.²²² A parceria não devia ser inédita, pois Bahia atingira o posto de Alferes no Batalhão dos Henriques, onde do Ó chegara a Capitão. Tratava-se, portanto, de mais um preto brasileiro nos primórdios da irmandade.

O cruzamento dessas informações iniciais permite compor um cenário no qual os primeiros Desvalidos se apresentam não apenas como um coletivo diuturnamente empenhado na montagem de uma estrutura institucional, mas também como indivíduos cujos vínculos na vida civil ou profissional puderam se estender para muitos anos além da criação da confraria, como revela o testamento escrito por Daniel Correia em meados da década de 1860. Nele, além de Martins e Fernandes do Ó, outro irmão fundador é citado. Ignácio Jesus de Souza figura como credor do foro que Correia lhe pagava por manter em seu terreno “duas casinhas de taipa cobertas de telha, sitas à Cruz do Cosme”.²²³

²²⁰ Kraay, *Identidade Racial*, p.524.

²²¹ A menção ao “Capitão Joze Fernandez do Ó” está na Ata da Sessão da Mesa, de 20/09/40, dia em que ele é eleito Provedor da irmandade. Oliveira, *Negros*, p. 805; Arquivo Histórico do Exército, Requerimentos, JJ-229-5575.

²²² Ata da Sessão da Mesa, de 1/11/34. Oliveira, *Negros*, p.525.

²²³ Testamento de Daniel Correia, APEB, SJ/IT, 5/1465/1934/43; Escritura de renda, paga e quitação, APEB, LNT, 320, fl.161-161V; Sobre a rede de vínculos que os testamentos expressam, eram comuns, como notam Parés, *Milicianos*, p.21-22, e Kraay, *Política Racial*, p.148.

O que também é possível afirmar, a partir dessa documentação, é que a sociabilidade desses homens não estava apoiada nos supostos que lhes atribuíram Verger, Braga e Oliveira. Isso significa que provar a nacionalidade brasileira de alguns dos seus fundadores é lançar forte dúvida sobre a interpretação que os toma como um grupo de africanos, saídos da experiência da escravidão e coesos em torno da fé islâmica. Juntamente com os demais indícios que sugerem o completo ineditismo de uma configuração malê/crioulo numa irmandade pós-1835, essa hipótese parece confirmar que estamos, de fato, diante de “crioulos livres de cores pretas nascidos no Império do Brasil”. Como, a propósito, diz a ata de 1835, registrando um capítulo fundamental da história dos Desvalidos. Enfrentada a questão de sua nacionalidade, vejamos o que podem nos dizer suas “cores pretas”.

3.2. “De Cores Pretas”: apropriações e redefinição étnica na Irmandade dos Desvalidos.

3.2.1. Cercando a “questão racial” no contexto da década de 1830.

No ano de 1832 se estabelece em Salvador a Sociedade dos Artífices, reconhecida como a primeira associação mutualista da Província. Sua fundação dista apenas alguns meses da criação da Irmandade dos Desvalidos. Aproximá-las e afastá-las nesse momento de seu aparecimento histórico será interessante para que possamos ter em conta sobretudo o teor da especificidade com que se apresentam os irmãos Desvalidos, nomeadamente na ênfase em suas “cores pretas”. Os desenhos institucionais escolhidos por cada um desses dois grupos de trabalhadores manuais naquele início de governo regencial naturalmente não podem ser tomados por triviais. Especialmente em relação aos confrades dos XV Mistérios, cumpre investigar como um conjunto de características pessoais de seus fundadores, aliado às intenções sociopolíticas que projetavam numa dada forma institucional, criaram as condições para uma forma de apropriação particular da confraria religiosa na Bahia da década de 1830.

De acordo com Maria das Graças Leal, na condição de associação mutualista na Bahia “reinou soberana a Sociedade dos Artífices durante 20 anos”. Assim o dizendo, ela evita confundir o caráter mutual da Sociedade Protetora dos Desvalidos, criada 20 anos

depois, com o da irmandade da qual saíam seus fundadores.²²⁴ Dois breves artigos de Leal sobre os Artífices, porém, são até hoje a única fonte de informação aos interessados no assunto, nada obstante uma volumosa documentação permaneça nos arquivos da antiga Sociedade à espera do estudo que fará melhor conhecida pelo grande público essa precursora experiência mutualista do início do século XIX.²²⁵

Posta nesses termos, a confusão da historiografia sobre a condição institucional de Artífices e Desvalidos ilumina bem o problema sugerido pela sua aproximação. Daquilo que nos chega da Sociedade fundada em 1832, sabemos que era composta basicamente por trabalhadores ligados à construção civil e naval. Ali, marceneiros e carpinteiros dividiam espaço com tanoeiros e calafates, num coletivo que também contava com sapateiros e músicos. Leal não elabora a respeito de sua origem nacional ou étnico-racial, mas podemos supor que se tratava de sócios de cor preta em sua maioria, afinal, ela diz, uma primeira tentativa de formar a sociedade anos antes malograra em razão das dificuldades que enfrentaram seus entusiastas, “artesãos de cor”. Artesãos também estariam presentes no grupo fundador dos Desvalidos, tal como identificados por Verger: pedreiros, marceneiros, carpinteiros, calafates, ao lado de outros que “ganhavam” a vida.²²⁶

Não é impossível que a Sociedade dos Artífices passasse a contar com um número crescente de não-pretos entre os seus sócios, haja vista o quadro de membros do Montepio dos Artistas na Bahia, associação dissidente criada em 1853, que revela uma composição racial múltipla, na qual pardos e brancos superavam pretos e crioulos em número de matriculados.²²⁷ Em ambos os coletivos a cor não parecia uma questão central.

Essa base social de trabalhadores manuais e artesãos de cor, comum a Desvalidos e Artífices, não teria, contudo, a mesma conformação institucional em 1832.

²²⁴ Maria das Graças Leal, *Sociedade dos Artífices: experiência liberal de mutualismo na Bahia imperial (1832-1862)*, in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH, São Paulo, julho/2011, p.13.

²²⁵ Leal, *Sociedade*, e Maria das Graças Andrade Leal, *Em tempo de crise: uma memória documental da Sociedade dos Artífices na Bahia oitocentista*, in *Revista do CITCEM, Cultura, Espaço e Memória*, Porto, n.2, 2011a, p.121-136.

²²⁶ Leal, *Sociedade*, p.3, 8; Verger, *Fluxo*, p.517.

²²⁷ Maria Conceição Barbosa da Costa e Silva, *O Montepio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*, Fundação Cultural/EGBA, 1998, p.29-33.

No discurso de instalação dos Artífices, no fim daquele ano, seu presidente frisou que há muito “se fazia necessária a criação de uma Sociedade, que fosse dos Artífices uma só família, estabelecesse entre eles hum laço de fraternidade, para que juntos concorressem a fim de socorrerem-se mutuamente na desgraça”. A forma mutualista respondia então a um tipo de demanda institucional nova, contemporânea ao fim das corporações de ofício e alternativa à inadequação histórica das associações religiosas leigas para dar conta da organização de trabalhadores livres. Segundo Katia Mattoso, a partir do final da primeira metade do século XIX, mesmo na vida de pretos escravos e libertos a participação das irmandades seria cada vez menos expressiva. Um processo de secularização se traduziria assim não só na diversificação das formas de ajuda mútua, mas também nos tipos de investimento econômico e, mais adiante, mesmo de organização ritual da morte.²²⁸

Abria-se uma época em que, especialmente para a população livre de cor, “a principal via de acesso às distinções” já não passaria necessariamente pelas irmandades. Sem embargo desse movimento, um grupo de trabalhadores, “crioulos livres de cores pretas nascidos no Império do Brasil”, optaria por fundar uma nova associação religiosa, assumindo o projeto de uma irmandade cujos traços mais ostensivos nos fazem indagar a que tipo de demandas procuravam responder. O primeiro e mais destacado desses traços remete, uma vez mais, aos critérios de sua composição social, especialmente seu corte racial. É que a Irmandade dos Desvalidos decidira não matricular os brancos, pardos ou cabras que os Artífices e Artistas passariam a receber. Ela seria exclusiva dos irmãos de “cores pretas”.

Com efeito, embora a documentação da irmandade (1832-1851) não permita produzir um perfil racial detalhado de seus integrantes, suas atas, alguns requerimentos e especialmente o termo datado de março de 1835 tratam-nos como uma associação de pretos.²²⁹ Em 1833, a discussão de uma proposta de reforma do Compromisso sugere

²²⁸ Leal, *Sociedade*, p.9; Silva, *O Montepio*, p.35; Kátia de Queirós Mattoso, *Bahia, século XIX: uma província no Império*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, p.597, localiza a partir de 1850 um tipo de investimento nas Caixas Econômicas que se estendia à população pobre; Reis, *A morte*, p.247 e ss., fala dos “reformadores funerários”, médicos que lutavam contra a forma barroca de morrer na primeira metade do século XIX.

²²⁹ Requerimento de André Ribeiro de Araújo, ASPD, Livro de Registro de Pagamento de Sócios (1848), fl.21; Requerimento de Domingo Ignácio de Souza Menezes, idem, fl.24; Requerimento de Manoel Antônio do Espírito Santo, idem, fl.28;

uma restrição de cunho racial aos gastos da confraria, pois um dos dispositivos analisados fala em usar o cofre para “serem Validos os filhos de qualquer Irmao ou Irmao sejam eles da cor da Sua”. Julio Braga afirma que o Compromisso da irmandade, já em 1833, continha cláusula na qual se lia que “essa instituição será composta de número ilimitado de sócios, que sejam exclusivamente de cor preta”. Klebson Oliveira, que teve acesso à documentação de 1833, hoje desaparecida, não encontra, porém, esta ou outra menção qualquer à cor dos irmãos antes daquela do termo de 1835.²³⁰ Ainda que apenas no âmbito da SPD, portanto a partir de 1851, seja possível localizar quer uma menção estatutária explícita (1874), quer um questionamento direto à cor de um candidato a sócio, o conjunto da documentação indica que a prática de exclusividade baseada na cor adotada pela Sociedade continuava aquela uma vez lançada pela Irmandade.²³¹

Aquilo que, portanto, a Irmandade dos Desvalidos parece ter aportado a um panorama já rico de alianças e composições étnicas no universo das confrarias do início da década de 1830 foi um tipo de associação de pretos que não só recusava africanos em geral, mas também pardos e cabras, e que, principalmente, rechaçava brancos *in totum*. Ou seja, na condição de uma associação religiosa leiga eles exerciam a faculdade de fixar um critério de exclusão baseado na cor, sem variação étnica, mas nacional. Tratava-se de um coletivo de pretos brasileiros. A respeito dos brancos, os Desvalidos não lhes opunham apenas uma reserva de origem nacional, nem lhes asseguravam qualquer tipo de assento específico na Mesa, praxe em irmandades de pretos. Não. Ali estava simplesmente vedada, desde os seus primeiros documentos, a entrada de todo aquele que não exibisse suas credenciais “cores pretas”.²³²

No capítulo das composições sociais das irmandades, vimos que não era incomum ao longo de todo o período colonial que, por razões étnicas associadas a

²³⁰ Ata da Sessão da Mesa, de 21/04/33, Oliveira, Negros, p.508; Oliveira, Negros, p.144-147.

²³¹ O artigo 1º do Estatuto de 1874 reza: “Podem ser admittidos socios effectivos da Sociedade Protetora dos Desvalidos todos os cidadãos brasileiros de cor preta (...)”. ASPD, Estatuto da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1874); Em documento do ano de 1892, o sócio visitador da SPD questiona a cor preta de um candidato, ao final admitido “em vista dos seus pais serem de cor preta”. ASPD, Livro de Documentos dos anos de 1890 a 1892, sem paginação. Oliveira, Negros, p.152.

²³² É na SPD que brancos serão admitidos na condição de sócios protetores. Várias dessas matrículas, muitas delas de presidentes da província e magistrados, podem ser encontradas no Livro de Termos de Entrada de Sócios (1851), no ASPD. Será outro, porém, o contexto do prestígio e do nível de circulação social de que desfrutavam os associados.

nacionais, seus quadros se formassem por meio de um combinado de alianças e interdições. Os expedientes de segregação racial, sabe-se, foram constitutivos do desenho das instituições de Estado no Antigo Regime europeu e em seus desdobramentos além-fronteiras no mundo atlântico. Foi o caso das restrições de “pureza de sangue” impostas pela Coroa Portuguesa no acesso a cargos públicos e eclesiásticos, vigentes contra a população de cor até a promulgação da Constituição de 1824. Foi também o caso da milícia racialmente segregada, prestigiosa instituição de apoio às Forças Armadas nos dois últimos séculos da colônia portuguesa na América. No entanto, na década de 1830, a queda de Pedro I e o clima dos discursos mobilizados pelo liberalismo e pela correspondente pauta da cidadania afetariam de maneira importante a centralidade da segregação racial como argumento político ou de ordem institucional.²³³

Foi então flexionando um tipo de liberalismo que se expressava numa concepção de cidadania cega à cor que as autoridades imperiais, apenas quatro meses depois da queda do imperador I, em abril de 1831, promulgaram a lei da Guarda Nacional, corporação auxiliar criada em substituição às antigas milícias. Segundo Jeanne Berrance de Castro, “a Guarda Nacional foi a primeira instituição oficial que fez cessar a distinção de cor, o que a tornou essencialmente nova e moderna ao enfrentar o problema das relações étnicas, num regime que reconhecia a escravidão como legítima”. O modelo da lei e o debate em torno de sua concepção traíam as influências francesa e estadunidense. Ecos da Marselhesa e do federalismo norte-americano se faziam notar especialmente na adoção de uma política avessa à concentração do poder entre os militares, e favorável à difusão e ao controle das armas pela “nação civilizada”. Ministro da Justiça, Diogo Antônio Feijó se queixaria de que “O Brasil está dividido em companhias, não há nenhum homem que não tenha seu capitão”.²³⁴

²³³ Lahon, *Da redução*, p.64 e ss.; Sobre liberalismo, cidadania e imprensa, ver, dentre outros, Andréa Slemian, *Sob o Império das Leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*, São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2009; Hebe Mattos, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995; Ribeiro, *A liberdade*, op.cit.

²³⁴ Lei de 18 de agosto de 1831 e Decreto de 25 de outubro de 1832; Castro, *A milícia*, p.136, 6 e ss.; Segundo Kraay, *Política Racial*, p.326, “copiada em quase a sua totalidade da lei francesa (...), a lei da Guarda Nacional também tem afinidades com as medidas que estabeleceram as milícias cívicas no México e no Chile durante as décadas de 1820 e 1830”; A citação de Feijó está em Kraay, *Política Racial*, p. 322-3.

A célebre divisa da “nação em armas” resultou, no Brasil pós-1831, na redução drástica do efetivo das Forças Armadas, cujas fileiras de cor haviam marcado importante presença nas rebeliões do início do século. Ela importou também a consagração de uma ampla base social elegível para os postos da Guarda Nacional, a famosa “milícia cidadã”. Certamente, a cartilha daquele liberalismo francês inspirador dos brasileiros não consentira com a discriminação formal de cidadãos por sua cor. No Brasil, o espírito dessa invenção foi resumido numa frase do deputado Cunha Mattos, que sentenciou: “Pela lei de criação da Guarda Nacional, confundiram-se as cores e não há Corpos distintos de brancos, pardos e pretos; os direitos são iguais”.²³⁵

A “moderna” desracialização das milícias decorrente da criação da Guarda Nacional, na verdade longe de barrar a discriminação em razão da cor, contribuiu para evidenciar os termos de uma importante “questão racial” no Brasil, anunciada por distintas vozes naquele período de sua experiência liberal. A energia política liberada no processo de crise do I Reinado destravara e reorganizara pautas latentes da sociedade do nascente império brasileiro. O lugar das províncias na arquitetura jurídico-política nacional, por exemplo, travestiu-se de demandas e medidas legais de progressivo cunho descentralizador; o debate sobre o acesso a direitos e cargos públicos tomou forma com o tema da extensão da cidadania aos libertos; e a questão do controle civil sobre as Armas, agitada por todo o território pelo menos desde o pós-independência, traduziu-se na campanha pela criação da Guarda Nacional, ostensiva ponta-de-lança da cidadania brasileira, que marcou com sinal fortemente negativo o discurso de racialização.

O espaço público formado em torno desse debate seria ocupado por diferentes manifestações de homens de cor, animados a defender seus direitos à participação nos destinos do Império, fosse na rua por meio de ditos e panfletos desafiadores da ordem pública, fosse por meio de tipografias equipadas com a rápida difusão dos instrumentos de imprensa após 1831. No primeiro caso, os episódios de agitação social ocorridos na

²³⁵ Sobre o envolvimento dos batalhões de cor nas revoltas da Bahia, ver, dentre outros, João José Reis & Hendrik Kraay, “The tyrant is dead!” The Revolt of the Periquitos in Bahia”, in *Hispanic American Historical Review*, 89:3, 399-434 e Daniel Afonso da Silva, *Histórias de Bahia, Histórias de Brasil: cinco estudos sobre a crise do primeiro reinado na Bahia (1828-1831)*, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2007; A frase de Cunha Mattos está em Castro, *A milícia*, p.136 e ss.

cidade da Bahia na esteira da Abdicação deram o exemplo de uma folha que, fixada em via pública, clamava pela expulsão dos marotos e pela morte dos “caiados”, e, com vivas, lançava negros e mulatos para o governo da província, afinal “Adão foi um só e as cores são acidentes”. O texto do folheto baiano reabilitava não só a “linguagem racial como dispositivo de combate”, à maneira de como se passara nos conflitos da Independência da Bahia entre “cabras” (portugueses americanos) e “caiados” (portugueses europeus), mas também fixava a idéia da cor da pele como uma contingência não essencial, um “acidente”.²³⁶

O mote da cor como acidente seria um argumento fundamental da vigorosa “imprensa mulata” que articulava uma linguagem desracializada da cidadania. Seus termos não opunham brancos a pretos ou pardos, mas cidadãos a escravos. O *Sentinela da Liberdade*, um dos periódicos que assumiriam a defesa “exaltada” de uma cidadania não racial, assentaria que “a Carta não trata de cores”. E completando a sua exegese da Constituição de 1824, postulava que “no Brasil não há brancos, nem mulatos, há cidadãos brasileiros, ingênuos ou libertos”. Fazendo coro ao *Sentinela*, apesar de suas tonalidades políticas nem sempre coincidentes, jornais como *O Mulato ou o Homem de Cor*, *O Brasileiro Pardo*, *O Crioulinho* ou o *Guarda Nacional*, formariam trincheira contra a imprensa moderada de “escribas brancos” que, sofismando a existência de obstáculos para o acesso de todos os cidadãos aos direitos constitucionais, negava as consequências práticas da identidade formal entre liberdade e cidadania.²³⁷

Isso posto, cumpre frisar que o combate travado nessa imprensa repudiava o argumento da cor como condição de direitos, o que desautoriza a falar propriamente em uma “luta racial”, na perspectiva desses redatores. Rejeitando a luta tanto quanto a “união das raças”, retoricamente proposta pela imprensa moderada como mecanismo de dissolução de conflitos, o argumento racial dava lugar a outro, entendido como

²³⁶ João José Reis, “Cor, classe, ocupação etc. – o perfil social (às vezes pessoal) dos rebeldes baianos, 1823-1833”, in João José Reis e Elciene Azevedo (Orgs.), *Escravidão e suas sombras*, Salvador, EDUFBA, 2012, p.311-312, p.285; Sobre ditos, falas e gestos nos espaços públicos, Marcos Morel, *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*, São Paulo, Hucitec, 2005; e Arlette Farge, *Dire et mal dire: l’opinion publique au XVIIIe siècle*, Paris, Seuil, 1992; Reis e Silva, *Negociação*, p.82 e ss.

²³⁷ Ivana Stolze Lima, *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003, p.57-60; Castro, *A milícia*, p.139-40; A expressão “escribas brancos” se encontra em edição de *O Crioulinho*, citada por Lima, *Cores*, p.62.

eminentemente político, em torno do qual deveria se formar o “benemérito cidadão”. A mesma posição teria Antônio Rebouças, destacada figura da sociedade baiana que, no Parlamento da década de 1830, lutaria pela cidadania de libertos sem lhes agravar ou diminuir a cor. O próprio Rebouças se esforçava por livrar da cor sua posição política, e via a si mesmo como o exemplo da “ascensão de um mulato pelos seus talentos e virtudes”, únicos critérios, dizia, segundo os quais era lícita a distinção entre os cidadãos.²³⁸ Cioso do direito de propriedade e do liberalismo de sua época, Rebouças se batia por indivíduos “livres da cor”.

Tal efervescência da cena pública no início da década de 1830 era também a agitação de um vocabulário que sintetizava termos e noções tão abundantes quanto imprecisos, o que tornava a política um rico laboratório de identidades. Ser caramuru, moderado ou exaltado, ser português ou brasileiro, era objeto de ressignificação num cadinho tumultuoso em que, segundo Ivana Stolze Lima, as “identidades estavam diretamente referidas às cores dos cidadãos”, embora não conduzissem, como identidades de cor, a “uma pura ou evidente identidade étnica natural”. A variedade das categorias mobilizadas – à mostra nos títulos dos jornais – indicava como, no espaço político aberto pela imprensa, as identidades se reformulavam como expressão pública. “Dessa tensão, completa Lima, surgiram os empregos de ‘mulato’, ‘homem de cor’, ‘pardo’; surgiram as cores dos cidadãos”.²³⁹ Falar o nome da cor, porém, não era necessariamente falar em nome dela.

Um dos espaços sociais privilegiados desses embates político-identitários, a Guarda Nacional viveria, diz Castro, a sua “fase democrática”, aberta a uma oficialidade formada por libertos e homens de cor. Mas a fase não se estenderia por muitos verões. A reação à igualdade de direitos que pardos e libertos conquistariam no regime da lei não tardou a se organizar. No Parlamento, deputados e senadores aprovariam a restrição das candidaturas à Guarda à condição de eleitores, o que queria dizer

²³⁸ Luciana dos Santos Rodrigues, “Os Exaltados: política e identidade na Corte regencial (1831-1834), Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2013, p.82-7; Lima, Cores, p. 60-2; Sobre Rebouças, Keila Grinberg, O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, p.101-5, 150-4. A autora observa que o dilema de Rebouças era silenciar sobre a cor frente ao conjunto de reivindicações de cor presentes nos movimentos contemporâneos.

²³⁹ Lima, Cores, p. 20, 40.

indivíduos nascidos livres, mas a publicação do decreto de 1832 reverteria a situação, confirmando a elegibilidade de libertos para a milícia. Periódicos conservadores repercutiriam o movimento de reação parlamentar, condenando o “oficialato fusco”. E no Executivo, em 1833, “houve uma tentativa oficial do Presidente de Pernambuco, Manuel Zeferino dos Santos, para separar os corpos de guardas nacionais segundo a cor”.²⁴⁰

Em 1834, porém, o golpe seria certo: a indicação de que o processo eletivo dos oficiais poderia ser substituído, por ato das Províncias, pela sua nomeação aos postos de comando resultaria em que “sem modificar a Lei, introduzindo qualquer proibição (...) a anulação do princípio eletivo resolvia o problema da discriminação”. Em português claro, “resolver o problema da discriminação” significava impedir que senhores precisassem obedecer, como sargentos da nova milícia, a ordens de ex-escravos, seus eventuais capitães eleitos. A “confusão das cores” do deputado Cunha Mattos evidenciava seus limites hierarquizantes, e é claro que os descontentes não o aceitariam calados.²⁴¹

A reação da imprensa viria a cavalo. Acusando novas iniciativas de racialização, os periodistas exaltados subiriam o tom. Procurando o justo equilíbrio no dilema de reconhecer a cor para silenciá-la, *O Mulato* investiria: “nossos governantes só tratam de fazer guerra aos mulatos; e mais nos atropelam aqueles que não podendo deixar de mostrar que tem *raça misturada*, querem hoje exterminar a gente de cor”.²⁴² A linguagem dura e incisiva lembraria outra de tons revoltosos, empregada pelo Novo Diário da Bahia na Sabinada, em 1837. No jornal que publicavam à época do movimento, Sabino e seus parceiros de pena não poupariam tinta nos argumentos contra os adversários:

Mas enfim eles nos estão fazendo a guerra, porque são brancos, e na Bahia não deve (sic) existir negros, e mulatos, principalmente para subirem a postos, salvo quem for muito rico, e mudar as opiniões liberais, defendendo títulos, honrarias, morgados, e todos os princípios de fidalguia; quem não for

²⁴⁰ Castro, A milícia, p.139-40; Grinberg, O Fiador, p.115.

²⁴¹ Castro, A milícia, p.141-2; Hendrik Kraay, Política, p.336-7, relata a história de uma eleição para oficiais da Guarda na Bahia, em 1836, que preencheria com pardos a maioria dos postos da Segunda Companhia. A contestação e a rejeição do resultado pelos candidatos brancos derrotados, bem como o pedido de transferência de guardas brancos para outra Companhia, dão conta das resistências que sofreria o oficialato de cor, mesmo na época em que vigorava o procedimento eleitoral.

²⁴² A citação se encontra em Castro, A milícia, p.143.

mulato rico como Rebouças, e como ele enfatizado peru, tendo sido dos trancafios, não pode ser coisa alguma.²⁴³

Numa inflexão muito provavelmente afetada pela progressiva perda de apoio humano à guerra que moviam contra os legalistas, os sabinos acenavam para novos combatentes a partir de distintivos de raça e de classe, colorindo a própria identidade e ferindo o lugar comum das reivindicações da gente de cor, que seguia sem “representantes” nos cargos e empregos públicos de “prestígio da nação”. Na Bahia, a história dessa investida sabina pode ser vista como o epílogo de uma outra que se inicia com o anverso da criação da Guarda Nacional: o fim das milícias coloniais. A radical politização da raça que a partir de 1831 se seguiria à demissão de milicianos pretos, como o Tenente Coronel Francisco Xavier Bigode, atravessaria petições, protestos e frustrações, desaguando no 7 de novembro da Sabinada, onde Bigode e outros ex-milicianos tentariam a última sorte.

Francisco Bigode, último comandante do famoso Batalhão dos Henriques, lutaria ao lado de outros oficiais do regimento de pretos da milícia colonial, desde pelo menos o fim da década de 1820, contra providências que instituíam um tipo de discriminação anômala no regime das milícias. Por conta de uma lei promulgada em 1829 pelo governo imperial, “o status especial que a legislação colonial concedia aos oficiais pretos e pardos” parecia estar com seus dias contados. A lei determinava que o reajuste dos soldos de oficiais da milícia que não tivessem sido promovidos do Exército não seguiria a tabela atualizada pelas Forças Armadas anos antes, o que atingia diretamente pretos e pardos, que diferentemente dos oficiais brancos não tinham origem na tropa de linha.²⁴⁴

Às demandas de cunho salarial se somariam dois anos depois outras mais dramáticas, com o advento da lei da Guarda Nacional e a demissão dos milicianos pretos

²⁴³ Novo Diário da Bahia, edição de 26/12/37. Os exemplares do Novo Diário da Bahia encontram-se disponíveis há Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>; Sobre a Sabinada, ver Paulo César Souza, A Sabinada: a revolta separatista da Bahia (1837), São Paulo: Brasiliense, 1987; Douglas Guimarães Leite, Sabinos e Diversos: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837, Salvador: EGBA, 2007; Juliana Serzedello Crespim Lopes, Identidades políticas e raciais na Sabinada (1837-1838), São Paulo, Alameda/FAPESP, 2013, tem especial interesse na discussão racial presente no movimento.

²⁴⁴ Kraay, Política Racial, p.323-4.

e pardos. Impedidos de regressar a um Exército a que nunca tinham pertencido, “a abolição de sua corporação deve ter sido um choque para os oficiais da milícia de Salvador”, segundo Hendrik Kraay, haja vista a sua participação decisiva na manutenção da ordem nos eventos de abril do mesmo ano na capital da Bahia. Acusando fortemente a traição imperial, “depois de 1831 seus requerimentos assumiriam um tom mais assertivo”, cuja marca mais expressiva viria a ser a explicitação da cor preta como fundamento central de seus pleitos.²⁴⁵

O conjunto das solicitações encaminhadas ao longo de quase 10 anos ao governo e às autoridades militares desenhava, portanto, uma demanda clara e incontornável. Bigode e seus companheiros não aceitavam perder a posição que lhes havia permitido gozar de poder e prestígio na sociedade colonial, muito menos sob o fundamento de um liberalismo que prometia a todos tratamento igualitário. Na leitura dos ex-milicianos, a igualdade passava pelo reconhecimento do que a corporação lhes tinha proporcionado, e estava fundada paradoxalmente numa “mistura dos ideais liberais (incluindo citações da Constituição) com uma defesa das instituições segregadas”. Um liberalismo sem reconhecimento de cor, enfim, “daria plenos poderes a ‘odiosas prevenções’”, justamente aquelas que o discurso oficial dizia querer evitar, mas que seguia promovendo, lei após lei, no tratamento aos homens de cor.²⁴⁶

O momento de ruptura histórica era evidente e, nele, as reivindicações de cor dos milicianos afrontavam o seu silenciamento pela “imprensa mulata” exaltada. Tratava-se de duas leituras políticas distintas sobre o uso da identidade de cor como garantia de direitos. Por sua vez as autoridades, não enfrentando o problema racial de forma direta, pareciam apenas protelar sua irrupção violenta. Na Bahia, ela viria em 1837. O não atendimento de suas demandas transformaria os leais “Henriques” em políticos radicais, e seu último exercício militar se daria na Sabinada, quando viveram por pouco mais de quatro meses a experiência de reintegração às milícias, recriadas pelo governo rebelde.²⁴⁷ Nessa equação, a exaltada politização da raça com vistas à

²⁴⁵ Kraay, *Política Racial*, p.338-9; Silva, *Histórias de Bahia*, p.34-7, 139-44.

²⁴⁶ Kraay, *Política Racial*, p.337-340, afirma que nas eleições para oficiais da Guarda dos anos de 1832 e 1836 não identificou nenhum antigo comandante da milícia dos pretos e assinala que “poucos oficiais da milícia apreciaram sua redução a ‘simples guardas’”.

²⁴⁷ Kraay, *Política Racial*, p.340-6.

manutenção de direitos tradicionais os levaria a uma nova guerra, dessa feita com sinal trocado, no flanco oposto ao dos legalistas com quem haviam sempre lutado.

Esse movimentado contexto de exercício de identidades e de polarização racial, aberto com a década de 1830, é também o cenário da experiência inaugural da Irmandade dos Desvalidos. Criada em 1832 sob a explicitação de suas cores pretas, a irmandade não só falava o nome da cor, mas falava em nome dela. E entre a politização da raça produzida por ex-milicianos, ultimada na forma extrema da guerra, e a desracialização da cidadania agitada por publicistas de cor na imprensa igualmente “exaltada”, a proposta de associação apresentada pelos Desvalidos abraçava a defesa racial por meio do formato tradicional de uma confraria religiosa. Nessa linha, irmãos de cor se engajavam, tanto quanto Bigode e seus companheiros, no combate por suas posições através de instituições de nítido sabor antigo: milícias e irmandades. Não custa lembrar que pelo menos dois dos fundadores dos Desvalidos haviam integrado o Regimento de Cor.

Apostando na tradição, portanto, os Desvalidos acenavam com a inclusão e não com a ruptura da ordem estabelecida, pois, na condição de membros de uma confraria religiosa, sujeitavam-se ao controle das autoridades eclesiásticas e civis, um regime distinto daquele que então se aplicava às associações mutualistas, novidades institucionais que até 1860 não seriam objeto de regulamentação legal estrita.²⁴⁸ É interessante observar, ainda, que a lógica presente na configuração das irmandades era a mesma que informava a existência dos batalhões de cor das milícias, que incluíam de forma racialmente segregada. Vivendo momentos opostos, porém, a história das milícias teria seu epílogo na mesma época em que a dos Desvalidos se iniciava, o que sugere a persistência sobre ambos os grupos de uma compreensão corporativa de mundo. Ela atuaria como memória indelével na forma como os ex-milicianos perceberam as mudanças na regulamentação militar. Do mesmo modo, penetraria fundo no sentido da escolha promovida por trabalhadores manuais de cor preta, que pareciam responder com o brasão tradicional da irmandade à pretensão de se

²⁴⁸ De Luca, *O sonho*, p.13-7; Mac Cord, *Artífices*, p.175-6.

constituírem como um grupo etnicamente fechado, num momento histórico em que, fora das instituições religiosas, a cidadania dava claros sinais de desbotamento.²⁴⁹

Nesses termos, a “questão racial”, que já havia separado as estratégias de milicianos e publicistas de cor, sugeria destinos institucionais diversos também para Artífices e Desvalidos. Na direção oposta da historiografia que concebe as mutuais como “a única forma legalmente viável de organização para os trabalhadores manuais livres” após o fim das corporações de ofício, os irmãos de 1832 lançariam mão de um instrumento associativo bastante conhecido de seus antepassados. Nesse caso, o elemento aparentemente decisivo reside no fato de que a pretensão ao reconhecimento social passava pela afirmação racial coletiva como uma alternativa específica de inserção e diferenciação daqueles que, “nem escravos, nem senhores”,²⁵⁰ exibiam suas armas na arena de luta pela cidadania. Tal como na experiência dos milicianos, desenhava-se a proposta de uma cidadania racializada que se levantava da tradição, mas que, no caso dos Desvalidos, renunciava uma espécie de transição processual entre dois mundos – o das hierarquias naturalizadas e o da igualdade formal – transição que a própria legitimidade institucional da confraria religiosa se prestava a garantir. Imprimia-se sobre a tradição, assim, uma espécie de choque de cidadania, numa experiência cuja dupla voltagem permitia tanto acusar o impacto da mudança, quanto absorvê-lo – processando-o – na estrutura estabelecida. Sugerir e acompanhar os diversos significados possíveis dessa operação fundadora da Irmandade dos Desvalidos é a tarefa posta nas próximas linhas.

3.2.2. Pretos, primeiro: depois irmãos e trabalhadores.

No estudo da história de um grupo de “pretos-mina” e da irmandade por eles estabelecida no Rio de Janeiro do século XVIII, Mariza Soares fala em “opção étnica”

²⁴⁹ Na historiografia do trabalho é ampla a discussão sobre o cabimento da noção de “substituição” para explicar a progressiva mudança das formas organizativas de meados do século XIX, de instituições corporativas para outras, pautadas sob critérios de livre associação profissional. Um resumo desse tema pode ser encontrado em Claudio H. M. Batalha, “Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente”, *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 12-22.

²⁵⁰ A expressão é de Hendrik Kraay, *Política Racial*, p.18.

para explicar a identidade de uma congregação “maki”, “que se viabiliza através da incorporação à tradição cristã”. Nessa “devoção de cor”, criada sob a invocação de Santo Elesbão e Santa Efigênia, as formas como se imbricam vínculos de diferentes tipos num espaço de pluralidade étnica justificam a noção de que a identidade na diáspora se elabora com “materiais velhos e novos, materiais trazidos e materiais aqui encontrados”, e que se constrói “de forma situacional e contrastiva”, redefinindo-se constantemente no âmbito da sociedade escravista.²⁵¹

Posto em perspectiva o perfil pessoal dos integrantes da Irmandade dos Desvalidos – indivíduos brasileiros, pretos e livres – é possível supor que semelhante processo de implicação entre religião e identidade racial tenha tido papel igualmente fundamental na sua história. Em outras palavras, a opção pela tradição cristã da irmandade viria a ser igualmente uma “opção étnica”, definida ante as condições presentes como aquela que possibilitava a existência e o reconhecimento de uma organização constituída positivamente sobre a identidade de cor. Essa escolha se aprofundaria com a total exclusão dos brancos da estrutura da irmandade, expediente que pronunciava sua proposta étnica e qualificava o viés racializado da cidadania por ela traduzido. Nessas condições, o lugar vazio deixado pelos brancos haveria de ser real e simbolicamente ocupado por pretos alfabetizados, que assim se credenciavam a assumir todos os cargos da Mesa administradora, especialmente aqueles tradicionalmente reservados aos brancos, em razão de seu domínio, outrora exclusivo, do idioma oficial.

Nesse processo de estabelecimento da confraria religiosa como um mecanismo de diferenciação na sociedade escravista, os irmãos agitavam símbolos por meio de práticas voltadas a garantir um tipo de emancipação que a linguagem ostensiva da cor pretendia expressar. Formulavam, nos termos de Manuela Carneira da Cunha, uma resposta política à conjuntura, “resposta articulada com outras identidades em jogo”. Mobilizada essa “estratégia de diferenças”, elementos religiosos, políticos e de classe, além daqueles próprios ao universo do trabalho, formariam com o elemento racial um sistema de significações por meio do qual a identidade do grupo pode ser pensada.

²⁵¹ Soares, *Devotos*, p.231; Reis e Silva, *Negociação*, p.107; Cunha, *Negros*, p.242.

Afinal, tratava-se de uma instituição de ajuda mútua de trabalhadores livres de cor, emergente do conturbado panorama de formação de um Estado nacional formalmente liberal e materialmente escravista.²⁵²

A densidade desse quadro convoca inicialmente à comparação com a experiência fundadora da contemporânea Sociedade dos Artífices, cujos membros, segundo as poucas fontes que nos chegam, compartilhavam com os Desvalidos as características de cor, nacionalidade e status legal. Daí que sobressaia a questão a respeito de suas diferentes escolhas. Isso porque a condição de brasileiros livres habilitava uns e outros a papéis sociais que, na esfera da vida civil, viriam a ser permanentemente interditados a estrangeiros e sumamente dificultados a nativos que houvessem saído do cativeiro.²⁵³ Sendo assim, estando ambos os grupos aptos a jogar o jogo da cidadania definido em 1824, escolheriam fazê-lo adotando diferentes estratégias de ação. Em se tratando de grupos de trabalhadores de base social relativamente comum, natural portanto que se destaque seu perfil profissional como um elemento a explorar.

Os integrantes da Sociedade dos Artífices, como indica de saída o registro da associação, definiam a si próprios como um coletivo de tipo profissional. O mesmo não se pode falar, contudo, dos fundadores da Irmandade dos Desvalidos. Embora falte hoje a documentação sobre as ocupações dos irmãos nos primeiros anos de funcionamento da confraria, tanto aquilo que nos diz a historiografia sobre seus ofícios, quanto o que nos demonstram os papéis administrativos da irmandade apontam para um coletivo mais bem ocupado com o socorro mútuo dos irmãos e com a própria montagem institucional da confraria.²⁵⁴ Não transparece na sua rotina um espírito de organização coletiva do trabalho ou para o trabalho, algo que permitisse compará-los, por exemplo, aos cantos africanos ou a mutuais como as sociedades de artesãos.²⁵⁵ Mesmo na SPD,

²⁵² Cunha, Negros, p.242.

²⁵³ Cunha, Negros, p.93-105 analisa detidamente o conjunto de restrições aos libertos e de vedações aos africanos.

²⁵⁴ O conjunto das atas dos três primeiros anos de funcionamento da irmandade, pelo menos, indicam que os irmãos concentram as suas atividades em: confirmar os depósitos das jóias, definir o destino do cofre da instituição; estabelecer a dinâmica das eleições para a Mesa; fixar a disciplina das sessões; cobrar as multas dos inadimplentes; acompanhar o calendário da festa da Devoção; recolher contribuições para a preparação da festa; e manter comissões e deliberações em torno da reforma do Compromisso.

²⁵⁵ É distinto o perfil das chamadas irmandades embandeiradas, assim entendidas as que se constituíam em torno da disciplina de ofícios, e que nessas condições ostentavam a “bandeira” representativa da sua atividade nas solenidades religiosas. Segundo Caio Boschi, *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política*

sociedade mutualista que será criada a partir de uma dissidência na confraria, um perfil profissional mais distinto não estará consolidado antes do fim da primeira década de sua fundação.²⁵⁶

As evidências desse funcionamento nos permitem afirmar, portanto, que na formação da Irmandade dos Desvalidos a “devoção de cor” ocupava o lugar central que em coletivos mutualistas do tipo dos artífices baianos era ocupado pelo distintivo profissional. Não se aplicaria à Irmandade dos Desvalidos, portanto, a hipótese levantada por Lysie Reis segundo a qual, para se estabelecer social e civilmente contra o preconceito de cor, os trabalhadores livres da época explorariam “seu valor enquanto categoria profissional”, assentando-o nos coletivos por eles criados. Frisá-lo é fundamental pois o fato segundo o qual da Irmandade dos Desvalidos sairia, anos depois, a Sociedade Protetora dos Desvalidos levou alguns historiadores a interpretarem aquela como um “escudo” desta, sujeitando-as à fórmula geral que toma as confrarias da época como espécies de incubadoras de futuras sociedades mutualistas. Com efeito, para a autora, referindo-se aos Desvalidos, “muitos foram os trabalhadores ‘de cor’ livres e libertos que, *antes de* se reunirem em mutuárias, utilizavam uma irmandade religiosa católica como escudo para serem reconhecidos como profissionais na sociedade”.²⁵⁷

É fato que “antes de” ser criada a SPD, alguns de seus integrantes fundaram uma irmandade, fenômeno que não viria a ser exclusivo nem do período, nem dos baianos.²⁵⁸ Supor, no entanto, que o interesse pela criação da irmandade estivesse em transformá-la no laboratório de uma futura sociedade mutualista é atribuir à interpretação histórica, teleologicamente, um sentido que não encontra respaldo nas evidências. Aliás, muito ao contrário. Essa interpretação talvez se explique pela confusão que tanto Reis quanto Julio Braga operam entre as histórias da irmandade e da associação dos Desvalidos,

colonizadora em Minas Gerais, São Paulo, Ed. Ática, 1987, p.13, “grande parte das confrarias teve origem nos *ofícios*, naqueles casos em que o caráter devocional era mais marcante”. O autor adverte, porém, que “confraria não era sinônimo de corporação. Quando muito, poderia ser a *face religiosa* desta última” (Grifos originais).

²⁵⁶ ASPD, Registro de Pagamento de Sócios (1848), Livro de Termos (1851) e Livro de Matrícula de Sócios (1872).

²⁵⁷ Reis, A liberdade, p.204 (Grifos nossos).

²⁵⁸ É o caso, por exemplo, da Sociedade de Artes Mecânicas do Recife, fundada em 1841 por membros da Irmandade de São José do Ribamar. Ver Mac Cord, Artífices, p.30.

tomando uma pela outra sem distinção. Braga, avançando com a hipótese do “escudo”, ainda minimiza o caráter “estritamente religioso” da criação da Irmandade dos Desvalidos, entendendo como mais social do que espiritual a conversão de seus integrantes.²⁵⁹

Até aqui, porém, como temos visto, despida da condição de coletivo profissional, a Irmandade dos Desvalidos nada tinha a ocultar sob o “escudo” de um manto devocional que pudesse lhe garantir reconhecimento. E mesmo sendo possível identificar na sua prática elementos de um regime de socorros que remeteria ao modelo das mutuais (assunto a ser desenvolvido em outra seção), definitivamente não se estava diante de uma associação mutualista.²⁶⁰ Houvesse ainda assim entre seus integrantes um claro liame de tipo ocupacional, “escudar-se” seria dispensável pois estava ali a Sociedade dos Artífices a lhe acenar com a viabilidade legal e prática da associação civil de trabalhadores manuais, mais ou menos qualificados como eles, e nessa condição mesma dignos de reconhecimento.²⁶¹

É, portanto, a centralidade da questão racial que parece conferir caráter instrumental à irmandade num contexto de ampla e liberal desracialização das instituições civis e políticas do Império brasileiro. Nada disso, porém, submete ou tampouco anula o sentido especificamente religioso da escolha dos irmãos. A não ser que se entendam como um enorme preço a pagar por esse “escudo” confraternal as festas anuais da Devoção; os enterros promovidos com as pompas de praxe; as multas cobradas dos irmãos que faltavam às procissões e cerimônias fúnebres; a expulsão de outros pela mesma razão; além de todas as sessões deliberativas da Mesa, ocupadas com a administração dos inúmeros aspectos confessionais do coletivo. Muitas dessas deliberações se renovariam, inclusive, na Sociedade Protetora dos Desvalidos,

²⁵⁹ Com efeito, Lysie Reis, *A liberdade*, p.204, fala da fundação da SPD em 1832; Já o título do livro de Julio Braga é “Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor”; Braga, *Sociedade*, p.27-8

²⁶⁰ Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, “O Estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas”, *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 23-39, p.30 (nota 9), ratifica a cautela em não confundir, apesar de eventuais semelhanças materiais, a forma da irmandade com a da associação mutualista.

²⁶¹ Em Relatório apresentado aos colegas da Sociedade dos Artífices, no ano de 1853, Francisco Anastácio Santos Mangabeira, seu Presidente, louva o “governo patriótico, sábio, justo e perspicaz, amigo e pai do povo”, que havia assentido com a proteção “em favor da classe dos artistas nacionais, a fim de serem com preferência admitidos ao trabalho dos Arsenais de Marinha e Guerra e das obras públicas”. APEB, Seção Colonial e Provincial, Presidência da Província, maço 1575, Sociedades (1833-1889).

associação de caráter não religioso, que seguiria enterrando seus mortos, cobrando dos recalcitrantes e festejando sua Padroeira. Os indícios apontam, portanto, para outro lado: para a forte imbricação entre cor e religião, dando conta de que a opção pela Virgem se fez vis-à-vis à afirmação racial.²⁶²

Essa dimensão organizadora que a prática da religião cristã assumiria no espaço da sociedade escravista americana desafiou interpretações a respeito do seu papel específico no processo de formação de identidades étnicas da população de cor, africana ou nativa. Se, por um lado, para Julio Braga “o negro que ingressava nessas irmandades não estava interessado na religião católica por motivo de convicção religiosa”, por outro Pierre Verger sublinha a possível coexistência de devoções que justapunham, no mesmo registro, os Orixás (ou mesmo Alá) aos santos católicos. Reinados do Congo e procissões por vezes mobilizavam com a mesma energia, embora em calendários diversos, a agenda de irmãos de cor.²⁶³

Na história dos Desvalidos, anote-se, o fato de terem nascido na América Portuguesa, Brasil em seguida, aproxima-os de um catolicismo nativo ou mesmo daquele praticado por nações africanas cristianizadas que dominavam as confrarias do Rosário (os angolas), em torno das quais os irmãos e também os associados Desvalidos se organizariam. É o caso do Rosário dos XV Mistérios, ao lado da qual se ergueu o altar da irmandade. É também o caso do Rosário do Pelourinho, em cuja igreja foi estabelecida a SPD, e em cuja irmandade se encontrariam alguns irmãos Desvalidos.²⁶⁴

Essa proximidade institucional entre Desvalidos e confrades do Rosário sugere tanto a respeito de seus vínculos étnicos e geracionais quanto acerca do fato de que numa sociabilidade de angolas, crioulos e livres não só suas identidades de cor mas também suas diferenças de status se destaquem. Nesses termos, a criação da Irmandade dos Desvalidos, com os traços que distinguem seus membros, propõe pensar

²⁶² Para a SPD, Ata de Sessão da Mesa de 07/02/1860, Oliveira, Negros, p.552; Reginaldo, Os Rosários, p.88, estudando as confrarias do Rosário, atenta para a associação entre política institucional e festividade religiosa nas irmandades coloniais, manifestada no fato de as eleições para a Mesa se realizarem no período das festas. Também essa prática se dava com os Desvalidos, a exemplo do que se vê no “Aucto de mesa”, que empossa a nova direção da irmandade no dia da festa da Devoção. Ata da Sessão de Mesa, de 02/10/36, Oliveira, Negros, p.488.

²⁶³ Braga, Sociedade, p.20; Verger, Fluxo, p.518 e ss.

²⁶⁴ Referências às capelas junto às quais foram fundadas estão em ASPD, Livro de Registro de Pagamento de Sócios (1848), fl.1, para a Irmandade; fl.13 para a Sociedade.

a confraria como um espaço novamente apropriado, dessa vez não por pretos escravos ou forros, mas por indivíduos livres, que assim promoveriam um deslocamento na direção de uma distinção não apenas social – marcada pelo estatuto da liberdade – mas também especificamente racial, que com aquela se combinaria. Essa irmandade de pretos livres nascidos no Brasil viria a ter a sua própria devoção, não a Virgem do Rosário, mas Nossa Senhora do Amparo, uma daquelas dentre as quais Lucilene Reginaldo identifica as preferências dos irmãos de cor da cidade da Bahia.²⁶⁵

Os arranjos que a identidade dos fundadores da Irmandade dos Desvalidos parece mobilizar no interior do sistema escravista remetem uma vez mais à experiência dos ex-milicianos, seus contemporâneos. Sua defesa de uma instituição militar racializada, tida como regressiva pelos liberais, aproxima-se num ponto fundamental do modo como os Desvalidos formulam as suas próprias demandas.²⁶⁶ Ambos aspiram a posições a partir de uma institucionalidade corporativa, tutelar e antiga, e cujo reconhecimento se apoia na força tradicional de seus papéis sociais. Diferentemente do que se passa com as milícias, no entanto, radicadas no coração da máquina de um Estado que lhe subtrai a legitimidade de corporação segregada, nas irmandades a persistência desse valor tende a mantê-las ainda por algum tempo como um espaço a partir do qual indivíduos, irmãos de cor, podem organizar seus pleitos de cidadania.

A estratégia de organização racial dos Desvalidos, conquanto não tenha promovido o barulho das armas ou as tintas da imprensa, não deixava de ser ousada. Afinal, ao explicitarem a cor numa tal dimensão, os irmãos se desafiavam a ocupar o lugar do qual haviam removido os juízes e escrivães brancos, tradicionais nas confrarias de cor. É verdade que em poucas ocasiões no fim do século XVIII, e em algumas outras da primeira metade do século XIX, conflitos entre pretos e brancos em torno da titularidade desses postos revelariam o propósito dos primeiros de assumirem de pleno

²⁶⁵ Lucilene Reginaldo, “Os Rosários dos angolas e crioulos da Bahia” in Dossiê Irmandades, Biblioteca Virtual Consuelo Pondé, Governo do Estado da Bahia, nota 2. Acesso em 12 de agosto de 2016, Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=70>.

²⁶⁶ Sobre demandas de pretos e pardos, formuladas num contexto de crise do Antigo Regime, ver Luiz Geraldo Silva, “Afrodescendentes livres e libertos e igualdade política na América portuguesa: mudança de status, escravidão e perspectiva atlântica”, Almanack, Guarulhos, n.11, p.571-623, dezembro de 2015.

direito os cargos que o domínio progressivo da escrita lhes autorizava a ocupar. Mas pelo menos até o início do último quartel do século, essa prática não seria pacífica.²⁶⁷

Nas irmandades de cor, frisa João Reis, a presença de brancos “era uma prática comum em todo o Brasil”. Eles as ocupavam “como estratégia de controle, não obstante muitos talvez também o tenham feito por sincera devoção”. Patricia Mulvey, por sua vez, confirma que “as confrarias de cor não eram discriminatórias, abrindo o seu quadro a todas as raças, classes e sexos, embora as irmandades de brancos fossem fechadas à população não-branca”. Já Didier Lahon, tratando das desavenças entre pretos e brancos na Lisboa do século XVI, lembra as constantes admoestações que as autoridades eclesiásticas dirigiam a confrades pretos do Rosário que por vezes sinalizavam com a exclusão de brancos ou pardos do seu convívio confraternal. Pesava a tradição ecumênica da Devoção à Virgem, nada obstante sua invocação passasse cada vez mais a se identificar com as confrarias de negros.²⁶⁸

Lucilene Reginaldo faz a mesma advertência a respeito da leitura que as autoridades tinham sobre o problema na América Portuguesa. Remetendo o leitor ao século XVIII, ela afirma que:

Durante toda a pesquisa, jamais me deparei com uma irmandade de pretos ou pardos que estabelecesse mecanismos de exclusão baseados apenas na cor ou origem étnica como critério de admissão de novos sócios. As que pretenderam agir deste modo foram obrigadas a mudar. Nesse sentido, pode-se afirmar que a exclusão era um privilégio reservado aos brancos. Aos pretos e pardos não era possível, por exemplo, recusar a entrada de brancos em suas irmandades. Podiam, isto sim, reservar a estes lugares específicos (...).²⁶⁹

De volta ao tempo dos Desvalidos, mas num cenário assemelhado, João Reis assegura que “em 1831, o governo imperial proibiria qualquer tipo de discriminação no Boqueirão, num despacho em que se lê: ‘poderão ser admitidos a irmãos, e nomeados para os cargos da Confraria, todos os que forem Cidadãos sem distinção de cor’”. Embora não saibamos se essa determinação foi efetivamente cumprida, coisa que o autor põe

²⁶⁷ São muitos os autores que tratam do assunto. Marcelo Mac Cord, *O Rosário*, p.90, falando do Recife, explica que: “Desde o século XVIII (...) tanto na América Portuguesa, quanto na metrópole, os homens de cor foram paulatinamente conquistando o direito a estes prestigiados cargos”; Também Mulvey, *The black lay*, p.136; Reis, *Identidade*, p.18-20; Sobre casos no fim do século XVIII, ver Reginaldo, *Os Rosários*, p.108.

²⁶⁸ Reis, *Identidade*, p.17; Mulvey, *The black lay*, p.142-3 (tradução livre); Lahon, *Da redução*, p.70.

²⁶⁹ Reginaldo, *Os Rosários*, p.97.

em dúvida, um provimento oficial dessa natureza, como visto, não era incomum. Essa dimensão ostensivamente política do fenômeno étnico nas confrarias, Renato Silveira interpreta sob o foco de uma contraluz, ao considerar que “o problema decisivo na caracterização da confraria não é a composição dos efetivos, como se tem priorizado; é a propriedade do patrimônio e o monopólio do poder”. Movidos então pelas somas de seus próprios penhores, jóias, mensalidades e letras, os Desvalidos pretendiam que também a composição da irmandade fosse uma tradução fiel do seu poder institucional. Sequer protetores eles admitiram na confraria.²⁷⁰

A aposta de uma irmandade de pretos livres nascidos no Brasil, tal como desenhada nessa interpretação, sugere aquilo que Silveira diz a propósito da luta por autonomia promovida pelos confrades do Rosário dos Pretos da Igreja de São Domingos, em Lisboa, contra a ala branca que pretendia mantê-los como “agregados”, suprimindo seu poder e a originalidade da manifestação de sua fé católica. Nesse conflito, a ala negra da irmandade procuraria

apropriar-se de um modelo funcional e combativo de associação constituído por séculos de lutas populares pela cidadania municipal, adaptá-lo às suas necessidades, transmutando uma irmandade universal, voltada para a devoção e a caridade, em uma confraria particular, de caráter nitidamente político, representativa, diante de poderes constituídos, dos interesses econômicos, sociais e culturais de uma classe subalterna.²⁷¹

O “projeto” da Irmandade dos Desvalidos, é preciso reconhecer, não está articulado na boca dos irmãos ou nos debates que as atas das sessões da confraria registram. Até o presente a pesquisa não pôde encontrar discursos ou memórias em que o desenho mais ou menos coerente das intenções, das escolhas e das estratégias dos irmãos estivesse em pauta. O modelo com que se trabalha para pensar a identidade do grupo de fundadores da irmandade e a sua trajetória ao longo de vinte anos resulta, portanto, de uma interpretação que procura compreendê-los a partir dos significados de suas decisões institucionais, entendidas como respostas à dinâmica de uma

²⁷⁰ Reis, A Morte, p.54; Silveira, Antecedentes, p.50; Só a SPD admitiria e festejaria seus protetores. As atas do início da década de 1860 são pródigas em confirmá-lo.

²⁷¹ Silveira, Antecedentes, p.46.

sociedade escravista em franca transformação, e atribuídas a um grupo cuja relativa homogeneidade figura como um dos elementos que falam a favor de uma identidade.

As décadas de 1830 e 1840 forneceram alguns outros exemplos de propostas de cidadania ou iniciativas de autonomia fundadas em base étnico-raciais, e formuladas por quem sabia que o “branqueamento” não lhes era uma opção. A história dos ex-milicianos na Bahia, já bastante explorada nesse texto, ajuda a demonstrar como o liberalismo desracializado da Guarda Nacional importou que os antigos integrantes dos regimentos de pretos e pardos não conseguiram se estabelecer na nova milícia. Segundo Hendrik Kraay, “as afirmações reais de igualdade caíam em ouvidos ensurdecidos por atitudes profundamente arraigadas”.²⁷²

Histórias como as de Agostinho José Pereira e Dr. Meireles também são desse tempo. O primeiro, a respeito de quem se sabe muito pouco, ficou conhecido como “Divino Mestre” por ter em Recife, na década de 1840, liderado uma espécie de seita de indivíduos negros, livres e libertos, todos alfabetizados, que pregavam uma “Bíblia da liberdade”. Em meio a problemas com a autoridade policial, Pereira teria legado um texto, imortalizado como o “ABC do Divino Mestre”, cujo teor remetia ao respeito à Constituição, à liberdade dos “morenos” e à necessidade de que eles dominassem o mundo, não só vindouro. O caso de Dr. Meireles é citado por João Reis, que o encontra na documentação consular francesa como criador de uma escola para instrução de negros na Corte, na década de 1830. Uma ideologia de superioridade racial negra, que estaria na base do magistério de Dr. Meireles, implicava a exclusividade dos matriculados, logo pardos não seriam admitidos na escola. Outra experiência em que a instrução – nesse caso de pardos e pretos – teria papel central é a da Sociedade de Artes Mecânicas do Recife, de 1841. A associação mutualista fundada por membros da Irmandade de São José do Ribamar manteria aulas noturnas voltadas aos sócios, pressionados pela forte concorrência local e estrangeira no mercado dos ofícios mecânicos.²⁷³

²⁷² Kraay, *Política Racial*, p.164.

²⁷³ Marcus J. M. de Carvalho, “‘Fácil é serem sujeitos de quem já foram senhores’: o ABC do Divino Mestre”, *Afro-Ásia*, 31 (2004), 327-334; Reis, *Identidade*, p.31; Mac Cord, *Artífices*, p.109 e ss.

A menção de tais experiências a essa altura do texto tem o só propósito de sublinhar a centralidade de um dos elementos decisivos para a proposta subjacente à criação da Irmandade dos Desvalidos: o letramento de seus integrantes. O estudo de Klebson Oliveira sobre a escrita dos irmãos é revelador de que não só o domínio das letras alcançava vasta extensão entre eles, como também de que na própria sociabilidade da confraria tinha lugar um processo de alfabetização de seus membros. De um modo geral, o quadro indica a capacidade de administração da irmandade sem a interferência externa sobre seus quadros, o que não era trivial. Em carta dirigida às autoridades provinciais em 1861, a Sociedade dos Artífices se queixa da dificuldade em cumprir com o prazo anotado para a regularização do seu estatuto, e da necessidade de recorrer a uma “comissão”, em razão da ausência de alfabetizados na associação.²⁷⁴

Ao lado da condição de letrados, a identidade de “pretos”, ou de “crioulos livres de cores pretas”, é outra questão-chave do debate a se enfrentar sobre a história dos Desvalidos. Se, como diz Ivana Stolze Lima, o debate sobre identidades na imprensa da década de 1830 “criou as cores” dos indivíduos, a invenção e o uso pragmático desses nomes de cor pretendiam “afirmar categorias para deslocar fronteiras, pôr em realce ou simplesmente fazer reconhecer grupos sociais”. Esse cenário é consistente na Bahia com a existência de grupos “que tinham pensamento organizado e projeto político definidos, pretos e pardos que, mantidas suas identidades raciais específicas, defendiam a igualdade”.²⁷⁵

A propósito, Mieko Nishida fala dos Desvalidos como um grupo original de indivíduos livres descendentes de africanos, que assumiram sua condição de “pretos” com o propósito de afirmar uma identidade racial própria diante de “mulatos”, que assim se reconhecendo pretendiam estar mais próximos dos brancos. Para assegurar essa identidade, continua Nishida, eles tinham a seu favor a habilidade artesanal investida numa associação reconhecida, além de meios econômicos substanciais.²⁷⁶ Ocorre que esses artífices remediados de que fala Nishida são, não os membros da

²⁷⁴ Oliveira, Negros, p.187 e ss., identifica o processo de letramento de alguns irmãos, acompanhando a evolução de sua escrita nos documentos estudados; APEB, Seção Colonial e Provincial, Presidência da Província, Correspondência recebida da Sociedade Montepio dos Artífices (1861-1889), Doc. 1.

²⁷⁵ Cunha, Negros, p.242; Reis, Cor, p.286.

²⁷⁶ Nishida, Slavery, p.9, 148-53.

Irmandade, mas os integrantes da Sociedade Protetora dos Desvalidos das décadas seguintes. O que ela não diz, porém, é que a “escolha” pela identidade de pretos já estava escrita, pelo menos, desde 1835 nos papéis da confraria de seus “pais”.

No último capítulo, abramos as portas da Sociedade Protetora dos Desvalidos e vejamos como a história de suas primeiras décadas pode nos ajudar a iluminar essas e a propor outras questões.

CAPÍTULO 4

Sociedade Protetora dos Desvalidos: um mutualismo de cor

"La verdadera religión entre nosotros son los socorros mutuos"²⁷⁷

No ano de 1876, com as seguintes palavras um prestigiado integrante da Sociedade Protetora dos Desvalidos abria o discurso comemorativo do seu jubileu de prata: "Senhores, o sócio Manuel Francisco dos Santos acha-se hoje entusiasmado de prazer em dizer-vos que a nossa associação fundada em 1851, debaixo da protecção de sua excelsa padroeira a Virgem da Conceição, conta hoje, graças ao Todo Poderoso, vinte e cinco annos de existência".²⁷⁸

O curioso dessa passagem é que o leitor interessado no assunto percorre todo o pronunciamento e não acha qualquer menção do ex-presidente da associação aos laços que uma vez ligaram o destino da Sociedade ao da Irmandade dos Desvalidos, oficialmente rompidas desde aquele aparentemente longínquo ano de 1851. A distância impressa entre ambas pelas palavras de Manuel dos Santos a rigor ampliava a já avançada pelo discurso de Manoel Leonardo Fernandes, uma década antes. Na avaliação do então presidente, fora preciso que um novo estatuto, aprovado sob a égide de uma recente legislação, lançasse definitivamente para o passado o conjunto das práticas a que se tinham entregado os sócios no curso de dez anos até ali, sob "cuidados de meia 12 de homens inexperientes e decrepitos e até analfabetos", incapazes de efetivar uma transição que, enfim, parecia encerrada na história da associação.²⁷⁹

Na ocasião, comemorando a passagem de mais um aniversário da Sociedade, o destacado orador reconhecia a antiga filiação de seus consócios, mas adotava, no lugar do silêncio, a linguagem da conjura em relação ao passado recente, frente ao qual

²⁷⁷ La Juventud, 1876, periódico argentino, citado em George Reid Andrews, Los Afroargentinos em Buenos Aires, Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 1989, p.181.

²⁷⁸ Discurso proferido na Sociedade Protetora dos Desvalidos pelo sócio Manuel Francisco dos Santos, APEB, SACP, maço 5306, Correspondência recebida da SPD (1861-1880).

²⁷⁹ Documento reproduzido em Oliveira, Negros, p.1039, 637-8. No ano de 1861 seria aprovado um estatuto em conformidade com as exigências da legislação promulgada no ano anterior: Lei 1.083/1860, conhecida como Lei dos Entraves.

recusaria qualquer traço de irmandade.²⁸⁰ Ele promovia assim um segundo movimento que adiantava o que fora iniciado em 1848, quando José Pedro da Silva Paraguassu, então Provedor da ala dissidente da Devoção e encarregado do inventário de suas contas pela Justiça, falara em nome de uma virtual “Sociedade Nossa Senhora da Soledade dos Desvalidos”, a um só tempo apontando para o futuro e traindo, com o nome empregado, a ambiguidade de um processo de ruptura em marcha.²⁸¹ Três anos depois, o inventário se encerrava e o saldo do cofre era dividido entre aqueles que ficavam e os que deixavam a antiga Devoção. Só então, numa outra sede, com Protetora, cofre e estatuto novos, a associação, perfeitamente apartada da irmandade, seria definitivamente batizada, estando apta em 1876 a celebrar, como “Sociedade Protetora dos Desvalidos”, 25 anos de existência.²⁸²

Cada um a seu tempo, esses três movimentos representam o processo de uma separação institucional que ao fim de 25 anos estará plenamente concluída, a ponto de sequer ser registrada no encomiástico discurso de seu aniversário. No presente trabalho, a essa altura da narrativa, é válido mover adiante sua última seção com o vigoroso impulso por meio do qual os contemporâneos da formação da SPD olharam para trás, com o propósito de constituírem e representarem para si próprios suas lembranças e a história de sua trajetória associativa. Dois pontos fundamentais se entreabrem a partir do exame cuidadoso dessa cronologia. O primeiro diz respeito à necessidade de recontar parte da história de duas instituições diferentes, até aqui tomadas pela historiografia como uma experiência contínua. O segundo remete à importância de, reconhecendo essa ruptura, entender os diversos significados atribuídos pelos membros de cada instituição às respectivas dinâmicas associativas, aos

²⁸⁰ A “fala” de Bracete está dividida em dois documentos. As glórias ao monarca na celebração do aniversário se encontram reproduzidos em Oliveira, Negros, p.1039.

²⁸¹ A passagem de Paraguassu está registrada na abertura do ASPD, Livro de Registro de Pagamentos. Em registros de reuniões no Livro de Termos, fls.18V-19, até pelo menos 1849 os iminentes sócios se referiam à virtual sociedade como “Sociedade Devota de Nossa Senhora da Soledade dos Desvalidos”.

²⁸² O encerramento do inventário se encontra à fl.5 da primeira parte do Livro de Registro e as anotações das despesas com o novo cofre da “Sociedade Amparo dos Desvalidos” constam da segunda parte do mesmo Livro, a partir da fl.16. Ao longo dos primeiros anos de fundação da Sociedade, os nomes Sociedade Amparo e Sociedade Protetora seriam usados alternadamente, assim como o título de Provedor, só progressivamente sendo substituído pelo de Presidente; Em 23/07/1853, a Sociedade já conta com novo estatuto, conforme indicam os gastos com a sua confecção (fl.53). O exercício do papel de Provedor por Paraguassu antes da explosão do conflito se confirma, por exemplo, em ASPD, Livro de Termos, fl.7 e ss.

movimentos de organização em torno do trabalho e do poder político, e às demais contingências econômicas e sociais que condicionaram a produção de diferentes perfis institucionais.

A virulência das palavras ou dos lapsos que se destacam nas memórias dos sócios nos anos de 1860 e 1870 naturalmente não apagam ou diminuem a importância da Irmandade dos Desvalidos no processo histórico da Sociedade Protetora, o que se manifesta não só na centralidade da questão racial, mas também na importante continuidade de alguns dos membros da Devoção na mutual, como se verá. Aquilo que o registro incisivo das memórias ajuda a entender é precisamente o propósito de diferenciação da SPD em relação à sua origem, o que orienta a pesquisa à investigação prática de seus distintos traços institucionais. É bem verdade que o tempo não impediria a construção de outras memórias, como a que em 1932 avulta com a publicação da “Edição Especial do Centenário” da Sociedade Protetora dos Desvalidos.²⁸³ Mas é o processo da memória e de seus interesses que nesse caso pode explicar as razões por que, pouco mais de 50 anos depois, os integrantes de uma já consagrada instituição decidiram incorporar ao seu calendário uma data particularmente rejeitada pelos seus antepassados como parte de sua história oficial.

Diante desse quadro, a oportunidade parece adequada para que se reconsidere a abordagem adotada por Klebson Oliveira, em cujo alentado trabalho “os termos irmandade e sociedade, e por vezes associação, são utilizados como sinônimos”. Segundo o autor, “a documentação parece indicar que, efetivamente, nenhuma reestruturação relevante tenha existido”, e que “*com a mudança de nome, não se sabe quais outras existiram no âmbito da SPD quando deixou de ser irmandade e passou a ser sociedade.*”²⁸⁴ A rigor, trata-se de uma boa ocasião para, com base na documentação descoberta, dar sentido à existência específica de duas agremiações que, explorando decisões próprias, conformaram fundamentos associativos, práticas econômicas, formas de proteção e projetos de futuro diversos. E que após a sua separação, embora

²⁸³ Edição especial do Centenário, Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p.494-496, 2 jul. 1932.

²⁸⁴ Oliveira, Negros, p.139, nota 5 (Grifos meus).

não “mudassem de nome” – ambas seguiram como “Desvalidos” – descreveram trajetórias institucionais distintas.²⁸⁵

Embora na tese de Oliveira a naturalização da continuidade dos Desvalidos apareça de forma mais ostensiva (afinal a sua obra é a mais extensa sobre o assunto), de uma maneira ou de outra todos os trabalhos que enfrentaram o tema partem do mesmo pressuposto. É o que se constata, por exemplo, desde o texto inaugural de Julio Braga – para quem a “SPD era uma irmandade de cor” – até as mais densas pesquisas recentes sobre o mutualismo na Bahia, como as de Aldrin Castellucci, que afirma: “em 1851, os membros da irmandade fizeram uma reforma em seus estatutos e mudaram seu nome para Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), mantendo-se, contudo como uma entidade exclusiva de homens pretos”. Entre ambos, Mieko Nishida assegura que “this new free-born *crioulo* sodality was to transform itself into a type of mutual-aid ‘black’ association named the Society for the Protection of the Needy (...)”.²⁸⁶

Reconhecer, por outro lado, a diferença entre ambas as agremiações, a par de permitir uma leitura mais distinta de suas respectivas estruturas institucionais, favorece a análise mais precisa do lugar ocupado por cada uma delas no âmbito das recentes discussões sobre associativismo e organização para o trabalho. A propósito, tratou-se de evidenciar no capítulo 3 que o perfil da Irmandade dos Desvalidos não se caracterizou por uma distinta identidade profissional, e que a criação da confraria não se dera em torno de uma bandeira de ofício. Por sua vez, na SPD, especialmente a partir da década

²⁸⁵ Como observado no capítulo anterior, a Carta de Confirmação do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Soledade dos Desvalidos se acha em APEB, SACP, maço 5264, fls. 41V-42V. A data de sua confirmação pela Presidência da Província, 19/12/1848, indica que se trata do Compromisso que sobreviveria à criação da SPD, pois no fim daquele ano o litígio oficial entre os grupos já estava em curso. Uma resposta dos irmãos Desvalidos aos dissidentes, publicada no Correio Mercantil no fim de 1849, frisa que “esta devoção, hoje irmandade com compromisso aprovado (...)”, em Correio Mercantil, Edição de 24 de novembro de 1849, fl.3.

²⁸⁶ Júlio Santana Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*, Salvador, Ed. Ianamá, 1987; Aldrin Castellucci, “O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930)”, in Claudio H. M. Batalha e Marcelo Mac Cord (Orgs.), *Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*, Campinas, Ed. Unicamp, 2014, p.62. Interessa observar que havia mulheres na irmandade dos Desvalidos, ao contrário do que se passava na Sociedade; Mieko Nishida, *Slavery & Identity: ethnicity, gender and race in Salvador, Brazil, 1808-1888*, Indiana, Indiana University Press, p.139.

de 1860, nota-se a progressiva definição de um traço ocupacional, organizado em torno da consolidação do ingresso de artífices, nomeadamente pedreiros e carpinas.²⁸⁷

No capítulo 2 foi possível observar, por sua vez, como o estudo do mutualismo tem se beneficiado de um movimento de revisão que se processa tanto na história da escravidão quanto na história do trabalho, e que tem permitido recompor alguns dos importantes vínculos entre associações de tipo corporativo, mutuais e sindicais. Parte dessa historiografia tem posto acento no papel fundante de sociabilidades religiosas e de ofício na conformação de associações civis de ajuda mútua na segunda metade do século XIX. Essas pesquisas também têm se ocupado em pensar, num viés de classe, “os significados do mutualismo na organização dos trabalhadores”, para cujos esforços têm importado enormemente o achado de nova documentação, específica das instituições estudadas.²⁸⁸

O fato é que a descoberta dos papéis dos Desvalidos tem demonstrado que não há, entre confraria e associação, continuidade na forma de organização para o trabalho, nem a sociedade mutualista que se destacou da irmandade teve papel proeminente no processo de desenvolvimento da classe operária. Essa compreensão do problema remete à classificação mobilizada por uma das pioneiras dos estudos sobre o mutualismo no Brasil. Retirando-o do papel de antecessor natural dos sindicatos, Tânia Regina de Luca percebeu na dinâmica de suas associações uma diversidade que, embora não negue vínculos entre mutuais e uniões sindicais, melhor estaria representada pela especificidade de experiências associativas dotadas mais de caráter assistencial e previdenciário do que de perfil contestatário. Muitas delas inclusive se organizavam sobre bases que não se confundiam com a identidade profissional.²⁸⁹

²⁸⁷ Ver capítulo 3 e, *infra*, tópico 4.1.

²⁸⁸ David P. Lacerda, “Mutualismo, trabalho e política: a seção Império do Conselho de Estado e a organização dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro (1860-1882)” in Cláudio Batalha e Marcelo Mac Cord (Orgs.), *Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*, Campinas, Ed. Unicamp, 2014, p.123-4; Sobre o lugar da nova documentação nas mais recentes pesquisas acerca do mutualismo, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, “O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas”, *Revistas Mundo do Trabalho*, vol.2, n.4, agosto-dezembro de 2010, p.23-39.

²⁸⁹ Tânia Regina de Luca, *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo, São Paulo/Brasília, Contexto/CNPq*, 1990, p.10; Tânia Regina de Luca, “Mutualism in Brazil (São Paulo)”, in Marcel Van der Linden (Org.), *Social security mutualism: the comparative history of mutual benefit societies*, Bern, Peter Lang, 1996, p.609, recorda que “algumas associações não eram organizadas de acordo com os setores

Esse modelo ajuda a perceber a SPD como um espaço em que o desenvolvimento de um perfil profissional mais homogêneo e economicamente bem-sucedido, em comparação com o dos membros da irmandade, não decorreu de um movimento de defesa de classe, no sentido moderno da palavra. Muito ao contrário, a partir da década de 1860, a definição desse perfil institucional seria acompanhada por uma forma de representação dos interesses associativos que passou pelo acionamento de uma lógica patronal, evidenciada nas práticas e no desenho de uma estrutura voltada à admissão massiva de sócios protetores – algo desconhecido na história da confraria fundada em 1832. Tal quadro haveria de contribuir para um processo de acumulação e diversificação de capital na associação, o que seria também traduzido pelo uso de critérios econômicos mais restritivos para o ingresso de trabalhadores mecânicos na Sociedade.

É essa “situação de classe economicamente favorável” da SPD que Mieko Nishida explora como variável de um processo de redefinição racial por meio do qual seria possível entender como e por que afrodescendentes brasileiros livres, na década de 1870, abandonando a qualificação de “crioulos”, apostariam na representação de si e de sua associação como “pretos”. Nishida toma efetivamente a SPD como elemento-chave de sua tese sobre uma nova forma de identidade racial na Bahia da segunda metade do século XIX. De acordo com a autora, os integrantes da SPD, recortados por critérios de raça e de classe, definiriam a sua condição de pretos “in their own terms, not in the view of the white dominant society, thereby creating a new racial identity at a collective level”.²⁹⁰

Nas páginas que se seguem, procurarei avaliar alguns desses impactos e significados da atuação da Sociedade Protetora dos Desvalidos sobre o cenário do associativismo e do mutualismo de trabalhadores negros na Bahia do século XIX. Com ênfase no elemento da identidade racial, a análise privilegiará o exame da estrutura e da trajetória da SPD nas duas primeiras décadas de sua existência. O capítulo pretende

produtivos, mas a partir de grupos étnicos ou bairros. Outras restringiam a participação segundo critérios políticos ou morais. Muitas foram fundadas e controladas por empregadores, apesar de terem o objetivo de servir aos trabalhadores”; A pesquisa de Adhemar Lourenço da Silva Jr., “As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940”, Tese de Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004, também explora ampla base de associações não assentadas sobre o trabalho.

²⁹⁰ Nishida, *Slavery*, p.149.

ainda oferecer uma resposta ao argumento de Nishida, estudiosa que até aqui assinalou de maneira mais destacada a relevância dos Desvalidos para a construção desse quadro.

4.1. A Sociedade Protetora dos Desvalidos: no rastro do mutualismo brasileiro oitocentista.

Ao ser fundada, no ano de 1851, a Sociedade Protetora dos Desvalidos inscrevia seu nome no registro de um fenômeno emergente não só na Bahia, mas em todo o Império Brasileiro, marcado pela multiplicação de experiências beneficentes que se organizavam na forma de associações civis. Criada como sociedade mutual, e dez anos depois oficialmente reconhecida como tal, a SPD trazia na bagagem a expertise de outra espécie de mutualismo que o episódio do cofre da Irmandade dos Desvalidos, em 1848, principiara a romper.²⁹¹

A rigor, as sociedades mutuais que no Império do Brasil despontariam a partir das primeiras décadas do século XIX sofisticaram e atualizaram um tipo de ajuda mútua de caráter tipicamente assistencial e previdenciário que os tempos passados haviam dado à luz sobretudo a partir de práticas reunidas em torno de devoções religiosas. Esse era o núcleo do qual pouco a pouco instituições como a SPD viriam a se desgarrar, com mais ou menos intensidade, no curso da transição que a laicização de formas de mobilização coletiva também passaria a representar. Nesse contexto, a laicização se traduziu principalmente na remodelação jurídica e econômica da forma associativa, embora muitas vezes sem o abandono da invocação religiosa, e especialmente preservando-se o núcleo da ajuda mútua tradicional, que compreendia o sepultamento digno do companheiro, fosse ele confrade ou consócio.

Marco jurídico desse processo de transformação, a Lei 1.083/1860 fora concebida no âmbito dos esforços oficiais para a contenção da severa crise que abatia a economia do país, fruto em especial da ausência de regulação sobre os bancos emissores de moeda na praça comercial do Império. Alcinhada de “Lei dos Entraves”, a providência estatal deixava claro que a palavra de ordem era controle. E o controle se

²⁹¹ Sobre o evento, ocorrido na sede da Irmandade dos Desvalidos em 4 de junho de 1848, ver o início do cap.2.

estendeu dos bancos e companhias diretamente responsáveis pela crise às sociedades de estrutura jurídica mais simples, muitas delas despidas de regulamentação, mas que a partir de então deveriam se enquadrar na nova disciplina.²⁹² Nesses termos, a legislação encontraria mutuais, montepios e sociedades de socorro mútuos constituídos *avant la lettre*, mas que então se obrigariam a aprender os nomes legais aos quais deveriam se ajustar na diversidade de regimes, auxílios e pensões existentes no mercado da ajuda mútua. A historiografia recente do mutualismo tem demonstrado a expressão dessa diversidade, parte dela pré-existente à lei de 1860.²⁹³

Os significados dessa passagem de um para outro modelo mutualista seus protagonistas viveram intensa e diversamente, alguns deles experimentados na história de um e mesmo corpo associativo que, confrontado com os desafios do século, gestaria no seu próprio espaço a novidade. Foi assim no Recife, por exemplo, com os “fluxos e refluxos do (in) tenso relacionamento entre a Sociedade e a Irmandade de São José do Ribamar”. Criada, como visto, em fins da década de 1830 por confrades ligados a uma antiga corporação embandeirada de carpinas, a Sociedade de Artes Mecânicas nasceria e cresceria no seio da própria irmandade, cuja sede, a partir da metade do século, atualizaria as tramas da concorrência que seus respectivos integrantes manteriam no mercado de trabalho dos ofícios mecânicos da capital pernambucana.²⁹⁴

É interessante a observação feita por Marcelo Mac Cord, segundo a qual esses “peritos de pele escura” concebiam a associação como alternativa e não substitutiva à irmandade. Muitos de seus membros de fato exerceram cargos em uma e outra

²⁹² Para uma análise do ponto de vista da história econômica sobre a Lei dos Entraves, veja-se Thiago Fontelas Rosado Gambi, “O banco da Ordem: política e finanças no Império brasileiro (1853-66)”, Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo Tese de Doutorado, 2010, e também Carlos Gabriel Guimarães, “Bancos, economia e poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, Mac Gregor & Companhia (1854-1866)”, Tese de Doutorado em História Econômica, Universidade de São Paulo, 1997.

²⁹³ Para um mapa das estruturas jurídicas e da diversidade de socorros, ver Silva Jr., *As sociedades*, p.148-166; Ronaldo Pereira de Jesus, “Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)”, in *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v.13, n.1, p.144-170, 2007; Claudia Maria Ribeiro Viscardi, “Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1886)”, in *Topoi*, v.9, n.16, jan.-jun.2008, p.117-136; e David P. Lacerda, *Solidariedades entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882)*, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Campinas, Dissertação de Mestrado, 2011, p.65-102; Para a Bahia, ver os trabalhos de Aldrin A. S. Castellucci, “A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia”, 1832-1930, *Mundos do Trabalho*, vol. 2, n.4, ago/dez 2010, p.40-77, e Lysie Reis, *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices da Bahia do século XIX*, Salvador, Edufba, 2012.

²⁹⁴ Mac Cord, *Artífices da Cidadania*, p.243.

instituições, e, apesar da importante continuidade entre elas, a autonomia de cada uma se destacaria nos conflitos por maior expressão política, ou por conta da pretendida prevalência de um dado modelo associativo, ou ainda na reivindicação por “mais espaços físicos e simbólicos na Igreja de São José do Ribamar”, onde até então ambas conviviam. A essa altura, o legado corporativo que uma vez impulsionara o movimento da associação de artífices passaria a cobrar seus custos de tradição em risco, numa época decisiva para a consolidação das sociedades mutuais e do modelo de mutualismo que traziam consigo. Nesses termos, contra-atacando, a Irmandade de São José do Ribamar atuou na arregimentação de força política para impor em 1866 o despejo da Sociedade, num esforço para, junto com a remoção de “seus trastes para depósito público”, “logo cair e borrar as pinturas que naquele consistório existiam”, exorcizando a lembrança, tornada estranha.²⁹⁵

A textura desse conflito lembra muito propriamente a história dos baianos. Da mesma forma, entre a Irmandade e a Sociedade dos Desvalidos a continuidade não seria pequena. Vale dizer, não poucos irmãos se “candidatariam” a uma vaga naquela que viria a ser a mais nova associação mutualista baiana no início da década de 1850, e cuja formação se insinuava desde as querelas de 1848-49. Sim, é como “candidatos” que são tratados os 22 integrantes de uma lista de irmãos que, com suas assinaturas, confirmam em fevereiro de 1851 “a instalação de Onze de Junho de mil oitocentos e quarenta e oito, e, depois de lidos os Estatutos da mesma Sociedade, prometem cumprir os mesmos Estatutos e regimentos da Casa”. Logo em seguida aos juramentos, seriam “diplomados e matriculados no livro competente” os tais irmãos-candidatos.²⁹⁶

Ora, era a um novo “exame admissional” que se submetiam os irmãos, o que demonstra que não só desde muito cedo (apenas sete dias depois do conflito do cofre na Irmandade dos Desvalidos, em 04/11/1848) eles haviam escolhido um lado na

²⁹⁵ Sobre “mais espaços físicos e simbólicos” na sede da confraria, p.248-9. Em carta publicada num periódico da época, um confrade de São José do Ribamar proporia “medidas mais incisivas para alquebrar a onipotência da Sociedade das Artes Mecânicas, sempre pronta para se meter em assuntos ‘que não lhe competiam’” (p.250). Anos depois, porém, na reforma do Compromisso da irmandade, a presença de três sócios da Sociedade de Artes Mecânicas e Liberais na comissão designada para a tarefa indicava “que a bem-sucedida Sociedade ganhou *status* de modelo para as mudanças confraternais” (p.252). A Sociedade seria definitivamente despejada em 1866; Como se verá abaixo, o mesmo aconteceria com as principais mutuais da Bahia, na década de 1860, retiradas dos espaços das igrejas que ocupavam.

²⁹⁶ ASPD, Livro de Termos de Entrada de Sócios, 1851, fl.1.

contenda, como também que toda uma distinta e complexa institucionalidade se projetava em substituição à da irmandade, drenando muitos dos seus. Um inventário realizado pelos Desvalidos em fins de 1850, que dá conta dos valores de mensalidade entrados no cofre da Irmandade entre outubro de 1847 e maio de 1848, permite aproximar o número de irmãos em atividade na confraria no momento anterior ao da divisão dos grupos, e assim estimar o que poderia representar a revoadada de um tal contingente. Contam-se 58 indivíduos que em algum momento daqueles oito meses haviam pago pelo menos um “mensal” como parte de sua obrigação confraternal. Dentre eles, duas irmãs, Marcelina do Espírito Santo e Maria Quintiliana do Sacramento, de saída excluídas do censo dos “candidatos”, haja vista a só participação de homens na Sociedade Protetora dos Desvalidos.²⁹⁷

58 era uma cifra muito mais alta do que a média de participação dos confrades nas sessões realizadas “nas primeiras domingos” de cada mês, na sede da Irmandade. A rigor, esse número não chegava a 25. A documentação das reuniões ocorridas em suas duas primeiras décadas de funcionamento demonstra que 40 viria a ser o máximo de presentes nas assembleias, em geral nos dias de eleição da Mesa ou de debate sobre a reforma do Compromisso, uma frequência não raro constrangida sob o implacável peso do rol de multas e “notações” distribuídas a mancheia pelos diretores da confraria.²⁹⁸

O cruzamento de ambas as listas do inventário dos Desvalidos, acima citadas, mostra que 14 dos 22 “candidatos” de 1848 se encontravam entre os irmãos pagantes dos dois anos anteriores. Se considerarmos que tal lista foi produzida apenas uma semana após a deflagração da briga ocorrida nos XV Mistérios, e que entre os

²⁹⁷ ASPD, Livro de Registro de Pagamento de Sócios, 1848, fls.1 bis-2 bis; Entre as décadas de 1850 e 1860 não se encontra o registro da entrada de qualquer sócia na SPD. A não disponibilidade do estatuto impede a afirmação categórica de que elas não seriam admitidas na associação, mas as fontes examinadas levam a essa conclusão.

²⁹⁸ Foram analisadas todas as atas produzidas pela irmandade entre os anos de 1832 e 1847, editadas por Klebson Oliveira em seu trabalho de doutoramento, já citado. Há também registros de reuniões ocorridas entre 1847 e 1849, no ASPD, Livro de Termos, 1847, embora após junho de 1848 as atas documentem as sessões dos membros dissidentes, estabelecidos na Igreja do Rosário da Baixa dos Sapateiros. Foi do conjunto dessas fontes que se estabeleceu o padrão médio de participação dos irmãos nas atividades da confraria; As multas, por sua vez, eram de todo tipo e pareciam não poupar ninguém. Na sessão do dia 8/9/1837, por exemplo, Oliveira, Negros, p.889, Daniel Correia, fiscal e fundador da Devoção, é multado em 2\$000 por não ter se desincumbido da tarefa de avisar aos irmãos a respeito da reunião que ali se daria. Também o Ex Juiz Fundador, Manoel Victor Serra, foi multado no mesmo dia por “desobedecer ao Provedor em mesa aberta”. As punições pecuniárias mais frequentes reprimiam o não pagamento, as faltas sucessivas e a recusa ao exercício de um cargo designado pela Mesa administradora.

“candidatos” se achavam quatro Ex-Provedores, talvez devamos conceder que 14 almas era apenas um número inicial, mas que mesmo assim poderia representar importante desfalque num coletivo cujas deliberações não eram regularmente assistidas por mais de 25 membros. De fato, não mais do que três meses depois da diplomação dos “novos” candidatos, portanto em setembro de 1848, a ata da sessão comemorativa do dia da Padroeira fala em “cinquenta *sócios*” reunidos na sede montada no Rosário da Baixa dos Sapateiros. Talvez um exagero, mas um indício de que o número crescia.²⁹⁹

Da lista dos “mensais” pelo menos mais 8 nomes surgirão nos documentos da SPD nos anos seguintes, dois deles de figuras ativas desde as primeiras horas da separação: Antônio Faria do Carmo e Henrique Cardoso da Costa, respectivamente Tesoureiro e 1º Secretário da assim chamada “Sociedade Amparo dos Desvalidos”, já em fins da década de 1840. A “Amparo dos Desvalidos” funcionaria, antes da fundação oficial da SPD em 1851, como uma estrutura paralela à da Irmandade, pendente da decisão que viria a ser proferida pelo Tribunal da Relação, selando a sorte de ambas. Isso o demonstra fartamente a documentação que cobre desde as primeiras reuniões da dissidência na sede alternativa do Rosário da Baixa dos Sapateiros até os imediatos movimentos pela recomposição do cofre aí existente, num dos primeiros esforços com vistas ao financiamento da ainda precária estrutura. A essa altura, os “*irmãos sócios* da Devoção de Nossa Senhora da Soledade dos Desvalidos” estavam dispostos a fazer “toda a oposição, a fim de se elevar afinal até o recurso do Tribunal Supremo, para cujo fim prestamos nosso juramento”.³⁰⁰

Costa e Carmo eram, portanto, dois desses “irmãos sócios”, citados também no documento por meio do qual José Pedro Paraguassu, Ex-Provedor da Irmandade e então

²⁹⁹ Os Ex-Provedores presentes na listagem são José Pedro da Silva Paraguassu, Agostinho Antônio da Cunha, João de Deus de Santa Rosa e Manoel Gonçalves da Silva, os quatro, talvez não por acaso, encabeçando o rol de “candidatos”; ASPD, Livro de Termos, fl.16, reunião ocorrida em 17/09/1848, na qual os cinquenta *sócios* “já felizmente instalados no Pelourinho” efetivam a Mesa diretora.

³⁰⁰ A solicitação de contribuições para a compra de um novo cofre se acha no ASPD, Livro de Termos, Termo de Deliberação de 1º/11/1849, fl.23V, que também registra “toda a oposição” dos “irmãos sócios” da Devoção; Recibos de reparos na sede instalada no Rosário do Pelourinho, emitidos em nome da Sociedade Amparo dos Desvalidos no ano de 1850, estão, por exemplo, no ASPD, Livro de Registro de Pagamentos dos Sócios, fl.6, 8. Muitos desses serviços eram realizados pelos próprios “sócios”. O nome “Sociedade Amparo dos Desvalidos” indica ainda a sua provisoriidade por remeter à Provedora da Devoção, Nossa Senhora do Amparo. Como se sabe do Discurso Proferido, op. cit, em 1876, a Sociedade Protetora dos Desvalidos rezaria para a Virgem da Conceição.

Provedor dos “irmãos-sócios”, comunica a abertura do livro voltado a contabilizar, do cofre ainda comum, o quinhão devido a cada um dos braços dos Desvalidos, segundo a determinação da Justiça. A essas e outras defecções se juntaria ainda um expressivo número de ingressos a partir de meados de 1848, de que nos dão notícia os requerimentos de entrada constantes do Livro de Registro de Pagamento de Sócios (VER QUADRO A – Anexo), totalmente escriturado pela ala dissidente da Irmandade desde os primeiros dias de constituição da futura Sociedade Protetora dos Desvalidos.³⁰¹

Ocorre que, diferentemente do que se passara com os “fluxos e refluxos” da experiência de irmãos e sócios pernambucanos, no caso baiano os “irmãos-sócios” se queixaram desde o primeiro momento da “injúria que há anos têm feito os nossos Irmãos contrários”, o que ajudou a definir, objetivamente, o quadro de uma ruptura muito mais substitutiva do que complementar. É tanto que no primeiro aniversário da Irmandade passado em clima de aberta desavença, no fim de 1848, a regra que marcava para esse dia o procedimento de formação da nova Mesa diretora não pôde ser cumprida em razão de “se achar a Devoção de alguma maneira divergida em uma pequena parte de seus *sócios*”, que, “sem nenhuma razão plausível, têm, não só incomodado a Devoção com pleitos judiciais, mas também (...) privado [...] daqueles socorros que lhe são devidos por ocasião de suas enfermidades (...)”.³⁰²

As alternativas que os dissidentes propunham ao cotidiano da instituição pareciam acompanhadas pela própria linguagem, pois no seu discurso já eram todos *sócios*. Esse contexto de transição implicaria, portanto, que, ao menos nos anos iniciais, irmandade e sociedade tendessem a não privar de quadros comuns, o que leva a crer que o estabelecimento da SPD em 1851 tenha importado, se não a extinção, o efetivo desprestígio da categoria de “irmão-sócio” Desvalido. Numa aparente última tentativa de restabelecimento do conjunto da “Sociedade” no final do ano de 1849, os *sócios* “felizmente instalados no Pelourinho” convocariam “os *outros sócios* que se acham reunidos na Capela de N. S. do Rosário dos Quinze Mistérios” para a eleição da Mesa, convocação que talvez apenas por capricho supunham que poderia vingar.³⁰³ Até pelo

³⁰¹ A passagem escrita por Paraguassu é a abertura do ASPD, Livro de Registro de Pagamento dos Sócios; Na Irmandade, a participação de Costa e Carmo está registrada em atas desde o ano de 1844.

³⁰² ASPD, Livro de Termos, Termo de Deliberação, fl.23V (Grifos meus).

³⁰³ ASPD, Livro de Termos, Termo de Resolução, fl.26 (Grifos meus).

menos 1876 – foi o que vimos no discurso do aniversário da SPD – a memória da antiga Devoção não seria mobilizada pelos integrantes da Sociedade.

É também verdade que o tipo de documentação institucional remanescente não favorece evidências de que ao menos alguns dos sócios tenham mantido sua matrícula na confraria, dado que os livros atualmente disponíveis na sede da Associação dos Desvalidos atestam, após 1851, apenas a atividade da Sociedade. Talvez poucos sócios estivessem na posição de João Francisco Régis, que em testamento datado de 1867 declarou sua filiação à Irmandade dos Desvalidos, rogando que lhe “sufragasse a alma”. Seu ingresso na Devoção se dera em março de 1848, muito perto do período crítico, e sua participação na Sociedade dos Desvalidos nos anos seguintes está amplamente assentada nos papéis da mutual.³⁰⁴ Ao lado dos poucos registros que permitem identificar os irmãos Desvalidos que ao longo de dois anos sustentaram o conflito com os “irmãos-sócios”, é possível supor que a ausência, dos documentos da SPD, de alguns dos nomes importantes da história da confraria implique que eles tenham decidido não mudar de lado. São significativas, portanto, as ausências de fundadores como Daniel Correia, José Fernandes do Ó e Roberto Tavares França. França, juntamente com Manoel Victor Serra, integrava a Irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Quinze Mistérios, o que talvez explique seu interesse em não abandonar a sede onde conviviam ambas as confrarias de que participavam.³⁰⁵

Nesses termos, as condições de criação da Sociedade Protetora dos Desvalidos sugerem que sua história pode ser inicialmente contada da perspectiva do desembarço que os titulares de uma emergente associação, por meio da nova diplomação de velhos irmãos e da imediata abertura de um novo contingente de sócios, pretendiam promover frente a antigos legados e alegadas “injúrias”, permanentemente atualizados pelo

³⁰⁴ Inventário e Testamento de João Francisco Régis, APEB, SJ, 03/1071/1540/12, fl.5V; ASPD, Livro de Registro de Pagamentos de Sócios, fl.2 bis; Régis ocupava o cargo de secretário na reunião ocorrida no Rosário da Baixa dos Sapateiros em 17/09/1848; Em Ata de sessão de 22 de maio de 1864, em Oliveira, Negros, p.602, por exemplo, Régis se defende da suspensão que lhe havia sido imposta pelo Conselho da SPD, fundada nas frequentes faltas do sócio.

³⁰⁵ Daniel Correia, APEB, SJ/IT, 5/1465/1934/43, morre na década de 1870, e a partilha dos bens de Roberto França, APEB, SJ/IT, 06/2596/3096/04, data de 1883; APEB, SJ, Livro de Notas 246, Escritura de débito, obrigação e hipoteca, fls.24V-26, na qual França e Serra figuram como representantes da Irmandade dos XV Mistérios. França era Tesoureiro, Serra, escrivão. Diferentemente dos outros fundadores citados, Serra não está presente nas atas de fins de 1840 da Irmandade, o que pode indicar o seu afastamento ou a sua morte.

vínculo com a Devoção. Romper e ultrapassar esse vínculo eram tarefas que, àquela altura, dependiam de ações eminentemente práticas, tais como a massiva contribuição que fundadores antigos e recém-chegados haveriam de prestar, em forma de “fintas”, para a montagem da nova estrutura, além da progressiva impressão, no novo espaço, de um caráter institucional identificado com a defesa e a promoção dos interesses pessoais e profissionais de um tipo específico de indivíduo: o artífice preto.³⁰⁶

O que ocorreu então é que o conflito acelerou e entreabriu a oportunidade para uma “mudança de chave” na relação de alguns daqueles indivíduos com o fenômeno associativo. O alcance dessa mudança é provável que ainda não fosse plenamente representado por seus atores naquele momento histórico, mas, sem embargo disso, ela pode ser pensada no interior de um modelo já perfeitamente definido à época da fundação da SPD. As duas décadas que se seguem à sua criação serão efetivamente o tempo de estruturação e consolidação de uma sociedade civil de caráter previdenciário e de timbre profissional, que por meio de projetos e ações tipicamente mutualistas, tanto econômica quanto politicamente, definirão a sua identidade, uma identidade talvez orgulhosamente “esquecida”, 25 anos depois, das origens corporativo-religiosas de sua formação.³⁰⁷

Ao longo dos seus dez primeiros anos, contudo, a SPD será, digamos, uma mutual “fora da lei”. Bem entendido, isso quer dizer que, tanto na ausência de um marco legal que regulamentasse o efervescente fenômeno mutualista nos anos de 1850, quanto pela leitura derrisória que desse período institucional fariam os Desvalidos ocupados do poder social após 1860, é nessa última década que se evidenciará a marca de uma transição efetiva na trajetória da associação. A lei de 1860 chega mesmo a ser usada como parâmetro de um “novo tempo” na Sociedade, no discurso formulado pelo seu

³⁰⁶ Sobre as “fintas”, ASPD, Livro de Termos, fl.23V; No início de setembro de 1851, Livro de Registro, fl.8, também foram providenciados os cuidados com o cofre da nova associação, como atesta o recibo passado em nome de Estevão Machado de São Domingos, responsável pelos, ferrolhos, ferragem e fechaduras de uma peça que certamente a todos interessava guardar.

³⁰⁷ Manoel Francisco dos Santos, o mesmo que proferiria o discurso de 25 anos da SPD sem menção à Irmandade dos Desvalidos, falaria em sessão do dia 22/05/1864, Oliveira, Negros, p.605-6, contra a concessão de 17 aposentadorias (remição das mensalidades) a integrantes da Sociedade. No seu argumento, ele lembraria que “(...) quando nós aprovamos a lei tudo estava muito bom porque o sentido que nós fizemos foi que a criação tinha sido em outubro de 1851, logo assim não podia ser contada de 15 Mistérios porque o público [e] o Governo não têm ciência que ela fosse criada neste tempo”.

então presidente em 1864, como acima destacado. Paradoxalmente, porém, no mesmo momento em que, com seu estatuto aprovado, a SPD deixa de ser uma “mutual fora da lei” – porque reconhecida pelo Estado – ela passa a ser uma mutual fora da regra, afinal não se encontrava no Império outro exemplo de autorização, nos termos da lei, de uma sociedade mutual exclusiva de pretos. Dentro da lei e fora da regra, nem por isso os sócios Desvalidos construiriam uma sociedade mutual fora do padrão daquelas que se multiplicavam à época. Portanto é justo no exame dos elementos da constituição de um dado padrão político-institucional que pode estar a chave para se indagar como e por que o Estado concederia a um coletivo exclusivo de negros, recriado à revelia do formato corporativo tradicional, o direito de se organizar civil e politicamente na defesa de seus interesses, e em nome de sua cor.³⁰⁸

Por tudo isso é de se supor que o movimento político em torno da aprovação do Estatuto da SPD não tenha sido obra de amadores, o que desaconselha a olhar os dirigentes da década de 1850 pelas lentes de seus sucessores, como rematados “analfabetos” ou “decrépitos”, afinal foi durante esse período que se assentaram as condições para a existência oficial da associação. Apesar da ausência de documentação específica até aqui, a suposição se alimenta da análise de gestões políticas da mesma ordem, protagonizadas pelos sócios Desvalidos junto às autoridades públicas no processo de habilitação de seus projetos. Peças-chaves da consolidação de sua identidade mutualista, esses projetos incluíam, por exemplo, a construção da Casa de Asilo, a obtenção de loterias e a viabilização de uma sede para o funcionamento de suas atividades sociais.³⁰⁹ Do ponto de vista institucional, esse circuito político ativado pelos Desvalidos no curso da década de 1860 compreenderia a reestruturação política da sociedade – com direito a perseguições e expurgos – e a mobilização de condições para o acúmulo de um patrimônio material e simbólico que autoriza atribuir à SPD não só o qualificativo de mutual étnica, mas também o de mutual de classe.³¹⁰

³⁰⁸ A discussão mais detalhada do processo de aprovação de seu estatuto é feita, *infra*, no item 4.2.

³⁰⁹ Com mais detalhes no tópico seguinte.

³¹⁰ Tânia Conceição Freire Lobo e Klebson Oliveira, “Escrita liberta: letramento de negros na Bahia do século XIX”, in Ataliba T. de Castilho *et alli* (Orgs.), *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*, Campinas, Pontes Editores, 2007, p.451, estudiosos dos Desvalidos, apresentam uma ilustrativa tabela dos sócios da SPD, cobrindo dos anos de 1860 ao fim do século XIX, e identificam entre eles a predominância dos ofícios mecânicos, nomeadamente aqueles ocupados nas atividades de construção

Essa tipologia das associações foi objeto da atenção de Adhemar Lourenço da Silva Jr. que em alentado estudo das “estratégias públicas e privadas de sociedades de socorros mútuos”, e em seguida a exaustiva análise de pesquisas da área, reconheceu serem escassos os trabalhos em que mutuais étnicas e de classe são tratadas em conjunto. Tome-se “mutual étnica”, para efeito conceitual, como toda aquela cujos critérios de ingresso e finalidades sociais se definem pela exclusividade em torno de elementos nacionais (em amplo sentido) ou raciais, sendo a mutual de classe, por sua vez, a que se identifica tanto pela distinção de grupos profissionais como pelo propósito de “proteção contra as adversidades do mundo do trabalho”. Diretamente associada à condição do trabalho, essa precariedade residiria no “persistente risco de interrupções na capacidade dos trabalhadores de ganhar dinheiro, em virtude de fatores subjetivos (doença, acidentes) ou objetivos, como mudanças técnicas e econômicas”.³¹¹ A mutual se comportaria assim como um “agente na negociação de interesses perante o poder público”, avalizando a posição de seus sócios no mercado de trabalho. A SPD, saída de uma irmandade de pretos e mantida como uma instituição de pretos em sua versão civil, desenharia até o fim da década de 1860 também uma marca profissional no perfil de seus integrantes. E seus sócios certamente “negociaram interesses perante o poder público”.³¹² Há, por conseguinte, razões de sobra para que tanto etnia (raça) quanto classe sejam consideradas lado a lado no exame da Sociedade dos Desvalidos.

Trata-se adiante, portanto, de explorar a materialidade da trajetória de uma sociedade mutual no caminho então percorrido desde a experiência da irmandade de cor, descortinando e comparando, para tanto, a especificidade de sua forma associativa, suas sociabilidades e estratégias de poder. Esses elementos hão de permitir pensar as condições de ascensão de uma sociedade de homens de cor que, no uso da lógica patronal, típica da dinâmica das mutuais, logrou se estabelecer no universo das associações profissionais e beneficentes da segunda metade do século XIX. Essa estratégia particular de politização da cor garantiu a existência da SPD como uma instituição moderna, mas ao mesmo tempo a manteve ligada ao apanágio mais

(marceneiros, pedreiros, carpinas). O rol completo das ocupações permite concluir pela prevalência de ofícios especializados.

³¹¹ Silva Jr., *As sociedades*, p.181-88.

³¹² Silva Jr., *As sociedades*, p.206-8.

ostensivo da tradição corporativa das irmandades coloniais: a exclusividade étnico-racial. Rejeitada pelo liberalismo oficial brasileiro como critério legítimo de organização institucional, a exclusividade racial tal como explorada pela SPD a enredaria na ambígua lógica do protetor, que tanto assegurou sua existência formal, quanto condicionou seus movimentos de expansão e autonomia, em nome da cor, aos limites da tutela política. Definiam-se assim as condições gerais da SPD como uma mutual de cor.

Desenvolvendo-se como mutual, no fim da década de 1860 a SPD ainda acertaria as contas com um último legado. Na sessão que teve lugar na sede da associação no dia 4 de maio de 1868, o presidente Manoel Francisco dos Santos leria para os seus consócios o ofício remetido pela Irmandade da Nossa Senhora do Rosário, que solicitava a desocupação do salão onde se encontravam, na sede da igreja de propriedade dos irmãos, situada na Baixa dos Sapateiros. Os estranhamentos entre ambas não eram recentes, como demonstra a recusa do Conselho da SPD a um pedido de contribuição, feito pela Mesa da Irmandade, para a caiação da igreja do Rosário, no início do ano de 1864. A recusa se fundava não só no fato de que já seriam altos os custos de manutenção cobertos pela Sociedade, mas também recaía sobre a ausência de formalidade do requerimento, formulado “sem a etiqueta devida à nossa Ordem”.³¹³

Na reunião havida 4 anos depois, alguns dos presentes contestaram a autoridade da Mesa Diretora da confraria em promover o despejo da Sociedade, afinal, diziam, havia contrato entre eles. A deliberação final indicou que deviam ter com “algum Sócio Protetor para tratar do bem desta Sociedade”. O sócio João Godinho teve por bem procurar o “Desembargador Luís Antônio”, que se dispôs a analisar o documento e avançar o pleito da SPD. O pedido de proteção e auxílio dirigiam-se a um ex-Presidente da Província e influente líder político dos liberais baianos, Luís Antônio Barbosa de Almeida. Além da própria carreira, o “Desembargador” seria conhecido como tio de Rui Barbosa, e protagonizara com o sobrinho calorosos debates públicos, como os que registram os periódicos “Diário da Bahia” e “Monitor”, no fim dos anos de 1870.³¹⁴

³¹³ Atas das Sessões de 04/05/1868, 07/02/1864, Oliveira, Negros, p.1031, 576.

³¹⁴ Atas das Sessões de 04/05/1868, Oliveira, Negros, p.1031; Foi curto o período de Luís Antônio Barbosa de Almeida” à frente da Província (30/11/1864 a 02/05/1865), de acordo com Arnold Wildberger, Os presidentes da Província da Bahia: efetivos e interinos, 1824-1889, Salvador, Tipografia Beneditina, 1949; Sua matrícula no ASPD, Livro de Termos de Sócios Protetores se encontra às fls.46 e foi feita apenas 10

Mas a interpretação do contrato feita pelo Desembargador parece não ter assistido razão aos sócios, uma vez que ainda naquele ano a Sociedade dos Desvalidos mudaria de endereço, ocupando novo espaço antes de adquirir na década de 1880 sua sede atual, no Cruzeiro de São Francisco.³¹⁵ Esse episódio revela não apenas os circuitos relacionais da Sociedade, mas igualmente propõe o tema das disputas de poder e de espaço entre associações leigas e civis, a exemplo do visto acima com os irmãos e sócios pernambucanos. Além das disputas por membros, acirrada entre os Desvalidos por conta da saída de um número expressivo de irmãos em fins dos anos de 1840, o crescimento das mutuais parecia indispor as confrarias. Vinte e cinco anos antes, o mesmo ocorrera com a pioneira das mutuais baianas. Instalada desde a sua fundação, em 1832, num salão da Irmandade do Rosário de João Pereira, na Freguesia de São Pedro, também a Sociedade dos Artífices seria convidada a se mudar, em 1843. O despejo abriu a oportunidade para que, sob a proteção do Presidente da Província, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, os Artífices ocupassem uma sala no antigo prédio da Casa da Moeda, numa demonstração do quão dispostos poderiam estar os do século a abrir as portas que as igrejas fechavam aos novos sócios baianos.³¹⁶

dias antes da sua posse na Presidência; Notas biográficas sobre Rui Barbosa em João Felipe Gonçalves, Rui Barbosa: pondo as idéias no lugar, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000, p.15-20; As cartas, réplicas e trélicas estão reunidas em Rui Barbosa, Obras Completas de Rui Barbosa, v.5, Tomo I, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983, p.141-43, p.163-66.

³¹⁵ A SPD se instalou num imóvel na Rua do Bispo, que viria a ser reformado em 1884, segundo se lê da Ata da Sessão de 15 de junho de 1884, em Oliveira, Negros, p.909-10; A sede definitiva, no Cruzeiro do São Francisco, Pelourinho, na qual se encontra instalada até os dias de hoje, foi ocupada a partir de 1887, e documentos revelam as tratativas para sua aquisição, a exemplo da Ata de Sessão de 23 de setembro de 1886, em Oliveira, Negros, p.700-1; Também sobre o assunto, ver Braga, Sociedade, p.30-1.

³¹⁶ Maria das Graças de Andrade Leal, "Sociedade dos Artífices: experiência liberal de mutualismo na Bahia imperial (1832-1862)", in Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, São Paulo, julho/2011, p.5, 11-12; "Falla que recitou o Presidente da Província da Bahia, o Conselheiro Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, n'abertura da Assembléia Legislativa da mesma Província, em 2 de fevereiro de 1844, Bahia, Typographia de L. A. Portella e Companhia, 1844".

Cruzeiro de São Francisco: a sede da SPD é o penúltimo sobrado, alto, à direita

Freguesia de São Pedro em meados do século XIX: ao fundo, a cúpula do Mosteiro de São Bento

Cumprido um primeiro itinerário desde a crise política na Devoção, em fins da década de 1840, até o desenlace da SPD em relação a um dos seus últimos “legados”, exatos vinte anos depois, interessa agora desenhar a base material da Sociedade Protetora dos Desvalidos, apresentando os principais traços da estrutura erguida ao longo de duas décadas de atividade, com atenção seja para o estabelecimento de seu perfil mutualista, seja para a centralidade das relações políticas que a garantiram como uma mutual de cor. No tópico seguinte, a estrutura e a dinâmica da Sociedade serão dispostas com destaque para os elementos mais relevantes de sua feição mutualista, de

modo que, na última seção desse capítulo, esse conteúdo sirva à análise do impacto e dos significados de sua existência como uma mutual exclusiva de indivíduos pretos. A comparação com a dinâmica da Irmandade dos Desvalidos e com os traços mais gerais da institucionalidade de outras associações mutuais será também útil para a compreensão da história da SPD. Antes, porém, fixemos a atenção na lei dos Desvalidos.

4.2. Estrutura e Dinâmica da Sociedade Protetora dos Desvalidos.

4.2.1. O Estatuto.

Diferentemente do que se passava com as irmandades, as sociedades mutualistas eram associações civis, logo não se regiam por Compromissos, mas por uma lei interna de caráter civil, que juridicamente as constituía junto ao Estado. Tânia Regina de Luca diz que até a promulgação da Lei 1.083, de 1860, não havia regulamentação específica sobre o regime dessas associações no Império do Brasil. Segundo Arthur Vitorino, no entanto, o Decreto Imperial 523, de 20 de julho de 1847, determinava que as associações beneficentes apresentassem seus estatutos para escrutínio do Conselho de Estado, “seguidos do parecer do Presidente do Conselho de Ministros (Conselheiro de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império), para que assim pudessem executar-se legalmente”, o que teria, segundo ele, ocorrido com a Associação Tipográfica Fluminense em 25 de março de 1854.³¹⁷

Ocorre que o texto do referido decreto não é explícito quanto ao que afirma Vitorino, nem consta que as diversas mutuais fundadas até a década de 1850 tenham, antes de 1860, percorrido caminho burocrático assemelhado ao da Associação Tipográfica Fluminense. De modo que é a partir da Lei dos Entraves que tanto aquelas mutuais como a SPD parecem ter atinado para a obrigação de remeter seus estatutos para exame pelos órgãos do Estado. De acordo com os dispositivos da lei 1.083/1860, reservava-se à Presidência da Província a competência para processar os pedidos de autorização de funcionamento das sociedades estabelecidas fora da Corte. Da Corte cuidava o Conselho de Estado, uma distinção que, como se verá, pode ter sido chave

³¹⁷ Luca, O sonho, p.9; Arthur José Renda Vitorino, Escravismo, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro, in Cadernos AEL, v.6, n.10/11, 1999, p.72.

para o destino da SPD. Assim é que em janeiro de 1861 a SPD remeteria seu estatuto ao Presidente da Bahia, após aprová-lo em concorrida sessão plenária.³¹⁸

Não foi possível encontrar, até aqui, o inteiro teor do estatuto, que se deu a conhecer por remissões fragmentárias dos sócios nas atas de assembléias e reuniões do Conselho da SPD. Aprovado em 1861, o estatuto ou regimento, como também era chamado, seria objeto de reforma três anos depois, uma prática corriqueira, como visto, desde as agremiações religiosas. Parte dessa reforma pode estar associada à propositura, a partir do ano de 1863, de projetos cruciais para a atividade da associação, tais como o da Casa de Asilo, o de “resgate” dos órfãos (filhos de sócios falecidos) em estabelecimentos públicos de assistência, e o das pensões para viúvas. Curioso é que, segundo o Decreto 2.711/1860, regulamento da Lei do mesmo ano, pensões por morte constavam da disciplina dos montepios, e não das sociedades de socorros mútuos. Definidas com estreiteza pela redação legal, as sociedades teriam “unicamente por objeto prestar auxílios temporários aos seus respectivos sócios efetivos nos casos de enfermidade ou inutilização de serviço, e ocorrer, no caso de seu falecimento, às despesas do seu funeral”. A persistente centralidade das cerimônias funerais fazia da SPD uma típica sociedade de socorro, mas os tipos de auxílios pagos a aproximavam do regime dos montepios. E era assim, mesmo que parecesse às vezes inglório convencer seus beneficiários. Menos de um ano após a aprovação do projeto de educação dos órfãos, contam os sócios terem procurado a viúva “do falecido Sócio Paranhos” [Marcelino Joaquim Paranhos], propondo-lhe, caso lhe interessasse, a “entrega” dos seus filhos menores para a educação por eles providenciada. O Visitador, responsável pelo contato, tornou à associação alegando-se vítima da “ingratidão da senhora viúva”, que dizia não entregar seus filhos “para pessoa alguma educar”.³¹⁹

³¹⁸ Não encontrei em nenhum dos trabalhos mais recentemente publicados sobre sociedades mutuais menção ao Decreto 523, nem, por consequência, ao controle sobre elas exercido com base nessa norma; É no art. 2º, §1º da Lei 1.083/1860 que estão estabelecidas a obrigação de autorização oficial e a competência das Províncias, Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM1083.htm, Acesso em 17 de abril de 2017; A remessa do Estatuto da SPD para a Presidência da Província está documentada em um ofício do Conselho da associação, de janeiro de 1861, acompanhado da ata que prova a deliberação e a aprovação dos termos do regimento interno pela assembléia de sócios, cf. APEB, SACP, maço 1578.

³¹⁹ Uma dentre outras alusões à reforma do estatuto no ano de 1864 se encontra em Oliveira, Negros, p.557, Ata da sessão de 17/04/1864; Sobre os projetos, Oliveira, Negros, Ata da sessão de 07/02/1864, p.551. Dois deles, o dos órfãos incluído, são aprovados no início de 1864, como se vê da ata

A discussão do estatuto da SPD coloca uma questão absolutamente central para a história de sua consolidação, que vem a ser o fato de, não se conhecendo a totalidade dos seus dispositivos, poder assegurar que nele se encontrava regra equivalente à que apresenta o estatuto de 1874, da mesma associação. Com efeito, nesse documento, o art. 1º reza que “podem ser admitidos sócios efetivos da Sociedade Protetora dos Desvalidos todos os cidadãos brasileiros de cor preta (...)”. O problema é relevante, visto que é conhecida a disposição das autoridades do Império, nas décadas de 1860 e 1870, de rechaçar a oficialização de sociedades formadas sob o critério explícito e exclusivo de cor, tema já referido no capítulo 2 e adiante também retomado.³²⁰

Ora, a exclusividade de pretos era uma marca da Irmandade dos Desvalidos, que, como se defendeu no capítulo anterior, ter-se-ia constituído como irmandade – e não como sociedade – dado o interesse de se manter como uma instituição “eticamente fechada”, antecipando os embaraços que seus fundadores haveriam de enfrentar na formação de uma associação civil exclusiva de pretos, num período como o do início da década de 1830. Essa interpretação nos permite supor que, sendo a exclusividade da cor um elemento central do interesse dos irmãos, ele seria preservado na associação criada por ex-irmãos, cujo móvel fundamental era modernizar o regime associativo.

Outro fundamento que autoriza supor que se estava diante de uma sociedade exclusiva de pretos vem da leitura do próprio estatuto de 1874. Seus 60 artigos descrevem um modelo de práticas muito assemelhado àquele apresentado pela rotina das atas da década de 1860. Salvo alguns acréscimos e mudanças na estrutura de cargos, a inclusão de auxílios, ou ainda a atualização do valor da jóia e das mensalidades, é a mesma Sociedade que se encontra ali, e essa Sociedade em 1874 estava aberta apenas para “cidadãos brasileiros de cor preta”. Nada indica que o cerne mesmo de sua proposta associativa viria de ter sido enxertado numa reforma estatutária. Além de tudo isso, a pesquisa sobre os requerimentos de ingresso na SPD ao longo da década de 1850

correspondente, e o valor das pensões pagas às viúvas é definido numa sessão de meados de 1864, cf. Oliveira, Negros, p.581-2, e 569, respectivamente; Montepios e sociedades de socorros mútuos são regulamentados pelos artigos 28 a 32 do Decreto 2.711, de 19 de dezembro de 1860, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM2711.htm, Acesso em 12 de abril de 2017; A história da viúva de Paranhos está na Ata da sessão de 06/03/1864, Oliveira, Negro, p.554.

³²⁰ ASPD, Estatuto da Sociedade Protetora dos Desvalidos, Aprovado pelo Governo da Província em 26 de agosto de 1874; Ver cap.2 e, infra, item 4.3.

demonstrou que, quando racialmente identificados, eram pretos ou crioulos seus candidatos (QUADRO A, em anexo). E, como num despacho à margem de um desses pedidos lembrou o 2º secretário da associação, o estatuto exigia que se declarassem a idade, a ocupação, o estado civil e o número de filhos. Não exigindo a declaração da cor, há de se conceder que ela fosse suposta.³²¹

A essa altura da argumentação, será preciso mais uma vez sublinhar que é diante das circunstâncias históricas nada favoráveis à aprovação, pelo Estado, dos estatutos de associações exclusivas de pretos que o conjunto dessas especulações se justifica. Dessa forma, na hipótese do silêncio do estatuto quanto a esse critério exclusivo, é possível argumentar que a ausência de um dispositivo dessa ordem possa ter sido explorada como um instrumento político que, embora arriscado, favorecesse a autorização da SPD pela Presidência da Província. Observe-se que nesse caso o silêncio do estatuto também ecoaria um outro silêncio, notado nas atas e demais papéis da associação, qual seja o de discursos, pronunciamentos ou mesmo simples referências que falassem da SPD a partir de sua condição de uma mutual exclusiva de homens de cor. Nessa hipótese, o estatuto da SPD funcionaria mais ou menos como alguns Compromissos de irmandades coloniais, registrando, perante as autoridades, alguns silêncios decisivos a respeito de quem entrava ou o que faziam, uma vez dentro, os integrantes das confrarias.³²²

O evidente risco dessa possível estratégia exigia, naturalmente, que ela não fosse a única. Vale então salientar que os processos abertos pelas associações civis baianas com vistas à sua oficialização tinham como destinatários os mesmos sujeitos que, desde 1851, assinavam seus nomes no livro de matrícula de Sócios Protetores da SPD. Ou seja, manter desde o primeiro momento relações de “proteção” com membros das altas rodas do poder provincial e central veio a figurar como principal estratégia política institucional, voltada a avalizar com maior ou menor risco as medidas eventualmente adotadas pela Sociedade em prol de sua autorização.³²³ Tratava-se, portanto, de um

³²¹ A observação do 2º Secretário encontra-se no pedido de Manoel Pereira do Lago, datado de 04/05/1853, cf. ASPD, Livro de Registro de Pagamentos de Sócios, fl.48.

³²² João José Reis, *Identidade e diversidade étnicas nas irmandades no tempo da escravidão*, in *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1996, p.18-19, demonstra algumas dessas “incongruências” entre a lei e a prática na história de algumas irmandades baianas.

³²³ Ver, no tópico seguinte, quem eram os Protetores da SPD, dentre quem abundavam os Presidentes da Província.

claro aceno à negociação das condições em que a exclusividade da cor poderia ser aceita como critério legítimo de organização de uma sociedade civil beneficente. Nesse ponto, mais uma vez a história da Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais do Recife nos fornece um parâmetro para a interpretação da história da SPD, uma vez que, da mesma forma que os Protetores podem ter sido decisivos para resolver o “defeito de cor” que ameaçava a criação da mutual baiana, eles o foram para “ajustar” o estatuto dos artífices pernambucanos à estreita definição das formas legais cabíveis para as sociedades de socorros mútuos.³²⁴ O caso é mais ou menos o que segue.

Conta-nos Marcelo Mac Cord que, por conta do regime da Lei de 1860, a Sociedade recifense havia sido instada pelo governo provincial, em 1861, a adotar uma de duas formas legais possíveis: a manutenção do sistema de auxílios e socorros aos seus integrantes ou a promoção de aulas de aperfeiçoamento profissional, carro-chefe de seu prestígio como associação e fonte de importante subvenção anual pelo governo. Para os integrantes da Sociedade, tratava-se, à evidência, de uma escolha salomônica. Sob forte pressão das autoridades, a Sociedade comunicaria a sua decisão de manter a atividade das aulas, o que implicava o direito de preservar o uso do nome até então adotado, mas também a obrigação de suspender o pagamento dos auxílios. Mas a decisão não seria cumprida integralmente, pois a Sociedade suspenderia apenas os socorros pagos às famílias, e não os diretamente endereçados aos sócios. Mac Cord observa que, “como a problemática do enquadramento jurídico permaneceu latente, os artífices ganharam um pouco mais de tempo para negociar a continuidade de seu projeto associativo original”.³²⁵

O tempo que ganharam teria sido o de reformulação do estatuto com vistas a garantir que o hibridismo da forma jurídica assumida pela Sociedade tivesse livre trânsito na inspeção a ser feita pelas autoridades da Província. O novo texto do estatuto,

³²⁴ Sobre “defeito de cor” ou “de sangue” no Império Português, ver Ronald Raminelli, “Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal”, in *Vária História*, Belo Horizonte, vol.28, n.48, p.699-723: jul/dez 2012; e Didier Lahon, “Da redução da alteridade à consagração da diferença: as irmandades negras em Portugal (séculos XVI-XVIII)”, in *Projeto História*, São Paulo, n.44, p.53-83, jun. 2012.

³²⁵ Pela definição legal, o pagamento de auxílios e socorros era incompatível, numa mesma instituição, com o desenvolvimento de atividades pedagógicas, como as aulas que notabilizavam a Sociedade de Artes Mecânicas e Liberais, cf. art. 31 do Decreto 2.711/1860. Manter os primeiros obrigaria os artífices a, inclusive, mudar o nome da associação, pregavam as autoridades pernambucanas, segundo Mac Cord, *Os Artífices*, p.178-9.

reformulado após o trabalho de nova comissão de sócios no início de 1862, inverteria o modelo anterior, dessa feita ratificando a condição de sociedade de socorros mútuos, sem que, porém, fossem suspensas as aulas ministradas pela associação. Essa não seria, no entanto, a principal mudança operada no regimento da Casa na força-tarefa do estatuto, mas antes a introdução de novas categorias de sócios, uma das quais especialmente importante para o sucesso da empreitada: os Sócios Honorários. Analisando as matrículas de honorários no período seguinte à aprovação do estatuto, em meados de 1862, o autor defende que não seria possível compreender a aprovação do documento da rebatizada Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, naquelas condições, sem supor a intervenção direta de seus novos sócios, haja vista o habitual rigor demonstrado pelas instâncias de controle na observância dos dispositivos daquela legislação. Afinal, o estatuto constituía uma clara burla à Lei 1.083/1860.³²⁶

No caso da Sociedade Protetora dos Desvalidos, a história com os Protetores era antiga, e na verdade precedia a sua fundação oficial. Francisco Gonçalves Martins, Barão de São Lourenço, figura de proa da política conservadora da Província e do Império, assinou seu termo de entrada em março de 1851, sete meses antes da data em que a SPD comemora a sua criação. Presidente da Província da Bahia em distintos períodos, Martins viria a ter a companhia de outros 14 Presidentes matriculados no livro da associação até o fim da década de 1870 (QUADRO B em anexo). Dentre todos eles, porém, talvez nenhum tenha sido tão decisivo para o fim específico que aqui se discute quanto Antônio da Costa Pinto, magistrado que alcançaria o mais alto posto da carreira com a posse no Supremo Tribunal de Justiça. Antes, em 1860, ele assumiria por curto período a Presidência da Província da Bahia, incluindo seu nome apenas dez dias depois da posse no rol dos Protetores da Sociedade Protetora dos Desvalidos. Enviado para a análise da Presidência da Província em janeiro de 1861, o estatuto da SPD levaria 5 meses para ser aprovado, efetivada a sua “incorporação” ao quadro de sociedades beneficentes baianas exatos 2 dias após o fim do governo de Costa Pinto. Ter-se-ia garantido assim um desfecho distinto daquele que prevalecera nos casos da Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor e da Sociedade de Beneficência da

³²⁶ Mac Cord, *Artífices*, p.183-87.

Nação Conga, da Corte, no que seria talvez o único caso de autorização de uma mutual exclusiva de indivíduos de cor preta até, pelo menos, meados da década de 1870.³²⁷

Esse processo regulatório das sociedades civis, deflagrado no Império pela legislação de 1860, ofereceu às autoridades da Corte e das Províncias a oportunidade de estabelecer uma chave de legitimação das associações segundo o perfil de políticas centrais assumidas pelo governo imperial, notadamente em sua dimensão racial. Suportar a rejeição do aval do Estado importava uma forte desvantagem para a organização coletiva dos trabalhadores, dada a vedação de acesso a mecanismos oficiais de subvenção e financiamento, típicos no processo de consolidação dessas associações. Do ponto de vista prático, isso significava, por exemplo, não ter acesso a loterias, nem a dotações do orçamento público, pagas a título de incentivo à atividade das mutuais. Nesse trabalho de promoção das mutuais, por conseguinte, o Estado imperial brasileiro, ao negar o reconhecimento das sociedades exclusivas de pretos, determinava sua redução à informalidade e seu desprestígio civil e político, silenciando oficialmente suas identidades de cor. Em outras palavras, na leitura política oficial, cumpria que a modernização da ajuda mútua não fosse acompanhada da marca de cor, resquício antimoderno da tradição colonial.

Há, portanto, uma interessante questão política associada à forma de aplicação da lei ao caso da Sociedade Protetora dos Desvalidos. Em primeiro lugar, é preciso relembrar que a legislação pertinente conferia ao Presidente da Província a competência para examinar os estatutos de sociedades fundadas em seu território. A situação era diferente na Corte, onde os papéis das associações eram submetidos ao crivo do Conselho de Estado. Isso importa dizer que a jurisprudência do Conselho de Estado não tinha curso político forçado nas burocracias provinciais, ou pelo menos não em

³²⁷ Wildberger, *Os Presidentes*, op. cit.; ASPD, *Livro de Termos (Sócios Protetores)*, fls.2, 34. Manuel Francisco dos Santos, em seu pronunciamento no aniversário de 25 anos da SPD, contará ter integrado a “Comissão” que fora ter com o Presidente Costa Pinto, com a solicitação de sua proteção, em Discurso proferido, op. cit.; Sobre as sociedade de negros, Sidney Chalhoub, Machado de Assis: historiador, São Paulo, Cia. das Letras, 2003, p.241 e ss.; Silva Jr., *O mutualismo*, p.130-133, lista as mutuais étnicas criadas no período, mais de 50 das quais fundadas na segunda metade do século XIX. Entre elas, encontravam-se associações de italianos, poloneses, suecos, austríacos, sírio-libaneses. “Negros” era uma dessas categorias étnicas. Dada a ausência de informação sobre a data de estabelecimento das associações de negros, não é possível saber se sua criação se deu após o fim da vigência da Lei dos Entraves (1860-1882), tampouco se seus estatutos eram declaradamente explícitos quanto à cor como critério de acesso.

quaisquer circunstâncias. Nesses termos, a inexistência de subordinação jurídica entre ambas as instâncias central e provincial nesse particular favorecia a existência de um maior espaço de manejo na aplicação da lei segundo injunções políticas locais.

Dito isso, talvez seja possível conjecturar por que o mesmo ano de 1861 – em que se apresentam na Corte e na Bahia duas associações formalmente identificadas com a identidade de cor preta – produziria um verdadeiro libelo do Conselho de Estado contra as “classes separadas pela cor”, ao mesmo tempo em que na Bahia a SPD seria aprovada como uma associação civil nos termos da lei.³²⁸ É verdade que no caso da Corte os peticionários eram africanos, mas o discurso dos Conselheiros alcançava a “cor preta” sem distinção de origem. Talvez se possa considerar que a pretensão do Conselho de Estado de estender à definição das identidades associativas as linhas de uma política racial cega à cor não tenha encontrado em todos os espaços fora da Corte a mesma força que ali lhes conferiam alguns atores da política central.

Em outras palavras, a extrapolação que os Conselheiros promoviam, para o contexto das associações, de uma dada leitura do problema racial, operava na lei uma restrição que a própria lei não consentia, visto que dispositivo algum da Lei dos Entraves vedava a formação de sociedades exclusivas de cor. Vejam-se, por outro lado, os casos de exclusividades “étnicas” em que critérios de origem, nacionalidade ou religião não pareceram especialmente problemáticos para os Conselheiros do Imperador, numa postura que talvez aponte para o que Sidney Chalhoub chama de “manifestação precoce do tipo de ideologia racial que vigoraria no Brasil na segunda metade do século XIX”.³²⁹ Na Bahia, contudo, no início da década de 1860 essa variante ideológica depararia um contexto político específico no interior do qual a aprovação de uma associação exclusiva de cor preta seria entendida como uma iniciativa perfeitamente legal.

³²⁸ Também sobre a Sociedade Beneficente da Nação Conga e a Associação Beneficente Socorro Mútos dos Homens de Cor, no contexto do associativismo de negros na Corte, ver Camila Menegardo Mendes, *Sociedades beneficentes e fronteira racial: associativismo de trabalhadores negros na segunda metade do século XIX*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, 2016.

³²⁹ Sidney Chalhoub, “Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”, in Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio Santos Gomes (orgs.), *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2007, p.230; Nesse sentido, ver também Wlamyra R. de Albuquerque, *A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)*, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado, 2004, p. 54 e ss.

4.2.2. Dinâmica associativa da SPD.

Eram 83 os integrantes da SPD em 1863. O quadro de sócios crescera em relação àquele composto de ex-irmãos e ingressos no período imediato à fundação da Sociedade (QUADRO A). É bem verdade que era de 35 o número de sócios “prontos”, segundo a linguagem do Conselho, dado que 48 estavam “sujeitos ao artigo 37”, o que indicava um número expressivo de membros com algum tipo de pendência com as contas da associação. Diferentemente do que era praxe na Irmandade dos Desvalidos, porém, na Casa “não se conheciam eliminações”, pois “todo aquele que vier pagar seus débitos atrasados receberá a graça especial da Sociedade e tomará logo assento na mesma”. Essa política do Conselho da SPD parece ter administrado a média de sócios ao longo da década, uma vez que em maio de 1871 eles somavam exatos 80.³³⁰

Esse número seria certamente diferente se, como as irmandades, a SPD admitisse mulheres. Ainda que não fosse à mesma Mesa, na confraria dos XV Mistérios irmãs eram aceitas e se organizavam numa instância paralela à dos confrades, cabendo-lhes atividades como “zeladeiras”, a fiscalização e o recolhimento dos mensais de suas confradeiras, bem assim a organização das festas da Devoção. Era aos homens que cabia, no entanto, eleger a Mesa das irmãs, na reprodução de um padrão de integração devocional despida de participação política, de que falam, por exemplo, Elizabeth Kiddy e Mariza Soares, em estudos sobre confrarias de Minas Gerais e da Corte.³³¹

³³⁰ Ata do ano de 1863, Oliveira, Negros, p.568; Sócios Efetivos da Sociedade Protetora dos Desvalidos, APEB, SACP, maço 5306, Correspondência; A SPD poderia ser considerada uma mutual pequena, em comparação com as que, por exemplo, reuniam artistas da construção naval na Corte, e que, segundo Lacerda, Solidariedades, p.139-44, chegavam a contar com 400 membros na década de 1870. Por outro lado, o número de sócios da SPD é compatível com associações de mesmo porte, como a Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais, em Pernambuco, que, segundo Mac Cord, Artífices, p.179, possuía à mesma época cerca de 70 sócios. Por sua vez, no início da década de 1870, no Relatório do Conselho Administrativo da Sociedade Montepio dos Artífices, ano 1870, cf. APEB, SACP, maço 4536, o presidente da Sociedade Montepio dos Artífices, primeira mutual baiana, queixa-se de que “o número de sócios em dia que tem esta sociedade, que até então elevava-se a 300”, havia baixado para 100. Aparentemente, apesar da crise então vivida, os Artífices haviam prosperado, pois, de acordo com Leal, Sociedade, p.15, em 1854 era de 117 o número total de sócios da instituição.

³³¹ As Ata das sessões de 02/04/1837 e 07/03/1847 882, em Oliveira, Negros, p.882 e 863, remetem, respectivamente, às irmãs fiscais e zeladeiras; Elizabeth W. Kiddy, “Ethnic and racial identity in the Brotherhoods of the Rosary of Minas Gerais, 1700-1830”, in *The Americas*, vol.56, n.2 (Oct., 1999), pp.221-252; Mariza de Carvalho Soares, *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*, São Paulo, Civilização Brasileira, 2000, p.149-50; Sobre a presença das mulheres na

Na Sociedade dos Desvalidos, embora não houvesse sócias, era facultado às mulheres empenhar bens em seu próprio nome, como demonstram os recibos dos penhores de D. Lucinda, Joanna Maria dos Santos e Ignez Maria da Conceição. As mulheres também aparecem na documentação como requerentes em nome de seus maridos, na guerra ou já falecidos. Era apenas de homens, portanto, que se formava o Conselho, órgão administrativo central da SPD, definido em assembléia, e que equivalia na mutual à Mesa diretora da Devoção. No lugar do Provedor, portanto, sentava um Presidente, assistido por dois secretários, um tesoureiro, um visitador, dois cobradores e um porteiro, numa disposição administrativa que sofreria poucas alterações até o fim da década de 1860.³³²

A essa dimensão político-associativa dos membros efetivos se articulava, como antes observado, a decisiva e qualificada participação dos sócios protetores. Desde, pelo menos, a muito provável intervenção no processo de aprovação do estatuto da SPD, até a exploração de sua influência política na disputa em torno de problemas internos da associação, a sombra – e muitas vezes a própria ação – desses associados ilustres se faria sentir sobre o cotidiano da SPD. Tal poder não só sublinharia o padrão hierárquico constitutivo desse tipo de associação, mas também promoveria sua progressiva e consistente inserção nos quadros de uma sociabilidade política tradicional, ajustada às práticas de serviço e clientela que traduziam a complexidade das relações travadas entre os setores populares e senhoriais na sociedade escravista brasileira.³³³

irmandade do Rosário das Portas do Carmo, na Bahia, ver Sara Oliveira Farias, “Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX”, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1997, p.32 e ss.

³³² Os recibos de penhor mencionados, assim como o requerimento da viúva de Carlos Manoel Rozena, encontram-se no ASPD, Livro de Registro de Pagamento de Sócios, fls.129, 132-3, 140. O requerimento feito pela esposa de Justino Fernandes de Sant’Anna, engajado na Guerra do Paraguai acha-se na Ata da sessão de 3/03/1868, em Oliveira, Negros, p.1030; A estrutura do Conselho está sumariada numa sessão de 1864, sem especificação de data, em Oliveira, Negros, p.569; Da Ata da sessão de 2/05/1841, em Oliveira, Negros, p.815, lê-se que no regimento da Irmandade dos Desvalidos “o Artigo oito do Capítulo terceiro (...) diz que a Meza será composta de hum Provedor, hum Vice Provedor hum 1o. Secretário, hum segundo, hum Thezoureiro, dois Fiscaes, dois Solicitadores e hum Vizitador, e Será Renovada Cada anno”. Seria também eleita uma Comissão “autorizada para suspender a Mesa quando conhecer desleixo no seu andamento”.

³³³ Falando das mutuais no cenário da Bahia, Aldrin Castellucci, “Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”, *Afro-Ásia*, 41 (2010), p.125-26, enfatiza sua organização “nos marcos do clientelismo, isto é, no quadro de relações de dependência e patronagem das elites políticas e econômicas baianas da época. Não é à toa que os antigos sócios protetores das irmandades religiosas apareceram, também, nas sociedades mutualistas. Muitas vezes, passaram a se chamar honorários, beneméritos e

Essa costura associativa entre efetivos e protetores de fato calçou um projeto de intervenção na Sociedade dos Desvalidos, conduzido sob a liderança de um grupo que, unindo ex-irmãos a novos sócios, atuou na conformação de seu desenho político-institucional ao mesmo tempo em que conjurou a memória da Irmandade dos Desvalidos, marginalizando alguns de seus antigos integrantes. O traço não-classista – bem entendido, ausente de consciência de classe – típico do modelo mutualista, evidenciou-se no encontro de interesses de Desvalidos e honorários, o que possibilitou o apoio à efetivação dos projetos assistenciais da Sociedade, seu financiamento através da obtenção de loterias, bem como a constituição de uma instância de poder pronta a ser acionada pelos líderes da SPD, por exemplo, contra sócios recalcitrantes.³³⁴ O resultado desse processo se traduziu no controle exercido sobre o Conselho pelo grupo formado em 1863, que se manteve no poder até, pelo menos, o fim da década. Tratemos abaixo de alguns dos episódios que ajudaram a definir esse cenário de consolidação da SPD, cujo evento-chave tudo indica ter sido a eleição do Conselho no ano de 1863.

No dia 25 de outubro desse ano, os sócios se reuniram na sede da SPD. Todos chegavam da missa em homenagem à Padroeira, rezada em comemoração ao aniversário da Sociedade. Era tradição, como nas irmandades, que as eleições dos dirigentes fossem realizadas nesse dia de festa. Antes da abertura da sessão, o Vice-Presidente da SPD, Manoel Leonardo Fernandes, à frente dos trabalhos, avisa da ausência do titular, Joaquim de Sant’Anna Gomes Ferrão, “por moléstia”. Soubesse Ferrão o que estava para acontecer, teria lançado mão de algum lenitivo que lhe pusesse de pé, pronto para comandar a eleição.³³⁵

benfeitores, mas suas funções e papéis continuaram a ser o de garantir o acesso, por parte das associações de auxílio mútuo e de seus dirigentes, a favores, isenções de impostos, subvenções oficiais e outros recursos por eles conseguidos ou mediados”.

³³⁴ Apesar das evidências de estudos recentes, que demonstram o papel de algumas sociedades mutuais na organização e no financiamento de movimentos contestatórios e de greves – a exemplo dos trabalhos de Cláudio Batalha, Renda Vitorino e Castellucci, citados nessa tese, Viscardi, O estudo, p.32-3, salienta que “parece haver um consenso entre os estudiosos recentes sobre o tema de que as mutuais não se constituíram em espaços de resistência dos trabalhadores contra os abusos do capital”. Daí, porém, a descartar a categoria de “classe” para a análise das mutuais vai um passo que não é sua decorrência lógica. Voltarei ao tema na conclusão do trabalho.

³³⁵ A eleição e seus desdobramentos são narrados no ASPD, Livro de Atas (1862-1868), e no APEB, SACP, maço 5306, Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880); Fernandes era marceneiro, e tinha à época 50 anos. Ingressara na SPD como ex-membro da Irmandade dos Desvalidos, em cujos registros aparece desde a década de 1840; Ferrão, ASPD, Livro de Registro de Pagamentos de Sócios, fl.30, era torneiro, e fazia parte do quadro de sócios da SPD desde 1852, ano

Iniciada a reunião, o sócio-cobrador Narciso Domingues de Santa Isabel dirige “uma parte” à mesa, contendo a manifestação de um consócio, Martiniano de Souza Araújo. Tratava-se do pagamento de sua dívida com a associação e, junto com a soma, de sua manifestação eleitoral. Santa Isabel faria o mesmo em relação a Pedro Ribeiro. Ato contínuo, o presidente da sessão manda separar as cédulas para posterior deliberação. Inconformado, Bento Ignácio de Oliveira protesta pela sua invalidade, no que é seguido por Geraldo José da Conceição. Para Oliveira, o procedimento era inédito na Casa, e, segundo Conceição, “não era da lei”. Feliciano Primo Ferreira e Manuel Francisco dos Santos fariam coro com os inconformados. Como Fernandes insistisse em pôr a matéria em votação, Conceição o acusaria de pretender “derrogar a lei”. É assim que o Vice-Presidente decide recolher as cédulas.³³⁶

Essa não seria, contudo, a única queixa dos descontentes com a condução do processo eleitoral. A impugnação de uma das chapas concorrentes e a desqualificação de um dos sócios votantes, pela Mesa, acrescida da intenção de o próprio Vice-Presidente tomar parte na votação, pareceram ao grupo medidas suficientemente eloquentes do seu propósito autoritário, razão por que lhe acusariam de dirigir, segundo sua vontade, o resultado da eleição. Ao vozerio e à algazarra provocados pela discussão no salão da Sociedade, sucedeu a saída ruidosa dos sócios contrários que, ameaçados de suspensão, regressaram ao recinto apenas para firmarem a sua intenção de questionarem a validade do pleito.

seguinte ao de sua fundação. Seu “amor pela Sociedade” fora amplamente reconhecido pela assembléia quando, no início de 1862, “oferecera” seu filho, Gregório Joaquim de Sant’Anna, torneiro como ele, mas recém-ingresso e ainda muito jovem, para o cargo de 2º secretário da mutual. Cf. ASPD, Livro de Atas, fls.3-5. Lobo e Oliveira, *Escrita liberta*, p.457, cogitam que a entrada de Gregório, aos 17 anos, para a associação pode ter sido aceita – embora com infração do estatuto – pela sua condição de letrado.

³³⁶ Bento Ignácio de Oliveira, que, segundo consta do Almanak Administrativo, Comercial e Industrial da Província da Bahia para o anno de 1873, Bahia, Typographia de Oliveira Mendes & Co., 1872, Quarta Parte, fl.35, trabalhava como empalhador, exercera a presidência da associação entre os anos de 1860 e 1862, antecedido por Geraldo José da Conceição. Feliciano Primo Ferreira, um comerciante de madeira, de acordo com o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia para o anno de 1855, Bahia, Typographia de Camillo de Lellis Masson e Co., 1854, p.286, era também ex-presidente, embora houvesse cumprido seu mandato no início da década anterior. Ambos, Ferreira e Conceição, eram ex-irmãos Desvalidos. Tratava-se, portanto, de uma oposição poderosa a que se formava contra Fernandes. Manuel Francisco dos Santos, pedreiro, matriculado na SPD no ano de 1857, assumiria apenas a alguns anos dali (1868) seu primeiro mandato como presidente. Talvez por isso, tenha ingressado na chapa que mais adiante consagraria Fernandes.

De fato, a sessão ainda daria muito o que falar. Não só porque o Presidente da Província seria chamado como árbitro da causa, e petições de parte a parte seriam trocadas semanas a fio com o propósito de decidir a questão, mas especialmente porque nos anos seguintes as consequências do racha produzido pela sessão de outubro de 1863 ficariam razoavelmente claras na dinâmica da associação, dada a oposição de dois grupos de sócios. Ferrão, o Presidente ausente, no ofício dirigido ao Presidente da Província – Antônio Coelho de Sá Albuquerque, ele mesmo um sócio protetor – falaria da representação de “sócios antigos” pela invalidade da eleição. Era ao grupo dos ex-presidentes que ele se referia, grupo ao qual ele se aliaria na postulação por um novo pleito, dessa feita, era esse o seu requerimento, sob a observação de uma autoridade da Província. Entre os “sócios antigos” havia um maior número de ex-confrades, é verdade, mas o próprio Ferrão não o era. Por outro lado, Fernandes, um ex-irmão Desvalido, era quem estava à frente do grupo de “sócios novos”, se assim podemos entender aqueles que, com exceção do próprio Fernandes (1858/1859), ainda não haviam pontificado na associação.³³⁷

Isso não demoraria a acontecer, porém. A documentação nada nos diz a respeito da conclusão formal da consulta feita ao Presidente da Província, mas o fato é que nas reuniões ocorridas em 1864 é Manoel Leonardo Fernandes quem despacha como Presidente. Dali em diante, seu grupo de “sócios novos” comandaria a SPD até o fim da década, revezando-se nos cargos do Conselho e na Presidência, em especial.³³⁸ O evento de 1863 é, portanto, o marco inicial da ascensão de um grupo político num período particularmente decisivo da consolidação da SPD no universo das associações baianas. É a partir de então que se divisa a construção do seu perfil tipicamente mutualista, e que também se acionam os recursos políticos para a execução de seus projetos, sobretudo o acúmulo e a diversificação de seu capital econômico.

É nesse contexto de disputa pelo poder institucional que o grupo político que ascende à direção da SPD apresenta uma agenda de trabalho que incluirá a disciplina dos consócios, uma pauta de reformas e a produção de uma auto-imagem que se

³³⁷ A correspondência com o Presidente da Província se encontra no APEB, SACP, maço 5306.

³³⁸ As composições dos Conselhos se encontram em atas reproduzidas por Oliveira, Negros, p.624, 745, 841, 1028.

contrapõe à memória antiga não só do poder adversário, mas especialmente do espaço corporativo-institucional do qual haviam se desligado, a Irmandade dos Desvalidos. A partir de 1851, eles frisavam, contava-se do zero a história da Sociedade. Era esse, afinal, o sentido do eloquente discurso tantas vezes lembrado por meio do qual Fernandes, exatamente um ano depois da eleição de 1863, falando aos seus, pretendia marcar a refundação da Sociedade, “pois temos acabado com tudo quanto era de mau e temos acabado com este desleixo, pois é a arma mais miserável que há no mundo”.³³⁹

Na agenda do seu mandato, Fernandes decidira cuidar das contas de modo a superar a “Sociedade que há tantos anos pedia emprestado”, reconhecendo a contragosto que “já estou reputado nesta Casa por mau”. Uma primeira contestação incisiva às suas diretrizes viria de um “sócio antigo”, Geraldo José da Conceição, talvez o único daqueles que, durante a hegemonia do “grupo novo”, frequentaria as sessões, exercendo nelas o vigilante papel de opositor. Conceição investira contra a mudança de posição do Presidente a respeito das “aposentadorias” dos sócios, quando da votação de um projeto de reforma do Estatuto. Defendia-se, e estava mesmo na lei da Sociedade, que, após um dado tempo de matrícula, os sócios poderiam requerer suas “anistias”, ou seja, tornar-se remidos, portanto dispensados do recolhimento dos mensais.³⁴⁰

A ocasião foi propícia para que Fernandes, descendo da cadeira de Presidente, proferisse um duro discurso em defesa da responsabilidade institucional e, em particular, do rigor com a administração financeira da Sociedade, afinal a concessão de 17 anistias – esse era o número previsto – importaria que não pudessem “socorrer nossas viúvas e alimentar nossos órfãos”. Sagaz, Fernandes demonstrava, numa só menção, o nexos entre a garantia das aposentadorias e a inviabilidade das novas medidas que acabavam de aprovar. Afirmaria ainda que dali a um tempo estariam “completamente fechadas as portas da Sociedade porque a este tempo também vão se remindo os outros e adeus Sociedade para sempre”. E não perderia a oportunidade, por fim, de, com o auxílio do Visitador Manuel Francisco dos Santos, relembrar que a criação

³³⁹ Discurso proferido por Manoel Leonardo Fernandes, em Oliveira, Negros, p.637.

³⁴⁰ Ata da Sessão de 22/05/1864, Oliveira, Negros, p.602.

da Sociedade “tinha sido em outubro de 1851, logo assim não podia [a remissão] ser contada dos 15 Mistérios”.³⁴¹

Claro, eram os “sócios antigos” que podiam contar seu tempo de filiação desde os 15 Mistérios, vale dizer, desde o tempo da Irmandade. Seria justamente o pedido de um desses sócios, presente à sessão de 1863, e beneficiado pela lei da aposentadoria, que levaria Fernandes a apresentar em público as outras armas em defesa de sua plataforma. Cinco meses após a sessão em que atacara o descabimento das aposentadorias dos sócios, Fernandes seria confrontado por um sócio, Amaro Berliq, que lhe pedia explicação sobre o fato de um sócio remido, Feliciano Primo Ferreira, ter sido chamado para pagar a mensalidade. Breve e secamente, o Presidente, sem temer a aparente contradição, diria: “ele está aposentado mas se quiser ter este privilégio, há de vir pagar as mensalidades”. E, antecipando-se a qualquer observação, arrematou: “O Senhor Primo pode levar para qualquer tribunal que há de cair, e se for para Sua Excelência, tanto melhor, para lá queremos que ele apele”.³⁴²

A convicção que o Conselho do SPD punha na sua interpretação da lei parecia apoiada num terreno institucional bastante seguro, representado ora pela figura formalmente constituída do Presidente da Província, “Excelência” a quem podia tocar a decisão a respeito da validade de alterações estatutárias da Sociedade, ora pelo bom relacionamento travado pela SPD com o vizinho a quem eles cogitavam convidar para a comemoração do aniversário da associação, conforme deliberação que se seguiria à discussão do caso do “Senhor Primo”. Num e noutro caso, “Excelência” e vizinho eram a mesma pessoa, Antônio Joaquim da Silva Gomes, sócio protetor da SPD desde 06 de março de 1864, apenas quatro dias depois de sua investidura no cargo de Presidente da Província da Bahia.³⁴³

Essa retórica de reformador dos cofres adotada por Fernandes, e reforçada pelo alto poder institucional, estava claramente voltada a garantir as medidas instituídas no curso de sua presidência, medidas que conferiam à SPD, pouco mais de dez anos depois

³⁴¹ Ata da Sessão de 22/05/1864, Oliveira, Negros, p.602.

³⁴² Ata da Sessão de 02/10/1864, em Oliveira, Negros, p.628.

³⁴³ Ata da Sessão de 02/10/1864, em Oliveira, Negros, p.628; ASPD, Livro de Termos (Sócios Protetores); Silva Gomes era Desembargador do Tribunal da Relação.

de fundada, um caráter assistencial digno dos montepios que, crescendo na Província e fora dela, “socorriam as viúvas e alimentavam os órfãos”. Assim, para além de uma sociedade de socorros mútuos, a SPD expandia seu sistema de auxílios na direção de um modelo previdenciário que se consolidava no cenário do mundo ocidental.³⁴⁴ Porém, foi em torno de um ambicioso projeto concebido pela gestão anterior à de Fernandes que se evidenciaram os traços mais claros da rede de proteção política de que se valeram os Desvalidos para a consolidação do seu projeto de mutual.

A ata de uma sessão ocorrida em meados do ano de 1864 se inicia nos seguintes termos: “É de urgente necessidade e não podemos deixar passar despercebido de mostrarmos ao público sensato os nossos Sócios Protetores, por amor ao nosso projeto Casa de Asilo”. Segue-se a apresentação de uma lista com os 35 nomes dos até ali matriculados Sócios Protetores, e ao final da qual se observa: “Destes Senhores algum feliz resultado devemos esperar, para a edificação de nossa Casa de Asilo”. O “amor ao projeto” da Casa de Asilo naturalmente se justificava pela importância do funcionamento de um serviço crucial para a assistência dos sócios e de seus familiares desassistidos ao fim da vida. E também pelo prestígio político que podiam colher os responsáveis pela sua implantação. A partir da metade do século XIX, é possível perceber o surgimento de Sociedades de Asilo na Corte. Oferecer esse serviço no âmbito de uma sociedade de socorros mútuos certamente destacaria a SPD entre as demais associações.³⁴⁵ Fernandes e seus escudeiros pareciam dispostos a todos os esforços nesse sentido, e para tanto já haviam começado a despachar.

De fato, no mesmo ano de 1864, os documentos da associação dão conta de que a comissão montada para acompanhar o projeto “apresentou uma planta oferecida pelo Ilustríssimo Senhor José Correia Machado, arquiteto da Província, muito digno Sócio Protetor da nossa Sociedade, e por este mesmo Senhor foi nos dirigido o competente orçamento da obra”.³⁴⁶ Era o projeto arquitetônico da Casa, portanto, que os sócios

³⁴⁴ Lacerda, *Solidariedades*, p.1, descreve o ambiente que na década de 70 congregava “instituições de previdência populares” em torno do debate das formas de solidariedade e mutualismo, referindo-se ao Congresso de Instituições de Previdência realizado na França em 1878, no qual o Brasil teria participação.

³⁴⁵ Trechos na Ata em Oliveira, *Negros*, p.569; No ASPD, Livro de Termos (Sócios Protetores), até meados de 1864 estão matriculados quarenta e três sócios protetores; Jesus, *Associativismo*, p.156 e ss., elabora um quadro das associações de diversos tipos registradas na Corte a partir da metade do século XIX, onde se encontram cinco Sociedades de Asilo.

³⁴⁶ Ata de Sessão no ano de 1864, sem data especificada, em Oliveira, *Negros*, p.566.

levantavam a partir de uma prestigiosa contribuição. Machado, dito arquiteto da Província, era um daqueles que constavam da lista sobre a qual repousava o otimismo de todos a respeito da proposta do Asilo. Mas havia ainda outros obstáculos a desembargar. Vejamos o provimento seguinte do Senhor Presidente da Sociedade:

Ordenei ao primeiro Secretário que neste Sentido oficiasse à Sua Excelência O Senhor Presidente da Província, pedindo licença a Sua intervenção para que nos mandasse remeter para Corte a nossa planta e orçamento da Casa de Asilo para Sua Majestade o Imperador nos conceder a Sua Imperial Graça, para podermos edificar a nossa Casa de Asilo. Em resumo voltam os nossos papeis da Corte a 14 de junho do mesmo ano, e quando e por Decreto de 20 agosto foi autorizado o governo a conceder às corporações de mão morta licença para a adquirirem ou possuírem por qualquer título terrenos ou propriedades necessárias para edificação de igrejas, capelas, cemitérios extramuros, hospitais, Casa de educação, asilo, e quaisquer outros estabelecimentos públicos. Logo nos cabe por sorte este Decreto pois nosso fim é socorrer a humanidade Desvalida.³⁴⁷

Datado de 20 de agosto de 1864, com a firma do Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, o Decreto 1.225 dispunha sobre a licença do Imperador à posse ou à aquisição de bens pelas chamadas “corporações de mão morta”. Entidades religiosas, pias ou beneficentes estavam, pela lei, sujeitas a restrição quanto à alienabilidade de seus bens, e, vendo-se beneficiados com a edição de um decreto que favorecia a sua pretensão de dar à Casa de Asilo um lugar onde se estabelecer, os sócios entenderam cumprida a primeira etapa da tarefa. Contudo, o projeto não saíria do papel nem naquele, nem no ano seguinte, como atesta a sessão de 06/10/87. Na ocasião, discutindo as formas de investimento cogitadas por outras associações da cidade para a construção de suas respectivas Casas de Asilo, os sócios ainda se perguntavam de onde sairia a verba para a execução do projeto na SPD.³⁴⁸

Como visto, na dinâmica associativa corrente o acesso dos sócios aos protetores era claramente estratégico. No protocolo das mediações entre uns e outros, era usual o recurso à comissão de sócios, que se formava com o propósito determinado de ter com a autoridade da vez, solicitando-lhe apoio e proteção. No discurso apresentado no Salão

³⁴⁷ Ata de Sessão no ano de 1864, sem data especificada, em Oliveira, Negros, p.566.

³⁴⁸ Decreto 1.225, de 20 de agosto de 1864, Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1225-20-agosto-1864-554707-publicacaooriginal-73574-pl.html>, Acesso em 12 de maio de 2017; Ata da Sessão de 06/10/1867, Oliveira, Negros, p.801.

da SPD pela passagem dos 25 anos da associação, Manuel Francisco dos Santos revelaria a lógica desse circuito político-associativo, narrando a sua própria trajetória desde a entrada na SPD, em 1857. Depois de cumprir seu primeiro ano e meio em funções de menor importância, Santos integraria sucessivas comissões como as que levaram à assinatura de Herculano Ferreira Penna e Antônio da Costa Pinto – Presidentes da Bahia em mandatos sucessivos, de 1859 a 1861 – no livro de sócios protetores.³⁴⁹

De todas essas comissões, uma em especial chama a atenção. Seria formada não por sócios efetivos, mas por protetores. Seu destino, afinal, era mais alto. Na sessão de 16/10/1864, o presidente Manoel Fernandes levou ao conhecimento de todos a comissão de “Senhores existentes no Rio de Janeiro para em nome da nossa Sociedade felicitar a sua Alteza por ocasião de Seu feliz Consórcio”. Compunham-na os “Excelentíssimos Senhores Conselheiros” Ângelo Moniz da Silva Ferraz, Manoel Messias de Leão, João Joaquim da Silva, Antônio da Costa Pinto e Joaquim Antônio da Silva Carvalho. Dos cinco presentes à comissão, três deles se vinculariam de maneira mais ou menos direta à história da SPD. Silva Ferraz, uma vez Deputado pela Bahia, era Ministro da Fazenda quando da concepção da Lei dos Entraves, em 1861. Costa Pinto foi o Presidente da Bahia em cujo exercício a SPD aprovou o seu estatuto nas regras da lei concebida no Ministério de Ferraz. E Carvalho, ex-Comandante da Guarda Nacional, seria dali a alguns anos o principal responsável pela criação da Companhia de homens pretos, os Zuavos, mobilizada na Bahia e em Pernambuco para a Guerra do Paraguai. Pelo menos 5 sócios da SPD a integrariam.³⁵⁰

Mas não só de protetores se valia a SPD, claro. Internamente, suas decisões e medidas se protegiam debaixo de um rigoroso sistema de “notações”, suspensões e multas. Naquele início de 1864, já estava claro, segundo a declaração do Presidente, estarem “todos obrigados ao acompanhamento dos enterros de mulher, mãe e filhos dos sócios que estiverem no caso, e também recolher os órfãos que houver”. E para garantia das medidas, Fernandes “mandara ler em todas as 1^ª domingos em que houver

³⁴⁹ Discurso proferido na Sociedade Protetora dos Desvalidos pelo sócio Manuel Francisco dos Santos, APEB, SACP, maço 5306, Correspondência recebida da SPD (1861-1880).

³⁵⁰ Todos os membros da Comissão estão qualificados no Quadro de Sócios Protetores (QUADRO B); Sobre os Zuavos, Hendrik Kraay, “Os companheiros de Dom Obá: os Zuavos baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai”, in *Afro-Ásia*, 46 (2012), p.121-161.

sessão, para inteligência dos sócios, e também se pregara uma pauta na porta para melhor constar porque quem deixar de cumprir fica sujeito a multa (...).³⁵¹

Esse quadro de hegemonia dos “sócios novos” não estaria completo, todavia, sem o exercício e a explicitação do controle político sobre seus oponentes, os “sócios antigos”. Não por acaso, e na sequência dos desdobramentos da eleição de fins de 1863, Joaquim Ferrão, antecessor de Fernandes, seria o primeiro a acusar a mudança de conjuntura. Lembre-se que Ferrão não havia comparecido, “por moléstia”, à eleição que consagrara Fernandes. Meses depois, em abril de 1864, ele seria convocado pelo Conselho da SPD para dar explicações sobre suas faltas às sessões. Alegando que ainda se encontrava doente, apesar de informação diversa ter chegado ao conhecimento do Conselho, disse que só havia se declarado “pronto” com o objetivo de responder ao Presidente da Província, no caso da eleição contestada, para tanto indo até a Sociedade buscar o livro de atas que Fernandes não lhe havia confiado. Mas o ânimo ainda pouco crédulo do Presidente em relação às explicações de Ferrão talvez se meça pela sua declaração de que “se o Senhor hoje não se apresentasse eu o mandava notar”, afinal “a lei é quem manda e eu devo executar”.³⁵²

Menos de quinze dias depois desse episódio, em nova sessão seriam “notados” por faltas há 5 meses os sócios: Bento Ignácio de Oliveira, Damião Cardoso da Costa, José Pedro do Sacramento e Damião Lisboa, todos eles envolvidos no episódio da eleição de 1863. Dois meses depois, o Conselho ameaçaria de suspensão os sócios faltantes que, mais do que “moléstias”, certamente reuniam razões políticas para não se juntarem aos demais colegas. Mais uma vez “notados” por ausência, Oliveira, Damião, Ferrão e demais contribuíam para os baixos quóruns das sessões, com média de 15 presentes. O único do grupo que manteria sua presença nas sessões, Geraldo José da Conceição, teve a oportunidade de acusar o Conselho de “espírito de vingança”, defendendo Damião Lisboa, antigo Visitador, da imputação de “descaminho” do dinheiro de um consócio. Da mesma forma, Oliveira e Ferrão seriam convocados “para virem responder na seção de 4 de agosto por um engano que se achava em contas pertencente à mesa destes Senhores”. Perseguição ou “pente-fino”, o fato é que a grande maioria desses sócios

³⁵¹ Ata da Sessão de 21/02/1863, Oliveira, Negros, p.580.

³⁵² Ata da Sessão de 03/04/1864, Oliveira, Negros, p.589.

não tornaria a aparecer antes de 1869, quando Conceição é encontrado na lista de signatários da ata de uma reunião. A exceção seria José Pedro Sacramento, que tendo sido eleito para a Presidência no fim de 1867, renunciaria ao cargo, abrindo espaço para Manuel Francisco dos Santos dar continuidade ao domínio de seu grupo.³⁵³

A década de 1860 chegaria ao fim marcada pela intervenção direta dos “sócios novos” nos rumos da instituição. No contexto da diversificação de seus socorros e auxílios e da progressiva soldagem de sua “estrutura protetora”, teria lugar ainda uma interessante cultura do regimento, razoavelmente difundida no discurso dos sócios, mas especialmente mobilizada como estratégia de poder no grupo dos “sócios novos”. Nesse particular, destaca-se a figura de Antônio José Bracete, que, na titularidade de cargos como tesoureiro, na Comissão de Contas ou de reforma do estatuto, atuava como uma espécie de conselheiro-mor da Presidência no período em questão. Era com frequência a Bracete que o Conselho recorria nas não pouco frequentes situações de impasse na interpretação do regimento. Ou era dele, quase sempre, a palavra que encerrava os debates, por vezes com fina ironia, como na oportunidade em que reagiu a um comentário de Geraldo José da Conceição, na discussão sobre a aposentadoria de sócios. Dissera esse que “se deve premiar o sócio bom e castigar os maus pois quem é que trabalha que não quer ter um lucro”, ao que Bracete respondera que “aqui não é cadeira de lentes para se dar prêmios aos alunos”.³⁵⁴

Com extrema habilidade no uso da lei, e explorando-a como um poderoso lugar argumentativo, curioso é que, segundo o que atesta a sua qualificação eleitoral, Bracete não soubesse ler ou escrever, assim como o Presidente que ele assistia. Esses casos remetem aos estudos sobre letramento, especialmente de escravos, forros e livres de cor, nos quais a exploração da cultura escrita se dá não propriamente pelo domínio da leitura, mas pela participação numa sociabilidade em que, segundo Maria Cristina Cortez Wissenbach, “o código da escrita poderia ser ampliado, e mesmo apropriado, para além dos segmentos alfabetizados”. Nesses termos, a sociabilidade letrada dos Desvalidos, marca da Irmandade fundada em 1832, pode ter ensinado ao “iletrado”

³⁵³ Atas das Sessões de 17/04/1864, 5/06/1864, 10/06/1864 e 03/01/1869, Oliveira, Negros, p.592, 608, 612, 843.

³⁵⁴ Ata da Sessão de 22/05/1864, Oliveira, Negros, p.602.

Bracete a gramática de um uso preciso e disciplinado dos termos, artigos e praxes regimentais. São correntes as passagens nas atas em que sócios “mandam ler” os artigos do estatuto, na resolução de alguma controvérsia, indicando a chave pela qual uma voz passiva se transforma em recurso ativo de poder nos debates institucionais.³⁵⁵

Sob esse pano de fundo, Fernandes, Bracete e seus companheiros de Conselho encaminharam um importante conjunto de mudanças na SPD ao longo da década de 1860 e reafirmaram a sua presença política no cenário da Província, ao lado de outras sociedades mutuais igualmente tradicionais. Para além da comunhão do poder, ambos eram também homens de discursos. No arremate de mais uma discussão com o sócio Geraldo José da Conceição, Bracete emendaria uma viva defesa do Presidente, afirmando que a “verdadeira figura da Presidência do Senhor Manoel Leonardo Fernandes” era “uma moça chamada a iusticia que traz os olhos vendados e na mão esquerda a balança, e na direita a espada”. Ele não era “aquela presidência de compadres e afilhados, e se assim o fosse eu não tornaria mais a esta Sociedade”.³⁵⁶

Fernandes, por sua vez, não deixaria escapar a oportunidade de, um ano após a eleição de 1863, sintetizar numa comunicação oficial o seu sentimento em relação aos feitos daquele mandato. Suas palavras, de fato, são um bom resumo da dinâmica que até aqui procuramos descrever. Agradecendo aos que sabiam “sustentar o caráter da lei”, o Presidente conclama seus “companheiros de trabalho” a “lutar com aqueles que conosco (...) partilham as nossas fileiras; sim, lutemos que somos protegidos pela nossa Padroeira e pelo nosso bem querido Monarca, e pelas autoridades legais. Brilhai, Senhores, apesar de ser pouco brilho, que hoje é o dia do aniversário da nossa glória”.³⁵⁷ No fim do seu discurso, Fernandes louva a “união e a paz para que possamos conseguir

³⁵⁵ Fernandes e Bracete estão qualificados nas páginas d'O Monitor, edição de 30 de julho de 1978, fl.2, Disponível em hemerotecadigital.bn.br, Acesso em 12 de maio de 2017; Maria Cristina Cortez Wissenbach, “Cartas, procurações e patuás: os significados da escrita no mundo da escravidão”, in Marcelo Mac Cord *et alli* (Orgs.), Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2017, p.67 e ss.; A alfabetização de escravos e de forros é tema especial do trabalho de Oliveira, Negros, op. cit. A existência de uma “sociabilidade letrada” entre os Desvalidos foi demonstrada na análise de textos autógrafos, atribuíveis a seus diversos membros, como também se demonstrou o processo de letramento de alguns irmãos no curso da sua atividade na confraria, cf. especialmente, p.188.

³⁵⁶ Ata da Sessão de 1º/05/1864, Oliveira, Negros, p.597.

³⁵⁷ Discurso de Manoel Leonardo Fernandes, Oliveira, Negros, p.1039 (ver).

o progresso da nossa associação”. A “pax” da década havia mesmo feito progredir as rendas da Sociedade.

4.2.3. Economia e identidade profissional dos Desvalidos.

Vale a pena saber quanto coube, à “divisão social” dos Desvalidos, do rateio dos valores do cofre com os irmãos no início da década de 1850. A informação importa pelo propósito de apresentar as duas primeiras décadas da SPD – especialmente 1860 – como um período não só de reestruturação política, mas especialmente de florescimento econômico da associação, o que nos permitirá testar a hipótese de Nishida, segundo a qual uma “condição econômica favorável” teria sido o principal elemento explorado pelos integrantes da SPD para a afirmação de sua identidade racial de pretos.

Pois bem, ao encerrar a contabilidade do Livro Caixa dos Penhores, aberto com o objetivo de registrar o inventário do patrimônio da Devoção, o secretário apresentou a quantia de 2:328\$311 (2 contos, 328 mil e 311 réis). Era, portanto, com metade desse montante que a SPD iniciava oficialmente sua história. A quantia se compunha da soma do dinheiro do cofre com o valor dos penhores, acrescido dos juros vencidos até 4/6/1848, data do rompimento entre os Desvalidos. Deduziam-se ainda de cada metade as custas do processo judicial que contribuía para a criação da SPD. A soma de 1 conto de réis era superior aos gastos mensais com socorros e auxílios nas primeiras décadas da SPD, que de 1850 a 1852 perfizeram, por exemplo, 782\$720, mas esses números tenderiam a crescer, assim como as rendas da associação.³⁵⁸

Mas não só dinheiro no cofre e penhor na balança animariam a fundação da SPD. Seus livros demonstram que, desde pelo menos o início da década de 1850, um expressivo número de ingressos movimentaria o novo caixa.³⁵⁹ A data de abertura de um desses livros em especial, o Livro de Termos de Sócios Protetores, sugere ainda que

³⁵⁸ ASPD, Livro de Caixa dos Penhores, 1851, fl.25V; O registro das despesas se encontra em ASPD, Livro de Registro de Pagamentos de Sócios, fl.40.

³⁵⁹ Além da conta feita a partir da saída de irmãos em direção à futura Sociedade, em meados de 1848, o ASPD, Livro de Registro de Pagamento de Sócios, e o ASPD, Livro de Termos de Entrada de Sócios, documentam desde 1850 o ingresso de sócios. Ao longo da primeira década seriam em torno de 150 os requerimentos de entrada apresentados ao Conselho da Sociedade. É certo que nem todos seriam aprovados, mas o movimento criado pela fundação da mutual se revela no número de solicitações.

os recursos necessários para a criação da mutual proviriam não apenas das contribuições de novos sócios efetivos. Datado de outubro de 1850, sob a rubrica do ainda “Provedor” Carlos Manoel Rozena, o livro, já vimos, inauguraria entre os Desvalidos a prática de receber na Sociedade gente de cor e de condição socioeconômica especialmente distintas daquelas que caracterizavam seus integrantes. Essa nova estratégia marcava uma especial e profunda diferença com a trajetória da irmandade de onde haviam saído muitos dos novos sócios Desvalidos. Entre eles, cumpre lembrar, o “fechamento” racial era absoluto, não havendo na irmandade quer juiz, escrivão ou protetor branco.³⁶⁰

Com encadernação especial, revestido de “marroquim verde e dourado”, é possível que o Livro dos Sócios Protetores tenha funcionado não só como um eficiente recurso político, mas também que tenha sido mobilizado pela Sociedade para fazer frente a obstáculos de ordem financeira. Na Irmandade dos Desvalidos, nada obstante a constância de loterias cujos direitos de exploração os confrades obtinham junto às autoridades provinciais, o cotidiano era de restrição econômica.³⁶¹ Não eram raros os rateios (“fintas”) feitos entre os irmãos para cobrir o pagamento de obrigações regulares como funerais e socorros, ante à exiguidade do cofre. Também algumas vezes a Mesa diretora adotaria o expediente de adiar por muitas sessões as “estremações” de irmãos inadimplentes, ou de convidar os irmãos já “estremados” a reassumirem os seus lugares na Devoção, após o pagamento de nova entrada.³⁶² Na dinâmica institucional concreta, afinal, punir era importante, mas arrecadar era mais.

³⁶⁰ A primeira matrícula de um protetor é datada de 3/01/1851. Trata-se do “Chantre” Manoel Joaquim de Almeida. Na Igreja Católica, o chantre é uma espécie de mestre cantor, responsável pelos salmos e pelo coro na cerimônia. O segundo da lista, cujo registro data de 10/03/1851, seria ninguém menos do que Francisco Gonçalves Martins, juiz de carreira, chefe de polícia, presidente de província, ministro do Império e um dos líderes conservadores da política imperial.

³⁶¹ ASPD, Livro de Registro de Pagamento de Sócios, Recibo emitido à Sociedade Amparo dos Desvalidos pela “encadernação do Livro de Termos de Sócios Protetores”, em 4/02/1855; Sobre loterias e o papel do juiz de paz do bairro, a sessão de 4/08/33, p.510; Na sessão de 4/10/35 discutem-se as contas de pelo menos 5 loterias autorizadas para a irmandade (p.513).

³⁶² Na reunião ocorrida na confraria no dia 3/01/1836, os confrades estipulam em \$140 a contribuição devida por cada um para cobrirem os custos com o funeral de Victorino Pereira Lacerda (p.1043); Na ata da sessão de 25/12/1844, a Mesa determina que os irmãos mantenham “a mesma finta para o socorro dos doentes até se completar o tempo aprazado” (p.876). “Estremar” era desligar o indivíduo da instituição, na linguagem utilizada pelos irmãos.

Contribuía para esse quadro de finanças incertas, além da concorrência de outras confrarias, a dificuldade sempre alegada pelos irmãos de vencerem seus ganhos num disputado mercado de trabalho, e ainda a limitação das oportunidades de investimentos à disposição de instituições como as irmandades, na primeira metade do século XIX. Daí a centralidade de seus cofres e dos penhores neles guardados. Daí também o funcionamento das confrarias como verdadeiras agências mutuárias, ativas junto à comunidade mais ou menos ampla.³⁶³ Porém o cenário seria outro após 1850, dado que a “ascensão das sociedades de auxílio mútuo caracterizou um período no qual os mecanismos de crédito se consolidavam em instituições mais modernas, pela expansão de bancos, companhias de seguros e caixas de auxílios mútuos com fins variados”. A recriação do Banco do Brasil em 1853 marcou tanto a consolidação de um sistema mais ou menos estável de crédito comercial no Império, quanto a intervenção do Estado conservador (saquarema) no sistema bancário. A pluralidade de instituições financeiras estabelecidas na segunda metade do século abriu alternativas de capitalização para grandes e pequenos investidores, como era o caso dos sócios mutuais.³⁶⁴

Nessas condições, seria significativo que em 1864, o então Presidente da associação remetesse à fundação da Sociedade como um momento de renovação que se expressava simbolicamente no aumento dos valores da jóia e da mensalidade face àqueles “autra hora” cobrados pela irmandade. A pretensão de distinção arrogada por

³⁶³ Como demonstram testamentos de integrantes da Irmandade e da Sociedade dos Desvalidos, não era incomum que eles estivessem ligados a mais de uma irmandade. Esses eram os casos, por exemplo, de Daniel Correia, APEB, SJ/IT, 5/1465/1934/43; José Pedro Paraguassu, APEB, SJ/IT, 2181/2650/08; e João Francisco Régis, APEB, SJ/IT, 03/1071/1540/12, esse último membro de cinco confrarias. O mesmo padrão se repetia para os africanos libertos, estudados por Maria Inês Côrtes de Oliveira, *O liberto: o seu mundo e os outros*, São Paulo, Corrupio, 1988, p.79-87; Katia M. de Queirós Mattoso, *Bahia, século XIX: uma província no Império*, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992, p.401, estima em mais ou menos 100 o número de irmandades na capital da Bahia no início do século XIX, a maioria delas irmandades de pretos; O secretário da SPD comentaria sobre “o que é a vida de um operário, que todo tempo lhe é pouco pra ganhar o pão”, cf. Ata da Sessão de 21/02/1864, Oliveira, *Negros*, p.553.

³⁶⁴ A citação está em Mônica Martins, *A prática do auxílio mútuo nas corporações de ofícios no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*, in Cláudio H. M. Batalha e Marcelo Mac Cord, *Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*, Campinas, Ed. Unicamp, 2014, p.36; Sobre o sistema bancário no Império brasileiro e a legislação especial criada pelo gabinete conservador, ver Gambi, *O banco*, op. cit., e Guimarães, *Bancos*, op. cit.; No contexto das sociedades mutuais inglesas, no início do século XIX, Eric Hopkins, *Working-Class Self-Help in nineteenth-century England*, London, UCL Press, 1995, p.15, chama a atenção para a “Saving Bank Act”, lei que em 1817 autorizaria as sociedades registradas a depositarem seus fundos em bancos, com a expectativa de rendimentos favoráveis. José Wanderley de Araújo Pinho, “A Bahia – 1808-1856”, in Sérgio Buarque de Holanda (Org.), *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*, São Paulo, Difel, 1972, vol.2, p.289-90, lista os principais bancos criados na Província da Bahia até meados da década de 1850.

Manoel Leonardo Fernandes, e remontada à origem da instituição, tocava porém num ponto sensível da dinâmica das associações de caráter mutual, qual fosse o baixo valor habitual de suas subscrições, que contribuía para seu “número ilimitado de membros”, na conhecida fórmula da Sociedade Londrina de Correspondência de fins do século XVIII, reproduzida por mutuais Ocidente afora.³⁶⁵ Ocorre que a memória do Presidente não estava assim tão arejada.

É que os valores supostamente majorados no início da década de 1850 pela SPD (10\$000 para a jóia e \$500 para a mensalidade) já eram a rigor praticados pela Irmandade dos Desvalidos desde o início de 1846, ao menos na parte relativa à jóia. Com efeito, possivelmente atualizando os valores inflacionados – dentre outros motivos, pelo derrame de moedas falsas na Província – uma primeira elevação do valor da jóia se dá no início de 1844, registrando-se na ata da sessão desse dia que “de ora em diante todo Irmão que querer (sic) entrar há de dar quatro mil réis”. Dois anos depois, porém, em fevereiro de 1846, os quatro mil réis literalmente já não davam nem para a entrada, pois a Mesa decidira fixar em 10\$000 o montante a ser desembolsado por todo aquele que pretendesse ingressar na confraria. A mensalidade, por sua vez, seria fixada em \$240. 10\$000 viria a ser justamente o valor da jóia cobrada pela SPD de seus integrantes desde a sua fundação.³⁶⁶

Para que se tenha um parâmetro sob o qual considerar esses valores, tomemos as informações de Adhemar da Silva Jr. e David Lacerda a respeito das jóias e

³⁶⁵ O discurso de Fernandes encontra-se em Oliveira, *Negros*, p.1039, 637-8; A fórmula da Sociedade inglesa tornou-se conhecida a partir de E. P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*, v.1, 4. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p.15; Inúmeras sociedades mutuais no Brasil seguiriam o lema, com suas variações, do “número ilimitado de membros”, como mostram Marcelo Badaró de Mattos, *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, Rio de Janeiro, Bom Texto, 2008, p.92-93, Chalhoub, Machado de Assis, p.241 e ss., e Ronaldo Pereira de Jesus, “História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico (1860-1887)”, in Carla Maria Carvalho de Almeida e Mônica Ribeiro de Oliveira (Orgs.), *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*, Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2006, p.291 e ss.

³⁶⁶ Sobre a crise pelo excesso de moedas falsas até o fim do Primeiro Reinado na Bahia, ver Daniel Afonso da Silva, *Histórias de Bahia, histórias de Brasil: cinco estudos sobre a crise do Primeiro Reinado na Bahia*, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2007, p.60-79; Pinho, *A Bahia*, p.286, data a resolução do problema das moedas falsas na Província de metade da década de 1850, mas em 1862 o Correio Mercantil noticiava a prisão de João da Costa Jr., traficante de escravos que mantinha uma fábrica de moedas falsas na ilha de Itaparica, cf. *Correio Mercantil*, edição de 18 de setembro de 1862; Os valores das jóias são discutidos nas Atas da Sessão de 3/03/1844 e 1º/02/1846, em Oliveira, *Negros*, p.748 e p.665; ASPD, *Livro de Termos de Entrada de Sócios*, fl.3, apresenta o valor pago pelo sócio Quintino Thomas de Florêncio Aquino: 10\$000.

mensalidades de mutuais do Rio Grande do Sul e da Corte na segunda metade do século. Nas “mutuais étnicas” da província do Sul, segundo a classificação de Silva Jr., a média das jóias alcançava 10\$700, entre os anos de 1861 e 1880. O cômputo das “mutuais classistas” para o mesmo período indicava uma média mais elevada: 13\$000. As mensalidades giravam em torno de 1\$100 para as primeiras, e 1\$625, para as segundas. Na Corte, segundo Lacerda, a Sociedade Auxiliadora dos Artistas Alfaiates praticava, em 1876, um tipo de cobrança que demonstrava a preocupação tipicamente atuarial de uma associação previdenciária, ao distinguir os valores das jóias segundo a idade dos candidatos (5\$000 até 35 anos e 10\$000 acima dessa idade), e ao pagar pensões equivalentes aos mensais, que variavam de 1\$000 a 4\$000.³⁶⁷

Os números da estreante Sociedade Protetora dos Desvalidos, portanto, não destoavam da média – logo não prejudicavam o “número ilimitado de membros” – salvo o padrão da mensalidade (\$500), que estava abaixo daquele que se praticava em outras mutuais do Império. No contexto econômico que se abria com a segunda metade do século, no entanto, seria basicamente pela exploração de outros recursos que a SPD lograria se distinguir da irmandade da qual havia se separado. Embora trabalhassem com penhores até pelo menos o final da década de 1860, os sócios passariam a movimentar investimentos que empanariam a centralidade do cofre como símbolo da riqueza associativa, como evidencia a ordem que dá ao seu “digno Thezoreiro” o presidente da SPD, de que “recolhesse a quantia de 100\$000 no Banco da Bahia”.³⁶⁸

Desde então são frequentes as menções do tesoureiro e do secretário da SPD aos “dividendos” recolhidos do Banco da Bahia ou da Caixa Mercantil, numa demonstração da diversificação de investimentos que passaria a caracterizar a administração das rendas das mutuais no período. A rotina dos penhores abandonados modificaria, da mesma forma, o sistema de empréstimos, e o uso de letras e hipotecas tenderia a conferir maior segurança a esse tipo de crédito largamente oferecido pelas irmandades, e que as mutuais não abandonariam de todo. David Lacerda observa que,

³⁶⁷ Silva Jr., *As sociedades*, p.170-72; Lacerda, *Solidariedades*, p.130-32.

³⁶⁸ Em ata de sessão do ano de 1864, Oliveira, *Negros*, p.566, os sócios da SPD discutem estratégias para darem conta de penhores remanescentes e abandonados, mas o ASPD, Livro de Registro de Pagamentos de Sócios, fl.40 e ss, indica que empréstimos feitos por esse sistema ainda geravam renda para a associação; Ata da Sessão de 7/02/1860, Oliveira, p.551,

para além das contribuições de seus membros, “as mutuais lançavam mão de outras estratégias para compor suas receitas, dentre as quais se destaca a aquisição de apólices da dívida pública, que permitia aplicar os juros obtidos nos cofres da entidade para usufruto dos sócios”.³⁶⁹

Sintomática dos diferentes contextos financeiros vividos pela Irmandade dos Desvalidos, na década de 1830, e pela SPD em meados da década de 1860 é a oposição entre as providências adotadas por irmãos e sócios diante do quadro de desmonetização da economia. Num caso, a crise do derrame de moedas falsas acossava o mercado da Província, obrigando indivíduos e instituições que lidavam com crédito a trocar suas cédulas junto à fazenda pública. Foi o que fez um encarregado da Irmandade dos Desvalidos na ocasião, em 1837.³⁷⁰ No outro caso, a debacle financeira provocada pela quebra da Casa Souto, uma das maiores instituições financeiras do Império, levou a uma corrida generalizada aos bancos, que, suspendendo seus pagamentos, desorganizou o fluxo de crédito entre os de cima, mas, com mais força, provocou desabastecimento e fome entre os de baixo, retirando de circulação os “trocós miúdos”. Na SPD, em sessão ocorrida pouco antes de que a falência da Casa Souto completasse um mês, os sócios debatiam a conveniência de sacar o dinheiro investido em um banco privado e depositá-lo “em algum banco do governo”. Ou ainda, cogitavam, comprar uma propriedade, protegendo-a com seguro.³⁷¹

O sócio Bracete não via com bons olhos o retorno do dinheiro ao cofre da Casa. Talvez lhe parecesse uma prática demasiado antiga. Decidiu-se então nomear uma comissão cujo propósito era levantar informações sobre a crise, e averiguar se a SPD estaria apta a sacar como acionista ou correntista o dinheiro em poder do banco, o que indica o real interesse dos sócios nas atividades financeiras. Passados 15 dias dessa deliberação, o tesoureiro informaria ter levantado do Banco da Bahia a importância de

³⁶⁹ Atas das Sessões de 07 e 21/02/1864, Oliveira, Negros, p.577, 580; Lacerda, Solidariedades, p.130.

³⁷⁰ Ata da Sessão de 05/03/1837, Oliveira, Negros, p.881.

³⁷¹ Segundo Thiago Fontelas Rosado Gambi, “Projetos políticos e crises econômicas: análise do caso do Banco do Brasil na crise bancária de 1864”, in Revista Veredas da História, v.5, n.2, 2012, p.1, “No dia 10 de setembro de 1864, a casa bancária A.J.A. Souto e Cia., uma das mais importantes do império brasileiro, suspendeu seus pagamentos iniciando uma crise bancária na praça do Rio de Janeiro, capital e centro financeiro do país, e comprometendo definitivamente a política econômica idealizada pelo partido conservador que vinha sendo colocada em prática desde o início das operações do Banco do Brasil em 1854”; Ata da Sessão de 02/10/1864, Oliveira, Negros, p.628.

1:016\$660, tornada ao cofre da Sociedade, “para se lhe dar o destino que estava em discussão”. Mais uma vez é Bracete quem intervém, sugerindo que se devolva o dinheiro ao mesmo banco, pois o “mau tempo” já havia passado. Resolve-se então depositar uma vez mais a soma recolhida, acrescida “de mais algum contingente”.³⁷²

O cancionero popular não deixaria de se manifestar sobre a grave tragédia financeira de meados da década de 1860, e Silvia Cristina Martins de Souza estudou a recepção da crise pelo universo dos lundus, tipo de música dançada, de origem africana, corrente na cultura popular brasileira da época. Duas dessas composições traduzem curiosamente a diferença entre as perspectivas assumidas por irmãos e sócios frente à crise econômica. “A quebra dos bancos” cantava que “Já se deixa ver então/ Que no mundo não há pobres/ Pois os mais necessitados/ Tinham juntado bem bons cobres”, sugerindo que não só ricos haviam se beneficiado das especulações bancárias. Por outro lado, “Já não há trocos miúdos” falou do desespero daqueles que não podendo juntar seus “bons cobres” “se veem em assados e apuros/ Pois desejando miúdos/ Há de pagar grandes juros”. Verdade então que, diante das novas operações e novos dividendos que haviam permitido à SPD aumentar suas rendas e juntar seus cobres, trocar dinheiro junto ao governo parecia “troco miúdo”.³⁷³

Mas a fatura bancária não faria a SPD descartar outra forma típica, como os penhores, de financiamento das irmandades: a loteria. No entanto, a nova legislação sobre o assunto, vigente desde fins de 1860, atrasaria a autorização oficial para que a SPD pudesse obter os resultados de sua primeira loteria. De fato, a Lei 1.099/1860, revogando a disciplina anterior, de 1831, estabelecia regime e controles mais rigorosos acerca da concessão do direito de explorá-las, limitando-as em tempo e número, e definindo uma burocracia mais custosa a ser percorrida pelas instituições habilitadas. Por essa razão, apenas em 1864 o Tesoureiro da SPD anunciaria “o produto de nossa primeira loteria”, embora pelo menos desde 1861 houvesse comissões formadas para

³⁷² Atas da Sessões de 02/10/1864 e 16/10/1864, p.628, 634.

³⁷³ Silvia Cristina Martins de Souza, “Crise! Crise! Crise! A quebra da Casa Souto nas letras de lundus compostos no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”, in *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n.29, jul/dez. 2014, p.599-602.

solicitar junto ao Governo a concessão de “algumas loterias” para a Sociedade. Seu resultado, a soma de 1 conto de réis “já se achava recolhida no Banco da Bahia”.³⁷⁴

Diversificar as formas de renda e multiplicá-las por meio da exploração de novas oportunidades de investimento seria uma estratégia bem-sucedida da SPD ao longo da década de 1860. As contas que a associação seguia ano a ano apresentando aos seus integrantes exibiam a boa forma do capital que acumulavam com os investimentos bancários. No fim do ano de 1867, por ato decorrente da eleição de nova composição do Conselho, “foram entregues ao Senhor Sócio Tesoureiro dois conhecimentos do Banco da Bahia contendo o seguinte: um de 2:712\$020 [e outro] de 1:51\$420”. Em meados de 1868, o Presidente “ordenou também ao Tesoureiro para levantar os dividendos do conhecimento do Banco da Bahia, da quantia de 2:752\$728, e outro dito de 1:77\$340, pertencente à mesma Sociedade”.³⁷⁵

A soma desses dividendos conferia autonomia para que a Sociedade cumprisse com as suas obrigações assistenciais sem a necessidade de recorrer a rateios ou “fintas” entre os sócios, como era praxe no regime da irmandade, ou mesmo nos primeiros anos de funcionamento da SPD. Nas contas do ano de 1854, por exemplo, a lista de “fintas recebidas”, constante do quadro de receitas, indica que os gastos regulares da SPD ainda eram cobertos, ao menos em parte, com essas contribuições, a exemplo daquelas que se recolheram para o “enterramento do finado sócio Manoel Ângelo de S. Anna”. Em meados de 1868, os registros do pagamento de auxílios e socorros não mencionam qualquer contribuição específica dos sócios, o que sugere que o cofre da Casa era bastante para o cumprimento das obrigações típicas da associação. Da mesma forma, a renda associativa era suficiente, a essa altura, para dar conta da aquisição do imóvel onde se instalaria a Sociedade após ser retirada do salão que ocupava na Igreja do Rosário dos Pretos da Baixa dos Sapateiros.³⁷⁶

³⁷⁴ Lei 1.099, de 18 de setembro de 1860, Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=58888&norma=74744>, Acesso em 06 de abril de 2017; Ata da Sessão de 05 de junho de 1864, Oliveira, Negros, p.608; Manuel Leonardo dos Santos, Discurso proferido, op. cit.

³⁷⁵ Atas das Sessões de 27/10/1867 e 06/05/1868, Oliveira, Negros, p.1028, 838.

³⁷⁶ ASPD, Livro de Registro de Pagamentos de Sócios, fls.111-112; Atas das Sessões de 03/03/1868 e 04/05/1868, Oliveira, Negros, p.1030-31; Os procedimentos para a compra do imóvel situado à Rua do Bispo são narrados por Manuel Leonardo dos Santos, Discurso proferido, op. cit., e se dão no ano de 1868.

O ano de 1869 chega e com ele a Sociedade Protetora dos Desvalidos apresenta seu balanço econômico, no qual é possível observar a “saúde financeira” da instituição, requisito fundamental para o cumprimento de suas obrigações associativas, mas também sinalização decisiva de credibilidade para as autoridades provinciais encarregadas de seu controle e de sua proteção.³⁷⁷ O Tesoureiro da associação ocuparia as pautas das sessões de fevereiro e agosto daquele ano com a comunicação dos dividendos recolhidos de uma vasta diversidade de instituições financeiras (Banco da Bahia, Caixa de Reserva Mercantil, Caixa Hipotecária, Caixa Econômica), dando conta dos impostos pagos e dos aluguéis cobrados de imóveis de propriedade da SPD, e apresentando os saldos de juros dos penhores e resultados das loterias. Desde a primeira loteria, em 1864, a Sociedade parecia ter ajustado a fórmula do sucesso nos seus pleitos: na reunião de prestação de contas, o Presidente informou à assembléia que montara uma comissão para saber do sócio protetor Manoel José de Figueiredo Leite “o tempo em que ele tem de requerer ao Governo loterias”. Era ele quem costumava pedi-las em favor da Santa Casa de Misericórdia, por ter sido dela Provedor.³⁷⁸

Se é verdade, portanto, que as formas de renda haviam se multiplicado no panorama econômico da nova década, por outro lado o instrumento econômico mais característico da filiação do indivíduo com a sua associação seguia ocupando um lugar central: a mensalidade. Era basicamente a partir dessa contribuição que novos rendimentos poderiam ser explorados por novos sócios, que ao mesmo tempo em que garantiam “saúde financeira” à instituição, também lhe conferiam uma identidade de tipo profissional. Na década de fundação da SPD, dentre os 68 requerimentos de ingresso que contam com identificação profissional, (de um total de 75), 75% deles são

³⁷⁷ Exibir “saúde financeira” não era só requisito formal de legitimidade das associações, antes era sobretudo condição para sua longevidade, dado que muitas delas “quebrariam” não muito tempo depois de sua fundação, como discutem Silva Jr., *As sociedades*, p.210, e Lacerda, *Solidariedades*, p.137-39.

³⁷⁸ Possuir meios para a garantia da “saúde financeira” da associação era requisito estritamente observado pelo Conselho de Estado na avaliação que, por determinação da Lei dos Entraves, faziam dos pedidos de funcionamento das mutuais, segundo Lacerda, *Solidariedades*, p.25; Ata da Sessão de 28/02/1869, Oliveira, *Negros*, p.745; ASPD, Livro de Atas (1862-1868), fls.293-5; ASPD, *Demonstrativo de Receitas e Despesas*, fls.1-10.

assinados por marceneiros, pedreiros ou carpintas, como representado no quadro abaixo.³⁷⁹

QUADRO 4
Requerimentos de Entrada na SPD (Década de 1850
(Por Ocupação)

Ocupação	Requerimentos
Pedreiro	20
Marceneiro	16
Carpinteiro	16
Sapateiro	5
Alfaiate	4
Torneiro	2
Professor	1
Barbeiro, Latoeiro, Serrador, Cabouqueiro	4
Total	68

Fonte: Livro de Registro de Pagamento de Sócios

Essa identidade profissional dos integrantes da SPD, que se confirmaria ao longo da década de 1870, como demonstraram Tânia Lobo e Klebson Oliveira, aparece como um dado relevante do processo de diferenciação entre sócios e irmãos Desvalidos. A rigor, como se argumentou no capítulo anterior, até onde se sabe a respeito das ocupações dos irmãos não estava dada entre eles uma identidade de ofício, à diferença do que parece avultar da lista de candidatos à SPD ao longo da década de sua fundação. A se conferir crédito às informações prestadas por Pierre Verger (porque desacompanhadas do abono das fontes), seguidas por Oliveira e também por Nishida, 7 marceneiros e pedreiros teriam tido a companhia, dentre os 19 fundadores, de um carregador de água, um vendedor de toucinho, um carroceiro, um produtor de vinagre e outros trabalhadores “do ganho”, suposta ocupação daquele apontado como mentor do grupo, Manoel Victor Serra, “ganhador do Canto da Preguiça”, segundo Verger.³⁸⁰ O

³⁷⁹ ASPD, Livro de Registro de Pagamentos de Sócios; O quadro completo se encontra em anexo.

³⁸⁰ Lobo e Oliveira, *Escrita liberta*, p.451; Pierre Verger, *Fluxo e Refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*, 3. ed., São Paulo, Corrupio, 1987, p.517; O maior número de artífices entre não fundadores da irmandade indica que a proporção de oficiais

traço profissional marcado na SPD tendia, portanto, junto com as alternativas econômicas, a amadurecer os elementos de ruptura com a prática e a memória da irmandade, ruptura que a Sociedade iria avançando ao longo do tempo.

A maior coesão profissional dos integrantes da SPD haveria ainda de contribuir para um outro processo que articulou adesão e financiamento a partir de uma espécie de “círculo do ofício”. Ele se manifestava na prática regular de serviços prestados à associação por parte de sócios ou de outros artífices que, ainda não sendo sócios, viriam a tomar assento na Sociedade em seguida à contratação de alguns trabalhos junto à mutual. É comum encontrar, portanto, não apenas registros de sócios que promovem serviços na associação (reparos, obras, fornecimento de materiais), como também recibos sucedidos de requerimentos de entrada, o que indica a existência de uma sociabilidade que favorecia as trocas entre sócios, como profissionais, e a Sociedade, como instituição.

Agostinho Antônio da Cunha e Manoel Gonçalves da Silva, por exemplo, ambos uma vez membros da Irmandade dos Desvalidos (o último deles, ex-Provedor), receberam por serviços realizados respectivamente nas janelas e portas da sede da associação, e pelo trabalho no novo cofre, ainda nos dois primeiros anos após a fundação da SPD. Por sua vez, Estevão Machado de São Domingos era o fornecedor oficial dos “fogos” empregados nas comemorações do Dia da Padroeira da associação. Duas dessas entregas ocorreram antes de seu ingresso como sócio na SPD, a última delas apenas 10 dias antes de seu requerimento ser aprovado pelo Conselho da Sociedade. Já Luiz Portugal, cuja matrícula de sócio não pôde ser encontrada na documentação, assina quitação por serviço de pintura de vidraças e portas da “Casa da Sociedade”, na Igreja do Rosário das Portas do Carmo, em 1851. Ainda que, ao que parece, não fosse sócio, Portugal seria primeiro testamenteiro de José Pedro da Silva Paraguassu, poderoso irmão e sócio Desvalido, e por ele indicado para administrar a propriedade que detinha

mecânicos pode ter aumentado, sem que a irmandade tenha necessariamente assumido o perfil de uma instituição de cunho profissional.

com a SPD, no curso de 5 anos após a sua morte, ao fim dos quais ela deveria reverter para a Sociedade, mais um exemplo de “mutualidade” entre sócios e associação.³⁸¹

A história da SPD é parecida com a de outra sociedade mutual baiana do período, mais antiga e de saída marcada por um perfil profissional de caráter mais homogêneo. Da Sociedade dos Artífices, fundada em 1832, nasceria vinte anos depois o Montepio dos Artistas, justamente por um conflito vivido em torno das opções de investimento do dinheiro do cofre, e pelas consequências políticas daí decorrentes. Conta a historiadora oficial da Sociedade dos Artífices, Maria das Graças de Andrade Leal, que os alegados prejuízos causados à Sociedade pela administração dos penhores animaram alguns sócios a propor e a aprovar, em assembléia, o depósito das rendas associativas em uma instituição financeira, o que implicava retirar do controle direto da Mesa a exploração dos valores das jóias e mensalidades constantes do cofre. A medida proposta tinha ainda como consequência acabar com o sistema de empréstimos por penhor, central até ali, e que, como lembra Leal, rendia juros fixados por decisões arbitradas nas reuniões dos sócios, prática que favorecia a formação de grupos de poder na associação. Não por acaso, esse expressivo conflito – que contou com a tradicional mediação de delegados, subdelegados e com a arbitragem de sócios protetores – redundou na saída do grupo favorável ao fim dos penhores, que viu sua proposta ser derrubada, e que, literalmente, pediu suas contas em meados de 1852, deixando, porém sem elas, a Sociedade dos Artífices meses depois. Em 1853, eles criariam o Montepio dos Artistas.³⁸²

Esse trecho da história dos Artífices funciona como boa síntese de um conjunto de mudanças que sugerem fortemente o ocorrido também com os Desvalidos. Não obstante a documentação da SPD seja menos generosa quanto ao aspecto narrativo desses conflitos de ordem financeira, estruturalmente é possível desenhar uma dada

³⁸¹ ASPD, Livro de Registro de Pagamentos de Sócios, Recibos emitidos por Agostinho Antônio da Cunha e Manoel Gonçalves da Silva, fls. 12, 18; Recibos emitidos por Estevão Machado de São Domingos, fls.8, 43, 45; Recibo emitido por Luiz Portugal, fl.36; ASPD, Livro de Termos de Entrada de Sócios, Requerimento de entrada de Estevão Machado de São Domingos, 14/09/1851, fl.2/2V; Testamento de José Pedro da Silva Paraguassu, op. cit.

³⁸² Maria das Graças Andrade Leal, Artífices baianos em um momento de crise e o mutualismo em debate (1852), in *Tempos Históricos*, vol.20, 2º semestre de 2016, p.321-30; O banco em que alguns dos artífices pretendiam depositar o dinheiro da Sociedade era a Caixa do Comércio, cf. Maria Conceição Barbosa da Costa e Silva, *Sociedade Montepio dos Artistas da Bahia: Elo dos trabalhadores em Salvador*, Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, 1998, p.35 e ss.

direção, lida pela combinação de indícios e de resultados práticos institucionais, da transformação nas formas de ajuda mútua popular que a dinâmica das sociedades mutualistas inaugurava não só na trajetória dos sócios de 1851.

A musculatura inicial adquirida pela SPD na sua primeira década de existência, firmando-a como empreitada coletiva viável, tendeu naturalmente a apontar para a sua capacidade de efetivar um conjunto de projetos que pudessem lhe conferir efetivo porte mutualista, à maneira daqueles que suas congêneres da Província desenvolveriam sobretudo a partir da década de 1860 (Quadro 5). De fato, é a partir de então que as primeiras iniciativas tipicamente mutualistas são postas à deliberação dos consócios da SPD, cobrindo um conjunto de propósitos e atividades que o artigo 1º do Estatuto da Sociedade dos Artífices, de 1832, reuniria em síntese, espelhando o que seria a trajetória da SPD na década de 1860:

§1. Concorrer para animação e desenvolvimento das artes que forem exercidas por seus membros; não somente para que se obtenha a maior economia do tempo e do trabalho que nas mesmas obras se empregarem.

§2. Socorrer em comum os sócios que caírem em desgraça ou que por algum acontecimento desastroso fiquem privados de ganhar pela sua arte.

§3. Cuidar da subsistência e educação dos filhos, tanto legítimos como naturais, legalmente reconhecidos dos sócios que falecerem, até que os filhos possam ganhar sua subsistência.

§4. Prestar alimento às viúvas dos mesmos sócios, enquanto elas tiverem disso necessidade e viverem honestamente.³⁸³

A modernização mutualista, sentido fundamental da mudança encarnada pela Sociedade Protetora dos Desvalidos, implicava, portanto, isso: organizar e dispor de processos eficientes de proteção e promoção profissional no interior de uma associação de indivíduos de cor, concebida fora dos vínculos e dos controles corporativos tradicionais. Afinal, sua “verdadeira religião eram os socorros mútuos”.³⁸⁴ Do ponto de vista político, por sua vez, a modernização mutualista significava pavimentar o caminho para a construção de um patrimônio associativo que resultasse de novos tipos de investimento, através da exploração de relações de proteção travadas diretamente com sócios honorários brancos, atores conspícuos do universo da política institucional.

³⁸³ Leal, Artífices baianos, p.321.

³⁸⁴ Andrews, Los afroargentinos, p.181.

Quadro 5 - Mutuais na Província da Bahia (1832-1861)

Sociedade Mutualista	Ano de fundação
Sociedade dos Artífices	1832
Sociedade Médico-Pharmacêutica de Beneficência Mútua	1841
Sociedade Protetora dos Desvalidos	1851
Sociedade Montepio dos Artistas	1853
Sociedade Humanitária dos Artistas	1856
Sociedade Protetora e Beneficente dos Artífices Carpinteiros e Calafates	1860
Sociedade Montepio dos Artistas Nazarenos	1861

Fonte: APEB, SACP, maço 1575.

A fala de um desses eminentes honorários brancos, dirigida da condição de Presidente da Província aos artífices baianos, no ano de 1844, permite entender que leitura faziam os homens de Estado do papel a ser assumido diante das “oficinas”, que “pouco têm adiantado a perfeição das obras, não por falta de talento da maior parte dos oficiais, mas por falta de prêmios que os estimulem”. Na concepção de Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, cabia ao Estado incentivar a “invenção” dos artistas e oficiais mecânicos, fomentando-os e mesmo preferindo “aqueles que mais se distinguirem nos Arsenalis e administrações das obras públicas”.³⁸⁵ A administração pública desenhava nesses termos o modelo de uma relação fortemente clientelista com os artífices organizados que, por meio dessa mesma organização, haviam de atender ainda a uma outra face do universo do trabalho que o “fomento” do Estado estava longe de pretender cobrir: a assistência na vida e após a morte daqueles a quem a sorte faltava.

No próximo e último item desse capítulo, retomaremos a discussão sobre o elemento racial presente na história e na atuação da Sociedade Protetora dos

³⁸⁵ “Falla que recitou o Presidente da Província da Bahia”, fl.14. Além de garantir uma sala no antigo prédio da Casa da Moeda aos desalojados membros da Imperial Sociedade dos Artífices em 1844, Vasconcelos seria também “fomentador” honorário e Protetor da SPD, conforme está assentado no ASPD, Livro de Termos (Sócios Protetores), fl.10.

Desvalidos como sociedade mutual. Discutindo a hipótese de Mieko Nishida, para quem a SPD representaria uma redefinição da identidade racial de pretos na Bahia da segunda metade do século XIX, pretendo reexaminar os pressupostos das bases materiais de auto-identificação dos Desvalidos, argumentando que elas extrapolavam a “condição econômica favorável” de oficiais mecânicos, e que iam ao encontro de uma escolha política, formulada em torno de um tipo de ascensão tradicional pela cor.

4.3. Senhores e Protetores: identidade racial numa experiência mutualista.

A Sociedade (hoje Associação) Protetora dos Desvalidos é uma importante e centenária associação civil de homens e mulheres negras cuja marca na história da Bahia vem sendo reconhecida – no âmbito acadêmico mas não só – por incontáveis estudos feitos até aqui. Poucos desses estudos, porém, enfrentaram a questão das intrincadas implicações raciais e políticas que a autorização oficial de uma sociedade mutual exclusiva de homens pretos importou, em meados do século XIX. O trabalho que talvez tenha ido mais longe nessa direção foi o de Mieko Nishida, “Slavery and Identity: ethnicity, gender and race in Salvador, Brazil, 1808-1888”, ainda assim menos detido na história da SPD do que tomando-a como “exemplo” de uma mudança mais ampla.

Como já se avançou no início desse capítulo, na compreensão de Nishida, nos últimos anos da escravidão no Brasil o processo de distinção da ampla população de indivíduos livres de cor diante dos marcadores da escravidão teria passado pela sua recusa à autodesignação como “pretos” – dada a sua associação com o cativo – e pela preferência à autoidentificação como “mulatos”, “apesar da evidente cor de sua pele e de outros fenótipos ostensivos”. Sem embargo disso, ela segue:

a group of free-born men of African descent with artisanal skills and substantial economic means chose a collective racial identity as blacks and transformed one of the newly established free black lay sodalities into a new type of mutual-aid association exclusively for black Brazilian male citizens.³⁸⁶

Segundo a autora, a base material chave de apropriação da identidade de pretos pelos membros da SPD seria a classe, entendida como posição em relação à posse de

³⁸⁶ Nishida, Slavery, p.9.

“meios econômicos substanciais”, e também pensada em relação à sua coesão profissional. Explorando esses atributos, os Desvalidos estariam em condições de “(re)define their blackness in their own terms, *not in the view of the white dominant society*, thereby creating a new racial identity at a collective level”.³⁸⁷

Acredito que o que se demonstrou no presente trabalho a respeito da história da SPD nas duas primeiras décadas de sua existência não corrobora o argumento de Nishida acerca das condições de ascensão social e de construção da identidade racial de seus membros, no bojo da experiência associativa. Pretendo, à frente, retomar os termos da trajetória dessa associação e discutir a sua bem-sucedida inserção social sem perder de vista que as estratégias de que se valeram seus integrantes estavam perfeitamente alinhadas à visão que a “sociedade branca dominante” tinha dos negros na sociedade escravista que viam de cima. Mais do que isso, essas estratégias se compunham reciprocamente.

Estudando grupos de senhores não-brancos na Bahia, Bert Barickman chamou a atenção para as implicações “às vezes contraditórias e ambíguas que decorrem da presença tão significativa de não-brancos entre os proprietários de escravos”. Dada a ampla e generalizada identificação da sociedade com o escravismo, continua o autor, “a existência de senhores de escravos pretos e pardos demonstra que, apesar do preconceito, os não-brancos livres, *como indivíduos*, podiam alcançar uma medida real de ascensão social e econômica na sociedade brasileira do século XIX”.³⁸⁸

A SPD é um caso de ascensão *coletiva* de senhores não-brancos de escravos. A base material dessa história não está, portanto, exclusivamente fundada na posse e no uso de “meios econômicos substanciais”, mas antes sua própria posse e os benefícios sociais que ela pôde produzir resultaram dos meios de negociação e do trânsito entre hierarquias da sociedade escravista que os artífices pretos se habilitaram a pôr em funcionamento. Nessas condições, seja individual ou coletivamente, ascender pela cor foi possível, como o demonstra a história da SPD, mas não nos termos “autônomos” propostos por Nishida. Vale dizer, cor preta (“raça”) e classe requeriam a intervenção

³⁸⁷ Nishida, *Slavery*, p.149 (Grifos meus).

³⁸⁸ B. J. Barickman, “As cores do escravismo: escravistas ‘pretos’, ‘pardos’ e ‘cabras’ no Recôncavo baiano, 1835”, in *População e Família*, São Paulo, n.2, 1999, p.9 (Grifos originais).

de um elemento político que compôs, junto com as duas outras variáveis, o cenário em que é possível discutir a identidade racial dos Desvalidos. A explicitação desse argumento segue, adiante, por meio de duas observações centrais à tese de Nishida.

A primeira é a de que, a rigor, os Desvalidos não se “tornam” pretos com a SPD. Eles já eram pretos desde 1832. Bem entendido, isso significa que desde a expressão empregada pelos irmãos, em 1835, para distinguir a condição dos que estariam autorizados a pleitear inscrição na confraria, já era possível saber que eles se tratavam por “crioulos livres de cores pretas nascidos no Império do Brasil”. E o mesmo se pode afirmar a respeito dos candidatos a ingresso na Sociedade Protetora dos Desvalidos, desde a década de 1850: a maioria se dizia crioulos, embora outros se chamassem pretos, é o que se constata da leitura dos seus requerimentos de entrada.³⁸⁹ A identidade de pretos, portanto, não é nova em 1870, o que sugere que nas décadas anteriores ela encontrara um suporte simbólico que não era a “condição econômica favorável” dos sócios da mutual, traço aliás que não caracterizava a irmandade ou a maioria de seus integrantes, como visto. Como observado no capítulo 3 desse trabalho, é de se supor que o letramento como índice de autonomia sustentava o processo de individualização de seus membros, pretos livres, em relação aos demais pretos, nomeadamente os cativos, ao mesmo tempo em que potencializava a radicalização da exclusividade de cor (proibição de brancos) no interior de um tipo de associação historicamente adaptada ao fechamento étnico e racial.

Efetivamente novo na década de 1870, além da “situação de classe” da sociedade mutualista, é o desuso da expressão “crioulo” como designação de cor, o que estaria associado ao crescimento expressivo da população afrodescendente livre nativa, como lembra a própria Nishida. Observe-se que nos registros do censo produzidos pela Província da Bahia quinze anos antes (1855) – na medida em que se podem tomar suas categorias como representação da realidade – a marca da “qualidade” estava presente. Ela transitava do branco ao preto, passando pelo pardo, *crioulo* e cabra.³⁹⁰

³⁸⁹ Ata da Sessão de 29/03/1835, Oliveira, Negros, p.542; ASPD, Livro de Registro de Pagamentos de Sócios, 1848, fl.19 e ss; Sobre os requerimentos, ver QUADRO A.

³⁹⁰ Nishida, Slavery, p.147; Sobre o censo na Bahia em 1855, a apuração da “qualidade” ou cor, suas considerações e seus resultados: Anna Amélia Vieira Nascimento, Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX, Salvador, Edufba, 2007, p.101 e ss; A Lei nº 586, de 1850,

Nos anos de 1850, com a sua fundação, a SPD continuaria a experiência do associativismo de cor proposta pela irmandade dos Desvalidos duas décadas antes, mas esse tipo de racialização confrontaria setores urbanos alinhados com uma dada interpretação liberal da Constituição de 1824, a exemplo dos redatores de *O Homem de Cor*, assim como trabalhadores pobres da lavoura, em boa medida responsáveis pela suspensão das iniciativas oficiais de contagem geral da população durante cerca de vinte anos.³⁹¹ Segundo Ivana Lima, essa recusa, manifestada em motins e revoltas contra a “lei do cativo”, “ligava-se não a uma ignorância, mas a uma forte indisposição com a linguagem oficial que os classificaria como pretos, pardos ou cabras”, e que os aproximaria, na sua perspectiva, não só simbolicamente da escravidão.³⁹²

Em 1870, os pretos que a associação dos Desvalidos congregava passariam a compor uma categoria da população redefinida pela sua oposição não mais a crioulos ou cabras, como em 1855, mas a pardos, ao lado dos quais constariam como “raças de cor” no censo geral do Império, de 1872. Na Bahia, João Reis notou como, desde fins da década de 1850, os fluxos do tráfico haviam transformado os numerosos “nagôs” da cidade de Salvador em sinônimo de africano, um “guarda-chuva” que deslocava o seu “outro” étnico das demais nações negras estrangeiras para o negro baiano.³⁹³ Isso quer dizer que, vinte anos depois, o “guarda-chuva” negro da crescente população livre baiana, progressivamente afastada da identificação com o africano e com a própria escravidão, passava a ser interpelado por uma gramática de tipo racial que seria

determinava a realização de um censo geral do Império, mas sua regulamentação não incluía a “cor” como categoria a ser apurada; Sobre a ausência de cor no censo de 1849, na Corte, pelo seu caráter “odioso”, ver Ivana Stolze Lima, *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003, p.115.

³⁹¹ Essa é a posição de parte da imprensa de homens de cor, de que tratam Lima, *Cores*, op. cit., e Ana Flávia Magalhães Pinto, *Imprensa negra no Brasil do século XIX*, São Paulo, Selo Negro, 2010.

³⁹² Lima, *Cores*, p.108; Por “lei do cativo” se entendia não apenas a regulamentação do censo, mas também a determinação de que se efetivasse o registro de nascimentos e óbitos, ambas a propósito compreendidas na mesma Lei: 586/1850 e respectivos decretos (797 e 798/1851). Segundo Guillermo de Jesus Palacios y Olivares, “Revoltas camponesas no Brasil escravista: a ‘Guerra dos Marimbondos’ (Pernambuco, 1851-1852)”, in *Almanack Braziliense*, n.3, 2006, p.12, “o *Registro* foi rapidamente apelidado de ‘Lei do Cativo’, pela crença popular de que, coincidindo com as leis que determinavam o fim da importação da mão-de-obra africana escrava, destinava-se na verdade a recuperar para o escravismo uma ampla camada da população que não tinha, até então, sido objeto da atenção por parte do Estado ou dos proprietários das *plantations* açucareiras da zona da mata nordestina: os homens e as mulheres livres pobres, entre os quais predominavam os agricultores não escravos”.

³⁹³ Recenseamento do Brasil em 1872, Bahia, Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v3_ba.pdf, Acesso em 10 de abril de 2017; João José Reis, “A greve negra de 1857 na Bahia”, *Revista USP*, 18 (1993), p.28-9.

desenvolvida nos estertores do escravismo, e que sob diferentes bases discursivas produziria novas clivagens entre os indivíduos de condição livre.³⁹⁴

Ao longo do século XIX, porém, a particularidade de um escravismo que produziu numerosa população negra livre, e cujas categorias raciais assumiram progressivamente a forma ambígua das “classes de cor”, implicou a existência duradoura de uma relação “inconstante” entre cor e lugar social, o que valorizou, segundo Manuela Carneiro da Cunha, a importância de “favores, lealdades pessoais, clientelismos” e outros elementos de poder na definição dos instrumentos de inserção social. Assim, com a adoção da fórmula “cidadãos brasileiros de cor preta”, explícita no estatuto de 1874, os membros da SPD se arregimentavam para enfrentar o apagamento de sua especificidade em meio à população de cor local, ao mesmo tempo desafiando os “silêncios” impostos aos registros oficiais da cor e o controle oficial proibitivo das associações de cunho “étnico-racial”, controle que os irmãos de 1832 haviam contornado com a criação de uma tradicional confraria de pretos.³⁹⁵

E esse controle era real, como o demonstraram os episódios analisados por Sidney Chalhoub na Corte, referidos no capítulo 2. Através deles, é possível perceber como o Conselho de Estado se recusava a validar na chave moderna da associação civil mutualista a distinção de cor que reconheceria a identidade de pretos brasileiros ou africanos, e que lhes permitiria organizar-se na esfera de relações sociais oficialmente legitimadas. Porque, segundo os termos do parecer do Conselho, os “homens de cor são cidadãos que não formam classe separada”.³⁹⁶ Logo, diferentemente do que se passava

³⁹⁴ Sobre essa nova gramática de tipo racial, desde meados da década de 1860, ver, Albuquerque, A exaltação, p.54 e ss.; Segundo Lima, Cores, p.121, “o censo de 1872 indica uma mudança iniciada na forma de conceber e gerir a população, orientada cada vez mais por certo entendimento – ainda que sempre indefinido – do conceito de raça; o que não significava, evidentemente, deixar de lado a cor, mas ancorá-la em suporte pretensamente mais rígido (...) Nesse momento, não interessavam mais as fronteiras entre livres e escravos”.

³⁹⁵ Hendrik Kraay, Política racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850, São Paulo, Hucitec, 2011, p.47, afirma que “quando o império abandonou o uso das categorias raciais no Exército, durante as décadas de 1820 e 1830, a política racial nas Forças Armadas (e frequentemente também na sociedade mais ampla) assumiu formas cada vez mais binárias, quando os pardos e pretos caíram em ‘classes de cor’ discursivamente opostas aos brancos”. A identificação da cor dos integrantes das Forças Armadas deixou de ser feita após a reforma liberal promovida com os governos da Regência; Hebe Mattos, Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste-escravista – Brasil, século XIX, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995, p.19 e ss., observa o mesmo silêncio quanto à cor nos registros paroquiais e processos cíveis e criminais de meados do século XIX.

³⁹⁶ Chalhoub, Machado de Assis, p.241 e ss.; Albuquerque, A exaltação das diferenças, p. 54 e ss., estudou o caso da proibição de entrada de cidadãs negras norte-americanas no Brasil, em 1866, barradas sob

com outros grupos “étnico-nacionais”, não era dado aos indivíduos pretos se organizarem enquanto tais fora das instituições religiosas típicas do período colonial. Seria então o caso de converter em pergunta a afirmação formulada por Nishida: afinal, por que a SPD “turned out to be the first exclusively ‘black’ voluntary association in Brazil that did not extend membership to whites and mulattoes”? Em palavras mais diretas: por que o Estado autorizou, por meio de uma associação, a constituição de uma classe separada de cor?³⁹⁷

Já discutimos acima o cenário de eventuais alternativas para a explicação do caso da SPD, mas é interessante observar que esse possível ineditismo não foi explorado em suas consequências até aqui. Na historiografia sobre o fenômeno associativo entre negros, Chalhoub acredita que, “certamente, houve outras sociedades de trabalhadores negros, na Corte e em outros lugares, com objetivos e características semelhantes a essas que pude localizar”. Ele estava falando das muitas vezes citadas sociedades de homens negros que não passaram pelo crivo do Conselho de Estado nas décadas de 1860 e 1870, mas nos trabalhos que menciona e em outros que tratam do tema não se encontra exemplo de outra sociedade exclusiva de cor que tenha sido oficialmente autorizada a funcionar.³⁹⁸

Na Bahia, Lysie Reis, que estudou os ofícios mecânicos dessa época, afirmou, falando da Irmandade dos Desvalidos, que “o costume de associações exclusivamente negras não esteve restrito a esse montepio profissional”. Muito ao contrário, segundo ela, “os montepios que aglutinavam homens ‘de cor’ compunham uma rede territorial por onde os ‘de cor’ transitavam”. Em primeiro lugar, malgrado se possa discutir o caráter tipicamente mutualista das práticas de socorro da Irmandade dos Desvalidos,

argumentos jurídicos incongruentes com a sua condição de livres. Em sua avaliação, o caso indicaria, desde então, a gestação de orientações racistas nas práticas oficiais brasileiras. A decisão seguia parecer do Conselho de Estado. A autora conclui que: “Os portos brasileiros estavam fechados a negros e não apenas a escravos ou libertos africanos”.

³⁹⁷ O pedido de autorização da Sociedade Beneficente da Nação Conga, por exemplo, seria rejeitado pelo Conselho de Estado em 1861, como se vê em Ronaldo Pereira de Jesus e David P. Lacerda, “Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro imperial”, in *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n.4, agosto-dezembro de 2010, p.129. Nesse mesmo ano, o processo da SPD era deferido na Província da Bahia; Nishida, *Slavery*, p.161.

³⁹⁸ É o caso de toda a literatura sobre o mutualismo indicada nessa tese, a despeito do crescente interesse pela perspectiva da cor no estudo sobre sociedades beneficentes. É o caso também, para Porto Alegre, de Paulo Roberto Staudt Moreira, *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano, Porto Alegre – 1858-1888*, Porto Alegre, EST Edições, 2003.

não se trata a rigor de um “montepio profissional”, nem no sentido jurídico, nem no material. Em segundo lugar, não haverá “rede territorial” de associações “exclusivamente negras” senão a partir do final da década de 1890, num tempo e num contexto muito diferentes daquele no qual o exame legal dos requerimentos associativos pelo Estado expressava o tipo de vigilância oficial a que estava submetido o propósito coletivista dos negros.³⁹⁹

Por sua vez, a “constelação associativa” que Aldrin Castellucci articulou com sua pesquisa sobre “classe” e “cor” nos diversos tipos de agremiações na Bahia oitocentista também não chega a oferecer o registro de uma associação de cor antes do fim do século XIX. O fato de que existiam incontáveis trabalhadores pretos ligados a uma rede associativa (religiosa, mutual, de classe) não implicou que tal rede se estruturasse a partir de sociedades mutuais de cor. Em suas investigações sobre o universo do trabalho no século XIX, Castellucci encontrou na Bahia um “padrão secular de preeminência dos artesãos e mestres de ofícios em relação aos operários fabris na formação da classe operária”. Sua “origem étnico-nacional essencialmente brasileira, com predomínio de negros e mestiços, tanto dos artífices quanto dos operários” encorpou a crítica do autor à interpretação clássica da historiografia, que, sob o modelo da “transição da escravidão para o trabalho livre”, suprimira o lugar do negro no mundo do trabalho.⁴⁰⁰ Mas esses mesmos dados sugerem que também nessa “constelação” a SPD seguia singular.

Singular, diga-se, a não ser que repatriemos a “Sociedad Protectora Brasileña”, a de “Negros baianos”, ou a dos “Morenos Brasileiros”, mutuais de “afro-brasileiros” criadas entre as décadas de 1850 e 1860 em Buenos Aires. Descobertas por George Andrews e Leonardo Pereira, elas provam o efervescente panorama de sociedades mutuais afro-argentinas na segunda metade do século XIX. A importância demográfica dos negros na Argentina da primeira metade do século XIX, sabe-se, não foi pequena. E ainda que até hoje se discutam as razões do seu “desaparecimento” ao longo do Oitocentos, o cenário argentino deu mostras de uma “tradição de organização

³⁹⁹ Reis, A liberdade, p.205-6; Sobre o caráter das formas de socorro da Irmandade dos Desvalidos, ver cap.3.

⁴⁰⁰ Aldrin Castellucci, “Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”, Afro-Ásia, 41 (2010), p.117, 121, 130; Para uma crítica ao modelo da “transição”, ver Silvia Hunold Lara, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, in Projeto: História (16), fev. 1998, p.25-38.

comunitária” entre os negros que remonta ao fim do século XVIII, com a criação das irmandades de pretos, e que se estendeu até o início do século XX, com os últimos documentos de que se tem notícia sobre as mutuais de cor. Em meio a ambas, destacou-se o papel das nações africanas, associações étnicas que, com propósitos mutualistas e emancipacionistas, ofereciam aos seus integrantes uma alternativa de tradução cultural e religiosa, e que, tal como as demais, seria chancelada pelo governo.⁴⁰¹

Na trajetória que propôs sobre o desenvolvimento associativo dos negros na Argentina, Andrews enfatizou a oposição, em meados do século XIX, entre as nações africanas e os afro-argentinos (ou afrodescendentes nascidos na Argentina), dando conta da progressiva importância que as sociedades mutuais iam assumindo para os últimos como opção coletivista. Essa opção se construiu não só do ponto de vista demográfico (dado o impacto do fim do tráfico e das guerras nacionais em fins de 1840 sobre a população africana), mas também econômico e político – afinal as nações e sua múltipla diversidade seriam associadas ao governo de Rosas, derrubado em 1852. É portanto num contexto muito específico da história argentina que serão criadas as inúmeras associações mutuais de afrodescendentes, sustentadas no discurso da cidadania liberal, da união dos “povos” e na “crioulização” de seus integrantes, cenário que o movimento unitário da segunda metade do século propicia e explora. Estava em jogo a valorização da “argentinidade” em comparação com a “africanidade” das nações, cuja expressão cultural e histórica não interessava às elites dirigentes incentivar.⁴⁰²

⁴⁰¹ Andrews, Los afroargentinos, p.19 e ss., 167-182, discute tanto a massiva presença quanto o “enigma do desaparecimento” dos negros na Argentina, e dá um panorama amplo de suas associações ao longo do século XIX; Leonardo Affonso de Miranda Pereira, “Os caminhos da ‘Nação Conga’: associativismo, festa e identidade entre os afrodescendentes do Rio de Janeiro e de Buenos Aires (século XIX)”, in Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, São Paulo, julho 2011, p.8-10; Ainda sobre “afroporteños”, Miguel Ángel Rosal, “Los afroporteños, 1821-1825”, in Revista de Indias, 2002, vol. LXII, núm.24, p.143-172; Sobre a dimensão demográfica de mutuais na Argentina, Ronaldo Munck, “Mutual benefit societies in Argentina: workers, nationality social security and trade unionism”, in Journal of Latin American Studies, vol.30, n.3, (Oct., 1998), p.577, diz: “The first thing to note about the emergence of MBS in Argentina is that they were almost all formed by immigrant workers. Thus, they were at the same time collective associations of workers and of immigrants.”

⁴⁰² Andrews, Los afroargentinos, p.173, 176 e ss.; Em dados fornecidos pelo autor, as nações africanas existiriam em número de 40, no início da década de 1840, e subiriam a mais de 50 em 1850. Na oportunidade da criação do primeiro periódico negro em Buenos Aires, intitulado *Raza Africana*, o editor do jornal unitário *La Nueva Generación* “objetaba con fuerza el título de la nueva publicación: por que llamarse africanos, preguntaba, cuando en realidad ustedes son argentinos?”

O sentido da difusão dessa experiência associativa na comunidade dos negros em Buenos Aires pode ser estimado pela relevância e pela penetração social de uma das sociedades mutuais mais importantes do período:

Las más exitosas de las sociedades afroargentinas del periodo 1860-90 fueron La Fraternal y La Protectora. La Fraternal era la más antigua de las dos. Fundada hacia la década de 1850 por el músico y oficial militar Casildo Thompson, La Fraternal recibió cálido y esperanzado apoyo de la comunidad de color. El primer número del periódico negro El Proletario informaba de la existencia de La Fraternal e instaba a "la clase de color" de Buenos Aires a unirse.⁴⁰³

A ideia de “reconstrução da comunidade negra”, projetada pela esperança mutualista, resultara da oportunidade de rompimento com os controles exercidos tanto pela Igreja sobre as irmandades, como pela polícia, no caso das nações africanas, oportunidade aberta pelo contexto político vigente após 1850. Esse tipo de experiência associativa garantia aos sócios, junto às autoridades, um espaço de negociação por autonomia que as antigas associações de tipo religioso ou étnico não haviam conseguido alcançar. As mutuais afro-argentinas, conclui Andrews, “calmaron la intranquilidad provocada en la sociedad más grande por el carácter ajeno y vagamente amenazador de las naciones”. O impacto que provocavam junto à comunidade pode ser medido pelo lema do periódico afro-argentino “La Juventud”, que em 1876 rezava: “la verdadera religión entre nosotros son los Socorros Mutuos”.⁴⁰⁴ Em contraponto, na Bahia, só na religião é que mulheres e homens pretos dessa época fundariam associações em nome de sua cor. É o que demonstram os textos de Nicolau Parés, Renato da Silveira e Lisa Castillo, a respeito das casas de culto africano, terreiros de candomblé com os quais, inclusive, alguns dos Desvalidos teriam estreitas relações.⁴⁰⁵

⁴⁰³ Andrews, Los afroargentinos, p.180.

⁴⁰⁴ Andrews, Los afroargentinos, p.180-3; Ao mesmo tempo, a intensa imigração europeia ia progressivamente conferindo aos negros argentinos um “caráter alheio” no conjunto da população, o que contribuiu, segundo o autor, para o exercício de um controle político mais efetivo sobre eles.

⁴⁰⁵ Luis Nicolau Parés, Marcelina da Silva e seu mundo: Novos dados para uma historiografia do candomblé ketu, Afro-Ásia, no 36 (2007), p. 116-117; Luís Nicolau Parés, A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia, Campinas, Editora da Unicamp, 2006; Renato da Silveira, O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro de ketu, Salvador, Maianga, 2006; Lisa Earl Castillo, “O Terreiro do Alaketu e seus fundadores: história e genealogia familiar, 1807-1867”, in Afro-Ásia, no 43 (2011), p. 219-222, identifica João Francisco Régis, sócio da SPD, e filho da fundadora do Terreiro do Alaketu, um dos mais antigos da Bahia, Maria do Rosário da Conceição. Outro parente de Régis, o irmão Simião Estillita dos Reis também integraria a SPD. Já seu cunhado, Marcellino Rodrigues Gomes morre antes da fundação oficial da Sociedade, embora tenha tido participação na Irmandade dos Desvalidos, conforme se constata de diversas atas em Oliveira, Negros, p.662, 665, 669; Em outro texto,

Nesses termos, os sócios Desvalidos parecem ter lutado pela estipulação de um lugar social específico em correspondência à cor preta que defendiam como marca de sua sociedade mutual, num período de reformulação dos “códigos de distinção”, já aberta no Brasil a contestação do escravismo.⁴⁰⁶ A forma de articulação desse sentido da cor à condição de classe e às diversas formas de lealdade reproduzidas sob a hierarquia escravista é o que permite de fato entender suas estratégias pela lógica específica do mutualismo. No caso, um mutualismo de cor.⁴⁰⁷ Dada a paisagem circundante, superar a intensa restrição associada à exploração pública da identidade de cor demandaria uma estratégia cuja eficiência estava além do alcance exclusivo de uma “condição econômica favorável”. Faltava um elemento que pudesse alterar o sinal tradicionalmente emitido pela cor que os Desvalidos reivindicavam para si. É ver que, mais do que simples desafio, haviam de ser assentadas as bases de uma negociação.

Tudo isso nos leva à segunda observação a respeito do argumento de Nishida. É verdade, como se viu atrás, que a SPD faria alguma fortuna a partir de fins da década de 1860, mas a fórmula da autora não considera o conjunto de elementos que, condicionando a fortuna, seriam causa eficiente de um bem-sucedido processo de articulação entre ascensão social e identificação racial. Afinal, ela declara que: “unlike the case of all black lay sodalities in Salvador, the Society for the Protection on the Needy surely *did not depend on well-to-do whites financially, nor even allow them to become members*”. Ora, é irrecusável, como visto, a numerosa participação de brancos na condição de sócios protetores da SPD, fartamente demonstrada nas fontes.⁴⁰⁸ E o que essa presença expressiva também importa é que ela não pode ser desconsiderada como

Lisa Earl Castillo, “Apontamentos sobre a história do Terreiro do Gantois”, Texto apresentado em Seminário do Grupo de Pesquisa “Escravidão e invenção da liberdade”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, em 16 de setembro de 2016, p.11 e ss., é Manoel José D’Etra, ex-irmão e sócio Desvalido, quem se destaca na rede social dos fundadores do terreiro. Ex-escravo e filho do próprio senhor, D’Etra, barbeiro, herdaria o aparato da banda de seu ancestral, e viveria como próspero e letrado liberto.

⁴⁰⁶ Albuquerque, A exaltação das diferenças, p.25; Para interpretações do abolicionismo formuladas “de baixo”, ver Elciene Azevedo, O Direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo, Campinas, Editora da Unicamp, 2010.

⁴⁰⁷ Álvaro Pereira Nascimento, “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à história social do trabalho no Brasil”, in Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.29, n.59, p.607-626, setembro-dezembro 2016, acusa a pouca atenção dada ao viés de cor na historiografia do trabalho no Brasil, na linha da crítica ao paradigma da “transição” entre a escravidão e o trabalho livre. Sua crítica sugere observar a ausência equivalente de estudos específicos sobre a cor no mutualismo, não obstante o crescimento do interesse sobre o tema das sociedades mutuais na historiografia nos últimos anos.

⁴⁰⁸ Nishida, Slavery, p.148-9 (Grifos meus).

elemento fundamental na dinâmica da associação, uma vez que tudo indica ter garantido não só a existência da sociedade como mutual de cor no contexto do século, como também sancionado o seu papel de ator social competente das relações políticas e econômicas travadas em andares superiores da sociedade escravista brasileira. Nesses termos, figurando a década de 1860 como o período de “acumulação primitiva” da Sociedade Protetora dos Desvalidos, é possível afirmar que mais a política permitiu a fortuna do que o contrário, o que desloca a “classe” de Nishida da sua posição de variável independente dessa trama explicativa.

Decorre daí que é impossível separar, como condição para a afirmação racial da Sociedade dos Desvalidos, a construção de sua riqueza, por um lado, de sua imbricação com uma rede de protetores brancos que atuaria, por outro lado, como pré-condição de seu funcionamento, seu prestígio e de sua própria riqueza, nos termos históricos em que se deu. O perfil da SPD se desenha, portanto, como o de uma instituição em que prevalece uma estratégia de inserção social estreitamente ligada a um tipo específico de “politização da cor”. Nessas circunstâncias, cor e política se interpenetram por meio de uma lógica que redistribui poder e prestígio através da instrumentalização da desigualdade ínsita a uma relação de tipo patronal, chave do modo como se estrutura a Sociedade dos Desvalidos na condição de sociedade mutual. É, portanto, a abertura da Sociedade a integrantes de outra cor e outro status social que a habilita formalmente a se estabelecer como uma mutual de cor, extraíndo-se daí os elementos de diferenciação que os distinguiam dos demais pretos da sociedade escravista, notadamente aqueles em relação aos quais pardos e mulatos também procuravam se destacar.⁴⁰⁹

⁴⁰⁹ Luiz Geraldo Silva, “Afrodescendentes livres e libertos e igualdade política na América portuguesa: mudança de status, escravidão e perspectiva atlântica”, *Almanack*, Guarulhos, n.11, dezembro de 2015, p.614, observa como a diminuição do nível de “retenção de poder” nos estratos mais elevados de uma sociedade de tipo “democrático-representativo” suscitaria mais conflitos entre os diversos níveis de sua hierarquia. Onde há conflito, porém, há também negociação; Nishida, *Slavery*, p.147-9, observa o elevado registro de pardos na população de Salvador segundo o censo de 1872 (mais de 70% da população afrodescendente, fosse livre ou cativa). Dado o fato de que a classificação racial derivava da auto-declaração, a autora especula sobre a tendência de que entre a população de cor prevalecesse o interesse em se auto-representar como pardo; Por outro lado, analisando o “desaparecimento de um grupo racial intermediário na política militar” após o fim da década de 1830 no Brasil, Kraay, *A política*, p.47, cita “muitos trabalhos acadêmicos sobre raça ou cor no Brasil moderno” que demonstrariam “a ausência de diferenças significativas nas experiências de vida de pardos e pretos”.

Nesse sentido, Nishida pretende tanto ter percebido a “condição de classe” dos Desvalidos como “um trampolim para a criação de uma identidade racial coletiva”, como figurado a “formação de uma consciência comum de classe *entre esse segmento* da população afrodescendente brasileira em meados do século XIX”.⁴¹⁰ Na verdade, nesses termos o que a estrutura efetiva de poder da Sociedade dos Desvalidos evidencia é que sua ascensão econômica de classe implicou o esvaziamento de uma consciência política de classe que permitisse à atividade dos associados ultrapassar, no espaço mais amplo da sociedade escravista, a dimensão elitizadora de uma “comunidade de prestígio”.⁴¹¹ Esse processo indica o alto custo que o registro coletivo de uma cidadania negra no Brasil da segunda metade do século XIX poderia impor à autonomia política de seus beneficiários.

Sidney Chalhoub considerou as alternativas de alforria individual abertas pelo Estado, sobretudo após a legislação de 1870, ao lado de sua sistemática negação à constituição e ao reconhecimento de identidades raciais por meio das associações de trabalhadores. Em suas palavras:

(...) os pareceres do Conselho de Estado sobre as sociedades beneficentes de negros mostram a determinação dos conselheiros em barrar a constituição de sujeitos sociais coletivos baseados na auto-identificação racial e/ou de origem africana. Assim, a abertura de vias institucionais para a alforria servia, ao mesmo tempo, para inserir escravos e libertos numa cultura legal e arredá-los dela enquanto portadores de identidades coletivas de sua própria escolha.⁴¹²

Mas nem toda escolha coletiva é contrária às disposições do Estado, especialmente quando a representação de sua identidade é formulada e apresentada em termos afins àqueles de quem o comanda. É portanto especialmente nesse sentido que se pode reivindicar a direta implicação entre as estratégias políticas adotadas pela Sociedade Protetora dos Desvalidos e a constituição da identidade racial de seus membros. Em resumo, os artífices pretos da segunda mutual fundada na Bahia

⁴¹⁰ Nishida, *Slavery*, p.156, e Mieko Nishida, “Manumission and ethnicity in urban slavery: Salvador, Bahia, Brazil, 1808-1888”, in *The Hispanic American Historical Review*, vol.73, n.3 (Aug., 1993), p.340: “The establishment and development of the Protective Society reflected the emergence of a male artisanal community and the formation of a common class consciousness *among this segment* of the Brazilian-born black population by the middle of the nineteenth-century” (Grifos meus).

⁴¹¹ “Comunidade de prestígio” é como a vê Julio Santana Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*, Salvador, Ed. Ianamá, 1987.

⁴¹² Chalhoub, *Solidariedade*, p.237.

construíram coletivamente as condições de sua ascensão social sem que se lhes exigisse negar a sua própria cor, nos termos em que eles próprios se apropriavam dela.

Que nas décadas que se sucedem à sua fundação os sócios Desvalidos fossem surpreendidos em instituições “classistas”, operárias, sindicais ou mesmo mutuais, do tipo daquelas que abriam subscrições para movimentos grevistas; ou que eles pudessem ser encontrados em círculos religiosos de origem africana, porque ali tinham nascido ou porque se abriram à variedade de credos; nada disso depõe contra a autenticidade da posição por eles assumida no conjunto dessas agremiações. Vale dizer, nada prejudica um perfil genuíno da SPD como espaço no qual prevaleceu uma estratégia consciente e específica de inserção social, negociada a partir da proteção secular e católica, tipicamente adequada ao papel das mutuais na sociedade escravista brasileira.⁴¹³

A propósito disso que entende como “hibridismo” nas “transformações dos espaços públicos” no Brasil do século XIX, Marco Morel percebeu a “complexidade dos pertencimentos às formas de sociabilidade”, marcando o fato de que os mesmos indivíduos pertenciam a tipos distintos de associações (abertas ou secretas, religiosas ou libertárias). Morel sublinha as formas de cruzamento entre instituições “de tipo antigo” (como as Irmandades e as Santas Casas) e outras, criadas na atmosfera liberal, chamando a atenção para as

teias, complexas e mediadas, que podiam ligar as sociabilidades formais e informais com setores diversos da sociedade, passando por variados níveis da hierarquia social, por diferentes pertencimentos étnicos e por escalões da administração pública, por intermédio de clientelas, de patrocínios, de tentativas de controle e de insubmissão.⁴¹⁴

Por conseguinte, na rota “híbrida” da aproximação entre sociabilidades do universo escravista, o mutualismo de cor dos Desvalidos produziu um tipo particular de tensão. É que, do ponto de vista analítico, mutualismo e linguagem de cor operam o cruzamento de ferramentas próprias aos estudos sobre trabalho e escravidão, o que sugere, na linha da historiografia mais recente, que livres e escravos sejam pensados sob a divisa comum de “trabalhadores”, e que assim se enfatize seu compartilhamento

⁴¹³ Castellucci, *Classe e cor*, p.122-26; Castillo, *O Terreiro*, op. cit.

⁴¹⁴ Marco Morel, *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*, São Paulo, Hucitec, 2005, p.248, 292, 296.

de experiências no amplo espaço do “trabalho”. Por outro lado, num movimento inverso mas igualmente constitutivo do problema, é preciso distinguir livres e escravos segundo o que esperam de suas mobilizações coletivas, ainda que forjadas em espaços relativamente comuns de convivência. Isso quer dizer que o desenho de seus horizontes de expectativa tende a funcionar segundo a lógica mais ou menos estrita de certos padrões que distinguem, em múltiplas direções, brasileiros e estrangeiros (africanos, em especial); brancos, pardos e pretos; livres, libertos e escravos, o que sugere pensar os sentidos das alternativas de inserção social, para uns, de forma equivalente àquela como se têm pensado os sentidos da liberdade, para outros.⁴¹⁵

Ou seja, pensar os significados da inserção social de pretos livres vis-à-vis os sentidos da liberdade para escravos é procurar abrir, junto às categorias consagradas de análise, alternativas de reflexão que considerem a especificidade das trajetórias de indivíduos livres de cor que, afirmando a sua condição racial, ao invés de negá-la, forjaram estratégias tradicionais de ascensão social. Não sendo o mutualismo no Brasil um canal de ascensão social tipicamente racializado, há de se estimar assim não só o significado político dessa estratégia da Sociedade dos Desvalidos no conjunto do mutualismo, mas também o significado pessoal, para seus protagonistas, da ascensão pela cor através do acionamento de um aparato moderno de organização social de trabalhadores, distinto da forma tradicional da irmandade da qual haviam se emancipado anos antes.

Hendrik Kraay, analisando estratégias equivalentes mobilizadas por homens pretos livres, oficiais da milícia, dirá que:

Os oficiais pretos da Bahia incorporaram todas as complexidades da política racial brasileira. Alguns podem considerar perturbadora a traição de Joaquim José de Santana da Conspiração dos Alfaiates, a posse de escravos destes homens, ou sua incapacidade de transformar os vínculos pessoais com os africanos em uma aliança politicamente significativa, mas estes são julgamentos a-históricos. Um reconhecimento de que apenas a “raça” não define as linhas políticas torna as ações destes homens compreensíveis; a classe, o status, a origem nacional e sua visão corporativa da sociedade brasileira moldaram profundamente suas ações políticas.⁴¹⁶

⁴¹⁵ Sobre “sentidos de liberdade” na perspectiva de trabalhadores cativos ou libertos no século XIX, ver sobretudo Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Cia. das Letras, 1990, e Mattos, *Das cores*, op. cit.

⁴¹⁶ Kraay, *A política*, p.377-78.

Assim, parece faltar à conclusão de Nishida uma percepção clara de que, no caso da SPD, tinham força não só as “limitações fatais” dos movimentos políticos de afro-brasileiros, derivadas de fatores como “a ambiguidade da raça, a fluidez das categorias de cor ou a conotação negativa da condição de pretos”. Tanto quanto isso, e forçados no mesmo cadinho, agiam poderosamente a identificação e o comprometimento dos Desvalidos com os símbolos do escravismo e seus índices mais ostensivos de poder, algo que a análise da autora ignora.

Nessa sociedade, embora produzisse uma intrincada hierarquia de tipo racial, a escravidão não era definitivamente demarcada por limites raciais, pois nela abundavam senhores não-brancos, e mesmo escravos eram donos de escravos. Nessa sociedade, interessava aos Desvalidos não só “adiantar a classe”, mas também adiantar a cor no jogo. O jogo, porém, era um “clássico” no campo da sociedade escravista da Bahia.⁴¹⁷

⁴¹⁷ Falei atrás da expressiva amostra de senhores não-brancos de escravos numa vila do Recôncavo Baiano, cf. Barickman, *As cores*, op. cit.; Nishida, *Manumission*, p.387 e ss., e João José Reis, “De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista”, in *Revista de História*, São Paulo, n.174, jun. 2016, p.21-24, trataram da alforria por substituição e da posse de escravos por escravos na Bahia; “Adiantar a classe” é uma referência a João José Reis, “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição”, in *Afro-Ásia*, 24 (2000), p.240.

CONCLUSÃO: Domínios Populares

“Mutualistas, graças a Deus” é tanto um motivo quanto uma síntese desse trabalho, que dialoga com uma questão central na história dos chamados “setores populares”, formulada por Raúl Fradkin no título de uma obra coletiva chamada “¿Y el pueblo dónde está?”. Tratando de procurá-lo nos movimentos políticos mais ou menos conflagrados, nos quebra-quebras, motins, revoltas e todo tipo de afronta contra a ordem estabelecida, a historiografia da política no Brasil pôde se fazer, mais recentemente, história social da política. Também se deu um passo da política para a cultura em trabalhos que, encarando a política como linguagem de um tecido mais amplo de práticas, debruçaram-se sobre sociabilidades nas quais era possível capturar os processos de reelaboração de identidades dos indivíduos, suas representações e sua atuação nos espaços públicos.⁴¹⁸

Com isso, temos sido brindados há alguns anos com finas análises sobre o “povo em ação”, capazes de lhe reconhecer subjetividade política sem para isso incorrer num “romanticismo que suponga postular uma conciencia popular inmanente y sin historicidad”.⁴¹⁹ A tarefa é naturalmente exigente, e os historiadores seguem explorando criticamente alternativas analíticas e metodológicas que lhes ajudem a penetrar de maneira mais aguda “as aspirações das ‘classes de cor’ sem recorrer a categorias vagas como o desejo de liberdade, de ascensão social ou de controle das próprias vidas”.⁴²⁰

No estudo de uma das figuras centrais da história política da Bahia no século XIX, e de sua participação nos debates e lutas por direitos civis, Keila Grinberg considerou

⁴¹⁸ Há muitos registros de trabalhos com essa orientação, alguns deles citados ao longo dessa tese. Para mencionar apenas dois, veja-se, no primeiro caso, João José Reis, “A greve negra de 1857 na Bahia”, *Revista USP*, 18 (1993), p.6-29; Para o segundo, Elciene Azevedo, Jefferson Cano *et alli* (Orgs.), *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*, Campinas, Ed. Unicamp, 2009; Na historiografia argentina, consulte-se o belo trabalho de Raúl O. Fradkin, *La historia de una montonera: bandolerismo y caudillismo en Buenos Aires, 1826*, Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2006, que inclui uma periodização da historiografia sobre os setores populares na Argentina.

⁴¹⁹ Raúl O. Fradkin, *¿Y el pueblo dónde está?* (Org.), *Contribuciones para una historia popular de la revolución de independencia en el Río de la Plata*, Buenos Aires, Prometeo Libros, 2008, p.10.

⁴²⁰ Hendrik Kraay, “Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825)” in Jurandir Malerba (Org.), *A Independência brasileira: novas dimensões*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, pp.303-341, esp. 319.

que “naquela ocasião era impossível prever quais seriam as demandas e expectativas de escravos e libertos que participassem desses movimentos”. Demandas e expectativas dos contemporâneos a respeito do “povo”, de fato, eram não raro frustradas. Foi o que concluiu um analista da Sabinada a respeito do insucesso da revolta, “porque em Nazaré, como em quase todo o recôncavo, a Sabinada foi uma revolução que encontrou poucos adeptos e muitos que se faziam indiferentes à marcha de seus sucessos, justamente para aderirem depois dos resultados”. O “povo” às vezes era pragmático, mas às vezes era apenas indiferente.⁴²¹

Apesar dos avanços obtidos nos últimos tempos, a compreensão das demandas e expectativas da “gente do comum” continuam a desafiar não só seus contemporâneos do século XIX.⁴²² Portanto talvez da própria análise de seus relatos se indique, como no caso do analista da Sabinada, o roteiro para a leitura da complexidade dos fenômenos em que se engajam os indivíduos dos “setores populares”, com vistas à satisfação de seus diversos propósitos. Na presente pesquisa, o longo caminho que levou à escolha do objeto estudado se iniciou a partir de indagações formuladas exatamente acerca dos motivos que teriam animado as respostas de todo o tipo de povo ao advento e ao desenrolar da revolta da Sabinada, em 1837, na Bahia. Dos que se empenharam nos batalhões, livres ou escravos, dos que permaneceram na cidade com alguma esperança, mas sobretudo daqueles que simplesmente esperaram para ver.

O aprofundamento dessa curiosidade exigia um exame mais detido das formas de sociabilidade da gente daquele tempo, reunida em corporações, confrarias, arsenais, e cada vez mais projetada sobre o espaço público que nascia com os desenhos de um Estado e de uma cultura política em formação. As pesquisas de Katia Mattoso e de Maria Inês Côrtes de Oliveira sobre esse período indicaram traços de alterações importantes no panorama dessas organizações coletivas, e uma delas especialmente pareceu apontar para mudanças particularmente significativas: segundo as autoras, a extensa

⁴²¹ Keila Grinberg, *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, p.107; A. J. Souza Carneiro, “A Sabinada em Nazaré”, *Publicações do Arquivo do Estado da Bahia, A Revolução de 7 de novembro de 1937 (A Sabinada)*, v. IV, Salvador, Imprensa Oficial, 1945, p.79.

⁴²² A expressão “gente do comum” é a escolhida por István Jancsó, “Independência: independências”, in István Jancsó (Org.), *Independência: história e historiografia*, São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, para aproximar a variedade material adensada sob as distintas manifestações populares na política e na sociedade em geral.

população devota da cidade de Salvador, ao longo do século XIX, teria deixado progressivamente para trás seus vínculos com as irmandades, pouco a pouco preferindo os investimentos em caixas econômicas, ou a sociabilização religiosa africana, mas principalmente a matrícula em sociedades beneficentes de tipo mutualista.⁴²³ Por todos esses motivos, esse era o caso dos Desvalidos.

Não obstante as irmandades já houvessem dado prova de sua capacidade de investir contra a ordem na revolta contra a construção dos cemitérios, em 1836, na cidade de Salvador, o quadro reorientou meu interesse do evento agudo das sedições e de suas bases materiais para a reconstrução das posturas e estratégias de inserção social desses indivíduos, de modo a indagar como a sua prática institucional indicava o sentido de algumas mudanças fundamentais por que passava a sociedade da época, e vice-versa.⁴²⁴ Pobres, em sua maioria, livres uns e outros libertos, eram todos pretos mais ou menos envolvidos com o trabalho mecânico ou de ganho numa sociedade escravista urbana. A pesquisa iria demonstrar que a mudança que esses indivíduos descreveram na passagem de uma irmandade para uma sociedade mutualista (que se revelaria mais uma ruptura do que uma reestruturação) sugere o tipo de complexidade desses processos de transformação. Afinal, nesse caso, diferentemente das conclusões a que levam as amostras de Mattoso e Oliveira, a criação de uma mutual não diminuiu a fidelidade de muitos dos Desvalidos às suas confrarias, e, mais do que isso, evidenciou o quanto sua rotina institucional devia à experiência dos tempos de irmandade.

Pensá-los como “mutualistas, graças a Deus”, portanto, exigiu abrir um compasso analítico que desse conta de discutir o problema sob a ótica de diversas abordagens, cada uma delas em si mesma uma área de pesquisa, pois a concepção do problema interpela e cruza: escravidão, identidade racial, Estado, capitalismo, política, religiosidade, trabalho e, naturalmente, mutualismo. Estou certo de não ter dado conta de toda a dimensão do problema, mas de ter procurado contribuir para que a historiografia do mutualismo, sendo certamente a mais recente dentre todas elas, possa

⁴²³ Katia, “Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX: uma fonte para o estudo de mentalidades”, in Publicações do Centro de Estudos Baianos, UFBA, 85, Salvador, CEB, 1979; e Maria Inês Côrtes de Oliveira, O liberto: o seu mundo e os outros - Salvador, 1790-1890. São Paulo: Corrupio, 1988.

⁴²⁴ João José Reis, A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX, São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

compor de maneira mais clara o complexo universo de seus objetos, superando, por exemplo, o hiato no qual de alguma forma ainda se confina, entre as abordagens da historiografia da escravidão e da historiografia do trabalho. Eleger uma mutual de cor como tema do estudo indica, portanto, o tamanho dessa empreitada.

Foi Tânia Regina de Luca quem acusou a existência de um “preconceito teórico” na historiografia tradicional do trabalho, atribuindo-lhe corresponsabilidade pelo desenvolvimento tardio dos estudos sobre mutualismo no Brasil. É conhecida a sua crítica à leitura do mutualismo da década de 1980 como um fenômeno pré-sindical, leitura que traduz o alegado preconceito na forma de um desinteresse por experiências de organização que não estivessem construídas sobre um sentido de classe ou voltadas à contestação aberta do capitalismo. Como visto, as pesquisas recentes e a discussão que as compreende matizaram esse preconceito, e hoje a discussão avança para as evidências de co-implicações entre mutuais e sindicatos, ultrapassada a questão de sua especificidade.⁴²⁵

Do outro lado do mutualismo de cor, a discussão sobre identidade racial no contexto das mutuais ainda não alcançou o volume das análises sobre o mutualismo de tipo profissional, lindeiro às preocupações da história do trabalho. Acredito que isso se deva não só à ainda parca base documental de mutuais exclusivas de cor, como também, paradoxalmente, à excelência dos estudos sobre a escravidão no país, com o exame de trajetórias, conquistas, resistências e a explicitação dos sentidos de liberdade que cativos e libertos foram capazes de formular em suas histórias individuais e coletivas. A análise de uma sociedade mutual de negros largamente apoiada em redes de clientelas e despida de um sentido evidente de classe vai, aparentemente, num sentido contrário.

É verdade, porém, que especialmente em sociabilidades de “tipo antigo”, os estudos sobre trajetórias e demandas sociais de homens de cor não faltam. É o caso dos trabalhos sobre os integrantes da milícia de pretos em diferentes sociedades coloniais, como o que sobre o Brasil fez Hendrik Kraay, que explicitou a interpretação particular do liberalismo que levou ex-oficiais dos Henriques à guerra. Também vão nesse sentido os estudos de Luiz Geraldo Silva, que sublinhou a importância de que se compreendam

⁴²⁵ Tânia Regina de Luca, “Mutualism in Brazil (São Paulo)”, in Marcel Van der Linden (Org.), *Social security mutualism: the comparative history of mutual benefit societies*, Bern, Peter Lang, 1996.

as escolhas populares feitas não só em nome da insurgência, mas a favor do rei, escolhas que aprofundam a reiteração da ordem escravista. Guillermo Palacios, por sua vez, trabalhou os penetrantes significados da ação revoltosa de trabalhadores da lavoura do Norte do Império brasileiro, empenhados em evitar sua redução à escravidão, ao mesmo tempo em que mantinham sua condição de homens livres com acesso à terra, ante à escassez de força de trabalho escravo em meados do século XIX e a “mercadorização” do trabalho livre. Na sua perspectiva, manterem-se como homens livres era também conservar a escravidão, pois “enquanto houvesse escravos, o homem pobre continuaria sendo pobre, mas livre”.⁴²⁶

A história dos Desvalidos é uma história moderna e, como tal, atravessou os principais eventos relacionados à agonia do tráfico de escravos e do próprio regime escravista no Brasil. O fato de, nesse contexto, terem constituído uma sociedade de “senhores e protetores” os alinha a uma perspectiva coletiva tradicional, e evidencia seu caráter associativo-previdenciário e não classista-operário, de acordo com a classificação proposta por Claudio Batalha no confronto dos modelos de mutualismo vigentes no século XIX.⁴²⁷ Mas esse fato, como sugere David Lacerda, não desfaz o interesse pelo estudo da constituição de uma cultura associativa e legal que esses indivíduos desenvolveram, como integrantes de mutuais, para fazer frente ao controle efetivado pelo Conselho de Estado no processo de avaliação de seus estatutos e de oficialização de suas práticas.⁴²⁸ Vimos que no caso dos Desvalidos, sociedade exclusiva de homens pretos, essa cultura pode ter feito alguma diferença, se não para o confronto, certamente para a negociação com as autoridades da Província.

⁴²⁶ Luiz Geraldo Silva, “Afrodescendentes livres e libertos e igualdade política na América portuguesa: mudança de status, escravidão e perspectiva atlântica”, in Almanack, Guarulhos, n.11, dezembro 2015, p.571-623. Guillermo de Jesus Palacios y Olivares, “Revoltas camponesas no Brasil escravista: a ‘Guerra dos Marimbondos’ (Pernambuco, 1851-1852)”, in Almanack Braziliense, n.3, 2006, p.15.

⁴²⁷ Claudio H. M. Batalha, “Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente”, in Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 12-22.

⁴²⁸ David P. “Solidariedades entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882)”, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Dissertação de Mestrado, 2011, e David P. Lacerda, “Mutualismo, trabalho e política: a seção Império do Conselho de Estado e a organização dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro (1860-1882)” in Marcelo Mac Cord e Claudio H. M. Batalha (Orgs.), Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX), Campinas, Ed. Unicamp, 2014.

Os Desvalidos não são, portanto, um antecedente direto da formação da classe operária na Bahia, o que não significa dizer que não sejam importantes para a história do trabalho, afinal, lembram Antônio Negro e Flávio Gomes: “aqueles fenômenos coletivos que não são urbanos, industriais, nem galvanizados por multidões sindicalizadas, podem ser perfeitamente fenômenos da história operária”.⁴²⁹ Tudo isso, portanto, leva a questionar a interpretação segundo a qual, por não se formarem num estrito sentido de classe, não haveria propósito em analisar certas mutuais a partir de uma perspectiva de classe. Essa é a posição, por exemplo, de Claudia Viscardi, que indaga:

Tradicionalmente, os historiadores e os cientistas sociais têm lido os movimentos sociais como expressão de interesses classistas. Mas, muitas vezes, tais movimentos refletem um conjunto de outros interesses que pouco ou nada têm a ver com a posição dos trabalhadores no mercado. É o caso dos movimentos comunitários (sociedades de bairros), de gênero, étnicos, entre outros. Neles, encontram-se reunidos setores médios, trabalhadores fabris, desempregados ou subempregados, patrões, entre outros setores sociais. Para esses movimentos, a categoria classe explica pouco. A construção de identidades desses grupos processa-se através de outros critérios, que vão além do seu papel no sistema produtivo. Não seria esse o caso das mutuais?⁴³⁰

A primeira observação a respeito dessa abordagem reside em considerar que talvez haja uma confusão entre teoria e objeto. Afinal, o fato de *em-si* um conjunto de indivíduos reunidos numa dada associação não privilegiar ou não se representar a partir de critérios de classe não inviabiliza uma leitura de classe da sua posição no mundo. Ressalvem-se naturalmente, os significados e a importância que outros elementos identitários adquirem para os sujeitos em questão, e que portanto devem ser levados em conta na análise.

Estendendo seu argumento, porém, a autora dá mais razão à crítica, pois afirma que “tornou-se patente que, caso os trabalhadores quisessem resistir, escolheriam associar-se aos sindicatos e não às mutuais”, para concluir que “é possível que os contemporâneos do fenômeno não o vissem como um espaço de manifestação de

⁴²⁹ Antonio Luigi Negro e Flávio Gomes, “Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”, in *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.18, n.1, p.223.

⁴³⁰ “O Estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas”, in *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 23-39.

interesses de classe, mas apenas como locus de proteção social, mesmo que mínimo, na ausência de políticas sociais”.⁴³¹ Parece difícil admitir que uma leitura de classe seja pouco explicativa da situação de indivíduos que, reunidos por etnia, religião ou nacionalidade, fazem-no especialmente visando ajudarem-se uns aos outros nas circunstâncias de falta de trabalho, de renda ou de assistência em geral. Sintomaticamente, é a partir da sua posição no mundo do trabalho que a autora os classifica (trabalhadores fabris, desempregados, subempregados ou patrões).

Assim, na linha do que vem sugerindo a historiografia recente sobre o mutualismo – na qual a própria autora se destaca – e ante às evidências das linhas por vezes muito tênues entre o caráter “adesista” ou “contestatório” das experiências coletivas da segunda metade do século XIX no Brasil, importa defender, ao fim dessa pesquisa, a importância do mutualismo para a história do trabalho em geral, e a decisiva significação de classe das escolhas produzidas em seu nome. Na complexidade dos domínios populares e das respostas populares diante da cena pública, os Desvalidos interessam porque ensinam não só sobre si, mas sobre seu espaço social e de sentido.

⁴³¹ Viscardi, O estudo, p.33.

ANEXOS

ANEXO 1 - Quadro A - Requerimentos de entrada (Década de 1850) - continua

Nome	Idade (Anos)	Naturalidade	Cor	Estado civil	Profissão	Ano do pedido
Estevão Machado de São Domingos	-	-	-	-	-	4/9/1851
Narciso Domingos de Santa Isabel	-	Salvador	Crioulo	-	Marceneiro	3/1852
Guilherme Francisco Henriques	35	Bahia	-	Solteiro	Oficial de pedreiro	-
André Ribeiro de Araújo	40	Salvador	Preto	Solteiro	Torneiro	-
Manoel Gomes de Oliveira	34	Salvador	-	Viúvo	Oficial de carpina	-
Fermianno José Ferreira	46	Salvador	-	Solteiro	Carpina	-
Domingos Ignácio de Souza Menezes	49	Salvador	Crioulo	Solteiro	Oficial de pedreiro	-
Alvelino da Costa Ribeiro	-	Salvador	Crioulo	Solteiro	Oficial de alfaiate	-
João Ladislau da Cruz,	20	Bahia	-	Solteiro	Pedreiro	-
Justino Ferreira de Sant' Anna	29	Bahia	-	Casado	Latoeiro	-
Manoel Antônio do Espírito Santo	-	Salvador	Crioulo	Casado	Oficial de sapateiro	-
Joaquim de Sant'Anna Gomes Ferrão		Salvador	Crioulo	Solteiro	Torneiro	3/1852

Manoel Pereira do Lago	50	-	-	Casado	Pedreiro	5/1853
José Faustino Telles	28	-	-	Solteiro	Oficial de carpina	7/1853
José Victorino Moreira	39	-	-	Solteiro	Pedreiro	8/1853
Domingo Francisco de Assunção	20	Salvador	Crioulo	Solteiro	Pedreiro	-

Quadro A - Requerimentos de entrada (Década de 1850) - continuação

Frutuoso Manuel de Santa Anna Lisboa	21	-	-	Solteiro	Oficial de pedreiro	-
Honorato Fellipe Mangabeira	30	-	-	Solteiro	Oficial de marceneiro	-
José Antônio Ferreira da Silva	36	Pernambuco	Crioulo	Casado	Oficial de barbeiro	-
José Caetano Correa de Oliveira	46	-	-	Solteiro	Carpinteiro	-
Manoel Euzébio A. de Faria	25	Salvador	-	Solteiro	Oficial de alfaiate	-
Sabino José dos Santos Filho	19	Brasil	-	Solteiro	Marceneiro	-
Telles da Gama	46	Salvador	-	Solteiro	Oficial de carpinteiro	-
Domingos das Virgens da Conceição	28	Salvador	Crioulo	-	Oficial de marceneiro	8/4/1853
Francisco Anselmo da Ressureição	24	Salvador	Preto	Solteiro	Oficial de sapateiro	-
Miquelino d'Assumpção Bahia	37	Bahia	-	Solteiro	Oficial de marceneiro	-

José Soares Cupim Jr	29	-	-	Solteiro	"Oficina" de sapateiro	-
Benedito da Silva Corrêa	28	Bahia	Crioulo	Solteiro	Oficial de marceneiro	-
João de Oliveira Brasileiro	43	Bahia	Crioulo	-	-	-
Manoel Anastácio	20	Bahia	-	Solteiro	Oficial de marceneiro	-
Thomaz de Santa Anna d'Oliveira	29	Salvador	Crioulo	Solteiro	Oficial de pedreiro	-
Militão de Jesus Pires	40	-	-	Casado	Oficial de carpina	-

Quadro A - Requerimentos de entrada (Década de 1850) - continuação

Antônio J. da Boa Morte	25	-	-	Solteiro	Oficial de pedreiro	-
José de Santa Anna	39	Salvador	Crioulo	Solteiro	Oficial de marceneiro	-
Cesário José da Silva	35	Salvador	Crioulo	Solteiro	Oficial de carpina	-
Olavo de Santa Anna	21	Salvador	-	Solteiro	Oficial de Marceneiro	-
Marcelino Joaquim Paranhos	26	Salvador	-	Casado	Oficial de sapateiro	8/1854
Leopoldino Sérgio de Araújo	37	Salvador	-	Casado	Oficial de pedreiro	20/9/1854
Antônio José Bracete	30	Bahia	-	Solteiro	Marceneiro	10/1854
Antônio Lisboa Miranda Cerqueira	33	Salvador	-	Solteiro	-	18/11/1854
João Anastácio do Espírito Santo	37	Salvador	-	Solteiro	Alfaiate	18/11/1854

Firmino de Freitas	35	Salvador	-	Solteiro	Carpina	18/11/1854
Firmino Manoel da Silva	28	-	-	Casado	Oficina de pedreiro	4/3/1855
Floriano de Souza Lopes	28	Salvador	-	Casado	-	25/3/1855
Manoel Cláudio	47	-	Crioulo	Solteiro	Sapateiro	25/3/1855
José Antônio da Silva	48	Cachoeira	Crioulo	Casado	-	28/3/1855
Lucas Geraldo das Mercês	20	-	-	Solteiro	Carpinteiro	-
Maurício Innocencio das Chagas	-	-	-	-	-	-
Manoel Salustiano Severiano Gomes	41	Salvador	-	Viúvo	Oficial de marceneiro	-

Quadro A - Requerimentos de entrada (Década de 1850) - continuação

Augusto Francisco de Assis	24	Bahia	Crioulo	Casado	Oficial de serrador	1853
Manoel Roque da Boa Morte	40	Salvador	-	Solteiro	Oficial de pedreiro	-
José Theodoro do Nascimento	28	Cachoeira	-	-	Ofício de marceneiro	1857
Faustino José de Sant'Anna Gomes	47	Salvador	-	Casado	Professor jubilado	1857
Amaro da Silva Berlinque	38	Bahia	-	Solteiro	Oficial de sapateiro	1857
Manoel Francisco dos Santos	25	-	-	-	Pedreiro	19/05/1857

Norberto Gomes da Virgem	30	Bahia	-	Solteiro	Carpinteiro	1857
Sebastião Correia Alves	27	Cachoeira	-	Solteiro	Cabouqueiro	1857
Marcelino Ferreira dos Santos	38	Cachoeira	-	Casado	Oficial de alfaiate	-
Manoel Valentim do Nascimento	29	Salvador	Crioulo	Solteiro	Oficial de pedreiro	-
Ladislau de Sant'Anna	21	Salvador	Crioulo	Solteiro	Oficial de carpina	-
Pedro Ribeiro	49	Salvador	-	Solteiro	Oficial de carpina	-
Damião Lisboa	41	Salvador	Crioulo	Solteiro	Pedreiro	-
Gabriel Francisco da Cruz	40	Salvador	Crioulo	Solteiro	Oficial de pedreiro	-
Feliciano Primo	36	Salvador	-	Solteiro	Oficial de pedreiro	-
Guido dos Santos Castro	29	Salvador	-	Solteiro	Oficial de carpina	-
Holavo Amâncio da Silva	22	Salvador	Crioulo	-	Marceneiro	-
Martiliano da Silva Araújo	30	Salvador	Crioulo	Solteiro	Oficial de marceneiro	-

Quadro A - Requerimentos de entabada (Década de 1850) - conclusão

João Theodoro Soledade	25	Bahia		Solteiro	Oficial de marceneiro	
Damião Cardoso da Costa	39	Salvador		Solteiro	Oficial de carpina	

Matias Joaquim do Nascimento	23	Salvador	Crioulo	Solteiro	Oficial de pedreiro	1858
José Pedro do Sacramento	44	Bahia	Crioulo	Solteiro	Carpinteiro	1858
Germano Teixeira	30	Salvador		Solteiro	Carpina	1859
Nicolau da Silveira	25	Salvador		Casado	Pedreiro	1859
Rumão da Hora Silva e Maciel	30	Salvador		Solteiro	Oficial de pedreiro	1859
José Joaquim de Sant'Anna	36	Bahia	Crioulo	Solteiro	Marceneiro	1859

Fonte: ASPD, Livro de Registro de Pagamentos de Sócios

ANEXO 2 - Quadro B - Sócios Protetores da SPD (1851-1868)

Nome	Atividade	Data de Matrícula
Manoel Joaquim de Almeida	Cônego	03/01/1851
Francisco Gonçalves Martins (Barão de São Lourenço)	Conselheiro, Juiz, Chefe de Polícia e Presidente da Província	02/03/1851
Bernardino Ferreira Pires	Delegado	04/05/1851
Raimundo Nonato da Madre de Deus Pontes	Frei (Seminário Arquidiocesano)	04/05/1851
Antônio Joaquim das Mercês	Desembargador	04/05/1851
Francisco Pereira Sebrão	Médico, Proprietário do Colégio São João	04/05/1851
Álvaro Tibério de Moncorvo Lima	Presidente da Província	01/06/1851
Francisco Ezequiel Meira	Subdelegado e Juiz de Paz da Freguesia da Conceição da Praia	10/07/1851
Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos	Presidente da Província da Bahia, Presidente do Tribunal da Relação	10/07/1851
Manoel José de Almeida Couto	Tesoureiro-Geral da Província	10/07/1851
Lourenço de Souza Marques	-	10/07/1851
Manoel Alves Moreira "Villas Boas"	Cônego, Conselheiro da Ordem de Cristo	10/07/1851
José Manoel Fernandes Ramo	-	31/08/1851
Joaquim Antônio Murtinho	Professor	31/08/1851
João Joaquim da Silva	Desembargador da Relação da Bahia	05/06/1853
Rodrigo Ignácio de Sousa Menezes	Padre, Pregador Imperial	07/08/1853
Francisco Barbosa de Araújo	Lente Proprietário da Cadeira de Geometria Mecânica aplicada às artes e ofícios	07/08/1853
Luiz Álvares dos Santos	Lente Proprietário da Cadeira de Latim da Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo	1/10/1854
João Maurício Wanderley	Presidente da Província da Bahia	1/10/1854
José Joaquim Coelho	Marechal Comandante das Armas	10/10/1854

Francisco José Godinho	Presidente da Caixa Comercial da Bahia, Traficante de Escravos	10/10/1854
Vicente Ferreira de Oliveira	-	10/10/1854
Innocêncio Marques de Araújo Góes	Juiz, Deputado, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça	10/10/1854
Francisco Antônio Ribeiro	Deputado Geral	10/10/1854
Américo de Souza Gomes	-	10/10/1854

Quadro B - Sócios Protetores da SPD (1851-1868) - continuação

Manoel Líbano Pereira de Castro	Juiz de Direito	18/09/1855
João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (Visconde de Sinimbu)	Presidente da Província, Senador, Primeiro-Ministro	12/10/1856
Francisco Liberato de Mattos	Chefe de Polícia	24/10/1856
Selidônio José Antônio Pereira	Comandante das Armas	24/10/1856
Francisco Xavier Paes Barreto	Presidente da Província	09/12/1858
Herculano Ferreira Pena	Conselheiro e Presidente da Província	02/10/1859
Francisco Muniz Barreto	Escriturário da Alfândega	02/10/1859
Antônio da Costa Pinto	Juiz, Presidente da Província, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça	06/05/1860
Domingos Gonçalves Ponce de Leão	Desembargador	20/08/1860
Joaquim Antão Fernandes Leão	Juiz, Presidente da Província, Ministro	02/02/1862
José Pereira da Silva Reis	-	02/02/1862
Manoel Joaquim da Silveira	Arcebispo Metropolitano Primaz do Brasil	02/10/1862
Manuel Muniz Tavares	Brigadeiro, Comandante das Armas	02/10/1862
Antônio Dias Coelho (Barão de Estância)	Juiz, Senador	02/10/1862
Antônio Coelho de Sá Albuquerque	Deputado, Senador e Presidente da Província	02/10/1862
Ângelo Muniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Juiz, Deputado, Senador, Ministro, Presidente de Província	1863
Antônio José Correia Machado	Arquiteto da Província da Bahia	1863

Joaquim Antônio da Silva Carvalho	Veterano da Independência, Coronel da Guarda Nacional, funcionário da Alfândega	1863
Manoel Messias de Leão	Juiz, Desembargador, Presidente de Província, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça	1863
Antônio Joaquim da Silva Gomes	Desembargador e Presidente da Província	02/03/1864
Arsênio Rodrigues Seixas	-	06/03/1864
Victório José da Costa	-	30/04/1864
Salustiano Ferreira Souto	Médico, Professor, Deputado	18/09/1864
Luís Antônio Barbosa de Almeida	Desembargador e Presidente da Província	20/11/1864
Manoel Pinto de Souza Dantas	Presidente da Província e Ministro	06/08/1865
José Joaquim Rodrigues Lopes	Comandante das Armas	06/08/1865
João José de Oliveira Junqueira Jr.	Chefe de Polícia, Deputado, Ministro	20/08/1865
Pedro Leão Veloso	Juiz, Deputado, Senador	15/04/1866
Ambrósio Leitão da Cunha	Deputado, Senador, Presidente da Província	13/01/1867
Antônio Lázaro de Oliveira Leitão	Tenente	02/06/1867
Jovino César da Silva	Capitão	02/06/1867
Augusto Sérulo de Aguiar Cardoso	-	02/06/1867
José Bonifácio Nascentes de Azambuja	Presidente da Província	15/09/1867
Luiz José Monteiro	Brigadeiro	15/09/1867
Jerônimo Sodré Pereira	Médico, Professor, Deputado, Presidente da Província	27/10/1867
Manoel José de Figueiredo Leite	Provedor da Santa Casa de Misericórdia	26/07/1868
Nicolau de Carvalho Filho	Coronel	13/09/1868

Fontes: ASPD, Livro de Termos (Sócios Protetores)/ Atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos.

REFERÊNCIAS

PERIÓDICOS:

- *Almanak Administrativo, Comercial e Mercantil da Bahia*
- *Correio Mercantil*
- *Diário da Bahia*
- *Nova Sentinella da Liberdade*
- *Novo Diário da Bahia*
- *O Alabama*
- *O Monitor*
- *O Sete de Novembro*
- *Sentinella da Liberdade*

Disponíveis no sítio da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL

Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>

REGISTROS DE BATISMO, CASAMENTO E ÓBITO (BAHIA, 1688-1935)

Disponível em: <https://familysearch.org/>

CORRESPONDÊNCIAS E RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DE PROVÍNCIA

Disponível em:

<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia>.

TRANSATLANTIC SLAVE TRADE DATA BASE

Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS:

ANAIIS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

- Publicações do Arquivo do Estado da Bahia (PAEBA). A Revolução de 7 de novembro de 1837, 5 vols., 1937-1948.

FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos (ASPD)

- Livro de Termos (1847).
- Livro de Registro de Pagamento de Sócio (1848).
- Livro de Caixa dos Penhores (1851).
- Livro de Termos de Entrada de Sócios (1855).
- Demonstrativo de Receitas e Despesas (1860-1896).
- Atas (1862-1868)
- Matrículas de Sócios (1872).

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

Seção de arquivos colonial e provincial (SACP)

- Sociedades (1833-1889), maço 1575.
- Registro de cartas de aprovação de Estatutos de Sociedades (1861/1884), maço 1578.
- Correspondência recebida do Tribunal da Relação, maço 2183.
- Correspondência recebida da Sociedade Montepio dos Artífices (1861-1889), maço 4536.
- Correspondência recebida da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1861-1880), maço 5306.

Religião:

- Irmandades (da Capital) (1847/1889), maço 5249
- Irmandades (da Capital) (1837/1889), maço 5250
- Irmandades (da Capital) (1832/1889), maço 5251
- Irmandades (Cartas de Confirmação de Compromisso) (1839/1885), maço 5264

- Livro do Tombo dos bens de todas as Ordens Terceiras, Confrarias e Irmandades da Cidade do Salvador (1853), maço 5266.
- Confrarias (1826/1888), maço 5270.
- Mapa de Fogos da Freguesia de São Pedro (1835), maço 5685.

Presidência da Província

- Actos do Governo: maços 972 (1861), 973 (1862), 974 (1863), 975 (1864) e 976 (1865).

Seção Judiciária

Livro de Registro de Testamentos (1790/1890)

Livro de Notas – Diversos Tabelionatos.

BIBLIOGRAFIA

ACCIOLI, Ignácio. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Anotado por Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial, 1931. 6 v.

ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. "A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)". Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado, 2004.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

_____. "Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872", *In: Novos Estudos*, n.21, julho de 1988.

_____. "The Ethiopic ocean: History and historiography, 1600-1975". *In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). The south Atlantic, past and present*. Dartmouth, Mass: Tagus Press, 2015, p.1-79.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador, 1811/1860*. São Paulo: Corrupio, 1988.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. "O Tutu da Bahia. Bahia: transição conservadora e formação da nação, 1838-1850". Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Tese de Doutorado, 2006.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. "A política dos homens de cor no tempo da Independência" *in Revista Clio*, Série História do Nordeste, n. 19. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

_____. “1846: um ano na rota Bahia-Lagos. Negócios, negociantes e outros parceiros”. *Afro-Ásia*, n. 21/22 (1998-99), pp.83-110.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “‘Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador’. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão” in DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p.295-327.

AZEVEDO, Elciene. *O Direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

AZEVEDO, Elciene, CANO, Jefferson *et alli* (orgs.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BACELAR, Jefferson e SOUZA, Maria Conceição de. *O Rosário dos Pretos do Pelourinho: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia*, 1974.

BAPTIST, Edward E. “A Segunda Escravidão e a Primeira República Americana. In: *Almanack*. Guarulhos, n.05, p.5-41, 1º semestre de 2013.

BARATA, Alexandre Mansur. “Do secreto ao público: espaços de sociabilidade na Província de Minas Gerais (1822-1840)” in CARVALHO, José Murilo de Carvalho e NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp.51-70.

_____. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF/ São Paulo: Annablume, 2006.

BARICKMAN, Bert Jude. “As cores do escravismo: escravistas ‘pretos’, ‘pardos’ e ‘cabras’ no Recôncavo baiano, 1835” in *População e Família*, n. 2, v. 2, 1999, pp. 7-60.

_____. “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881)”, In *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999).

_____. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARMAN, Roderick J. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

BATALHA, Claudio H. M. “Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente”, *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 12-22

_____. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária” in *Cadernos AEL*, vol. 6, n. 10/11, Sociedades operárias e mutualismo, 1999, p.42-68.

BATALHA, Claudio H. M *et alli* (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade no operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BLACKBURN, Robin. “Por que segunda escravidão?” In MARQUESE, Rafael. SALLES, Ricardo (orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

BRAGA, Julio Santana. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Salvador: Edições Ianamá. 1987.

CALDERÓN, María Teresa e THIBAUD, Clement. *La Majestad de los pueblos em la Nueva Granada y Venezuela, 1780-1832*. Colección Bicentenario. Bogotá: Universidad Externado de Colómbia, 2010.

CAMPOS, Lucas Ribeiro. “Sociedade Protetora dos Desvalidos: alianças, conflitos e redes de proteção entre lideranças de cor na segunda metade do século XIX”, Texto apresentado em Seminário do Grupo de Pesquisa “Escravidão e Invenção da Liberdade”,

do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, em 12 de maio de 2017.

CARNEIRO, A. J. Souza. "A Sabinada em Nazaré". In: *Publicações do Arquivo do Estado da Bahia*, A Revolução de 7 de novembro de 1937 (A Sabinada), v. IV. Salvador: Imprensa Oficial, 1945, p. 77-96.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Marcus J. M. "'Fácil é serem sujeitos de quem já foram senhores': o ABC do Divino Mestre" in *Afro-Ásia*, 31 (2004).

_____. *Hegemony and Rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835*. PhD Thesis, University of Illinois, 1989.

_____. "Negros armados por brancos e suas independências" in JANCSÓ, István (org.), *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. "A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia", 1832-1930, *Mundos do Trabalho*, vol. 2, n.4, ago/dez 2010, p.40-77.

_____. "Classe e Cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)". In: *Revista Afro-Ásia*, 41 (2010), p.85-131.

_____. "O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930)". In BATALHA, Claudio H. M. e MAC CORD, Marcelo. *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*, p.47-82.

CASTILLO, Lisa Earl. "Apontamentos sobre a história do Terreiro do Gantois", Texto apresentado em Seminário do Grupo de Pesquisa "Escravidão e invenção da liberdade", do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, em 16 de setembro de 2016.

_____. "Mapping the nineteenth-century Brazilian returnee movement: Demographics, life stories and the question of slavery". In *Atlantic Studies*, vol. 13, n. 1, 2016, p. 25-52.

_____. “O terreiro do Alaketu e seus fundadores: história e genealogia familiar, 1807-1867”. In *Afro-Ásia*, no 43 (2011), p.213-259.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a guarda nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Nacional / Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

_____. “Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil império in Elciene Azevedo *et alli* (orgs.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p.23-62.

_____. “Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”, In Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio Santos Gomes (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

_____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CHIARAMONTE, José Carlos. “Formas de identidad política en el Río de la Plata luego de 1810” in Boletín del Instituto de História Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani, 3ª Série, nº 1, Buenos Aires, 1989.

_____. “La formación de los Estados nacionales en Iberoamérica” in Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, 3ª. série, 1º sem/1997.

_____. “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII.” In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003, pp. 61-91.

COSTA, Ana de Lourdes R. da. “Espaços negros: ‘Cantos’ e ‘Lojas’ em Salvador no século XIX” in Cantos e Toques, Suplemento do Caderno CRH (Salvador, 1991).

COSTA, Iraci Del Nero. *Arraia-Miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992.

_____. "Nota sobre fontes documentais para o estudo da demografia escrava". In: *Arquivo: boletim histórico e informativo*. São Paulo, vol. 9, n.1, p.25-34, jan/jun, 1988b.

COSTA, Luís Monteiro da. "A devoção de Nossa Senhora do Rosário na Cidade do Salvador", *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, 10: 10 (1958), pp. 95-113.

COSTA E SILVA, Maria Conceição Barbosa da. *Montepio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: EGBA, 1998.

CUNHA, Luiz A. "O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata" in SOUSA, Jorge P. de (org.). *Escravidão, ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Aperj, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos brasileiros e sua volta à África*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*, São Paulo, Alameda, 2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

_____. Império e governo representativo: uma releitura, In *Cadernos CRH*. Salvador, v.21, n.52, Jan/Abr 2008.

DREYFYS, Michel. "The labour movement and mutual benefit societies: towards an international approach" In Marcel Van der Linden. *Social security mutualism: the comparative history of mutual benefit societies*. Bern: Peter Lang, 1996.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELTIS, David. "The nineteenth-century transatlantic slave trade: an anual time series of imports into the Americas broken down by region". In: *Hispanic American Historical Review*, v.67, n.1, 1987, p.109-138.

FARGE, Arlette. *Dire et mal dire: l'opinion publique au XVIIIe siècle*. Paris: Seuil, 1992.

FARIAS, Sara de Oliveira. *Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade da Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX*. Dissertação de Mestrado, Programa de História Social, Universidade Federal da Bahia, 1997.

FLEXOR, Maria Helena M. Ochi. *Oficiais mecânicos na cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal/ Departamento de Cultura/ Museu da Cidade, 1974.

_____. "Os ofícios mecânicos e o negro no espaço urbano de Salvador", *In Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano*. Ouro Preto, 2008.

FLORENTINO, Manolo G. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

_____. *Judge and Jury in Imperial Brasil, 1808-1871: social control and political stability in the new state*. Austin/Londres: University of Texas Press, 1981.

FRADKIN, Raúl O. *La historia de una montonera*. Bandolerismo y caudillismo en Buenos Aires, 1826. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2006.

FRADKIN, Raúl O. (Org.). *¿Y el Pueblo, donde está?* Buenos Aires: Prometeo Editorial, 2009.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. "O banco da Ordem: política e finanças no Império brasileiro (1853-66)". Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

_____. "Projetos políticos e crises econômicas: análise do caso do Banco do Brasil na crise bancária de 1864", *In: Veredas da História*. v.5, n.2, 2012,

GENOVESE, Eugene D. *Roll, Jordan, roll: the world the slaves made*. Nova York: Vintage Books, 1974.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GOMES, Flávio dos Santos e CUNHA, Olívia Maria Gomes da (Orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as idéias no lugar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

GOULDNER, Alvin W. "Artisans and intellectuals in the German Revolution of 1848" *In Theory and Society*, vol. 12, n. 4 (jul. 1983).

GRADEN, Dale. *From slavery to freedom in Brazil: Bahia, 1835-1900*. Albuquerque. University of Mexico Press, 2006.

_____. "'Uma lei... até de segurança pública': resistência escrava, tensões sociais e o fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil (1835-1856)". *In Estudos Afro-Asiáticos* (30): 113-149, dezembro de 1996.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

_____. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRINBERG, Keila. *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. "A Sabinada e a politização da cor na década de 1830", *In* GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUERRA, François-Xavier. "A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades". *In*: JANCÓS, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

_____. *Modernidad e Independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. 2º ed. México: FCE, 1993.

GUERRA, François-Xavier *et alli* (orgs). *Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas, siglos XVIII-XIX*. México: FCE/ Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 1998.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. *O povo e a guerra*. Participação das camadas populares nas lutas pela independência do Brasil na Bahia. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2004.

GUILHAUMOU, Jacques. "The temporality of historical forms os individualization in modern times" in Javier Fernández Sebastián (org.). *Political concepts and time: new approaches to conceptual history* Santander: Cantabria University Press/McGraw-Hill Interamericana de España, 2011.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. "Bancos, economia e poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, Mac Gregor & Companhia (1854-1866)". Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 1997.

HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HALPERÍN-DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850*. Madrid: Alianza, 1985.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil monárquico: dispersão e unidade. 5. ed. São Paulo: Difel, 2002, t. 2, v. 2.

HOPKINS, Eric. *Working-class self-help in nineteenth century England*. London: UCL Press, 1995.

JANCSÓ, István. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação* São Paulo: Hucitec/ Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

_____. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005.

_____. *Na Bahia, contra o império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec/ Salvador, Edufba, 1996.

JANCÓS, István e PIMENTA, João Paulo G. "Peças de um mosaico (ou apontamento para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)" *in* MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

JESUS, Ronaldo Pereira de. "História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico". *In*: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.) *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora, MG: EDUFJF, 2006, pp. 285-303.

_____. "Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)". *In*: Locus: Revista de História. Juiz de Fora: [s.e.], V. 13, nº. 1, pp. 144-170, [s.m.], 2007.

JESUS, Ronaldo Pereira de. LACERDA, David P. "Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro imperial", *In Revista Mundos do Trabalho*, vol.2, n.4, agosto-dezembro 2010.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

KIDDY, Elizabeth W. *Blacks of the Rosary: memory and history in Minas Gerais, Brazil*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

_____. "Ethnic and racial identity in the brotherhoods of the Rosary of Minas Gerais, 1700-1830" *In The Americas*, vol.56, n.2 (Oct., 1999).

KLEIN, Herbert S. "A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil" *in Estudos econômicos*, São Paulo, vol. 17, n. 2, p.129-149, maio/ago, 1987.

_____. "Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira" *in Dados*, Rio de Janeiro, n. 17, p.3-27, 1978.

_____. *The middle passage: comparative studies in the Atlantic Slave Trade*. New Jersey: Princeton University Press, 1978.

KLEIN, Hebert S. LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

_____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Puc-Rio, 2006.

KRAAY, Hendrik. Daniel Gomes de Freitas. In: P. M. Beattie (Ed.). *The Human Tradition in Modern Brazil*. Wilmington: Scholarly Resources, 2004.

_____. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos’: o ‘recrutamento’ de escravos na guerra de independência na Bahia”. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 43, p. 109-126, 2002.

_____. “Identidade racial na política, Bahia, 1790-1840: o caso dos Henriques”, in: István Jancsó (Org.). *Formação do Estado e da Nação*, São Paulo: Hucitec/ Ed. Unijuí, Fapesp. 2003, p. 521-546.

_____. “Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825)”. In MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp.303-341.

_____. “Os companheiros de Dom Obá: os Zuavos baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai”, In *Afro-Ásia*, 46 (2012).

_____. *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011.

_____. “Tão assustadora quanto inesperada: a Sabinada baiana, 1837-1838”, In DANTAS, Mônica Duarte (orgs.). *Revolutas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora Alameda, 2011.

LACERDA, David P. “Solidariedades entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882)”. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Dissertação de Mestrado, 2011.

_____. “Mutualismo, trabalho e política: a seção Império do Conselho de Estado e a organização dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro (1860-1882)” In MAC CORD,

Marcelo e BATALHA, Claudio H. M. (orgs.). *Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*, Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

LAHON, Didier. “Da redução da alteridade à consagração da diferença: as irmandades negras em Portugal (séculos XVI-XVIII)” in *Projeto História*, São Paulo, n.44, 2012, pp.53-83.

LARA, Sílvia Hunold. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil” in *Projeto História*, (16), fev. 1998, p. 25-38.

_____. “Blowing in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”, In *Projeto História*, São Paulo (12), out 1995.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. “Em tempo de crise: uma memória documental da sociedade dos artífices na Bahia oitocentista” in *Revista do CITCEM*, Cultura, Espaço e Memória, Porto, n.2, 2011, p.121-136.

_____. “Sociedade dos Artífices: experiência liberal de mutualismo na Bahia Imperial (1832-1862)” in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH, São Paulo, julho de 2011.

_____. “Artífices baianos em um momento de crise e o mutualismo em debate (1852)”. In *Tempos Históricos*, v. 20, 2º semestre de 2016.

LEITE, Douglas Guimarães. *Sabinos e diversos: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837*. Salvador: EGBA, 2007.

LINDEN, Marcel Van der (org.). “História do Trabalho: o velho, o novo e o global”. In: *Revista Mundos do Trabalho*. v.1. n.1. jan-jun/2009.

_____. *Social security mutualism: the comparative history of mutual benefit societies*. Bern: Peter Lang, 1996.

LINEBAUGH, Peter. “Todas as montanhas atlânticas estremeceram” In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, ano 3, n.6, setembro de 1983.

LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LOBO, Tânia Conceição Freira e OLIVEIRA, Klebson. “Escrita liberta: letramento de negros na Bahia do século XIX”. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de *et alli* (orgs.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro – estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo: Fapesp; Campinas: Pontes Editores, 2007, p.437-460.

LOPES, Juliana Serzedello Crespim. *Identidades políticas e raciais na Sabinada (1837-1838)*. São Paulo: Alameda/FAPESP, 2013.

LUCA, Tânia Regina de Luca. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo/Brasília: Contexto/CNPq, 1990.

_____. “Mutualism in Brazil (São Paulo)”. In: LINDEN, Marcel Van der (Org.). *Social security mutualism: the comparative history of mutual benefit societies*. Bern: Peter Lang, 1996.

LUGAR, Catherine. “The merchant community of Salvador, Bahia, 1780-1830”. Tese de Doutorado apresentada à State University of New York at Stony Brook, 1980.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da Cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

_____. “Francisco José Gomes de Santa Rosa: experiências de um mestre pedreiro pardo em Pernambuco no oitocentos” in *Afro-Ásia*, n.49 (2014), p.199-227.

_____. *O Rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Recife: Editora Universitária da UFPE/ São Paulo: Fapesp, 2005.

MAMIGONIAN, Beatriz G. *To be a liberated african in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century*. University of Waterloo, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara, terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986.

MARQUESE, Rafael de Bivar. “A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX”. In: *Novos Estudos Cebrap*, 74: 107-123, 2006.

_____. “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira”. In: *Revista de História*, v.169, p.223-253, jul./dez. 2013.

_____. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Governo dos escravos e ordem nacional: Brasil e Estados Unidos, 1820-1860 in* JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/ Ed. Unijuí: Fapesp, 2003, p.251-265.

MARQUESE, Rafael de Bivar e PARRON, Tâmis. “Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão” in *Topoi*, 12 (23): 97-117, julho-dezembro, 2011.

MARQUESE, Rafael e SALLES, Ricardo. “A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia”. In Rafael Marquese e Ricardo Salles (Orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.99-161.

MARQUESE, Rafael de Bivar. TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo Salles (Orgs.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.340-83.

MARTINS, Mônica M. S. “A prática do auxílio mútuo nas corporações de ofícios no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX”, in MAC CORD, Marcelo e BATALHA, Claudio H. M. (orgs.). *Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*, Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

_____. *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real, 1808-1824*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MATTA, Iacy Maia. *Conspirações da raça de cor: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2016.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste-escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MATTOS, Ilmar Rolhoff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. “Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX. Uma fonte para o estudo de mentalidades”. In *Publicações do Centro de Estudos Baianos*, UFBA, 85, Salvador, CEB, 1979.

MENDES, Camila Menegardo. *Sociedades beneficente e fronteira racial: associativismo de trabalhadores negros na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

MEZNAR, Joan E. The Ranks of the Poor: “Military Service and Social Differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875” in *Hispanic American Historical Review*, n. 72, v. 3: 335-351, ago. 1992.

MILLER, Joseph C. “O Atlântico escravista: açúcar, escravos, engenhos”. In João José Reis e Carlos da Silva Jr. (Orgs). *Atlântico de dor: faces do tráfico de escravos*. Cruz das Almas: EdUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p.41-69.

MINTZ, Sidney. “The so-called modern world system: local initiative and local response”, In *Dialectical Anthropology*, vol. 2, n.4, (November 1977), p.255-6.

_____. “Was the plantation slave a proletarian?” In *Review* (Fernand Braudel Center), vol.2, n.1, (Summer 1978).

MONTEIRO, Antônio. *Notas sobre negros malês na Bahia*. Salvador: Ianamá, 1987.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano, Porto Alegre (1858-1888)*. Porto Alegre: EST, 2003.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MORTON, F. W. O. "The Conservative Revolution of Independence: economy, society and politics in Bahia, 1790/1840". Tese de Doutorado, Universidade de Oxford, 1974.

MOTA, Carlos Guilherme. *A viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: Histórias. São Paulo: Senac, 2000.

MOTT, Luiz R. B. "Estrutura demográfica das fazendas de gado no Piauí colonial: um caso de povoamento rural centrífugo". In: *Ciência e cultura*, Rio de Janeiro, vol. 30, n.10, p.1196-1210, out/1978.

MULVEY, Patricia Ann. *The Black Lay Brotherhoods of Colonial Brazil*. Tese de Doutorado, City University of New York. 1976.

MUNCK, Ronaldo. "Mutual benefit societies in Argentina: workers, nationality social security and trade unionism", in *Journal of Latin American Studies*, vol.30, n.3, (Oct., 1998), p.573-590.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. "Trabalhadores negros e o paradigma da ausência: contribuições à história social do trabalho no Brasil", In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.29, n.59, set/dez, 2016.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira do. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Edufba, 2007.

NEAVE, David. "Friendly societies in Great Britain" In Marcel Van der Linden (org.), *Social security mutualism: the comparative history of mutual benefit societies*. Bern: Peter Lang, 1996.

NEEDELL, Jeffrey D. "Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857". In *Almanack Brasiliense*, São Paulo, n.10, p.5-22, nov. 2009.

NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. "Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho". In: *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v.18, n.1, p.217-240.

NISHIDA, Mieko. "Manumission and ethnicity in urban slavery: Salvador, Brazil, 1808-1888", *Hispanic American Historical Review*, vol.73, n.3 (Aug., 1993).

_____. *Slavery and identity: ethnicity, gender and race in Salvador, Brazil, 1808-1888*. Bloomington: Indiana University Press, 2003.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777-1808)*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1985.

OLIVARES, Guillermo de Jesus Palacios y. "Revoltas camponesas no Brasil escravista: a 'Guerra dos Marimbondos' (Pernambuco, 1851-1852)". *In: Almanack Braziliense*, n.3, 2006, p.9-39.

OLIVEIRA, Anderson José Machado. "Devoção e caridade: irmandades religiosas no Rio de Janeiro imperial (1840-1889)". Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado em História, 1995.

OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil: sócio-história*, edição filológica de documentos e estudo lingüístico, v. 1. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia. 2005.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros - Salvador, 1790-1890*. São Paulo: Corrupio, 1988.

_____. "Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX" *in Revista USP*, vol.28, 1995-1996.

OTT, Carlos. "A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho", *Afro-Asia*, nº 6/7 (1968), pp. 119-126.

_____. *Formação e evolução étnica da cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1957.

PARÉS, Luís Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

_____. "Milicianos, barbeiros e traficantes numa irmandade católica de africanos minas e jejes (Bahia, 1770-1830)" *in Revista Tempo*, n. 20, 2014, p. 1-32.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. “A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846”. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 2015.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Os caminhos da ‘Nação Conga’: associativismo, festa e identidades entre os afrodescendentes do Rio de Janeiro e de Buenos Aires (século XIX)”, *In Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* (ANPUH), São Paulo, julho 2011.

PEREIRA, Miriam Halpern. “Artesãos, operários e o liberalismo: dos privilégios corporativos para o direito do trabalho (1820-1840)” *in Ler História*, 1º. 14, 1998, p.41-86.

PIMENTA, João Paulo G. “Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c.1780-c.1830)”. Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo, 2012.

PINHO, José Wanderley de. “A Bahia: 1808-1856”. *In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico: dispersão e unidade. Regência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *História de um engenho do Recôncavo*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1946.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil no século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2000.

POLANYI, Karl Polanyi. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PONDÉ, Maria do Carmo. “A capelinha dos Quinze Mistérios e a devoção ao Rosário entre os pretos” *in Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*, XXIX, 1946, p. 313-324.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

QUERINO, Manoel. *Costumes africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

RALLE, Michel. “A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910)”, *In Cadernos AEL*, vol.6, n.10/11, 1999.

RAMINELLI, Ronald. “Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal”, *In: Vária História*. Belo Horizonte, vol.28, n.48, jul/dez 2012.

REGINALDO, Lucilene. “África em Portugal: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII, vol. 28, n.1 (2009), p. 289-319.

_____. *Os Rosários dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

_____. “‘Uns três congos e alguns angolas’ ou os outros africanos da Bahia”, *in História Unisinos* 14(3):257-265, Setembro/Dezembro 2010.

REIS, João José. “A greve negra de 1857 na Bahia”. *Revista USP*, 18 (1993): 6-29.

_____. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

_____. “Cor, classe, ocupação etc. – o perfil social (às vezes pessoal) dos rebeldes baianos, 1823-1833” *in* REIS, João José e AZEVEDO, Elciene (orgs.). *Escravidão e suas sombras*. Salvador: EDUFBA, 2012, p.279-320.

_____. “De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista”. *In Revista de História* (São Paulo), 2016, n.174, p.14-67.

_____. “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição”, *In Afro-Ásia*, 24 (2000).

_____. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. “Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão” *in Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 7-33, 1997.

_____. “O Levante dos Malês: uma interpretação política”, In REIS, João José Reis e SILVAN, Eduardo (org.) *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

_____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

REIS, João José e AGUIAR, Maria Gabriela D. de. “Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”. In: *Revista de História*, 135, 2º semestre de 1996, p.133-160.

REIS, João José & KRAAY, Hendrik. “The tyrant is dead”: the revolt of the Periquitos in Bahia, 1824” in *Hispanic American Historical Review*, 89, n.3 (Aug. 2009): 399-434.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e culturas dos artífices da Bahia do Século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e os conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002

RIBEIRO, Alexandre Vieira. “A cidade de Salvador: estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c.1750 – c.1800)”. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

_____. “O Tráfico Atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador (c.1680–c.1830)”. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968.

RODRIGUES, Luciana dos Santos. "Os Exaltados: política e identidade na Corte regencial (1831-1834)". Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 2013.

ROSAL, Miguel Ángel. "Los afroporteños, 1821-1825", in *Revista de Indias*, 2002, vol. LXII, núm.24, p.143-172.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Aspectos da vida social das irmandades leigas na Bahia no século XVIII" in *Universitas*. Salvador (6/7): 189-204, mai./dez. 1970.

_____. "Black and mulatto brotherhoods in colonial Brazil: a study in collective behavior". In *Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 54, n.4, pp.567-602, nov. 1974.

_____. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Jocélio Teles dos. "Candomblés e espaço urbano na Bahia do século XIX" in *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 27, n. 1-3 (2005), pp.205-26.

SAUNDERS, A C.de C. M. *História Social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

SCARANO, Julita. "Black Brotherhoods: integration or contradiction?" in *Luso-Brazilian Review*, Madison, v.16, n.1, pp.1-17, verão 1979.

_____. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no distrito diamantino no século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. "Resistance and accommodation in eighteenth-century Brazil: the slaves' view of slavery". *Hispanic American Historical Review*, 57, 1, 1977, pp. 69-81.

_____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras; Brasília: CNPq, 1988.

_____. "The manumission of slaves in colonial Brazil: Bahia, 1684-1745". *Hispanic American Historical Review*, vol. 54, n. 4, 1974, p. 603-635.

SEBASTIÁN, Javier Fernandez (dir.). *Diccionario político y social del mundo ibero-americano*. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

SERZEDELLO, Juliana Lopes. *Identidades políticas e raciais na Sabinada (Bahia, 1837-1838)*. São Paulo: Ed. Alameda/Fapesp, 2013.

SEWELL JR., William H. *Logics of History: Social Theory and Social Transformation*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

_____. *Work and revolution in France: the language of labor from the Old Regime to 1848*. New York: Cambridge University Press, 1982.

SILVA, Daniel Afonso. "Na trilha das garrafadas", in *Análise Social*, 203, XLVII, (2º.), 2012, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp.268-297.

_____. *Histórias de Bahia, Histórias de Brasil: cinco estudos sobre a crise do primeiro reinado na Bahia (1828-1831)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2007

SILVA, Luiz Geraldo. "Afrodescendentes livres e libertos e igualdade política na América portuguesa: mudança de status, escravidão e perspectiva atlântica". In: *Almanack*, Guarulhos, n.11, dezembro 2015, p.571-623.

_____. "Negros de Cartagena y Pernambuco em la era de las revoluciones atlánticas: trayectorias y estructuras (1750-1840)", In *Anuario Colombiano de la Historia Social y de la Cultura*, v.40, n.2, 2013.

SILVA, Luiz Geraldo e SOUZA, Priscila de Lima. "Without freedmen note: changes in the petitions of the pardos of Portuguese America throughout the eighteenth century". Texto apresentado no Seminário Colonial (Mis) understandings: Portugal and Europe in Global Perspective, 1450-1900. Lisboa: FCT/CHAM, 2013.

SILVA JR., Adhemar L. da. “As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940”. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da PUC, Porto Alegre, 2005.

_____. “Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889)”, *In Estudos Iberoamericanos*, PUC-RS, v. XXV, n.2, dezembro 199.

_____. “O mutualismo de fechamento étnico no Rio Grande do Sul (1854-1940)”, *In Revista Métis: história e cultura*, v.4, n.8, jul/dez 2005.

SILVEIRA, Renato da. “Antecedentes europeus nas irmandades do Rosário dos Pretos na Bahia colonial”, *in* João José Reis e Elciene Azevedo (Orgs.), *A escravidão e suas sombras*, Salvador, Edufba, 2012, p.15-63.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2009.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Cecília Moreira. “As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX”, *Afro-Ásia*, n. 17 (1996): 57-71.

SOARES, Luiz Carlos. “Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX”. *Revista Brasileira de História*, 8, n.º 16 (1988): 107-142.

SOARES, Mariza Carvalho. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista, história da festa de coroação de rei congo*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002

SOUZA, Paulo César. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia, 1837*. São Paulo: Brasiliense, Círculo do Livro, 1987.

SOUZA, Robério S. *Trabalhadores dos trilhos: imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863)*, Campinas, Ed. Unicamp, 2006.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. “Crise! Crise! Crise! A quebra da Casa Souto nas letras de lundus compostos no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”. *In: Topoi*. Rio de Janeiro, v. 15, n.29, jul/dez. 2014.

TEMPERLEY, Howard. “Capitalism, slavery and ideology”. *In: Past and Present* (1977) 75; 94-118.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3v.

_____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Grupo editorial Grijalbo, 1976.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. New York: Random House-McGraw-Hill Publishing Co./ Reading (Mass.), Addison Wesley Publishing, 1978.

TITARA, Ladislau dos Santos. *Paraguassu: epopéia da guerra da independência do Brasil na Bahia*. Ed. fac-similar. São Paulo: Instituto Histórico Brasileiro e Conselho Federal de Cultura, 1973.

TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*. 3.ed. São Paulo: Corrupio, 1987.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. “A experiência mutualista de Minas Gerais: um ensaio interpretativo”. *In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Nomes e números: alternativas econômicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006, pp. 305-22.

_____. “O Estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas”. *In: Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 23-39.

_____. “Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880)”, *In Topoi*, v.9, n.16, jan-jun 2008, p.117-136.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro e JESUS, Ronaldo P. de. “A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil”. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. (orgs.). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*, Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 21- 51.

VITORINO, Artur José Renda Vitorino. “Escravidão, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro” In *Cadernos AEL*, vol.6, n.10/11, 1999.

_____. “Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro (1858-1912)”, Dissertação de Mestrado em História, Universidade de Campinas, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.

_____. *The modern world-system III: the second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730-1840s*. New York: Academic Press, 1989.

WILDBERGER, Arnold. *Os presidentes da província da Bahia, 1824-1889*. Salvador: Typografia Beneditina, 1949.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

WISIAK, Thomas. *A nação partida ao meio: tendências políticas na Bahia na crise do Império luso-brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Programa de História Social, Universidade de São Paulo, 2001.

WISSENBAACH, Maria Cristina C. “Cartas, procurações e patuás: os significados da escrita no mundo da escravidão”, in Marcelo Mac Cord *et alli* (Orgs.), *Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2017, p.59-76.